Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Sociologia
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Eduardo Altheman Camargo Santos

Por uma Teoria Crítica do neoliberalismo – Marcuse no século XXI

São Paulo
2018

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Sociologia
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Eduardo Altheman Camargo Santos

Por uma Teoria Crítica do neoliberalismo – Marcuse no século XXI

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Ricardo Musse, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

São Paulo, 2018

Nome: Eduardo Altheman Camargo Santos

Título: Por uma Teoria Crítica do neoliberalismo – Marcuse no século XXI

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Prof. Dr. Ricardo Musse, como parte dos requisitos para a obtenção do título de doutor em Sociologia.

Aprovada em:

Banca Examinadora:

_____

Prof. Dr.

_____

Prof. Dr.

_____

Prof. Dr.

_____

Prof. Dr.

(suplente)

_____

Prof. Dr.

(suplente)

SANTOS, Eduardo Altheman Camargo. **Por uma Teoria Crítica do neoliberalismo - Marcuse no século XXI.** 2018. 245 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, 2018.

Dedicatória

À Bru

Agradecimentos

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, ao meu orientador Ricardo Musse, pelos dez anos de supervisão e convívio. Desde a graduação e as duas pesquisas de Iniciação Científica sobre a obra de Herbert Marcuse que desenvolvi sob sua orientação, sua presença e atuação foi constante em minha formação. Ainda na graduação tive a oportunidade de assistir um curso seu que versava sobre as obras de Karl Korsch e Georg Lukács (depois complementado por outros tantos sobre Karl Marx e a Teoria Crítica) que viriam a nortear decisivamente minha trajetória até o doutoramento.

Ao meu coorientador durante o período de doutorado sanduíche no exterior, Fredric Jameson, pela acolhida dedicada e genuinamente interessada, pela leitura de meu texto de Qualificação, pelas indicações e sugestões sempre extremamente instigantes que apenas alguém com sua erudição poderia fornecer, pela constante disponibilidade e pelos dois animados cursos que tive a oportunidade de frequentar. À Wendy Weiher e Maria Maschauer, funcionárias da Universidade Duke.

Ao professor Thomas Lemke, que me recepcionou na Universidade Goethe de Frankfurt am Main durante um estágio de pesquisa nessa instituição e nos arquivos da Escola de Frankfurt e com quem pude discutir algumas das ideias presentes na tese e desenvolver uma frutífera e amistosa colaboração. Além de sua refinada capacidade de interpretação teórica de fenômenos sociais contemporâneos, sua generosidade continua a impressionar. À sua secretária Renate Uhrig e a Stephen Roeper, funcionário responsável pelos arquivos na Biblioteca da Goethe Uni.

Gostaria de agradecer também ao meu orientador de mestrado, Marcos César Alvarez, pelo diálogo franco e pela solidariedade intelectual que me ensinaram a abrir a caixa de ferramentas legada por Michel Foucault, além das proveitosas observações feitas em meu exame de Qualificação.

Pelos comentários estimulantes ao texto de Qualificação, gostaria de agradecer igualmente ao professor Vladimir Safatle.

Aos funcionários da Biblioteca Florestan Fernandes e do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH, especialmente a Gustavo Mascarenhas. À Néia, responsável pelo CENEDIC, por seu trabalho essencial na Faculdade.

Sou grato também aos professores Roberto Dainotto (Duke) e Cristina Demaria (Università di Bologna) pelos pertinentes apontamentos a dois dos capítulos da tese.

Aos companheiros que partilharam comigo essa jornada pela Faculdade e pelos circuitos da Teoria Crítica e do marxismo, em especial Ana Flávia Bádue, Danilo Medeiros, Ugo Rivetti, Anouch Kurkdjian, Vladimir Puzone, Ricardo Regatieri, Stefan Klein, Fábio de Marias, Caio Vasconcellos, Ilan Lapyda, Thomas Amorim, Talita Cavaignac, André Rocha, entre tantos outros cuja convivência e diálogo foram condição *sine qua non* para que pudesse realizar meu percurso intelectual.

Ao Luís Guilherme Maresca e à Marília Paris, pela amizade verdadeira que o tempo não apaga.

Aos meus sogros, Solange e Carlos Alberto, e ao meu cunhado Victor, por quinze anos de carinho irrestrito.

À minha família, em especial à minha mãe e ao meu pai, pelo apoio perene e pelo amor sem fim, e à minha irmã, amiga e companheira de toda hora, sem os quais nada disso teria disso possível. Aos meus avós que me criaram desde pequeno até hoje.

Por fim, gostaria de agradecer à Bruna Della Torre, com quem aprendi Teoria Crítica, marxismo, amizade, vida e amor. Pela oportunidade de ter tornado-me quem sou hoje ao seu lado, feita possível só pelo seu carinho e paciência. Obrigado por ter acreditado em mim incondicionalmente. Quando nossos caminhos se cruzaram há vinte anos, soube imediatamente que nem tudo nessa vida é um *coup de dés*. Esta tese é dedicada a você.

O que posso?

É preciso começar.

Começar o quê?

A única coisa no mundo que vale a pena começar:

O Fim do mundo ora essa.

(Aimé Césaire, *Diário de um retorno ao país natal*)

Resumo: A tese debruça-se sobre a obra de Herbert Marcuse, em especial aquela produzida nos anos 1950, 1960 e 1970, em uma tentativa de atualização de suas teorias para o presente. Tendo escrito boa parte de seus livros mais amplamente discutidos em um contexto de pacto de classes, trabalho fordista, Estado keynesiano, e inserido em um período relativamente prolongado e estável de crescimento do capitalismo (os assim chamados "trinta anos gloriosos"), em que as evidências de manifestações políticas e lutas de classes eram menos evidentes quando comparadas com momentos anteriores de efervescência política nos séculos XIX e XX, suas conclusões teóricas a respeito da integração da classe trabalhadora e da sociedade unidimensional teriam sido impregnadas dos fundamentos sócio-históricos que a embasavam. A ideia é contrastar e comparar tais conclusões com nosso presente histórico, tendo em vista as quatro décadas e meia de expansão neoliberal pelo globo, levando em consideração os fenômenos de precarização laboral e da vida disseminados por ela. Busca-se, com isso, apontar as continuidades e rupturas da teoria de Marcuse para o século XXI.

Palavras-chave: 1) Herbert Marcuse; 2) neoliberalismo; 3) Teoria Crítica; 4) marxismo; 5) Escola de Frankfurt; 6) precarização; 7) empreendedor de si mesmo.

Abstract: This dissertation examines the works of Herbert Marcuse, especially those written in the 1950s, 1960s and 1970s, and constitutes an attempt to update his theories to our present. Having written much of his more widely discussed books in a context of class compromise, Fordist labor, Keynesian state, and embedded in a prolonged period of relatively stable capitalist growth (the so-called "thirty glorious years"), in which the evidence of political manifestations and class struggles was less evident when compared with earlier moments of political effervescence in the 19th and 20th centuries, his theoretical conclusions referring to the integration of the working class and one-dimensional society would have been impregnated with the socio-historical foundations that supported it. The idea is to contrast and compare these conclusions with our historical present, considering the four and a half decades of neoliberal expansion across the globe, taking into account the phenomena of labor and life precarization disseminated through this expansion. The dissertation seeks thus to point out the continuities and ruptures of Marcuse's theory for the twenty-first century.

Keywords: 1) Herbert Marcuse; 2) neoliberalism; 3) Critical Theory; 4) Marxism; 5) Frankfurt School; 6) precarization; 7) entrepreneurial self.

Esta pesquisa contou com o importante apoio de uma bolsa de estudos de doutorado no Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no período de 01/03/2014 a 28/02/2018, de um apoio para estágio de doutorando no exterior da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) de dezembro de 2015 a dezembro de 2016, assim como de um Auxílio de Curta Duração do Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD) de 05 de dezembro de 2014 a 04 de março de 2015.

Sumário

Introdução – Marcuse e os ares de outros planetas 13

Capítulo 1 – Classe 23

Integração conspícua nos trinta gloriosos 31

A precariedade como destino 51

O retorno do mito 69

Capítulo 2 – Trabalho 72

A integração real na fábrica unidimensional 75

Colaboração e precarização – a espoliação de massa neoliberal 90

Integração precária 108

Capítulo 3 - Subjetividade 116

Euforia na infelicidade – o indivíduo na afluência unidimensional 117

O empresário (precário) de si 148

O banimento da negatividade: autonomação 180

Conclusão 194

Marcuse e a contrarrevolução neoliberal 194

À crítica da Economia Política 209

Mas quem não quer falar do capitalismo deveria também silenciar-se quanto ao neoliberalismo 227

Referências 230

Introdução – Marcuse e os ares de outros planetas

Ao ler a obra de Herbert Marcuse hoje, no final da segunda década do século XXI, o leitor vê-se deparado com uma enigmática e incômoda sensação: ao mesmo tempo em que sua crítica das formas de vida administradas e integradas do capitalismo tardio parecem ser mais atuais hoje do que na época em que foram urdidas, analisando com impressionante acuidade certos fenômenos sociais que levariam décadas para se constituir de modo pleno, outros aspectos de seus escritos parecem adquirir ares obsoletos se considerados contra o pano de fundo do movimento histórico neoliberal iniciado na década de 1970. Enquanto nossa sociedade parece ter tornado-se mais unidimensional do que nunca, reduzindo de modo totalitário as possibilidades de realização de alternativas políticas, de modo ainda mais eficaz do que nos anos 1960 – afinal, no horizonte de expectativas neoliberal, *there is no alternative* –, ela também rompe mais e mais a trama unidimensional tecida de modo intrincado pela integração econômica da classe trabalhadora no existente, ao espraiar de modo obstinado a precarização social e da vida como um todo nos quatro cantos do mundo.

Não é de surpreender que encontremos nos comentadores de Marcuse afirmações díspares a respeito de sua atualidade. Charles Reitz, por exemplo, olhando para a questão do crescimento da desigualdade social nas últimas décadas de "globalização corporativa", anota a perda relativa da capacidade de Marcuse em explicar o contemporâneo:

> A globalização corporativa intensificou a desigualdade social e a polarização cultural ao redor do mundo. A contínua globalização correlaciona-se diretamente com crescente desigualdade tanto entre quanto dentro das nações [...]. Essa polarização global e a crescente pauperização *trouxeram a termo* o que Marcuse (1964) teorizou em *O Homem unidimensional* como o universo político totalmente integrado e completamente administrado do Estado liberal de bem-estar e guerra [*welfare/warfare*]. O neoliberalismo substituiu essa "não liberdade confortável, suave e democrática" (Marcuse, 1964, 1) por algo mais abertamente perverso" (REITZ, 2015, p. 95).

Douglas Kellner e Clayton Pierce apontam na mesma direção, ao analisar uma forma mais predatória de capitalismo emergida nos anos 1980 do que aquela vivenciada por Marcuse:

> A histórica redistribuição de riqueza das classes trabalhadoras e médias para uma oligarquia corporativa elitista por meio do desmonte das

> políticas sociais keynesianas em curso dos anos 1980 até o presente, da expansão da privatização, e lucrando em cima de desastres ecológicos e sociais [...] revelam uma forma mais predatória de capitalismo do que aquela evidente no sistema industrial avançado teorizado por Marcuse. (KELLNER; PIERCE, 2014, p. 3)

Detlev Claussen, por outro lado, aliado a Angela Davis, afirma justamente o contrário:

> Quando visitei Angela Davis em Oakland em 1978, ambos concluímos com algum espanto que *O Homem unidimensional*, na realidade, veio a ser mais relevante. Quando nos encontramos novamente em 2013 em Frankfurt, ambos tivemos a impressão que ele tinha ainda maior relevância e vigência. (CLAUSSEN, 2015, p. 73).

Se, por um lado, até hoje causa espanto notar retrospectivamente que Marcuse teria sido capaz de teorizar acerca da paralisia da crítica e da lógica derrotada do protesto apenas quatro anos antes dos eventos políticos de 1968, o sobressalto aplica-se igualmente em uma lógica temporal inversa: como compreender, por outro lado, a integração pelo consumo da classe trabalhadora, a suavização do trabalho e a elevação generalizada do padrão de vida, com todas as suas consequências psíquicas do ponto de vista da adesão política ao *Establishment* e da formação de uma sociedade unidimensional, após quatro décadas e meia de espraiamento do projeto neoliberal de governo pelo globo?

Em parte, essa sensação contraditória deve-se à recepção da obra de Marcuse como o filósofo ativista da Escola de Frankfurt. O atrelamento imediato de Marcuse aos movimentos rebeldes dos anos 1960, a antonomásia de *maître à penser* das barricadas e guru teórico dos estudantes em greve contribuíram decisivamente para um declínio considerável de sua leitura crítica à medida que a efervescência política de 68 dava lugar às derrotas impostas de modo acachapante pela nova ordem mundial neoliberal ao longo das décadas de 1980, 1990 e no início do século XXI[1].

---

[1] Jürgen Habermas (HABERMAS, 1998), na comemoração do centenário de Marcuse, comenta justamente esse descompasso entre sua recepção política e teórica. Já no prefácio à edição de 1996 a seu livro *A imaginação dialética*, Martin Jay apresenta Marcuse como líder dos *enragés* que o colocavam ao lado de Marx e Mao em seus emblemas, em contraposição a seus antigos colegas do Instituto de Pesquisa Social que estavam agora de volta na Alemanha, "alarmados com sua militância política sem papas na língua" (JAY, 2008, p. 12). Embora o país vivesse um contexto político e social de ditadura civil-militar sensivelmente apartado daquela encontrado no centro do capitalismo, Wolfgang Leo Maar, Isabel Loureiro,

Essa recepção, dentro dos estudos da Teoria Crítica, ancora-se em uma visão de contraposição definitiva entre Marcuse e outro dos mais proeminentes teóricos críticos da Escola de Frankfurt, a saber, Theodor W. Adorno. Em *Marxismo tardio*, publicado em 1990 em meio ao colapso da União Soviética, ao *boom* da financeirização da economia e à difusão tecnológica da Internet, Fredric Jameson, em sua investida para demonstrar a atualidade teórica de Adorno, resumiu a situação do seguinte modo:

> Aqui, em larga medida, nessa década que acabou de terminar, mas que ainda é nossa, as profecias de Adorno do "sistema total" finalmente se realizaram, em formas totalmente inesperadas. Adorno certamente não foi o filósofo dos anos 1930 (que deve ser identificado retrospectivamente, temo, como Heidegger); nem o filósofo dos anos 1940 e 1950; e tampouco o pensador dos anos 1960 – esses chamam-se Sartre e Marcuse, respectivamente; e eu disse que, filosófica e teoricamente, seu discurso dialético antiquado foi incompatível com os anos 1970. Mas há alguma chance que ele tenha vindo a ser no fim das contas o analista de nosso próprio período [...]. (JAMESON, 2007, p. 5)

Embora certamente não discorde da ideia de que a obra de Adorno seja fundamental para examinar o presente histórico no qual a indústria cultural insulou o mundo como um sistema, conforme havia previsto o pensador social quando ela se encontrava ainda em seus primórdios, a contraposição Adorno/Marcuse parece operar da seguinte maneira: aquele, em seu alegado pessimismo, teria renunciado à práxis e ao marxismo justamente em um momento de ascenso da revolta, mas teria legado uma teoria densa adequada ao momento contemporâneo de derrota política e da instauração de um "sistema total", ao passo que esse, profundamente engajado nas rebeliões dos anos 1960, teria encontrado no momento neoliberal do "fim da história" um obstáculo intransponível para seus escritos. À medida que o tempo cronológico impunha sua marca nas décadas neoliberais, Marcuse teria sido roubado de seu *Kairós*.

Essa definitivamente não é a opinião da presente tese, que busca caminhar na contramão de uma recepção antitética entre ambos: mostra-se necessário matizar seriamente a recepção de Marcuse como "ativista", construída largamente em contraposição a Adorno, o suposto filósofo da torre de marfim. Por esse motivo, sempre

---

Paulo Arantes e Jorge Coelho Soares corroboram sua recepção unilateral também no Brasil (ARANTES, 2004; LOUREIRO, 2005; MAAR, 2005; SOARES, 1999). John Abromeit e W. Mark Cobb confirmam esse fato igualmente nos EUA (ABROMEIT; W. MARK, 2004).

que possível, busca-se aqui aproximar as considerações de Marcuse e de Adorno quando elas convergiam francamente.

A tese configura uma tentativa de fornecer alguns subsídios para perscrutar essa impressão conflitante – que ora exclui Marcuse do contemporâneo e ora vê nele antecipações proféticas – por meio de uma análise da *teoria* de Marcuse e sua relação com o mundo atual. Embora a atuação política de Marcuse tenha constituído de fato um momento inseparável de sua obra e vida, e tenha influenciado imanentemente boa parte de suas análises, creio que ela possa ter eclipsado a complexidade e densidade de sua capacidade analítica e interpretativa, não só para sua época, como para nossa atualidade. Assim, seu engajamento político será deixado em segundo plano em favorecimento de seu pensamento teórico. Como afirma Vladimir Safatle na orelha do segundo volume da coletânea *Cultura e sociedade* (MARCUSE, 1998a), talvez só agora, "que a euforia lisérgico-revolucionária passou, podemos, enfim, nos dedicar ao exercício de *ler* Marcuse" e extrair de sua obra *insights* aguçados sobre o nosso presente.

Além da contribuição propiciada pela recepção de Marcuse, outro fator também coopera para criar essa sensação antagônica quanto à pertinência de sua obra hoje. É que encontramos, no cerne da obra de Marcuse e perpassando cada um de seus momentos, uma tensão entre, de um lado, a tessitura de uma análise mais holística do capitalismo, que retraça as determinações sociais mais globais do sistema desde sua emergência e leva em conta suas permanências ao longo dos séculos, e, de outro, uma tentativa de um diagnóstico mais localizado, que examina as transformações sociais e históricas pelas quais passou o sistema e que exigem novas operações da crítica. Tal tensão materializa-se metodologicamente na obra de Marcuse na forma de tendências e contratendências, que são dissecadas com o intuito de ponderar acerca do caráter eminentemente histórico e mutante do capitalismo e da teoria que busca compreendê-lo, sem perder de vista que ele, como modo de produção, contém também traços básicos que o reproduzem sistemicamente. A tese, visando contribuir para a atualização da Teoria Crítica para os tempos neoliberais, acentua de modo mais patente os movimentos de Marcuse que tentam dar conta justamente das rupturas entre diferentes momentos do capitalismo; uma vez que o foco é examinar os deslocamentos e metamorfoses no *modus operandi* do capitalismo postos em marcha na passagem do século, não seria analiticamente proveitoso perscrutar as permanências de longo alcance do sistema como um todo. Logo, a crítica recai muito mais sobre os diagnósticos de Marcuse mais situados em termos sociais e históricos.

O fio condutor que perpassa o texto como um todo é o de que o neoliberalismo, em termos *econômicos* e *laborais*, realiza um movimento que vai na contramão da tendência à integração hermética das classes sociais na sociedade unidimensional tal qual proposta por Marcuse ao longo das décadas de 1950 e 1960, alastrando, ao contrário, diversos fenômenos que contribuem para uma cisão profunda da sociedade em termos de suas classes sociais constituintes. Simultaneamente, a sociedade neoliberal, em termos *políticos* e *subjetivos*, não apenas mantém, como aprofunda em escala exponencial o diagnóstico marcuseano da adesão individual e da aquiescência ao sistema por meio de mecanismos de integração individual que se multiplicaram em tempos recentes.

O diagrama neoliberal de governo, esquadrinhado teoricamente ainda no início do século XX e implementado mais de meio século depois, parece compor, desse modo, uma nova configuração social, uma nova formação social (um novo "estágio" do capitalismo, diria Marcuse), combinando fenômenos econômicos, políticos, laborais, subjetivos e sociais que impõem desafios vultosos à Teoria Crítica, de magnitude equiparável àqueles erigidos pelo capitalismo tardio após a Segunda Guerra Mundial ao marxismo, e que haviam impelido os teóricos críticos a certas revisões de alguns aspectos da teoria de Marx e à procura por novas veredas interpretativas em sua obra. O neoliberalismo, nesse sentido, apresenta-se como uma nova forma social, configurada a partir da dissolução e reconfiguração do capitalismo tardio iniciada nos anos 70 do século passado.

A tese busca, nesse sentido, apontar para algumas atualizações necessárias à Teoria Crítica, em especial àquela urdida por Herbert Marcuse, tendo em vista algumas das transformações desdobradas desde que o neoliberalismo instalou-se como forma hegemônica de governo em boa parte do globo terrestre. Não há a pretensão de exaurir tais mutações de modo sistemático, mas apenas o de indicar quais seriam alguns rumos possíveis para se forjar uma Teoria Crítica do neoliberalismo inspirada pela Escola de Frankfurt, levando-se em conta nosso presente neoliberal.

O primeiro capítulo versa sobre uma das facetas da noção de sociedade unidimensional, a saber, a integração *econômica* da classe proletária na esfera do consumo, a virtual equalização das classes por meio da distribuição (relativamente) menos injusta da riqueza produzida socialmente por meio do pacto de classes keynesiano-fordista e a consequente elevação do padrão de vida das classes trabalhadoras no período que se estende de 1945 a 1973 nos países do centro do capitalismo. Tal faceta, no entanto, está intimamente relacionada à integração dessas classes do ponto de vista político, fator evidenciado por Marcuse e outros teóricos críticos a partir da observação da contração da

combatividade dos sindicatos e dos partidos da esquerda e a partir da conduta política dos trabalhadores de forma geral. Ambos os aspectos – o econômico e o político – são analisados em conjunto.

Busquei fundamentar objetivamente, ao longo do capítulo, as teses propostas pelos teóricos críticos nesse período, recorrendo para tal tanto a livros, documentos, artigos e palestras produzidos pelos próprios, quanto a dados e argumentos apresentados por diversos pesquisadores contemporâneos, tentando esconjurar a imagem de filósofos obscurantistas que parece assombrar suas figuras e pensamentos.

O ponto que interessa salientar é o diagnóstico de uma integração econômica das classes em um todo aparentemente harmônico, para então discutir, na segunda parte do capítulo, como uma Teoria Crítica do neoliberalismo necessita estar atenta às evidências de que tal quadro parece dar lugar a uma precarização generalizada da vida na sociedade neoliberal e a uma combatividade política que ataca frontalmente as instituições e os ganhos da classe trabalhadora, fenômenos que passam a atingir mesmo o centro pulsante do capitalismo mundial, embora certamente façam-se sentir de maneira mais aguda nas periferias do Sul global – ainda que estas tendam a se duplicar cada vez mais também no Norte. Para tal, busquei ancorar meu argumento em diversos pesquisadores que estudam a estrutura de classes tipicamente neoliberal e as consequências de mais de quatro décadas praticamente ininterruptas de hegemonia neoliberal global em termos de concentração de renda, de queda dos salários reais e de rebaixamento dos ganhos e dos benefícios sociais que atingem a sociedade como um todo, embora certamente de maneira desigual, traduzindo-se no crescimento de um precariado em escala planetária.

No capítulo segundo, a tese debruça-se sobre o tema do trabalho. Marcuse fez das transformações na organização e gestão laborais e das transformações tecnológicas a ela atreladas um tema privilegiado para compreender o fenômeno de incorporação da ideologia no processo produtivo em si, o que teria inúmeras consequências políticas e psíquicas para as classes sociais e para os indivíduos do capitalismo tardio. A suavização da labuta propiciada pelos desenvolvimentos tecnológicos, o surgimento de cargos gerenciais e ocupações médias que se colocavam entre proprietários e operários dentro das fábricas, o crescimento de funções em princípio não imediatamente produtivas nos setores de serviços e de supervisão e a submissão de todos aos ditames de um aparato cada vez mais abrangente e totalitário obrigavam Marcuse a propor novas teorias para o espraiamento da unidimensionalidade a partir da esfera produtiva.

A segunda parte do capítulo examina as mutações laborais em curso no neoliberalismo como uma de suas características mais salientes, calcadas na terciarização e terceirização da economia, nos mantras da flexibilização da mão-de-obra e dos direitos trabalhistas, na prática de técnicas administrativas e gerenciais que visam aumentar a produtividade ao mesmo tempo em que precarizam o trabalho, empurrando milhões para empregos instáveis e intermitentes, quando não simplesmente para o desemprego estrutural. Para a maioria da classe trabalhadora (compreendida em sentido *lato* e não somente como o operariado fabril no chão de fábrica), a tecnologia, nesse momento, parece não mais caminhar no sentido de uma suavização das cargas de trabalho, mas, ao contrário, contribui para multiplicar as inúmeras possibilidades de precarização das mesmas.

O capítulo analisa, desse modo, como o neoliberalismo corrobora certas teses de Marcuse a respeito do papel do trabalho na propagação da dimensão única do existente (principalmente aquelas relativas ao engajamento subjetivo do trabalhador na empresa e suas várias formas de dominação social), mas também reverte outras (como a previsão de Marcuse do contínuo aburguesamento da classe trabalhadora como um todo, por exemplo) e introduz ainda formas novas não previstas pelo teórico crítico.

O terceiro capítulo dedica-se a analisar a "espécie antropológica" (ADORNO et al., 1950, p. ix) característica da sociedade industrial desenvolvida, tal qual formulado por Marcuse, produto e vetor da sociedade unidimensional: gratificado imediatamente em seus desejos mais íntimos *e* tolhido da determinação de suas próprias ambições pessoais; contente individualmente com as conquistas do todo social e sua oferta de mercadorias *e* incapacitado de desenvolver irrestritamente suas potencialidades; satisfeito em seus instintos primários *e* impossibilitado de estabelecer-se como uma instância austera na e contra a sociedade circundante – o eu do capitalismo tardio era incapaz de distinguir entre sua autonomia e os comportamentos prescritos pelo aparato social, entre sua euforia pessoal "espontânea" e as exigências heterônomas de uma sociedade que se distingue não somente pela negação e pela repressão aberta, mas pela administração dos instintos e pela gestão da psique.

Com o espraiamento da precariedade como forma de vida total sob o jugo do governo neoliberal, a segunda parte do capítulo dedica-se a demonstrar como a ideia de uma superposição relativa entre o Princípio de Prazer e o Princípio de Realidade, entre as aspirações do eu e as limitações da sociedade – superposição essa diagnosticada por Marcuse como uma falsa reconciliação em uma sociedade marcada pela afluência – parece

encontrar cada vez menos chances de realização material: sem estabilidade no emprego, garantias sociais e impossibilitado de satisfazer seus desejos pessoais mais significativos, o indivíduo neoliberal tem sua subjetividade marcada indelevelmente não pela gratificação, mas sim pela insegurança, vulnerabilidade e incerteza.

Enigmaticamente, no momento da patente falência do capitalismo como modo de organização e gestão da vida para a esmagadora maioria da população, prolifera, ao mesmo tempo, um ethos que toma de empréstimo do mercado e da empresa capitalista o padrão de comportamento e a grade de inteligibilidade pelos quais moldar a subjetividade individual. O *homo oeconomicus* neoliberal torna-se cada vez mais a conduta de vida típica, disseminada "democraticamente" ao longo do corpo social, mesmo para aqueles que não teriam o menor motivo material para assumi-la como guia de vida[2]. A capacidade do neoliberalismo de apresentar-se como a única forma de organização da economia, da política, da sociedade e da vida individual como um todo após a derrocada do socialismo real e da oposição efetiva ao *Establishment* capitalista leva a uma radicalização da unidimensionalidade justamente quando parece haver menos motivos reais para seu espraiamento.

A conclusão, por fim, divide-se em três itens relativamente autônomos. O primeiro deles, intitulado "Marcuse e a contrarrevolução neoliberal", busca salientar uma parcela da obra de Marcuse ainda razoavelmente pouco estudada e levada em consideração, a saber, sua produção concentrada nos anos 1970 que se debruça não mais sobre a sociedade unidimensional, a sociedade afluente ou a sociedade industrial avançada, tal qual diagnosticadas ao longo das décadas de 1950 e 1960. Nesse momento, Marcuse entreviu os choques que começavam a desarranjar o quadro de uma totalidade consoante típica do capitalismo tardio. O capitalismo promovia então, para usar os termos de Marcuse, uma "contrarrevolução preventiva" (MARCUSE, 1972a) que tinha como missão dinamizar e retirar os entraves para a acumulação do capital e a extração de mais-valia em escala planetária e não hesitaria em empregar métodos menos "confortáveis, suaves, razoáveis, e democráticos" (MARCUSE, 2002, p. 3) para tal. O item busca fornecer um panorama dos artigos, entrevistas, livros e palestras produzidos por Marcuse nesse momento de reorganização sistêmica do capitalismo, além de lançar mão de alguns documentos contidos em seu arquivo na Alemanha que mostram uma faceta de sua obra

[2] Qual não foi a surpresa ao descobrir-se que mesmo nas periferias consolidadas de São Paulo, e não somente em seus bairros ricos, em um país de Terceiro Mundo como o Brasil, um ethos empreendedor e um "liberalismo popular" difundia-se insidiosamente? Cf. PERSEU ABRAMO, 2017.

muitas vezes ofuscada por suas obras mais famosas e discutidas, como se Marcuse tivesse se limitado a reiterar até o fim de sua vida o mesmo diagnóstico urdido no pós-Segunda Guerra. A ideia é mostrar como, muito pelo contrário, Marcuse continuava atento às mutações sócio-históricas pelas quais passavam o modo capitalista e que forneciam os fundamentos para sua teoria e que fazem perdurar outros aspectos da relevância de sua teoria hoje.

O segundo item da conclusão, "À crítica da Economia Política", visa discutir um aspecto da complexa relação entre ideologia e realidade. No auge dos trinta anos gloriosos do capitalismo central, a realidade imediata parecia não corroborar diversos aspectos centrais e previsões que se encontravam no cerne da teoria marxista – seja em termos econômicos, tal qual a tendência à pauperização, à polarização social ou à taxa declinante de lucros relacionada ao aumento da composição orgânica do capital, por exemplo; seja em suas implicações políticas, notadamente a incapacidade de organização e efetivação da negação e superação do capitalismo – levando os teóricos críticos a dar um passo atrás, "um recuo temporário [...] ao puro pensar" (MARCUSE apud VOIGTS, 2012, p. 27) como modo de preservar a verdade do marxismo perante os desafios impostos pelo capitalismo tardio. Embora nunca tenha de fato abandonado o materialismo ou a crítica da Economia Política, que sempre acompanharam de perto suas considerações mesmo as mais aparentemente abstratas, Marcuse aparentemente retrocedia da crítica materialista ao idealismo filosófico. No neoliberalismo, no entanto, a convergência entre ideologia e realidade operada na sociedade industrial avançada que impelia os teóricos críticos à tarefa da interpretação e do pensamento, mostra-se esgarçada, permitindo que a Teoria Crítica possa encontrar na realidade efetiva novamente uma verificação empírica das teses de Marx – o que não implica, evidentemente, que o pensamento filosófico possa ser descartado como um regresso então necessário, mas agora supérfluo. Nesse momento, no entanto, a crítica da Economia Política mostra-se novamente uma esfera da crítica privilegiada do marxismo, capaz de embasar empiricamente suas análises.

O último item, em tom menos analítico e mais de manifesto, cumpre o propósito de manter viva a radicalidade da Teoria Crítica mesmo em tempos de aparente calmaria e satisfação generalizada. Hoje, quando diversos pensadores do Norte global parecem subitamente redescobrir o aparecimento de uma "nova" classe social perigosa (STANDING, 2014) ou o "retorno" da questão social (CASTEL, 2008) simplesmente porque a precarização (que foi a regra na história do capitalismo na grande maioria das regiões globais, classes, raças, gêneros e sexualidades) começou a bater às suas portas,

ameaçando formas de vida que pareciam ter sido estabilizadas após a Segunda Guerra Mundial, cabe não esquecer uma das mais importantes lições da Teoria Crítica, proferidas de modo emblemático por Max Horkheimer: “quem não quer falar do capitalismo, deveria também silenciar-se quanto ao fascismo” (HORKHEIMER, 1939, p. 115).

Marcuse frequentemente teorizava sobre a obsolescência de muitas correntes do pensamento e áreas do saber. Ele não temia discutir a “obsolescência da psicanálise” (MARCUSE, 2011a), a “obsolescência do socialismo” (MARCUSE, 2014a) ou até mesmo a “obsolescência do marxismo” (MARCUSE, 2014b) caso novos contextos e conjunturas colocassem tal discussão na ordem do dia. Entretanto, longe de decretar peremptoriamente a caducidade de uma teoria pelas transformações sócio-históricas que tendiam a contrariar alguns de seus fundamentos empíricos, conclusões teóricas ou previsões analíticas, Marcuse buscava elaborar dialeticamente as rupturas e continuidades visíveis nos interstícios entre teoria e prática histórica efetiva. Esse é justamente o espírito da tese: analisar criticamente as manutenções e variações pertinentes na teoria de Marcuse, tendo em vista a leitura de sua obra no século XXI. Espera-se que essa seja uma maneira de levar adiante a mensagem contida no lema entalhado em sua lápide em Berlim: *weitermachen*!

Capítulo 1 – Classe

> Se o trabalhador e seu patrão desfrutam do mesmo programa televisivo e visitam as mesmas estâncias turísticas, se a datilógrafa está tão bem arrumada quanto a filha de seu empregador, se o negro possui um Cadillac, se todos leem o mesmo jornal, então essa assimilação não indica o desaparecimento das classes, mas sim o alcance com que as necessidades e satisfações que servem à preservação do *Establishment* são partilhadas pela população subjacente. (MARCUSE, 2002, p. 10)

> Assim, a *success story* do acesso do proletariado aos modos de vida pequeno-burgueses vira um pesadelo. (CASTEL, 2008, p. 537)

Após perscrutar detidamente os horrores e a racionalidade subjacente à barbárie nazista e refazer os fios de ligação que ligam tal experiência ao liberalismo – não como exceção, mas como "filha legítima" (HORKHEIMER, 1938, p. 384) –, com o término da Segunda Guerra Mundial em 1945, os teóricos críticos da Escola de Frankfurt passaram a teorizar acerca das profundas transformações pelas quais passava o capitalismo a partir de então. Vivenciando tais mutações no centro pulsante do sistema capitalista – seja na Alemanha e na Europa central, seja nos Estados Unidos (como é notadamente o caso de Marcuse, que mesmo após o fim do 3º Reich, permaneceu na América do Norte) –, tais teóricos passaram a diagnosticar algumas mudanças nevrálgicas, que exigiam revisões igualmente nevrálgicas na teoria e na crítica de tal sistema.

Durante os "trinta anos gloriosos" de vigência do Estado de Bem-estar e do pacto de classes fordista-keynesiano, a Teoria Crítica buscou renovar o marxismo para lidar com os fenômenos relativos à elevação do padrão de vida e à diminuição do hiato social entre as classes (especialmente na esfera do consumo), às mutações pelas quais passava o mundo do trabalho, às novas manifestações de massificação da sociedade, às inéditas técnicas de controle social engendradas pelo desenvolvimento colossal do aparato tecnológico em todas as esferas da vida social e à estabilização do capitalismo como forma de vida totalitária.

Marcuse teceu uma série de análises acerca do funcionamento político, econômico, social e cultural do capitalismo de então. O autor se dedicou, em diversas obras do período, sendo *One-dimensional Man – studies in the ideology of advanced industrial society* (publicada em inglês em 1964) a mais amplamente conhecida, a

diagnosticar, compreender e criticar essa nova configuração de capitalismo que emergia, mostrando como a sociedade industrial desenvolvida, por meio de um arranjo marcado pela democracia formal, pelo alto progresso técnico, pela enorme quantidade de riqueza e mercadorias produzidas, pelo emprego ubíquo de tecnologia e pela atenuação de conflitos políticos é capaz de se mostrar como a último e derradeira proeza da Razão.

E o que tornaria essa sociedade nova?

> Creio que estamos diante de uma nova situação na história, porque hoje temos de ser liberados de uma sociedade relativamente rica, poderosa e que funciona bem. Estou falando aqui sobre a liberação em relação à sociedade afluente, isto é, as sociedades industrias avançadas. O problema que encaramos hoje é a necessidade de liberação não em relação a uma sociedade pobre, que está se desintegrando, nem sequer na maioria dos casos uma sociedade terrorista, mas em relação a uma sociedade que desenvolve em larga medida as necessidades materiais e até mesmo culturais do homem – uma sociedade que, para usar um slogan, entrega os bens a uma parcela cada vez maior da população. (MARCUSE, 1998a, p. 77)

Logo nos primeiros parágrafos de *O Homem unidimensional*, Marcuse alega a existência de uma formação social nova introduzida em sua época, qualitativamente distinta das formações capitalistas históricas anteriores:

> Essa repressão, tão diferente daquela que caracterizou os estágios anteriores e menos desenvolvidos de nossa sociedade, opera hoje não a partir de uma posição de imaturidade técnica e natural, mas sim de uma posição de força. As capacidades (intelectuais e materiais) da sociedade contemporânea são incomensuravelmente maiores do que nunca antes [...]. Nossa sociedade se distingue por dominar as forças sociais centrífugas não com Terror, mas com Tecnologia, sob a base dual de uma eficiência acachapante e de um crescente padrão de vida. (MARCUSE, 2002, p. xl, grifo nosso).

"Comparada com suas predecessoras, trata-se de fato de uma 'nova sociedade'" (MARCUSE, 2002, p. 21), afirma Marcuse, denunciando uma sociedade capaz de "entregar os bens" (MARCUSE, 2002, p. xliv) em virtude de sua alta racionalidade e capacidade técnica, capacidade essa que tinha como efeito a neutralização da crítica e da possibilidade de negar o existente. Sua posição de alto comando técnico possibilitava à

sociedade industrial avançada uma crescente integração que torna tal configuração social uma novidade quando comparada com as formações anteriores do capitalismo. Ao contrário de brutalidade, mas por isso mesmo, potencial negatividade, temos que "a tecnologia serve para instituir novas, mais efetivas e mais agradáveis formas de controle social e de coesão social" (MARCUSE, 2002, p. xlvi), corroendo o próprio anseio de transformação social – embora não sua necessidade, ressaltava o autor.

Um ano após publicar essa obra, em palestra na Universidade Stanford, Marcuse viria a afirmar de modo definitivo que as novidades introduzidas pela sociedade do pós-Guerra obrigavam a importantes revisões na teoria crítica: "somos confrontados por um novo tipo, uma nova forma de sociedade, à qual as categorias tradicionais – políticas, sociológicas, até mesmo psicológicas – não mais parecem aplicar-se" (MARCUSE, 1998d, p. 83). Enfatizando o núcleo histórico da teoria marxista, Marcuse não hesita em afirmar: "Estamos diante de novas formas do capitalismo tardio e, assim, também da tarefa de desenvolver conceitos dialéticos revisados e adequados a essas formas" (MARCUSE, 2014a, p. 128).

Ao discutir as mesmas transformações em 1964 em apresentação no Congresso de Sociologia Alemã, e tomando por base a obra e os conceitos de Max Weber, outro pensador que analisou a emergência do capitalismo e que, portanto, serviu como importante esquadro no decalque delineado por Marcuse, este chega a conclusões parecidas a respeito das mutações do capitalismo ao longo do século XX.

> Em tal extensão, a abstração de Max Weber está saturada de seu material: ela afirma o juízo racional sobre a sociedade racional da troca. Mas essa tende, em seu desenvolvimento, a sublevar seus próprios pressupostos materiais: o empreendedor privado não é mais o sujeito auto responsável da racionalidade econômica, e o "trabalho livre" não é mais a escravização extorquida por meio da ameaça da chibata da fome [*Hungerpeitsche*]. A sociedade da troca, na qual tudo ocorre de modo tão livre e racional, é submetida à dominação dos monopólios políticos e econômicos. O mercado e suas liberdades, cujo caráter ideológico Max Weber exibiu suficientemente, é subjugada a uma regulação aterrorizadoramente eficaz, na qual o interesse geral é determinado e metido à força agudamente pelos interesses particulares dominantes. Em mau sentido, a reificação é assim sublevada. (MARCUSE, 1965a, p. 179)

De uma sociedade da troca – e poderíamos adicionar, troca de equivalentes – liberal, o capitalismo tardio tornou-se impregnado por corporações que subjugavam ainda mais a lógica já ideológica da livre concorrência às regulações monopolísticas. Ao mesmo tempo, o sensível abandono das características que denunciavam a "escravização" aberta do trabalhador "livre", analisado minuciosamente por Marcuse em sua obra de 1964, pareciam ser capazes de sublevar a própria reificação, mais complexa, abstrata e de percepção cada vez mais intrincada.

No fundo, Marcuse apontava como o capitalismo tardio era uma forma sublevada do capitalismo, ou seja, concomitantemente o cancelamento, a manutenção e a elevação das relações contraditórias fundamentais do capitalismo para um novo patamar, sublevação essa que as transforma substancialmente, mas é incapaz de conciliação, afinal, ainda tratava-se do sistema capitalista de produção, distribuição e consumo de mercadorias e da replicação infinita de sua forma para todas as áreas da vida social.

> Claramente os conceitos usados para analisar o século XIX e o início do XX não podem simplesmente ser aplicados a seu estágio atual: como conceitos históricos, eles carregam, em si mesmos, índices históricos, e a estrutura que analisam é uma estrutura histórica. Certamente o capitalismo é capitalismo em todas as suas fases, e sua organização do modo de produção subjaz seu desenvolvimento inteiro. Contudo, as capacidades do modo de produção também se desenvolvem, e essas mudanças afetam a base e a superestrutura. (MARCUSE, 1972, p. 33)

Isto é, Marcuse estava encarando o desafio de analisar a estática e dinâmica de um sistema que muda e revoluciona sistematicamente seus próprios fundamentos, apenas para manter-se como modo totalitário de vida, de dominação e exploração.

> Esta é a dinâmica do capitalismo monopolista: a sujeição da população inteira ao mando do capital [...]. Se esse desenvolvimento modifica o conceito original de classe, se ele obscurece o contraste agudo entre a classe trabalhadora de colarinho azul e os outros setores da população trabalhadora, então é devido às mudanças na *realidade* do capitalismo que devem ser conceitualizada na *teoria* do capitalismo. (MARCUSE, 1972, p. 39)

A sociedade industrial tardia, embora transformada, continuava a existir enquanto sociedade de classes e a assentar-se na perpetuação do trabalho heterônomo, na extração

de mais-valia do processo produtivo, na irracionalidade profunda do todo e na incapacidade individual de autodeterminação, na medida em que todos tinham de se submeter aos ditames de um processo social anônimo e totalitário.

Ao contrário do que afirma a vulgata corrente, de acordo com Marcuse, essa sociedade não poderia ser adequadamente denominada nem "sociedade de massa", nem "sociedade tecnológica", uma vez que tal termos seriam em si ideológicos: eles poderiam sugerir que: ou as massas de fato determinam os rumos políticos, sociais e econômicos fundamentais dessa sociedade; ou que a tecnologia teria sido de fato levada às suas últimas potencialidades, liberando as pessoas de uma vida regida pela necessidade de trabalho socialmente dispensável.

A sociedade e o capitalismo do pós-Segunda Guerra, que adentravam no período que ficaria conhecido posteriormente como os "30 gloriosos", apresentavam-se como um fenômeno de novas facetas aos olhos de Marcuse e da Escola de Frankfurt, embora mantivessem ou até mesmo aprofundassem ao mesmo tempo seu caráter indubitavelmente capitalista.

Grande parte das conclusões auferidas por tais pesquisadores nessa época levava em consideração um panorama político, econômico e social relacionado a uma época de intensa atividade estatal com vistas a regular a economia, de controle estrito da produção e distribuição de bens pelo Estado, de pacto e concerto entre trabalhadores, sindicatos e patrões, de incremento substantivo da produtividade e dos níveis mundiais de riqueza, de elevação do padrão de vida nos países centrais do capitalismo, de Guerra Fria e de administração de uma sociedade com poucas evidências de luta de classes, quando se compara tal época aos eventos do início do século XX, para nem mencionar o século XIX, no qual Marx escreveu sua obra.

Boa parcela desses fatos estão na origem da controversa tese da integração da classe proletária, segundo a qual o proletariado, tal qual concebido e testemunhado por Marx e Engels e a primeira geração de marxistas posteriores, não mais existiria enquanto força social imediatamente negativa, tanto no sentido econômico como político. Em suma, tratava-se de uma série de considerações que buscava apreender as múltiplas determinações da formação social que os teóricos críticos denominaram capitalismo tardio, ou sociedade industrial avançada.

Como se sabe, em 1968, Adorno fez uma apresentação no Congresso alemão de sociologia intitulada justamente "Capitalismo tardio ou sociedade industrial?" (ADORNO, 1986). Nela, Adorno discute as mutações do capitalismo de sua época em

relação ao capitalismo vivenciado por Marx e Engels e considera as diferentes dificuldades da crítica frente a esses momentos. Acredito que a apresentação pode ser lida como uma espécie de reconhecimento das teses d'*O Homem Unidimensional* e uma resposta a elas (afinal, Marcuse havia se tornado um dos mais comentados e discutidos teóricos críticos, depois de ter vendido mais de trezentos mil exemplares em sua edição original estadunidense, mais de oitenta mil cópias na França até maio de 1968 e mais de cento e cinquenta mil na Alemanha até 1971, lembrando que a tradução alemã de Alfred Schmidt apareceu apenas quatro anos antes - cf. JANSEN, 2015, p. 91; LIMA; SANTOS, 2017, p. 306).

O presente trabalho parte da hipótese de que, embora existam nuances entre os diagnósticos de Marcuse e Adorno à época que não podem ser desconsiderados, elas não são significativas para os propósitos do presente trabalho. Logo, "capitalismo tardio", "capitalismo avançado" ou "sociedade industrial avançada" serão tomados como termos intercambiáveis, praticamente sinônimos.

Marcuse é responsável por utilizar a expressão "sociedade industrial avançada" já no subtítulo de sua obra mais famosa, mas emprega também outros termos como "sociedade industrial tardia" (cf. MARCUSE, 2002, p. 52) ou mesmo "capitalismo tardio", termo esse – seja nos escritos em inglês "*late capitalism*", ou em alemão "*Spätkapitalismus*" – que, nas traduções brasileiras, foi frequentemente preterido em favor das primeiras expressões, o que daria a impressão que Adorno e Marcuse estariam falando de fenômenos distintas (cf. MARCUSE, 1965; 1998d, p. 80; 2014). Reitero meu argumento: embora acredito haver importantes nuances, creio que o delineamento das balizas gerais da formação capitalista do pós-Segunda Guerra é partilhado por Adorno e Marcuse.

Marcuse também faz uso de outros termos de maneira um tanto quanto assistemática para referir-se ao período de acumulação capitalista iniciado em 1945. "Capitalismo monopolista" e "capitalismo avançado" são expressões que aparecem com frequência em seus escritos do período. Segundo Puzone, ao manter ambos esses termos conjuntamente, Marcuse buscaria evidenciar o convívio mais ou menos harmônico de ambos no capitalismo de sua época:

> Se em Marcuse parece não haver uma distinção clara entre os dois momentos, é justamente porque o autor procura preservar ambos [...] em sua análise. Desta forma, ao empregar o conceito de "capitalismo monopolista", Marcuse faz referência à estrutura econômica geral do período analisado [...].

> Ou ainda, o uso da expressão "capitalismo avançado" diz respeito precisamente aos elementos distintivos da sociedade contemporânea que permitem uma estabilização das relações sociais capitalistas fundamentais, não obstante suas contradições e crises. (PUZONE, 2016, p. 208)

Ao não incluir metodicamente o termo capitalismo em sua nomenclatura, optando frequentemente pela expressão "sociedade industrial", Marcuse buscava estender seu diagnóstico não apenas aos EUA ou à Europa central, mas também à União Soviética, seguindo as reflexões da assim chamada "tese da convergência". "[…] o conceito de 'sociedade industrial avançada' tem de ser decomposto em suas formas principais efetivas: a capitalista e a socialista", afirma Marcuse (1998e, p. 63) em apresentação na Universidade de Syracuse em 1966.

Por outro lado, ciente dos problemas envolvidos em tal aproximação, ele também problematizaria tal tese, afirmando que "de fato acredito que é inadequado equalizar a sociedade soviética com a sociedade capitalista avançada sob o título de 'sociedade industrial desenvolvida' e que esse conceito não faz jus às tendências fundamentais" (MARCUSE, 1998c, p. 70). Assim, o diagnóstico de sociedade industrial desenvolvida, embora busque açambarcar a URSS, parece de fato muito mais adequado às tendências presentes nos países capitalistas desenvolvidos, em especial os EUA. Em curso na *École Pratique des Hautes Études* em 1958-59, cujas ideias principais posteriormente deram origem a um artigo publicado em 1960 que antecipava diversos dos argumentos de *O Homem unidimensional*, Marcuse confirmou tal compreensão mais adequada: "Elas são parte de um livro que em breve será publicado, dedicado ao estudo de algumas tendências básicas nas sociedades industriais mais desenvolvidas, particularmente os EUA" (MARCUSE, 2011a, p. 132). Em 1966, ele identificaria definitivamente a sociedade afluente com a "sociedade americana contemporânea" (MARCUSE, 2014b, p. 193)

O quadro geral aqui delineado levou boa parte dos pensadores da Escola de Frankfurt – Marcuse aí incluso – a teorizar a respeito de uma sociedade relativamente apaziguada, em que a crítica e a contestação ao capitalismo encontravam cada vez menos oportunidades e possibilidades de existência, uma vez que o proletariado teria se integrado organicamente no sistema capitalista. Nos termos de Marcuse, a classe trabalhadora teria deixado de ser uma classe *no* capitalismo para ser uma classe *do* capitalismo (cf. MARCUSE, 2014c, p. 197).

O modo de produção capitalista, ao contrário do que pregavam seus opositores, teria sido capaz de eficientemente administrar suas próprias crises, de fornecer a parcelas cada vez maiores da população bens de consumo duráveis, estabilidade no emprego e satisfação primária *dentro* do Establishment.

Embora tenha ficado conhecido posteriormente como o guru de 1968, "o intelectual orgânico da New Left" (FREITAG, 1994, p. 178), ativismo esse que parece ser indelevelmente atrelado à imagem de Marcuse, pode-se afirmar que o livro mais amplamente lido de Marcuse e que supostamente operava como correspondente intelectual dos coquetéis molotov, ironicamente não era senão um ensaio de explicação. por meio da noção de integração, das causas e elementos constitutivos da derrota do socialismo no Ocidente e da estabilização do capitalismo.

Em suma, a tese principal apresentada pelo autor em 1964 em *O Homem unidimensional* é a de que a integração econômica, a melhoria nas condições de vida, o aumento no poder de compra e no valor dos salários reais, a oferta de benesses corporativas, assim como a distribuição de benefícios sociais por meio de um Estado assistencial conduz imediatamente à aceitação política do existente e à refutação das necessidades e possibilidades da luta por alternativas à essa sociedade, a despeito de seu caráter opressivo e destrutivo.

A tese da integração, na realidade, é multifacetada. Tornou-se tema de pesquisa no Instituto de Pesquisas Sociais desde os anos 1930, quando o fracasso das revoluções socialistas na Europa – com destaque para a tentativa alemã – exigia uma análise acurada das razões que teriam levado a essas derrotas. Diversos pesquisadores no grupo do Instituto debruçaram-se sobre tal fenômeno.

Ainda nos anos 1930, o Instituto promoveu uma espécie de esforço conjunto para compreender o fato à primeira vista enigmático de que parcela considerável do proletariado alemão havia engrossado as fileiras nazistas, ao invés de lutar, em nome de seus próprios interesses, contra tal sistema. A psicanálise significou aí um saber essencial para a compreensão desse fato (cf. ROUANET, 2001).

Inspirados criticamente no conceito de "personalidade autoritária" de Erich Fromm, por exemplo, Adorno e outros (cf. ADORNO et al., 1950) haviam analisado em 1950 os componentes sadomasoquistas proto e potencialmente fascistas presentes no seio da classe proletária, medidos na "escala F", que levariam parte de classe a aderir, ao invés de se opor, como se suporia, ao sistema existente. A tese da integração já apresentava então boa parte de seus contornos.

Nesse sentido, a tese da integração engloba elementos distintos, sejam eles psicanalíticos, sociais, políticos, econômicos, entre outros, que, embora conjuntamente componham o prisma que explica o fenômeno holisticamente, não são imediatamente redutíveis uns aos outros. Além disso, tal tese engloba momentos históricos e sistemas políticos distintos entre si, desde a Alemanha nazista até o *New Deal* estadunidense.

Os elementos subjetivos e psicanalíticos da tese da integração, serão, por ora, deixados em segundo plano e analisados em capítulo à parte, visto que um dos argumentos centrais da tese é o de que embora a integração material e política da classe trabalhadora deva ser problematizada tendo em vista o longo período neoliberal que se inicia em 1973, a integração subjetiva e ideológica ao sistema não só se manteve como aprofundou-se nas insistentes décadas do *there is no alternative* – a despeito das evidências mais e mais explícitas do funcionamento danoso do sistema para a enorme maioria da população global. Em outras palavras, embora a classe pareça *des*integrar-se sob o governo neoliberal, o indivíduo, por sua vez, integra-se cada vez mais. O capítulo concentrar-se-á nos aspectos econômicos e políticos da integração.

Integração conspícua nos trinta gloriosos

Em *O Homem unidimensional* (MARCUSE, 2002), publicado em 1964 e escrito no período que viria a ser conhecido como *les trente glorieuses* do Norte Global, Marcuse diagnosticou uma característica fundamental que seria difundida de maneira penetrante nas sociedades industriais avançadas: a integração. Esse fenômeno englobava inúmeros aspectos, interpretadas pelo autor, a gosto da Teoria Crítica, de modo a salientar suas determinações recíprocas e suas inter-relações: integração no sentido de ausência de (ou pelo menos escassa) oposição efetiva ao Establishment; integração das classes sociais em um abstruso amálgama, borrando as nítidas fronteiras que até então separavam com um abismo dois campos sociais antagônicos; integração de toda e qualquer força centrífuga e potencialmente revolucionária; integração da psique no mundo administrado; integração dos trabalhadores dentro das próprias fábricas e nos novos empregos de serviços; integração da cultura e sua consequente aniquilação como negação do existente; integração do indivíduo e do particular no todo da sociedade unidimensional; integração do pensamento e da linguagem em uma sociedade que buscava, incessante e totalitariamente, aplainar suas contradições em nome do progresso.

Marcuse utiliza diversos termos para se referir às múltiplas determinações desse fenômeno: “unificação de opostos”, “assimilação”, “estabilização”, “equalização”,

"conformidade", "paralisia", "supressão [da história]", "identificação", "consenso", "redução" [*abridgement*], "pacificação", "fechamento [do universo político]", "limitação [da Razão]", "contenção [da mudança social]", "controle [social]", "reprodução [social]", "conquista da transcendência", "liquidação", e, por fim, uma das expressões mais notórias do livro, "sociedade totalmente administrada"[3]. Todos os termos supracitados buscam dar conta da manifestação prismática da integração promovida pela assim chamada "sociedade afluente", conceito esse que Marcuse toma de empréstimo de John Kenneth Galbraith (cf. GALBRAITH, 1987), mas com um alto teor de ironia, afinal "uma sociedade não pode ser chamada seriamente de afluente se ela perpetua sua afluência em meio à pobreza, miséria e guerra" (MARCUSE, 1998b, p. 86).

Segundo a teoria crítica de Marcuse – e de certos textos, na falta de um termo mais apropriado, mais "sociológicos" de Adorno – produzida no período, as previsões do colapso necessário do capitalismo, seja pelo movimento contraditório e autodestrutivo de suas próprias leis imanentes (ilustradas pela queda tendencial da taxa de lucros e pela previsão do aumento da composição orgânica do capital[4]), seja pelo enfrentamento ativo exercido pela classe trabalhadora, e da crescente pauperização da classe trabalhadora, que apontaria no sentido de uma sociedade bipolarizada, não encontravam realização. Nas palavras de Adorno, a ruína total do sistema parecia ter sido postergada indefinidamente:

> Em termos de padrão de vida e de consciência, nos principais países ocidentais tornaram-se muito menos perceptíveis as diferenças de classe do que nos decênios durante e logo após a revolução industrial. Certos prognósticos da teoria das classes – como o da pauperização e o do colapso – não ocorreram de modo tão drástico quanto se deve entendê-los se não for para privá-los do seu conteúdo; só de modo cômico pode-se falar de pauperização relativa. Mesmo que se tivesse verificado do modo imanente ao sistema a lei – não inequívoca em Marx – da taxa decrescente de lucro, teria de ser concedido

[3] Para remeter às paginas em que cada termo foi utilizado, cf. o índice terminológico do livro: MARCUSE, 2002, p. 263–75.

[4] *Grosso modo*, Marx apontara uma *tendência* no desenvolvimento do capitalismo: na medida em que a concorrência entre os capitalistas é acirrada, mais e mais capital fixo tende a ser aplicado no processo produtivo, o que levaria a uma redução relativa do número de trabalhadores empregados. Segundo Marx (2013, p. 704), "com o tempo [...] também o velho capital chega ao momento em que se renova da cabeça aos pés, troca de pele e renasce na configuração técnica aperfeiçoada, em que uma massa menor de trabalho basta para pôr em movimento uma massa maior de maquinaria e matérias-primas". Essa tendência, por sua vez, implicaria uma outra, a saber, de declínio da taxa de lucro. Embora o emprego de cada vez mais máquinas aumente o ritmo da produção e permita ao capitalista individual produzir mais mercadorias em menos tempo, uma vez que apenas o trabalho vivo produz mais-valia, cada uma dessas mercadorias conterá uma parcela cada vez menor de valor adicionado, levando, em longo prazo, a uma queda da taxa de lucro do capital social total. Cf. MARX, 2013, p. 689-784.

> que o capitalismo descobriu em si mesmo recursos que permitem empurrar para as calendas gregas a bancarrota total – recursos entre os quais inquestionavelmente estão, em primeiro lugar, a imensa elevação do potencial técnico e, com isso, também a quantidade de bens de consumo que beneficiam todos os membros dos países altamente industrializados. Ao mesmo tempo, em vista de tal desenvolvimento técnico, as relações de produção se revelaram mais elásticas do que Marx imaginara. (ADORNO, 1986, p. 63)

Analogamente, a frase de abertura do primeiro capítulo de *O Homem unidimensional* tenta tornar inteligível a novidade introduzida no capitalismo tardio: "Uma não liberdade confortável, suave, razoável e democrática prevalece na civilização industrial avançada, um símbolo do progresso técnico" (MARCUSE, 2002, p. 3). A contradição fundamental da sociedade unidimensional é assim exposta: a não liberdade, via progresso técnico, torna-se cômoda, aceitável e, até certo ponto, inclusive racionalmente justificada do ponto de vista pessoal, afinal, o enorme aparato técnico de produção e distribuição de bens mobilizado por essa sociedade parece ser "mais e mais capaz de satisfazer as necessidades dos indivíduos" (MARCUSE, 2002, p. 4).

O ponto principal salientado por esses autores e que aqui interessa é a capacidade real (e nem por isso menos ideológica, como veremos) de satisfação das necessidades concretizada pela melhoria nas condições de vida da população, tornada possível pela aplicação cada vez maior e mais racionalizada da tecnologia, o que torna a crítica desse sistema socialmente estéril, abstrata e aparentemente irracional: "sob as condições de um crescente padrão de vida, a própria não conformidade com o sistema parece ser socialmente inútil" (MARCUSE, 2002, p. 4), afirma Marcuse.

Marcuse debatia-se, nesse momento, com um dos pilares mais fundamentais da teoria marxista que diz respeito à constituição do proletariado enquanto força política e econômica negativa:

> A tradição marxista distingue entre o sujeito revolucionário *an sich*, por si, ou em si, e o sujeito revolucionário *für sich*, para si. Se aplicarmos essa distinção à situação das classes trabalhadoras nos países industriais avançados, podemos dizer que as classes trabalhadoras nesses países são *an sich* o sujeito revolucionário, enquanto elas são a única classe que ainda constitui a base humana do processo de produção material, e a única classe que, em virtude de sua função no processo produtivo, é capaz de deter esse processo e de redirecioná-lo. (MARCUSE, 2014c, p. 197)

Caso parasse por aí, Marcuse estaria denunciando um movimento de dissociação entre os caracteres econômicos e os políticos da classe trabalhadora tal qual teorizada por Marx – a distinção entre a classe *em si* e *para si*. Não se trata de afirmar que a classe trabalhadora não seria integrada em termos políticos; o processo de unificação de opostos fazia-se igualmente presente nessa esfera com a adesão dos sindicatos e dos partidos da esquerda ao existente. Mas é importante enfatizar que, para Marcuse, a integração descrita não se refere somente ao reino da política. Um dos feitos da sociedade industrial tardia é sua capacidade de concretizar uma integração econômica real. Não se trata apenas de explicar por que o proletariado passou a aderir ao *Establishment*, mas igualmente de demonstrar o modo como o processo de integração econômico é um elemento constitutivo fundamental da integração política. Por isso Marcuse continua o argumento:

> Afirmei que as classes trabalhadoras nos países industriais desenvolvidos ainda são *an sich*, por si mesmas, o sujeito revolucionário *enquanto* elas mantiverem a posição central e básica no processo de produção. Introduzi esse fator temporal ("enquanto") tendo em vista as transformações decisivas do capitalismo nesse estágio do desenvolvimento [...] (MARCUSE, 2014b, p. 197, grifos do autor)

Um dos pontos inéditos introduzido pela sociedade administrada é seu imenso aparato tecnológico produtor e distribuidor de uma "enorme coleção de mercadorias" (MARX, 2013, p. 210), que não se restringiu, como havia sido a norma na história do capitalismo até então, a elevar o padrão de vida apenas da burguesia e levou, segundo Marcuse, à diminuição considerável do *gap* entre as classes na esfera do consumo, borrando as fronteiras imediatamente visíveis entre elas[5]. Esse movimento ocorria de

---

[5] Giovanni Arrighi, em um estudo que busca cobrir séculos da *longue durée* capitalista, afirma que o período incluído na tese dos frankfurtianos em questão foi o mais estável e próspero da história desse sistema:

> Segundo McCormick (1989, p. 99), o período de 23 anos inaugurado pela Guerra da Coréia e concluído pelos Acordos de Paris no início de 1973, que praticamente puseram fim à Guerra do Vietnã, foi 'o período mais contínuo e lucrativo de crescimento econômico na história do capitalismo mundial'. Esse é mesmo período que Stephen Marglin e Juliet Schor (1991), entre outros, chamaram de 'a idade de ouro do capitalismo':
>
> Não há dúvida de que o quarto de século que se seguiu à reconstrução pós-Segunda Guerra Mundial foi um período de prosperidade e expansão sem precedentes para a economia mundial. Entre 1950 e 1975, a renda *per capita* nos países em desenvolvimento teve um aumento médio de 3% ao ano, acelerando-se de 2% na década de 1950 para 3,4% na seguinte. Essa taxa de crescimento, historicamente sem

baixo para cima, isto é, aproximando o proletariado da burguesia, e não inversamente (ou seja, proletarizando a burguesia). O progresso tecnológico, aliado a um Estado intervencionista, formava dois dos mais importantes alicerces da constituição da sociedade unidimensional[6].

Segundo Marcuse, para compreender a abrangência da integração real propalada pela sociedade industrial tardia, devemos compará-la com as condições de vida sob o capitalismo em seus primórdios. Num texto composto como intervenção em um simpósio da UNESCO em maio de 1961, Marcuse ensaia diversas das teses publicadas três anos depois em *One-dimensional Man*:

> precedentes nesses países, ultrapassou a que fora alcançada pelos países desenvolvidos em sua fase de industrialização. (...) Nos próprios países desenvolvidos, (...) o PIB e o PIB *per capita* cresceram quase duas vezes mais depressa do que em qualquer período anterior, desde 1820. A produtividade do trabalho aumentou duas vezes mais depressa do que em qualquer época e houve uma aceleração extraordinária na taxa de crescimento do estoque de capital. O aumento desse estoque representou uma explosão de investimentos, de duração e vigor sem precedentes históricos. (Glyn et al., 1991, p. 41-2). (ARRIGHI, 2006, p. 307)

Ou seja, não se trata de uma melhoria irrisória confinada a uma parcela extremamente restrita da população, mas sim de um período em que o capitalismo obteve seus melhores resultados e de fato impôs um desafio monumental para seus críticos, em especial para aqueles que viviam no centro desse sistema e continuavam a tentar eviscerar de modo inconteste a barbárie que ele inexoravelmente trazia com seu progresso. Castel (2008, p. 479) também fornece dados que mostram como, na França, entre 1953 e 1975, triplicam a produtividade, o consumo e a renda salarial. Ruy Braga mostra como muitos na esquerda teriam até mesmo abandonado suas posições radicais e aderido à tese do fim das classes, afinal, as evidências da época pareciam apontar para a possibilidade mesma de "superação da condição proletária":

> Após a Segunda Guerra Mundial, o crescimento econômico europeu associado à institucionalização de direitos sociais pareceu eliminar a insegurança da relação salarial. Ainda que boa parte do trabalho intermitente e sub-remunerado continuasse sendo atribuída a jovens imigrantes, a combinação da proteção do trabalhador nacional com o consumo de massas, ou seja, a promessa da cidadania salarial, transformou-se em um poderoso amortecedor da luta de classes. Ao longo dos 'trinta anos gloriosos' do capitalismo (1945-1973), o crescimento do 'salariado', isto é, da classe de trabalhadores assalariados cuja reprodução é regulada pelos direitos da cidadania, ao menos apontava para o horizonte da superação da condição proletária por meio do planejamento estatal. (BRAGA, 2012, p. 15–6)

[6] Duménil e Lévy, olhando retrospectivamente já nos anos 2000, apontam na mesma direção

> A prosperidade das primeiras décadas após a Segunda Guerra Mundial tinha dois pilares: condições excepcionalmente favoráveis [ara o progresso tecnológico e para as instituições direcionadas para o desenvolvimento, de um lado, e políticas que soa comumente chamados Keynesianismo, de outro. Na Europa e no Japão, a produtividade do trabalho aumentou rapidamente e a elevação na relação capital-trabalho indicava que os principais países desenvolvidos estavam alcançando a economia americana rapidamente. Como nos EUA, a produtividade do trabalho estava alta. Esses felizes desenvolvimentos tornaram possível que as lutas sociais obtivessem um aumento substancial no poder de compra dos trabalhadores, acompanhado de um sistema de proteção social. (DUMÉNIL; LÉVY, 2004, p. 184)

> Durante a revolução industrial, e por quase meio século em seguida, o setor irracional da sociedade era grande e evidente: o trabalho infantil, as condições de trabalho sub-humanas, a alta taxa de mortalidade, a pobreza generalizada e a flagrante desigualdade na distribuição da riqueza social testemunhavam a irracionalidade do progresso. (MARCUSE, 1998c, p. 40)

Grande parte do diagnóstico e do prognóstico de Marx e Engels, que no *Manifesto Comunista* descreviam uma sociedade que seria cindida cada vez mais pela divisão em dois campos inimigos e opostos (MARX; ENGELS, 2007, p. 40) e, tanto no *Manifesto* quanto n'*O Capital* teorizavam acerca da pauperização tendencial da classe trabalhadora, passa a ser paulatinamente desafiado pela realidade e, assim, reexaminado pela Escola de Frankfurt. No capitalismo tardio, observava-se uma integração do trabalhador na sociedade e na empresa que não se expressava mais meramente na consciência, mas também nos aspectos materiais e na própria realidade. Quando o alto padrão de consumo, próprio de uma sociedade na qual o emprego massificado da tecnologia na produção é capaz de produzir excedentes em uma escala inédita, consegue ser estendido, embora certamente ainda de maneira desigual, virtualmente a todas as classes, a classe trabalhadora deixa de ser a negação viva do capitalismo, deixa de ser sua antítese ambulante para tornar-se integrada[7]. Se voltarmos novamente ao *Manifesto*, é como se uma das afirmações finais do livro perdesse sua "validade histórica", afinal, os trabalhadores não mais teriam *apenas* os grilhões a perder, eles teriam *algo mais* a perder, a saber, sua geladeira, seu automóvel, sua nova casa – bens duráveis típicos adquiridos no auge capitalista das décadas de 1950 e 1960.

Seguindo a trilha do desdobramento da integração, Marcuse está apontando para o efeito acarretado pelas transformações sociais, politicas e econômicas operadas pelo capitalismo tardio, que alterariam os fundamentos da própria existência da classe proletária. O teórico crítico aponta para a mutação dessa classe enquanto negação determinada do capitalismo:

---

[7] Castel mostra como Frederick Taylor, mas principalmente Henry Ford eram entusiastas da ideia da inclusão dos operários na esfera do consumo das mercadorias produzidas por eles, alargando assim o mercado consumidor e as possibilidades ampliadas de realização do valor a ele atrelada. Se o trabalhador havia sido concebido até então como um "produtor máximo e um consumidor mínimo" (CASTEL, 2008, p. 429), nos anos gloriosos do capitalismo o sonho fordista da produção de massa e consumo de massa chega próximo de realizar-se. Cf. CASTEL, 2008, p. 428 et seq.

> A concepção de Marx da revolução foi baseada na existência de uma classe que não somente é pauperizada e desumanizada, mas que também é livre de qualquer interesse próprio no sistema capitalista e, portanto, representa uma força histórica nova com necessidades e aspirações qualitativamente diferentes. Na terminologia hegeliana, essa classe é a "negação determinada" do sistema capitalista e das necessidades e satisfação estabelecidas. (MARCUSE, 2014b, p. 190)

Adorno teria apontado para o mesmo fenômeno já em 1942, quando afirmou, no sétimo excerto de *Reflexões sobre a teoria das classes*, que

> O ponto da doutrina marxista das classes que se apresenta de modo mais aberto à crítica apologética parece ser o da teoria da pauperização [*Verelendung*]. A miséria conjunta faz do proletariado uma classe. Isso segue como consequência de sua posição no processo de produção da economia capitalista e cresce com esse processo até o insuportável. Assim, a própria miséria torna-se uma força da revolução, a qual deve superar a miséria. Os proletários não têm nada a perder a não ser suas correntes, e têm tudo a ganhar: a escolha não deve ser difícil para eles, e a democracia burguesa é progressiva na medida em que concede margem de manobra para a organização da classe, cujo peso numérico leva à revolução [*Umsturz*]. Contrariamente, todas as estatísticas entram em cena. Os proletários têm mais a perder que suas correntes. Comparado às condições inglesas há cem anos, tais quais se apresentavam perante os olhos dos autores do *Manifesto*, seu padrão de vida não piorou, mas sim melhorou. Jornadas de trabalho mais curtas, alimentação, moradia e vestimenta melhores, proteção dos membros da família e da sua própria idade, expectativa de vida mais alta na média, tudo isso recai sobre os trabalhadores com o desenvolvimento das forças produtivas técnicas. [...] Assim rui a legada construção da pauperização. (ADORNO, 1972a, p. 384)

Para fins de comparação e contraste, vejamos como Engels descreve as grandes cidades inglesas da metade do século XIX, nas quais o proletariado, em sua mera existência corporificava a negatividade da totalidade social e denunciava a não equivalência da troca de equivalentes, a inverdade e a injustiça de um sistema criado na base da espoliação completa:

> Na escala em que, nessa guerra social, as armas de combate são o capital, a propriedade direta ou indireta dos meios de subsistência e dos meios

> de produção, é óbvio que todos os ônus de uma tal situação recaem sobre o pobre. Ninguém se preocupa com ele: lançado nesse turbilhão caótico, ele deve sobreviver como puder. Se tem a sorte de encontrar trabalho, isto é, se a burguesia lhe faz o favor de enriquecer à sua custa, espera-o um salário apenas suficiente para o manter vivo; se não encontrar trabalho e não temer a polícia, pode roubar; pode ainda morrer de fome, caso em que a polícia tomará cuidado para que a morte seja silenciosa para não chocar a burguesia. (ENGELS, 2008, p. 69)[8]

Na sociedade industrial avançada, o quadro delineado pelo marxismo clássico parecia ter se transformado sensivelmente, de modo que os bolsões de miséria, negações determinadas do sistema capitalista, eram legados ao assim chamado Terceiro Mundo.

Teses alternativas surgiram na mesma época para tentar explicar o mesmo fenômeno de integração, teses como a da aristocracia operária, da pauperização relativa e da desconsideração da esfera do consumo como definição do proletariado. Marcuse, ciente de tais teses, defendia que não podemos restringir esse fenômeno a uma parcela restrita da classe, e que a esfera do consumo não é uma esfera supérflua na explicação do capitalismo, mas sim constitutiva de seu âmago e da formação da classe proletária:

> A integração da maioria da classe trabalhadora na sociedade capitalista não é um fenômeno superficial; ela tem suas raízes na infraestrutura mesma, na economia política do capitalismo monopolista [...]. Dizer que essa classe tem muito mais a perder do que suas correntes pode ser uma afirmação vulgar, mas também é correta.
>
> É fácil desvencilhar-se do argumento da integração tendencial da classe trabalhadora na sociedade capitalista avançada afirmando que essa mudança se refere apenas à esfera do consumo e, logo, não afeta a "definição estrutural" do proletariado. A esfera do consumo é uma das áreas da existência social do homem, e, como tal, determina sua consciência que, por sua vez, é um fator a moldar seu comportamento, sua atitude no trabalho e no lazer. [...]

---

[8] Comentando o caso francês, e não inglês, Castel descreve uma cena análoga da "condição proletária":

> uma remuneração próxima de uma renda mínima que assegura apenas a reprodução do trabalhador e de sua família e que não permite investir no consumo; uma ausência de garantias legais na situação de trabalho regida pelo contrato de aluguel [...]; o caráter "lábil" da relação do trabalhador com a empresa: muda frequentemente de lugar, alugando-se ao que oferecer mais [...] e "fica desempregado" alguns dias da semana ou durante períodos mais ou menos longos, se puder sobreviver sem se submeter à disciplina do trabalho industrial. (CASTEL, 2008, p. 419)

> Excluir a esfera do consumo em seus aspectos mais amplos da análise estrutural ofende o princípio do materialismo dialético. (MARCUSE, 1972a, p. 6)

Adorno havia dirigido a mesma crítica aos socialdemocratas que se recusariam a aceitar a nova realidade imposta à teoria marxista:

> Remendá-la [a teoria da pauperização] com o conceito auxiliar de pauperização relativa, como se tentou fazer na época da contenda do revisionismo, só poderia ocorrer aos socialdemocratas contra-apologéticos, cujos ouvidos haviam se tornado tão surdos pelos seus próprios gritos que sequer escutavam o deboche que ecoava da expressão pauperização relativa contra seus esforços. (ADORNO, 1972a, p. 384)

Se anteriormente à emergência dessa nova formação social capitalista era possível identificar de pronto as classes sociais por meio da mera observação de suas características mais exteriores, essa verificação empírica das classes deixava de ser tão imediata. Isso não implica, conforme insiste Marcuse, que o capitalismo não fosse mais uma sociedade de classes, mas apenas que essa distinção tornava-se mais imprecisa e menos nítida na medida em que elas se misturavam em um confuso amálgama, formado pelo processo segundo o qual "a classe trabalhadora é 'aburguesada' (*verbürgerlicht*)" (MARCUSE, 1998d, p. 175) [9]. Por isso Marcuse pode afirmar, como no trecho citado na epígrafe, que a datilógrafa está tão arrumada quanto a filha de seu empregador, que o patrão e o empregado assistem ao mesmo programa televisivo, etc. O consumo e o acesso à cultura, que antes eram privilégio de classe, se generalizam e atenuam – sem obliterar[10] – a diferença entre burguesia e proletariado, que nos tempos de Marx, aparecia no contraste do macacão do operário e no casaco bem talhado do burguês. O que está em

[9] Castel (2008, p. 466) descreve tais trabalhadores como "puros assalariados que conquistaram suas credenciais de burguesia".

[10] Castel insiste no ponto que mesmo com toda integração propalada nesse período, há de se manter uma análise da integração diferencial e da manutenção de uma particularidade da classe trabalhadora quanto a seus hábitos do consumo, à habitação, aos modos de vida, participação no lazer e na cultura, etc. Mas até mesmo ele é obrigado a admitir que "o que importa aqui é sobretudo o fato de que, a despeito dessa subordinação, esses grupos estão inseridos no *continuum* das posições que constituem a sociedade salarial e podem por isso não se intercambiar mas, sim, comparar-se diferenciando-se" (CASTEL, 2008, p. 475). Há de se admitir que, comparada às condições do início da era industrial, a condição proletária nos anos após a Segunda Guerra evoluiu consideravelmente, a ponto de muitos terem julgado que seria necessário apelar às "lutas por classificações" (cf. BOURDIEU, 2008) para diferenciar o núcleo da classe trabalhadora da burguesia.

jogo, no processo de equiparação das classes por meio do consumo, é o abrandamento da percepção de que essa sociedade, que tolera que tanto a burguesia quanto a classe trabalhadora frequentem os mesmos shopping centers, permanece sendo uma sociedade baseada na exploração do trabalho e, portanto, uma sociedade de classes.

Antecipando-se às críticas que poderiam identificar no seu diagnóstico um elitismo que recusava a conivência harmoniosa das classes subalternas na inclusiva festa da democracia capitalista, Marcuse ressalta que, evidentemente, não se posicionava de modo contrário à melhoria nas condições de vida, aos produtos e serviços disponíveis para setores cada vez mais abrangentes da sociedade, à possibilidade de consumo e de oportunidades de vida inéditas para as classes trabalhadoras. "Trata-se de um modo de vida bom – muito melhor do que antes" (MARCUSE, 2002, p. 14), afirma Marcuse. A questão é que "como um modo de vida bom, ele milita contra a mudança qualitativa" (MARCUSE, 2002, p. 13).

A conclusão de Marcuse é que, devido a essas mudanças, a classe trabalhadora apresenta características distintivamente novas, quando comparadas com sua análise por Marx:

> Das três qualidades que na teoria marxista tornam a classe trabalhadora o sujeito revolucionário potencial ([1] somente ela pode parar o processo de produção, [2] ela é a maioria da população e [3] sua própria existência é a negação de ser humano), dessas três qualidades, apenas a primeira ainda se aplica àquela parte da classe trabalhadora americana que poderia razoavelmente ser chamada da sucessora contemporânea do proletariado: o trabalho de colarinho azul. (MARCUSE, 1972a, p. 38)

Ou seja, o argumento dos teóricos críticos era que, no centro do sistema, abundavam as evidências de que não somente uma pequena camada de patrões, mas todos os grupos sociais pareciam beneficiar-se dos frutos desse aparato. Esse benefício coletivo produziria imediatamente uma adesão ao existente: "Essa unificação de opostos afeta as próprias possibilidades de mudança social aonde ela inclui aqueles estratos em cujas costas o sistema progride – isto é, as próprias classes cuja existência certa vez corporificava a oposição ao sistema como um todo" (MARCUSE, 2002, p. 22).

As mutações materiais promovidas por esse estágio levaram a uma integração igualmente amalgamantes na consciência do trabalhador, que, segundo Marcuse, passa a demonstrar um interesse crescente pelos assuntos e problemas da empresa, a abrir mão

de lutas por salário em nome de novos investimentos, a procurar soluções pontuais para disputas eminentemente coletivas, em suma, a colaborar. As classes laboriosas desse sistema demonstram um interesse maior não em sua explosão e destruição, como seria de se esperar, mas sim em sua manutenção e estabilização.

> [...] com base na crescente produtividade do aparato técnico-econômico, isto é, com base nos ascendentes confortos sob a administração total, grandes seções das classes trabalhadoras nas áreas mais avançadas da civilização industrial são levadas da "negação absoluta" à resignação e até mesmo à afirmação do sistema. (MARCUSE, 1998c, p. 38–9)

Para resumir, mostra-se útil retomar o quadro comparativo elaborado por Marcuse nas anotações de uma palestra que daria no mesmo ano de lançamento de *O Homem unidimensional*, indicando a magnitude dos desafios impostos pela sociedade industrial desenvolvida, quando confrontada com a crítica de Marx no momento de emergência do capitalismo:

> (1) pauperização – melhoria no padrão de vida
>
> (2) acentuação dos conflitos de classe – aumento na colaboração entre as classes
>
> (3) consciência revolucionária – consciência conformista
>
> (4) solidariedade proletária internacional – nacionalismo
>
> (5) estagnação e crise – estabilização e crescimento do capitalismo
>
> (6) conflitos imperialistas – alianças e mercados supranacionais (o espectro do *Generalkartell*!)
>
> (7) Bipolarização da sociedade, redução das classes médias – crescimento das "novas classes médias"
>
> [...]
>
> (MARCUSE, 2014d, p. 223)

Embora a aplicação cada vez maior da tecnologia no processo de produção (que propiciou um aumento sensível da produtividade do trabalho) e na vida social como um todo fosse um dos pontos centrais do argumento de Marcuse, existem também outros fatores sociais que contribuem para a formação da sociedade industrial desenvolvida. Ao elencar tais fatores, Marcuse aponta para os pilares daquilo que ficou posteriormente

conhecido como a sociedade tipicamente fordista-keynesiana, aliada ao Estado de Bem-estar, que vigorou *grosso modo* entre os anos de 1945 e 1973 na maioria dos países do Norte global: o governo como elemento estimulante e controlador da economia nacional, mesmo que esta girasse em torno dos interesses das grandes corporações; assimilação gradual tanto dos trabalhadores de colarinho branco quanto azul, com crescimento proporcional considerável destes em relação àqueles; encerramento dos interesses nacionais contra o inimigo externo e o consequente crescimento vertiginoso da indústria bélica; quadro global de neoimperialismo e neocolonialismo; redução relativa da importância do setor secundário em relação ao terciário; pacto de classes na forma de acordos entre as organizações do mundo do trabalho (sindicatos, partidos, etc.) e dos negócios, que passam a partilhar, mesmo que desigualmente, os ganhos de produtividade; um amplo sistema de seguridade social; gastos governamentais em obras públicas em larga escala; entre outros (cf. MARCUSE, 2002, p. 21–2, p. 42; 2015, p. 39-41). A respeito dessa ligação intrínseca entre Estado de Bem-estar e sociedade unidimensional, Marcuse afirma:

> Resumindo: os prospectos da contenção da mudança, oferecidos pela política da racionalidade tecnológica, dependem dos prospectos do Estado de bem-estar. Tal Estado parece capaz de elevar os padrões da vida administrada, uma capacidade inerente em todas as sociedades industriais avançadas, nas quais o dinamizado aparato técnico [...] depende, para seu funcionamento, do desenvolvimento intensificado e da expansão da produtividade. (MARCUSE, 2002, p. 52)[11]

[11] Ao analisar o regime de fordista, David Harvey reiteraria décadas mais tarde as teses de Marcuse, mostrando como o papel do Estado em tal momento é decisivo, atuando como um mediador entre o capital e o trabalho e garantindo, de um lado, as condições de lucratividade do setor empresarial e, de outro, oferecendo um sistema amplo de seguridade social capaz de assegurar o contentamento relativo de todas as classes sociais:

> O Estado, por sua vez, assumia uma variedade de obrigações. Na medida em que a produção de massa, que envolvia pesados investimentos em capital fixo, requeria condições de demanda relativamente estáveis para ser lucrativa, o Estado se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra. Essas políticas eram dirigidas para as áreas de investimento público – em setores como o transporte, os equipamentos públicos etc. – vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam um emprego relativamente pleno. Os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social, assistência médica, educação, habitação etc. (HARVEY, 1998, p. 129)

Duménil e Lévy indicam o mesmo quadro geral:

Os anos de luta pareciam arrefecer justamente nesse momento, no qual os teóricos de Frankfurt testemunharam um quadro de abastado ciclo de crescimento econômico vivenciado entre a década de 50 e 70 do século passado, incluído na chamada "Idade de Ouro" do capitalismo, quando a taxa de desemprego esteve abaixo de 2% na Europa e de 8% nos EUA, e a inflação estável e controlada abaixo de 4% na Europa e 2% nos EUA (cf. HARVEY, 2008, p. 24). A política de conciliação entre as classes, (ao menos em teoria) unidas em torno de ideais e objetivos comuns (como o crescimento nacional ou a luta contra um inimigo externo, ambos grandes temas patrióticos, martelados incessantemente durante a Guerra Fria), a diminuição da pobreza absoluta e relativa e o declínio sensível das taxas de desigualdade social (HARVEY, 2008, p. 25 e seguintes) marcaram decisivamente tais décadas.

Os fatos referentes à integração política promovida então são dissecados ao longo da obra de Marcuse como um todo, levando em conta seus aspectos coletivos, organizativos e concernentes à luta de classes. Marcuse inicia o capítulo segundo de *O Homem unidimensional* oferecendo argumentos empíricos sobre o novo funcionamento colaborativo dos sindicatos e da perda de combatividade dos partidos de esquerda no Norte global, deixando claro novamente que essa situação não se deve tão somente a uma traição de classe ou aburguesamento de uma aristocracia operária, mas reflete o enfraquecimento de sua base social ocasionado por sua progressiva integração econômica no sistema:

> Quando consideramos, embora sumariamente, a maneira com a qual a teoria marxista lidou com essas mudanças vitais, somos obrigados a admitir de imediato que as explicações tradicionais não são mais satisfatórias em face do que está ocorrendo hoje na sociedade capitalista avançada. Por exemplo, a

---

> Quais eram as balizas e os métodos desse período de compromisso? Enquanto deixava a inciativa privada livre para agir quanto aos investimentos e à administração corporativa, o Estado keynesiano tornou-se envolvido no controle dos níveis da atividade e do crescimento econômicos, por meio de várias regulações e políticas (que tinham a ver com o crédito, a moeda, e a supervisão das instituições financeiras) e regulando as despesas estatais de acordo com a situação econômica, afetando assim a demanda global e, logo, a produção. Essa responsabilidade macroeconômica do Estado tendia a reconhecer de fato o direito a um emprego; o desemprego em longo prazo ou suas formas disfarçadas eram, desse modo, consideradas inaceitáveis. A ideia de 'partilhar os frutos do crescimento' e, portanto, de um aumento nos salários, foi estabelecida. O Estado tornou-se, em todos os lugares, mais envolvido na educação, na pesquisa e na política industrial, por vezes assumindo diretamente o controle de certos setores da economia. A isso deve-se adicionar o florescimento dos sistemas de proteção social (saúde, família, aposentadoria e desemprego). (DUMÉNIL; LÉVY, 2004, p. 12)

> teoria da aristocracia operária, tal qual formulada por Lênin, não consegue mais lidar com uma situação na qual não é apenas um pequeno fragmento da classe trabalhadora que foi integrado, mas sim, como nos EUA hoje, sua vasta maioria. Isso não é mais uma questão de diferenças entre os peixes grandes, a burocracia sindical, e a base [*rank and file*], embora essas diferenças ainda estejam lá em boa parte na mesma forma; hoje, as mudanças no sistema de trabalho e os crescentes padrões de vida transformaram a maioria da classe trabalhadora organizada em uma aristocracia operária, ao passo que, nos dias de Lênin, essa ainda não era mais do que uma pequena minoria. (MARCUSE, 2014e, p. 174)

Ou seja, o argumento básico é o de que "quanto mais produtivo o sistema de produção estabelecido, menos revolucionária a classe trabalhadora. (Consequentemente, os Partidos Comunistas tornam-se '*partis de l'ordre*'" (MARCUSE, 2007, p. 183).

Os sindicatos, outrora locais de resistência e luta política, teriam paulatinamente aceito o *trade-off* de sua combatividade política pela *Realpolitik* dos ganhos possíveis dentro do sistema estabelecido. Da luta de classes passamos aí à gestão dos conflitos entre grupos, com convergências significativas na luta contra o inimigo comunista externo, no crescimento nacional, no combate à esquerda radical interna, entre outros pontos de comunhão entre capital e trabalho[12].

Mostrando-se atualizado sobre os dados políticos em questão, e não negando a existência de certa oposição sindical, Marcuse cita exemplos pontuais dessa coalizão capital-trabalho:

> Os grandes sindicatos seguiram uma política de cooperação; até mesmo sociólogos marxistas falam de uma "coalizão entre capital e trabalho". O Centro para o Estudo de Instituições Democráticas publicou um material muito interessante sobre esse assunto. Em um estudo da indústria automobilística, descobriu-se que os sindicatos eram incapazes de separar seus

[12] Giovanni Alves corrobora a tese de Marcuse, afirmando:

> De certo modo, o compromisso fordista, que decorria de um novo arranjo institucional de interesses entre capital e trabalho assalariado, significou um aprofundamento da integração sindical à ordem capitalista, da sua rendição à lógica do capitalismo tardio, à custa da participação de parcelas da classe operária na sociedade de consumo. É possível dizer que o compromisso fordista continha as próprias determinações da crise do sindicalismo, não ainda em sua dimensão socioinstitucional, mas em sua dimensão político-ideológica. O caso precoce de crise do sindicalismo moderno ocorreu nos EUA, onde, a partir dos anos 50, observa-se um declínio socioinstitucional do sindicalismo. (ALVES, 2000, p. 93)

> próprios interesses daqueles da firma. Por exemplo, é bastante normal que uma delegação sindicato-trabalho unificada vá a Washington para fazer pressão conjunta para bloquear o fechamento de uma fábrica de armamentos obsoletos ou para conseguir a construção de uma nova. Esse tipo de lobby não é de modo algum raro.
>
> Eu gostaria de enfatizar que há uma oposição sindical, a despeito disso, mas ela é fraca e a grande maioria dos que têm qualquer tipo de influência seguem a linha política que delineei acima. Para mostrar quão séria tornou-se a situação, vale notar que os estivadores da costa leste recentemente recusaram-se a carregar cargas de trigo destinadas a Cuba, as quais o Departamento de Estado havia autorizado. (MARCUSE, 2014e, p. 175–6)[13]

Não fortuitamente, Marcuse afirmava que "Nos EUA, nota-se a coalizão e a aliança entre o negócio e o trabalho organizado" (MARCUSE, 2002, p. 22)[14]. Harvey

---

[13] Analisando justamente o momento de vigor do capitalismo tardio, Harvey fala em um equilíbrio tenso, porém firme, entre capital, trabalho e nação-Estado, equilíbrio esse que formou a base para as teses da teoria crítica produzida no período:

> O problema da configuração e uso próprios dos poderes do Estado só foi resolvido depois de 1945. Isso levou o fordismo à maturidade como regime de acumulação plenamente acabado e distintivo. Como tal, ele veio a formar a base de um longo período de expansão pós-guerra que se manteve mais ou menos intacto até 1973. Ao longo desse período, o capitalismo nos países capitalistas avançados alcançou taxas fortes, mas relativamente estáveis de crescimento econômico [...]. Os padrões de vida se elevaram [...], as tendências de crise foram contidas, a democracia de massa, preservada e a ameaça de guerras intercapitalistas, tornada remota. O fordismo se aliou firmemente ao Keynesianismo, e o capitalismo se dedicou a um surto de expansões internacionalistas de alcance mundial que atraiu para a sua rede inúmeras nações descolonizadas.
>
> [...]
>
> Mas o crescimento fenomenal da expansão de pós-guerra dependeu de uma série de compromissos e reposicionamentos por parte dos principais atores dos processos de desenvolvimento capitalista. O Estado teve de assumir novos (keynesianos) papéis e construir novos poderes institucionais; o capital corporativo teve de ajustar as velas em certos aspectos para seguir com mais suavidade a trilha da lucratividade segura; e o trabalho organizado teve de assumir novos papéis e funções relativos ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processos de produção. O equilíbrio de poder, tenso mas mesmo assim firme, que prevalecia entre o trabalho organizado, o grande capital corporativo e a nação-Estado, e que formou a base de poder da expansão de pós-guerra não foi alcançado por acaso – resultou de anos de luta. (HARVEY, 1998, p. 125)

[14] Stanley Aronowitz (2014), ao fazer um histórico do movimento sindical e trabalhista estadunidense, ampara largamente o diagnóstico de Marcuse. O sociólogo americano mostra como é possível identificar três fases nesse movimento: a primeira, inaugurada em 1770 e que dura até a criação da *American Federation of Labor* (AFL) em 1886; a segunda, que nasce junto com a AFL e que se estende até o *New Deal* de F. D. Roosevelt nos anos 1930; e, por fim, uma terceira que emerge com a legislação trabalhista do *New Deal* (em especial o *National Labor Relations Act*, de 1935) e que esmorece, *grosso modo*, com a "Revolução de Reagan" nos anos 1980. Aronowitz mostra como essa história é uma trajetória que começa

aponta como tal adesão e cooperação políticas das organizações trabalhistas era variável, mas insiste que ela, de modo geral, envolveu a troca da radicalidade pela aceitação das regras do jogo:

> Há disputas sobre a profundidade dessas novas relações de classe, mas, de todo modo, isso por certo variou muito de país a país e até de região para região. Nos Estados Unidos, por exemplo, os sindicatos ganharam considerável poder na esfera da negociação coletiva nas indústrias de produção em massa do Meio Oeste e do Nordeste, preservaram algum controle dentro das fábricas sobre as especificações de tarefas, sobre a segurança e as promoções, e conquistaram importante poder político (embora nunca determinante) sobre questões como benefícios da seguridade social, salário mínimo e outras facetas da política social. Mas adquiririam e mantiveram esses direitos em troca da adoção de uma atitude cooperativa no tocante às técnicas fordistas de produção e às estratégias corporativas cognatas para aumentar a produtividade. [...] as organizações sindicais burocratizadas foram sendo cada vez mais acuadas (às vezes através do exercício do poder estatal repressivo) para trocar ganhos reais de salário pela cooperação na disciplinação dos trabalhadores de acordo com o sistema fordista de produção. (HARVEY, 1998, p. 128–9)

---

no final do século XVIII, com sindicatos combativos que propunham pautas com um amplo escopo, não somente econômicas, recusavam-se a aceitar negociações coletivas [*collective bargain*] e a assinar cláusulas de promessa de não greve [*no strike clauses*], até adentrar o século XX e a gradual expulsão dos elementos radicais entre as bases, sejam eles anarquistas ou comunistas, de modo que, "após a Segunda Guerra Mundial, o outrora insurgente movimento trabalhista tornou-se parte do establishment. Proeminentes líderes sindicais do setor industrial [...] proclamaram em alto e bom som o advento de uma era de parceria capital/trabalho" (ARONOWITZ, 2014, p. 73).

Em momento de alta pressão política exercida sobre os patrões, exercida tanto externamente pela URSS e pelo bloco comunista como um todo, quanto internamente pelas ocupações de fábricas no Centro-Oeste americano, eles aceitaram trocar a potencial perigoso das greves e das sabotagens pela previsibilidade da negociação coletiva, mesmo que isso significasse ceder alguns ganhos e direitos à classe trabalhadora.

A fusão das duas maiores centrais sindicais estadunidenses em 1955, a AFL e a CIO (*Congress of Industrial Organizations*) foi outro passo na direção de um sindicato burocratizado que começou a substituir a militância de chão de fábrica por funcionários de relações públicas e a atuar, como já havia alertado Horkheimer oito anos antes, como uma empresa: "O fato de a organização do trabalho ser reconhecida como um negócio, como o de qualquer outra empresa, completa o processo de reificação do homem" (HORKHEIMER, 2015, p. 164).

Aronowitz também mostra como, apesar de serem organizações supostamente de luta política e de justiça social, o anti-comunismo típico da Guerra Fria permeava inclusive os meios sindicais. Walter Reuther, por exemplo, notório líder da United Auto Workers, era um anti-comunista declarado, que se empenhava em colaborar com as autoridades responsáveis pelas *unAmerican acitivities* (ARONOWITZ, 2014, p. 61 et seq.).

Assim, a conclusão de Aronowitz é que "a história real dos últimos 75 anos da jornada trabalhista é a da subordinação exitosa dos sindicatos" (ARONOWITZ, 2014, p. 32).

Segundo Marcuse, os partidos (mesmo os Comunistas) passaram a aceitar as regras do jogo parlamentar, as regras da conquista de votos pela propaganda e a deixar para trás todo seu caráter revolucionário, consentindo em trocar um conteúdo programático radical por um programa mínimo:

> O Partido Trabalhista britânico, cujos líderes competem com seus duplos Conservadores para avançar os interesses nacionais, mal consegue resguardar até mesmo um programa modesto de nacionalização parcial. Na Alemanha Ocidental, que baniu o Partido Comunista, o Partido Socialdemocrata, tendo rejeitado oficialmente seus programas marxistas, está provando sua respeitabilidade de modo convincente. (MARCUSE, 2002, p. 22)

Nessa passagem de *O Homem unidimensional*, Marcuse faz alusão ao SPD alemão, partido que outrora havia abrigado revolucionários como Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht (antes de seu rompimento com o partido e da fundação da Liga Espartaquista em 1918), além do próprio Marcuse (que se filiou ao partido em 1917 e abandonou-o logo após o assassinato de Luxemburgo e Liebknecht em 1919), e seu controverso Programa de Godesberg, adotado por grande maioria no Congresso realizado em Bad Godesberg em novembro de 1959, no qual o Partido Socialdemocrata distancia-se oficialmente de posições marxistas e comunistas, renunciando por exemplo à socialização dos meios de produção, e adota medidas na direção da aceitação do capitalismo concorrencial como ordem justa e necessária, aceitando a economia de mercado entre suas diretrizes e propondo que o Estado resguardasse a propriedade privada (cf. FOUCAULT, 2008, p. 103–38). Esse programa vigorou oficialmente como orientação do partido por três décadas, e muitos de seus elementos básicos mantêm sua validade até hoje. Por essa razão, Marcuse responde, em 28 de outubro de 1965, a uma carta de Adorno na qual esse afirma temer pela vitória da União Democrata-Cristã (CDU) nas eleições, escrevendo:

> Eu certamente não teria votado no SPD. A infâmia desse partido torna-o inapto até mesmo para o “mal menor”. Ele ousa ainda portar o nome que tinha quando Karl e Rosa ainda pertenciam a ele. E ele vai evitar o fascismo vindouro tão pouco quanto a CDU. (MARCUSE, 1965b)

Marcuse também menciona o *Labour Party* britânico, que na época encontrava-se imerso na disputa entre sua ala mais radical, liderada por Aneurin Belvan e apelidada de os "Belvanites" e sua ala revisionista e conservadora, os "Gaitskellites", chefiada por Hugh Gaitskellite. A contenda envolvia desacordos em torno de questões fundamentais como o desarmamento nuclear, a nacionalização dos meios de produção e a entrada da Grã-Bretanha na Comunidade Econômica Europeia. A ala à direita do partido acabou por sobrepujar os Belvanites ao longo dos anos 1960, impondo uma linha que defendia uma economia mista orientada para o mercado, dedicando um papel central para o empreendedorismo privado (cf. HASELER, 1969).

Marcuse fazia referências aos Partidos Comunistas italiano e francês como exemplos de partidos que detinham alguma base social ampla e que ainda possuíam programas minimamente radicais. Mesmo assim, "quanto aos fortes Partidos Comunistas na França e na Itália, eles são testemunhas da tendência geral das circunstancias, ao aderir a um programa mínimo que arquiva a tomada revolucionária do poder e consente com as regras do jogo parlamentar" (MARCUSE, 2002, p. 23). Marcuse também não deixou de criticar a atuação oportunista do PCF e das organizações controlados por ele, como a CGT na época, como em Paris em 1968, quando tais instituições em primeiro lugar opuseram-se às demandas e lutas que irrompiam nos meios estudantis e no trabalho não sindicalizado e só posteriormente, quando a greve geral era inescapável, endossaram as lutas (cf. MARCUSE, 1998g, p. 43).

No entanto, argumenta Marcuse em 1964, esses partidos não realizaram tais mudanças bruscas apenas como tática para ganhar eleições, mas porque suas bases sociais foram enfraquecidas e seus objetivos foram alterados: "Não se pode ter um partido de massa se você não tem massa alguma" (MARCUSE, 1998f, p. 151).

Sob o medo do comunismo e do terrorismo internacional, e apoiada nas benesses distribuídas pelo aparato tecnológico, uma coesão interna na sociedade capitalista sem precedentes na história tornou-se possível. Ela estimulou a produção, o emprego e a própria reprodução do *Establishment.*

Novamente: não se tratava de decretar o fim das lutas políticas. Marcuse aborda a questão da integração política de modo comparativo, e leva em conta períodos anteriores de combatividade, como aqueles compreendidos entre meados do século XIX e início do XX, e que tornavam de fato concebível uma revolução comunista em escala planetária:

> Os conflitos certamente continuam e irrompem de fato violentamente, mas a tendência contrasta distintivamente com o período precedente. Sob o impacto das conquistas técnicas e científicas, do tamanho e eficácia do aparato produtivo, e do crescente padrão de vida, a oposição política contra as instituições básicas da sociedade estabelecida sucumbem e se transforma em oposição *dentro* das condições aceitas. (MARCUSE, 1998c, p. 37–8)

Marcuse acusava um movimento de institucionalização das lutas de classes e dos conflitos sociais, institucionalização essa que não tinha como horizonte político a superação do capitalismo enquanto sistema exploratório e desigual de produção e distribuição dos bens e da riqueza socialmente gerada, mas sim seu aperfeiçoamento gradual. Nas palavras de Puzone,

> A redução da violência inerente à luta de classes teria sido acompanhada pela aceitação por parte das classes das regras que passariam a arbitrar o conflito. [...] No lugar de um campo de batalha, a imagem mais apropriada para o conflito social [...] seria a de um mercado, no qual as forças opostas entrariam em disputa de acordo com regras pré-estabelecidas, de maneira que não haveria nem vencedores nem perdedores, mas tão somente uma contínua barganha. (PUZONE, 2016, p. 216)

Ao considerar todos os aspectos descritos até aqui, Marcuse, em diálogo com a teoria marxista, chega à controversa conclusão de que a ideologia tornou-se real. As bases sociais da crítica ao capitalismo, que haviam constituído o fundamento para as gerações anteriores do marxismo e do anticapitalismo em suas diversas correntes, pareciam desmanchar no ar. O que poderia ser desvelado antes como ideológico – na acepção mais mecânica do termo, ou seja, inversão da realidade, mentira ou véu – pelo mero apontamento da efetividade social, não parecia mais ser suficiente para criticar o modo capitalista de produção em sua forma tardia. Em meados do século XX, a denúncia do capitalismo parecia exigir outras operações da crítica.

O conceito de ideologia havia sido compreendido de modo difundido até então como dependente de uma contradição entre realidade e as ideias dominantes nessa realidade, a efetividade de um sistema baseado na espoliação do trabalho alheio e sua extração de mais-valia, de um lado, e sua representação distorcida e, no limite, “falsa” de

um contrato entre livres e iguais e da troca entre equivalentes, de outro[15]. Em outras palavras, na emergência do sistema capitalista, a identificação de duas classes que se determinavam reciprocamente e, ao mesmo tempo, antagonizavam-se mutuamente parecia ser uma operação visível a olhos nu: uma detinha os modos de produção e obrigava a outra a viver na miséria completa, em condições insalubres e inóspitas. Com o progressivo aumento do padrão de vida e aproximação relativa entre essas duas classes, a ideologia liberal que acompanhou o capitalismo desde sua formação parecia pouco a pouco realizar-se nas melhorias das condições de vida do proletariado. Não é por outro motivo que Marcuse acusa o feito do capitalismo tardio: "dessa maneira, em um mau sentido, a reificação é sublevada" (MARCUSE, 1965a, p. 179). Pela primeira vez na história do capitalismo

> essa identificação não é uma ilusão, mas uma realidade. No entanto, a realidade constitui um estágio mais avançado da alienação. Esta tornou-se inteiramente objetiva; o sujeito que é alienado é engolido por sua existência alienada[16]. Há apenas uma dimensão, e ela está em todos os lugares e em todas as formas (MARCUSE, 2002, p. 13).

Nas palavras de Puzone, "A noção mesma de alienação parece ser colocada em xeque, tamanha a capacidade que o capitalismo avançado atingiu em transformar o mundo à imagem e semelhança dos indivíduos" (PUZONE, 2016, p. 287). Afinal,

> [...] o alcance com o qual essa civilização transforma o mundo dos objetos em uma extensão da mente e corpo dos homens torna a própria noção de alienação questionável. As pessoas reconhecem-se em suas mercadorias; elas encontram sua alma em seu automóvel, seu aparelho de som, seu sobrado, seu equipamento de cozinha. O próprio mecanismo que liga o indivíduo a sua sociedade mudou e o controle social é ancorado nas novas necessidades que ele produz. As formas prevalecentes de controle social são tecnológicas em um novo sentido. (MARCUSE, 2002, p. 11)

---

[15] Robert Castel, em sua crônica do salário, caracteriza tal momento como o divórcio total entre uma ordem jurídico-política, assentada nas noções de direito universais dos cidadãos, de um lado, e um ordem econômica que levava ao pauperismo e à desmoralização de massa. Cf. CASTEL, 2008, p. 30.

[16] Pode-se apontar aqui que Marcuse não distinguia claramente entre os conceitos marxistas de "alienação" e de "ideologia", alternando entre ambos sistematicamente e utilizando-os quase como sinônimos.

Marcuse questionava a acepção de ideologia como uma visão de mundo de uma classe dominante que é imposta à totalidade da sociedade. Levando em consideração a racionalidade tecnológica que engloba tanto burgueses quanto proletários, a ideologia tem de ser compreendida em termos objetivos:

> a absorção da ideologia pela realidade, contudo, não significa o 'fim da ideologia'. Ao contrário, em um sentido específico, a cultura industrial avançada é mais ideológica do que sua predecessora, na medida em que a ideologia, hoje, está no próprio processo de produção (MARCUSE, 2002, p. 13).

Em discussão com Daniel Bell e seu livro *O fim da ideologia* (1980) que, quatro anos antes da aparição de *O Homem unidimensional,* havia tentado lançar uma pá de cal sobre qualquer ideologia política que apontasse para o horizonte de superação do capitalismo[17], Marcuse recorre à dialética para explicar que não se trataria da prescrição do conceito de ideologia, mas de sua realização. Sendo assim, sua teoria não implicava na superação do marxismo ou na concepção de que ele teria se tornado supérfluo; ao contrário, os novos desafios exigiam críticas cada vez mais refinadas e agudas a respeito da administração dos conflitos de classe e da suspensão do colapso no capitalismo tardio[18].

A precariedade como destino

Desde a década de 1970, o capitalismo mundial passa por uma série de rearranjos em níveis globais, que apontam, em seu conjunto, para uma reorganização do sistema. Seja com o primeiro golpe político aplicado sobre o Chile ou com os choques do petróleo, ambos ocorridos em 1973; seja com outra fase aguda da crise do petróleo, ou com os choques aplicados por Paul Volcker à frente do *Federal Reserve Bank* estadunidense, ambos iniciados em 1979; seja com a queda do Muro de Berlim, em 1989, a consequente reunificação da Alemanha no ano seguinte ou com o colapso oficial da URSS em 1991, fato é que adentramos em uma nova fase do capitalismo global, fase essa marcada pelo

[17] Para compreender o debate de Marcuse não só com Daniel Bell, mas também com Ralf Dahrendorf e com Jürgen Habermas, cf. PUZONE, 2016, p. 205–240.

[18] Nesse sentido, Marcuse não estaria incluso na crítica de Robert Castel, adereçada, deve-se frisar, de modo difuso a todos aqueles que declararam o fim das ideologias pelo discurso que "proclama a dissolução da condição operária na nebulosa das classes médias [...] subentendido pelo desejo [...] mais político do que científico de exorcizar definitivamente os conflitos sociais" (CASTEL, 2008, p. 461).

crescimento da insegurança social, pela pressão negativa sobre os salários reais e o poder de compra das classes trabalhadoras, pela elevação exponencial da concentração de renda e o consequente aumento do hiato entre as classes sociais, pelo ataque frontal às instituições e organizações da classe trabalhadora, em suma, pela precariedade como modo de vida total.

David Harvey discute essa transição em diversos de seus livros desde o final dos anos 1980. Em *Condição pós-moderna*, publicado originalmente em 1989, ele afirma:

> A profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, evidentemente retirou o mundo capitalista do sufocante torpor da 'estagflação' (estagnação da produção de bens e alta inflação de preços) e pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Em consequência, as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político [...]. No espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma. Essas experiências podem representar os primeiros ímpetos da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinta. (HARVEY, 1998, p. 140)

Como resultado, temos o desenho de uma pirâmide social significativamente distinto daquele esboçado nos anos de "fartura" das três décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial. Ora, mas esse perfil de estratificação social, em conjunto com as transformações que lhe dão forma, parecem andar justamente na contramão dos fenômenos analisados por Marcuse e Adorno e epitomizados em sua teoria da integração da classe proletária no capitalismo tardio. Antes de retirar as devidas conclusões, analisemos, em primeiro lugar, o percurso histórico e geográfico dessas novas práticas e seus resultados imediatos em detalhe.

O primeiro laboratório mundial de experimentação neoliberal, conforme ressalta Naomi Klein (2008), foi o Chile comandado por Augusto Pinochet. O *putsch* de implantação do neoliberalismo foi cravejado em Salvador Allende e no país como um todo pela coalizão que incluía parte das elites chilenas, a junta militar chefiada por Pinochet, contando tanto com o apoio militar estadunidense, como o econômico de Milton Friedman e seus *Chicago boys*. Já em junho de 1976, André Gunder Frank, ex-orientando de doutorado de Friedman em Chicago e um dos criadores da escola que viria

a ser conhecida como "teoria da dependência", acusava o golpe: "repressão política e tortura, monopolização e liquidação para o capital estrangeiro, desemprego e fome, saúde declinante e crime ascendente, tudo promovido por uma política calculada de genocídio econômico e político" (FRANK, 1976, p. 880). Os números, especialmente quando mobilizados por um ex-aluno versado na teoria neoliberal, mostravam-se alarmantes: no primeiro ano de governo ilegítimo, Frank utilizava os dados disponibilizados pela própria junta para mostrar como a inflação havia subido ao menos 611% (estimativas mais realistas colocavam o aumento real em torno de 1200%), levando a um aumento no nível dos preços reais entre o golpe de setembro de 1973 e dezembro de 1975 por volta de 18.500%. Para se ter uma ideia, o preço do pão nesse mesmo período subiu 22.700%, um aumento de mais de 227 vezes[19]! Concomitantemente,

> Outras estimativas são que, até o fim de 1975, a renda real dos trabalhadores urbanos mais pobres terá declinado entre 1/3 e 2/3, ou até mesmo a 28% do que era em 1972. A parcela da renda nacional destinada aos 5% mais altos dos receptores subiu de cerca de 25% a cerca de 50%, enquanto a parcela da renda nacional indo para salários, que era de 51% em 1969 sob a administração Frei e que foi elevada a 64% em 1971/72 por Allende, foi agora deprimida ou comprimida a cerca de 38% em 1974/75 pela força militar e pelo "mercado livre" da política econômica de Chicago/Junta. (FRANK, 1976, p. 882)

Em apenas dois anos, o PIB chileno havia recuado cerca de 12% em relação ao valor legado por Allende em 1972. O desemprego havia tornado-se igualmente alarmante, atingindo patamares de 20% a 25% até o final de 1975 – sem sequer mencionar os mortos, desaparecidos e presos em locais clandestinos e campos de concentração, totalizando dezenas de milhares de indivíduos chilenos e de outras nacionalidades. A primeira experiência no Chile já dava claramente o tom do percurso neoliberal pelo mundo: repressão política letal aliada à exponencial concentração de renda, super-exploração do trabalho e retirada dos benefícios sociais pelo Estado. Tais características mostrar-se-iam inabaláveis nas próximas quatro décadas e meia de espraiamento neoliberal pelo globo.

A próxima parada do choque neoliberal na América Latina seria em 1985, possivelmente em um dos primeiros casos mundiais de "hegemonia às avessas"

[19] Todos os dados citados em FRANK, 1976.

(OLIVEIRA; BRAGA; RIZEK, 2010), na Bolívia do recém-empossado Víctor Paz Estenssoro. Apesar de ter concorrido à presidência do país com um programa em larga medida nacionalista, ao derrotar seu rival Hugo Banzer, Paz assumiu o programa de choque escrito por Jeffrey Sachs (então um *rising star* da Universidade de Harvard) para o partido adversário e o radicalizou ainda mais. A hiperinflação foi controlada, mas os outros resultados foram agudos: o desemprego aumentou vertiginosamente (de 20% para 25%-30%), os salários reais caíram 40% (em um ponto, chegaram a despencar 70%), a renda média per capita caiu de $845 para $789 (lembrando que a renda média não leva em conta a desproporcionalidade da carga, uma vez que é calculada pela divisão do PIB pelo número de habitantes, sem levar em conta distinções de classe – os campesinos, por exemplo, ganhavam em média $140 por ano, um quinto da média nacional – cf. KLEIN, 2008, p. 149–50).

O mesmo programa de choque chileno e boliviano começou a ser posto em prática na América Latina inteira, via Banco Mundial, FMI e geralmente viabilizado por ditaduras sangrentas com suporte militar estadunidense e da razão econômica de Chicago.

Mas não apenas o Sul do continente americano seria alvo privilegiado dessas medidas. O plano neoliberal também seguiria para a Polônia recém-liberta do jugo soviético por Lech Walesa e o Solidariedade em 1988, em outro caso de "hegemonia às avessas". Jeffrey Sachs viajou para a Polônia para ser conselheiro do Solidariedade, custeado por George Soros. O "Plano Sachs", que tinha quinze páginas e foi escrito em uma noite, foi ainda mais radical na Polônia do que sua versão original boliviana. Resultados do choque: dois anos após a implementação do Plano houve 30% de redução na produção industrial; o desemprego chegou a 25% em 1993; em 1989, a Polônia tinha 15% da população abaixo da linha da pobreza, em 2003, 59% (KLEIN, 2008, p. 177 et seq.).

Com a queda do muro de Berlim apenas dois meses após o Solidariedade anunciar sua tomada de rumo pelo Plano Sachs e com a URSS se desmantelando, o mundo parecia apresentar as condições políticas e econômicas favoráveis para o choque neoliberal. Segundo os dados arrolados por Naomi Klein, na primeira metade dos anos 1990, o número de países nesse tipo de transição neoliberal chegava a quase cem (KLEIN, 2008, p. 182).

Em 1980, Deng Xiaoping convidou Friedman para dar uma palestra na China na qual ele deveria elencar as inenarráveis vantagens trazidas pela liberdade dos mercados. Oito anos depois, Friedman e sua esposa seriam novamente convidados a visitar o país,

dado que a insatisfação popular estava aumentando e a economia não estava produzindo os efeitos desejados. O remédio de Friedman, como de costume: aumentar a voltagem dos choques. Entre os resultados mais salientes podemos enumerar a brutal repressão na praça Tiananmen e a lei marcial de 20 de maio de 1989, que contabilizou entre dois e sete mil mortos, em torno de trinta mil feridos, e quarenta mil presos.

> Foi essa onda de reformas que transformou a China na oficina de trabalho desumano [*sweatshop*] do mundo, a localização preferida para as fábricas por contrato de virtualmente todas as multinacionais do planeta. Nenhum país oferecia condições mais lucrativas que a China: tarifas e impostos baixos, funcionários corrompíveis, e, acima de tudo, uma abundante força de trabalho de baixos salários que, por muitos anos, estaria indisposta a arriscar exigir salários decentes ou as proteções mais básicas no local de trabalho, por medo das represálias mais violentas. (KLEIN, 2008, p. 190)

Da China *sweatshop* do mundo, seguimos a trilha neoliberal para a África do Sul pós-Apartheid – esse sim, caso paradigmático de hegemonia às avessas – e as disputas envolvendo, de um lado, o Partido Nacional (*grosso modo* representante da elite branca) e, de outro, o Congresso Nacional Africano (partido de Nelson Mandela). Nas negociações após a vitória de Mandela, este abriu mão do controle do banco central, tornando-o uma entidade independente, manteve cargos de políticos e economistas do alto escalão da época do Apartheid, renunciou à tentativa de implementação de uma reforma agrária e de distribuição de terras minimamente progressista, foi incapaz de quebrar a patente dos coquetéis anti-HIV, assinou acordos com o FMI, entre outras concessões. A piada interna no CNA, cita Klein (2008, p. 203) era: “conseguimos o Estado, cadê o poder?”. O resultado: depois de uma década de governo do CNA, milhões de sul-africanos tiveram suas linhas de telefone, água e energia elétrica cortados por falta de pagamento, quatro gigantes corporações dirigidas por brancos controlavam 80% da bolsa de Johannesburgo, 70% das terras eram controladas por brancos (que perfazem somente 10% da população total); desde 1990, quando Mandela saiu da prisão, a expectativa de vida caiu em torno de treze anos. Além disso, de 1994 (ano da eleição de Mandela para presidente) a 2006, o número de pessoas vivendo com menos de 1 dólar por dia dobrou de dois para quatro milhões de pessoas; entre 1991 e 2002, o desemprego na parcela negra da população foi de 23% para 48%; o resultado foi a criação de uma elite financeira, 90% dela filhos de oficiais do Partido, que controlam bens em torno de 260

bilhões de dólares, de acordo com um estudo de 2006. Por fim, o CNA construiu 1,8 milhões de casas, ao passo que dois milhões de pessoas perderam as suas; na primeira década de democracia, quase um milhão de pessoas foram despejadas de suas fazendas; o número de favelas cresceu 50% - em 2006, mais de um quarto da população habitava uma de suas incontáveis favelas (cf. KLEIN, 2008, p. 190, 206, 215).

Na Rússia pós-URSS, o choque neoliberal começou com a reunião do G7 em 1991, quando Mikhail Gorbachev foi empurrado para o mesmo caminho da Polônia. Mas foi com Boris Yeltsin que o processo se intensificou: Yeltsin convocou Jeffrey Sachs como conselheiro político (Klein narra como Sachs estava na sala com Yeltsin no dia em que a URSS ruiu![20]) à frente de um time de leitores russos da Escola de Chicago, e conjuntamente prepararam, em um mês e meio, o programa de transição econômica do país. Com apoio o braço de ferro de Yury Skokov no Departamento de Defesa para garantir as reformas econômicas, Yeltsin deu um golpe, fechando o Parlamento e governando por decretos por um ano; em outubro de 1991, ele lança outra onde de choques, com liberação dos preços, privatizações em escala massiva e políticas de livre comércio.

As consequências são as previstas: milhões da classe média perderam suas economias, trabalhadores não recebiam salários por meses, o russo médio consumia 40% menos em 1992 do que em 1991, e um terço da população caiu abaixo da linha da pobreza (KLEIN, p. 225); até 1998, 80% das fazendas russas foram à bancarrota; em torno de 70 mil fábricas fecharam, criando uma epidemia de desemprego; em 1989, 2 milhões de pessoas viviam na pobreza com menos de quatro dólares por dia. No meio dos anos 1990, as cifras de russos vivendo abaixo da linha da pobreza chegaram a 74 milhões (ou seja, em 8 anos, 72 milhões de pessoas caíram abaixo dessa linha); em 2006, o governo divulgou dados que falavam em torno de 715 mil crianças sem casa, e a UNICEF falava em 3,5 milhões; de 1995 a 1997 o número de HIV positivos na Rússia dobrou e, dez anos

[20] Para aqueles que insistem em ignorar os fatos e enxergar teorias paranoicas de conspiração, vale citar um trecho retirado do oitavo item das "Reflexões sobre a teoria das classes", escrito por Adorno em 1942:

> Há uma tradição de atos burgueses livres, desde a Conspiração da Pólvora – talvez desde a destruição das estátuas de Hermes em Atenas – até o incêndio do Reichstag, e de intrigas como o suborno dos Hindenburgs e o encontro na casa do banqueiro Schroeder, dos quais desdenha o conhecedor da tendência objetiva, de modo desinteressado, como das coincidências que o demônio do mundo [*Weltungeist*] utiliza para realizar-se por meio deles, e que não são de modo algum tão coincidentes: são atos de liberdade, que testemunham que a tendência objetiva histórica é uma ilusão, enquanto ela não harmonizar com os interesses subjetivos daqueles que comandam a história através da história. (ADORNO, 1972a, p. 387)

depois, chegou a um milhão. Não surpreende que, de 1986 a 1994, a taxa de suicídio também dobrou (cf. KLEIN, 2008, p. 225, 237–8).

Após meses de desavenças e enfrentamentos entre o Parlamento russo, de um lado, e Yeltsin (que começava a se autodenominar Boris I), apoiado por Bill Clinton, o FMI e boa parte da imprensa ocidental, de outro, Yeltsin acabou por implementar seu mandato Pinochet, ateando fogo ao Parlamento e colocando tanques nas ruas. Com isso, os decretos neoliberais se radicalizam ainda mais. O economista chefe da Rússia no Banco Mundial não poderia ter colocado melhor: "nunca me diverti tanto na vida" (Charles Blitzer apud KLEIN, 2008, p. 230). Resultado: formou-se uma elite de oligarcas que, em parceria com os "Chicago boys russos", moviam dinheiro para fundos *offshore* a um ritmo impressionante de dois bilhões de dólares por mês; antes dos choques, a Rússia não tinha sequer um milionário entre seus conterrâneos, em 2003, o número estonteante atingia a cifra de 17 *bi*lionários.

Na Ásia, a inflexível história do choque neoliberal repetiu-se. Os tigres asiáticos, até 1996, vinham crescendo a taxas austeras, mas testemunharam suas economias derreterem, suas moedas desvalorizarem e suas taxas de suicídio dispararem do dia para a noite, no episódio conhecido como a "gripe asiática" de 1997, que acabou crescendo e, de gripe, virou "o contágio asiático". No final das contas, observou-se que: na Indonésia 24 milhões de pessoas perderam seu emprego, alavancando a taxa de desemprego de quatro para 12%; a Tailândia perdeu empregos no ritmo de dois mil postos de trabalho por dia no auge das reformas; na Coréia do Sul, trezentos mil trabalhadores eram demitidos todo mês, fazendo com que, em 1999, a taxa de desemprego tivesse dobrado em dois anos; 20 milhões de asiáticos foram lançados na pobreza; na Tailândia houve um aumento de 20% na prostituição infantil em apenas um ano, justamente o ano após as reformas; com isso tudo, foi fácil depois as grandes corporações e Wall Street entrarem na região e comprarem as empresas privadas asiáticas e a privatizar setores estatais por um preço irrisório, um dos maiores varejos nacionais da história mundial (cf. KLEIN, 2008, p. 265–80).

Os dados até aqui fornecidos têm a função de alertar para uma mudança primordial que tem ocorrido sob o capitalismo, a saber, o fato de que o sistemático rebaixamento dos salários, a perda do poder de compra da renda dos trabalhadores, e o crescimento vertiginoso das desigualdades sociais e do hiato entre as classes apontam no sentido inverso de uma integração do proletariado em termos econômicos. No lugar do aburguesamento denunciado por Marcuse nos anos 1960, testemunhamos um

rebaixamento econômico das classes sociais, aliado a uma violência alarmante. Como afirma Klein,

> Desde a queda do comunismo, mercados livres e povos livres têm sido empacotados como uma ideologia única que alega ser a melhor e a única defesa da humanidade contra a repetição de uma história repleta de valas comuns, campos de extermínio e câmaras de tortura. Mas no Cone Sul, o primeiro lugar no qual a religião contemporânea dos mercados livres irrestritos escapou das oficinas dos porões da Universidade de Chicago e foi aplicada no mundo real, ela não trouxe democracia; ela se assentou na deposição da democracia de país em país. E não trouxe paz, mas exigiu o assassinato sistemático de dezenas de milhares e a tortura de cem mil a cento e cinquenta mil pessoas. (KLEIN, 2008, p. 102)

Ainda assim, apesar das inegáveis consequências trazidas pela difusão terrestre do neoliberalismo como forma de governo, poder-se-ia objetar que tais exemplos estão localizados em sua grande maioria no Sul Global e nas periferias do capitalismo, confinados aos bolsões que de fato sempre vivenciaram as mais brutais condições de vida sob o capitalismo.

Contudo, o espraiamento neoliberal não ficou contido em tais áreas, criando inúmeras periferias no centro e Suis no Norte. É evidente que a radicalidade de incidência das consequências sociais e econômicas mostra-se muito mais aguda em determinados países, regiões, classes, gêneros, raças e sexualidades. Em termos geográficos, Duménil e Lévy mostram como, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU datado de 1999 (cf. DUMÉNIL; LÉVY, 2004, p. 7–8), a diferença de renda entre o quinto da população que vive nos países mais ricos e o quinto que vive nos mais pobres foi aumentando cada vez mais, saltando de 30 para 1 em 1960, para 60 para 1 em 1990, e chegando a 74 para 1 em 1997. Harvey também explicita essa divisão desigual da exploração e da riqueza:

> Não admira que o patrimônio líquido das 358 pessoas mais ricas do mundo em 1996 tenha sido ‘igual à renda combinada dos 45% mais pobres da população mundial – 2,3 bilhões de pessoas’. E o que é ainda pior: ‘as 200 pessoas mais ricas do mundo mais do que dobraram seu patrimônio líquido, nos quatro anteriores a 1998, para mais de 1 trilhão de dólares. Os ativos dos três maiores bilionários alcançavam na época um valor superior ao PIB de

> todos os países menos desenvolvidos e sua população de 600 milhões de pessoas. (HARVEY, 2008, p. 43)

Não obstante, uma tendência geral à precarização, à insegurança, ao desemprego e ao subemprego, à concentração de renda, e à repressão política pode ser sentida praticamente no globo todo. Ainda nas palavras de Harvey,

> O resultado foi uma aplicação muito mais pragmática e menos dirigida ideologicamente de políticas neoliberais nos anos seguintes. Tudo isso, incluindo o pragmatismo, ofereceu úteis dados para suportar a subsequente adoção do neoliberalismo na Grã-Bretanha (sob Thatcher) e nos Estados Unidos (sob Reagan) nos anos 1980. Não pela primeira vez, uma experiência brutal realizada na periferia transformou-se em modelo para a formulação de políticas no centro [...]. (HARVEY, 2008, p. 19)

Os EUA, identificados por Marcuse há meio século como cume dos processos de integração, detêm papel central e uma posição "privilegiada" para a análise e compreensão do neoliberalismo no Norte Global. Em termos de concentração de renda e formação de uma pequena elite contraposta à totalidade da população (os famosos 99% bradados no *Occupy Wall Street*), os efeitos são análogos àqueles produzidos no Sul Global. Segundo Maurizio Lazzarato (2011, p. 40–1), os EUA atingiram, em 2005, o mesmo diferencial de renda entre as classes encontrado em 1928, fazendo, assim, *tabula rasa* do *New Deal*. Isso se traduziria no fato de que nesse mesmo ano, os 300 mil americanos mais ricos declararam uma renda equivalente à renda dos 150 milhões mais pobres, e que o 0,1% da elite estadunidense declarou o mesmo que 50% da população mais pobre. Segundo Lazzarato, apenas antes da Grande Depressão seria possível encontrar desigualdades tão agudas. Se em 1970, o topo representado pelos 10% mais abastados da população dos EUA abocanhava um terço da riqueza produzida no país, em 2005 a mesma fração passou a apropriar-se de metade dela.

Guy Standing também oferece dados recentes que permitem ver como, nesse país, os benefícios oferecidos pelas empresas no quadro do pacto fordista e pelo Estado de bem-estar foram pouco a pouco sendo erodidos e substituídos pela individualização crescente dos riscos, acusando a continuidade neoliberal em curso desde os anos 1970. A assistência médica foi um dos benefícios particularmente atingidos, sendo que a parcela

de empresas sediados nos EUA que oferecem esse amparo caiu de 69%, em 2000, para 60% em 2009. As despesas médicas dos empregados custeadas pelas empresas caíram de 74% em 2001 para 64% em 2010. A aposentadoria é outro benefício social pouco a pouco erodido: enquanto em 1980 os empregadores arcavam com 89% das contribuições de benefícios de aposentadoria, esse número despencou para 52% em 2006, sendo que 2009, apenas 20% dos funcionários estadunidenses detinham algum tipo de aposentadoria corporativa (cf. STANDING, 2014, p. 41). Standing continua seu argumento:

> A Ford, por gerações a epítome do capitalismo estadunidense, suspendeu frequentemente as contribuições [de aposentadoria]; entre 2001 e 2009, ela contribui por apenas dois anos e meio. Empregados assalariados contratados após 2003 não tem nenhuma aposentadoria corporativa. A Ford alegou que ela trocou para contas de aposentadoria auto-administrada para dar portabilidade aos trabalhadores, alegando que os trabalhadores mais jovens "não pensam mais em uma carreira com uma companhia". Na realidade, a firma estava cortando custos laborais e transferindo-os e os riscos para os trabalhadores. Suas vidas estavam sendo feitas mais precárias. […]
>
> Em 2009 os trabalhadores da Ford desistiram de subsídios de custo de vida e perderam férias remuneradas e bolsas universitárias para seus filhos, assim como assistência de taxas de matrícula universitária [*tuition*]. O mesmo salário sustentava uma vida muito mais precária. [...] Assim, a Ford conseguiu um acordo coletivo com o sindicato *United Auto Workers* que congelou os salários iniciais, continha uma cláusula proibindo a greve, e pagava aos trabalhadores atuais um bônus para concordar com as concessões. Acordos similares seguiram-se na GM e na Chrysler [...]. (STANDING, 2014, p. 42-3)

Não deixa de chamar a atenção o fato de que até mesmo a indústria automobilística, sustentáculo e garoto-propaganda do capitalismo fordista estadunidense – e justamente por isso citadas por Marcuse como exemplo máximo da integração da classe proletária: "se o negro possui um Cadillac" (MARCUSE, 2002, p. 10), afirmou ele em 1964 –, passa a revogar seus pactos entre capital e trabalho em detrimento do trabalho e a favor do capital, evidentemente.

Outras estatísticas elencadas por Standing também elucidam como os EUA está na "vanguarda do atraso" (OLIVEIRA, 1997) no Norte: em 2010, a pobreza entre os desempregados e subempregados atingiu os mesmos patamares de 1930, de modo que mais de 10% da população desse país subsiste por meio de cupons de alimentação ("*food*

stamps" – cf. STANDING, 2014, p. 46). Esses dados apontam para o fim do *american dream* da sociedade de classe média e do *self-made man*: "*Welcome to middle class poverty* (Bem-vindos à pobreza da classe média) é um dos *slogans* mais eficazes utilizados pelo sindicato dos *free lancers* de Nova York", narra Lazzarato (2011, p. 67–8). Enquanto no sonho rooseveltiano o pleno emprego empurrava os salários dos trabalhadores para cima, permitindo um incremento substantivo de seu poder de compra e de garantias de seguridade social, no neoliberalismo, com o choque de desemprego e a consequente formação de um gigantesco exercito industrial de reserva, foi possível diminuir consideravelmente os salários. Segundo os dados citados por Duménil e Lévy (2004, p. 47), um trabalhador produtivo nos EUA nos anos 1990 custava tanto quanto nos anos 1950. Em 2002, o salário estava 12% abaixo de seu nível de 1972. Ou seja, estamos testemunhando uma regressão de 30-40 anos no nível médio dos salários.

No entanto, os EUA não figuram sozinhos nesse processo. Mesmo países da Europa central com uma forte tradição de luta política e com um amparo razoavelmente estável propiciado pela moldura do Estado de bem-estar construído por décadas a fio começam a sentir os efeitos da precarização ampliada. Duménil e Lévy, em *Capital resurgent*, analisam uma lista com dezenove países desenvolvidos e buscam compreender o que ocorreu em termos de desigualdade social. Nos anos 1980, a primeira década neoliberal para muitos desses países, a desigualdade social diminui apenas na Itália, ficou estável em oito países e aumentou em dez outros, encabeçados por Reino Unido, EUA e Suécia (cf. DUMÉNIL; LÉVY, 2004, p. 138–9).

No reino Unido, no primeiro ano seguinte à crise de 2008, 650 mil vagas de empregos em tempo integral foram aniquiladas, ao mesmo tempo em que 80 mil vagas em tempo parcial eram criadas, certamente menos seguras e mais precárias do que as vagas que estavam substituindo (cf. STANDING, 2014, p. 49).

Na França, os números relativos ao desemprego saltam consideravelmente: em 1970, a França contabilizava 300 mil pessoas em busca de trabalho, ao passo que essa cifra chega a um milhão em 1976, até chegar a 3,5 milhões em 1995, uma cifra que representava então mais de 12% da população ativa. As vagas de emprego criadas nesse interim são marcadas pela substituição do Contrato por Tempo Indeterminado (forma mais protegida e estável de emprego), que abrigava 80% dos contratos de trabalho firmados pela população ativa em 1975 e que nos anos de 1990 declina e cobre 60% da mesma, por uma miríade de formas incertas e precárias de emprego (cf. CASTEL, 2008, p. 514).

Dada a magnitude dos dados referentes à estratificação social e à concentração de renda, não fortuitamente diversos pesquisadores chegaram à conclusão de que a implementação do neoliberalismo não pode ser compreendida de outra maneira senão como projeto deliberado de classe:

> Efeitos redistributivos e uma desigualdade social crescente têm sido de fato uma característica tão persistente do neoliberalismo que podem ser considerados estruturais em relação ao projeto como um todo. Gérard Duménil e Dominique Lévy, depois de uma cuidadosa redistribuição dos dados, concluíram que a neoliberalização foi desde o começo um projeto voltado para restaurar o poder de classe. [...] Embora haja exceções a essa tendência (vários países do Leste e do Sudoeste asiático têm mantido até agora em limites razoáveis as desigualdades de renda, como o faz a França [...], os dados sugerem vigorosamente que a virada neoliberal está de alguma maneira e em algum grau associada à restauração ou reconstrução do poder das elites econômicas. (HARVEY, 2008, p. 25–7)

Politicamente, a sociedade neoliberal também apresenta tendências altamente regressivas, indicando uma recrudescência da lógica política no sentido do enfrentamento aberto às instituições da classe trabalhadora. A era da cooperação e do compromisso de classe dá lugar à repressão pura e simples dos sindicatos e dos partidos do campo da esquerda, mesmo que seus programas e atuações já estivessem contidos dentro de um limitado programa de ação e de projeto político.

Nas ditaduras espalhadas por boa parte do Sul Global nas décadas de 1970 e 1980, o tratamento reservado às tentativas de resistência aos golpes políticos e governos ilegítimos foi amplamente disseminado na base da eliminação física, da tortura, do desaparecimento dos corpos, da violência dos tanques de guerra nas ruas e na militarização da política.

No Norte Global, o fato emblemático normalmente é associado à dura repressão promovida por Ronald Reagan à greve dos controladores de voo de 1981 e à reação igualmente bruta de Margaret Thatcher à greve dos mineiros de 1984, na contramão de décadas seguidas pautadas pela negociação coletiva, busca por terrenos comuns e partilhas das conquistas com base na negociação e no diálogo – embora sempre com vantagem maior para o capital do que para o trabalho. Aronowitz (2014, p. 30) refere-se à “Revolução Reagan” para designar essa guinada completa na relação capital-trabalho, iniciada pela demissão de 11 mil controladores de voo que lutavam por melhores

condições de trabalho. A legislação que outrora formava um dos pilares que compunham a parceria entre capital e trabalho começa a ser modificada e a favorecer o patronato em detrimento da classe trabalhadora: as cláusulas de não greve, por exemplo, que decorriam das negociações coletivas segundo as quais o sindicato aceitava assinar um compromisso de não realizar greves em troca de certos benefícios, começam a ter sua duração constantemente estendida, pulando de um ano nos anos 1930 e 1940 para três no final dos anos 1960, de modo que hoje em dia, mais de 90% dos acordos firmados entre sindicatos e patrões contêm cláusulas de não greve, cláusulas essas abrigadas e compelidas pela lei, ao passo que tais acordos oferecem cada vez menos benefícios aos trabalhadores e frequentemente exigem retrocessos como congelamento ou reduções de salários (cf. ARONOWITZ, 2014, p. 72–80). As décadas de 1980 e 1990 provaram-se ainda mais diligentes na luta contra os sindicatos e as organizações trabalhistas, sendo conhecidas como as décadas do recuo do trabalho e da ofensiva do capital. O pacto entre capital e trabalho característico da sociedade industrial desenvolvida, que a bem dizer jamais havia sido um pacto entre iguais, passou a ser substituído pelo ataque direto às organizações trabalhistas.

Nesse sentido, conforme afirma Harvey, as mudanças econômicas neoliberais

> foram acompanhadas e, em parte, promovidas pela ascensão de um agressivo neoconservadorismo na América do Norte e em boa parte da Europa Ocidental. As vitórias eleitorais de Thatcher (1979) e Reagan (1980) costumam ser vistas como uma clara ruptura da política do período de pós-guerra. Eu as compreendo mais como consolidação do que já vinha acontecendo em boa parte dos anos 70. [...]. Na medida em que o aumento da competição internacional em condições de crescimento lento forçou todos os Estados a se tornarem mais ‘empreendedores’ e preocupados em manter um clima favorável aos negócios, a força de trabalho organizado e de outros movimentos sociais tinha de ser contida. Embora a política de resistência possa ter variado [...] a austeridade, as reduções fiscais, e a erosão do compromisso social entre o grande trabalho e o grande governo se tornaram lemas de todos os Estados do mundo capitalista avançado. (HARVEY, 1998, p. 157–9)

Como consequência de décadas de concentração de renda, reorganização radical dos programas de seguridade social ofertados pelo Estado de bem-estar (aonde este chegou a existir), de erosão do poder de compra e do salário real dos trabalhadores, e do enfrentamento aberto às tentativas políticas de resistência ou reversão desse quadro,

geralmente na forma da violência pura e simples, testemunhamos a formação de uma grande camada populacional que muitos pesquisadores, desde Robert Castel no início dos anos 1980, mas principalmente na década de 1990, até Guy Standing, na segunda década do século XXI, vem chamando de "precariado", neologismo que une os termos "precarização" e "proletariado", explicitando a existência de uma condição de insegurança, incerteza e precariedade da vida como um todo que passa a acometer uma parcela significativa da população mundial. Isabell Lorey resume de maneira elucidativa o argumento, afirmando que nas ultimas três décadas, a edificação assistencial do Estado de bem-estar vem sendo constantemente erodida e fragilizada, fazendo surgir uma insegurança e uma precariedade presente não só nos empregos informais e menos protegidos, mas no próprio coração da relação salarial, de modo que a sociedade como um todo passa a ser atingida (cf. LOREY, 2015, p. 45–6). Nas palavras de Castel,

> Tudo se passa como se redescobríssemos com angústia uma realidade que, habituados com o crescimento econômico, com o quase-pleno-emprego, com os progressos da integração e com a generalização das proteções sociais, acreditávamos conjurada: a existência, novamente, de "inúteis para o mundo", pessoas e grupos que se tornaram supranumerários diante da atualização das competências econômicas e sociais. (CASTEL, 2008, p. 32)

Tais pesquisadores acusam um movimento de retorno da vulnerabilidade e da incerteza crônicas de massa e de precarização tão profundo e significativo que não se mantém mais restrito às periferias do capitalismo e da classe trabalhadora (sejam tais periferias de fato geográficas ou raciais, genéricas, sexuais, etc.), e começa a devorar e desestabilizar o próprio centro das relações capitalistas. É claro que o precariado é atingido de distintas maneiras e com graus de intensidade mais ou menos precários de acordo com os fatores supracitados. Standing, ao descrever os grupos sociais que engrossam as fileiras do precariado, aponta para o caráter heterogêneo e diversificado de sua composição:

> O adolescente que entra e sai rapidamente do *cyber-café* sobrevivendo de trabalhos transitórios não é o mesmo que o migrante que usa sua perspicácia para sobreviver, fazendo *network* freneticamente enquanto se preocupa com a polícia. Tampouco é similar à mãe solteira aflita com a preocupação de onde virá o dinheiro para as contas de alimentação da semana

> que vem, ou o homem em seus sessenta anos que assume trabalhos ocasionais para ajudar a pagar as contas médicas. [...]
>
> Trabalhadores temporários desprovidos de carreira, *denizens*[21] migrantes, batalhadores criminalizados, solicitantes de benefícios sociais ... os números crescem. (STANDING, 2014, p. 13–4)

Assim, é fato inconteste que certas populações são atingidas de modo muito mais agudo pelos efeitos da precarização. As mulheres, por exemplo, são grupo-chave desse processo, indicando uma feminização da força-de-trabalho de feições precarizadas, inseguras e flexíveis, e obrigadas a aceitar salários significativamente mais baixos, e a assumir duplas, triplas ou quádruplas jornadas no mesmo dia (cf. STANDING, 2014, p. 60).

Migrantes são outro vetor fundamental da precarização. Com mais de 200 milhões de migrantes internacionais no mundo apenas em 2010 (estatística essa que dificilmente traduz em termos reais os números efetivos, dado que uma parcela significativa dos migrantes não possui documentação válida – cf. STANDING, 2014, p. 90), os migrantes formam uma grande parcela do precariado mundial, com muitas etnias e nacionalidades disputando entre si os trabalhos mais mal remunerados, sem benefícios, e desprovidos de qualquer direito político ou social, isto é, "a infantaria leve do capitalismo global" (STANDING, 2014, p. 113).

A população jovem constitui outro alvo primário da flexibilização e precarização do mercado de trabalho, mesmo no centro do capitalismo (cf. STANDING, 2014, p. 77).

Por fim, de modo geral, os negros no mundo como um todo também são uma das parcelas mais afetadas pela precarização generalizada. Nos EUA pós-crise de 2008, por exemplo, os homens de modo geral foram os mais atingidos pela precarização e pelas demissões em massa, mas em especial os homens negros, metade dos quais continuavam desempregados no final de 2009, levando-se em consideração que tal estatística ainda excluía a população prisional, composta por quase cinco vezes mais negros do que brancos. Até 2010, somente cerca de metade dos homens negros adultos estavam empregados, e tal cifra chega próxima a 40% entre os negros jovens – a título de comparação, na mesma faixa etária o número é de 59% para brancos (cf. STANDING,

[21] Standing recorre à ideia da Grécia antiga do migrante desprovido de direitos sociais e políticos. Em inglês, a contraposição ao *citizen* é o *denizen*.

2014, p. 86). Não é preciso ir muito longe para saber que as mulheres negras, fazendo parte da superposição dos grupos femininos e negros, sofrendo ao mesmo tempo com o machismo e o racismo seletivo da precarização, são outro dos alvos mais atingidos.

No entanto, a despeito dessa incidência desigual da precarização, é possível afirmar que "todos partilham o sentido de que seu trabalho é instrumental (para viver), oportunista (aceitando o que vem) e precário (inseguro)" (STANDING, 2014, p. 13). Não fortuitamente, quando indaga-se a respeito de quem entra no precariado, Standing afirma diretamente: "uma resposta é: todo mundo, na verdade" (STANDING, 2014, p. 59). Afinal, segundo os dados citados por Aronowitz (2014, p. 142), 25 milhões de pessoas nos EUA estão ou desempregadas ou subempregadas. Ou seja, é possível constatar uma precarização geral da sociedade que inclui até mesmo as estáveis posições tradicionalmente inatingidas pelas condições mais brutais da vida sob o capitalismo. Segundo Lazzarato,

> As políticas atuais de emprego [...] são políticas que introduzem, em diferentes níveis, a insegurança, a instabilidade, a incerteza, a precariedade econômica e existencial na vida dos indivíduos. Elas tornam inseguras não só a vida dos indivíduos, mas também sua ligação a todas as instituições que até então os protegiam. A insegurança do desempregado e do precário certamente não é a mesma do empregado de uma multinacional, com poupança salarial e participação financeira dos benefícios, porém existe um diferencial de medos que corre de um extremo a outro do *continuum*. (LAZZARATO, 2011, p. 27–8)

Lorey aponta na mesma direção, argumentando que há uma normalização da precarização na sociedade como um todo: "Não há mais um centro ou um ponto médio que poderia ser imaginado como uma sociedade estável o suficiente para abrigar aqueles empurrados às margens" (LOREY, 2015, p. 60).

O rápido e exponencial inchaço do precariado nas últimas décadas deve ser compreendido, segundo Standing, juntamente com o fenômeno da globalização, em especial a globalização do mercado de trabalho, que trouxe uma condição de competição irrefreável virtualmente entre os trabalhadores do mundo inteiro pela primeira vez na história do capitalismo. Para se ter ideia dos números, notemos o argumento de Standing: antes da entrada globalizada da China, da Índia e dos países do antigo bloco soviético no mercado mundializado da força de trabalho, o numero de trabalhadores e de pessoas

procurando emprego chegava a um bilhão. Até 2000, essa cifra sobe para um bilhão e meio. Quando os países dispõem sua mão-de-obra nativa no mercado internacionalizado, eles adicionam mais um bilhão e meio de trabalhadores, triplicando em poucos anos o montante inicial de oferta de trabalho. Nota-se ainda que esses trabalhadores recém-chegados ao mercado internacional adentram esse mercado com desprezível ou inexistente capital próprio, dispostos a aceitar condições de trabalho extremamente desfavoráveis, salários baixíssimos e uma ausência quase completa de direitos e estabilidade no emprego, o que altera a relação de força entre capital e trabalho e o poder de barganha dos trabalhadores no mundo inteiro (cf. STANDING, 2014, p. 28). A entrada vertiginosa de mais de três bilhões de trabalhadores no mercado global de mão-de-obra acirrou de modo incomparável a competição entre os trabalhadores do mundo, achatando os salários e instaurando insegurança e precarização para o cerne do capitalismo, aonde quer que elas tenham sido parcial e provisoriamente refreadas.

O impacto do precariado tem consequências drásticas para as sociedades tipicamente fordistas-keynesianas que experimentaram em algum grau o amparo do Estado de bem-estar. Ele impõe desafios consideráveis para as correntes sociológicas que buscam definir e esquadrinhar as classes no capitalismo atual. Standing fala em uma "discordância de status", afinal, na medida em que precarização corrói até o centro instruído da sociedade, torna-se cada vez menos incomum encontrar indivíduos que ostentam os símbolos de status cultural e educacional não portarem o capital econômico normalmente associado a tais símbolos. É evidente que falar certas línguas, deter certas credenciais, viajar para certos países e apreciar certa arte ainda é decisivo para a determinação de classe, mas ter um diploma universitário torna-se cada vez menos garantia de sucesso econômico[22]. Aronowitz mostra como as fileiras do movimento *Occuppy Wall Street* eram engrossadas por graduados no nível superior que subitamente deram-se conta de que suas credenciais não garantiriam uma carreira, mas sim um emprego precário em alguma loja de departamento ou em alguma franquia de *fast food* (ARONOWITZ, 2014, p. 130). Analogamente, Castel mostra como tem crescido constantemente o percentual de jovens franceses portadores de diplomas como o Certificado de Aptidão Profissional ou o Certificado de Estudos Profissionais trabalhando em locais e realizado funções para as quais são extremamente superqualificados: em

[22] Em texto de análise sobre os protestos de Junho de 2013 no Brasil, André Singer (2013) explicita tal discordância: embora em termos de escolaridade os manifestantes parecessem pertencer às classes mais abastadas, quando a variável renda era considerada, isso de modo algum verificou-se.

1973, quase 70% desses jovens encontrava-se em um posto de trabalho adequado à sua formação, ao passo que, doze anos depois, a cifra não passava de 40% (cf. CASTEL, 2008, p. 520). Isso para nem mencionar a situação dos trabalhadores não ou pouco qualificados, que veem suas tradicionais vagas de emprego serem ocupadas cada vez mais por trabalhadores com qualificação significativamente superior às suas. Em outras palavras, os dados continuam a evidenciar que as baixas qualificações oferecem o maior contingente populacional para o desemprego, mas a correlação direta entre qualificação e empregabilidade tem paulatinamente deixado de ser explícita. Eis porque Castel (2008, p. 526) afirma que "o problema atual não é apenas o da constituição de uma 'periferia precária', mas também o da 'desestabilização dos estáveis'".

Com isso em mente, Standing (2014, p. 7–8) arrisca até mesmo esboçar o desenho social dessa sociedade neoliberal em termos de estratificação social, identificando para tal sete grupos. O primeiro deles seria composto por uma elite de bilionários detentores de influência política e econômica em escala mundial, filantropos benevolentes que figuram anos após ano nas listas da revista *Forbes*. Abaixo dessa elite viria o grupo do "salariado", que ainda detêm tanto empregos razoavelmente estáveis e em tempo integral, quanto certos benefícios sociais e corporativos, como aposentadorias, férias remuneradas, assistência médica, etc. Concomitantemente abaixo e ao lado do salariado, encontra-se um grupo menor que Standing batiza de "profécnicos" ("*proficians*"), neologismo que aglutina "profissionais" e "técnicos", isto é, trabalhadores com certo grau de especialização e habilidade que os permitem auferir rendimentos consideráveis atuando, por exemplo, como consultores autônomos. Abaixo dessa camada quanto à renda, viria então "um 'núcleo' em contração de empregados manuais, a essência da velha 'classe trabalhadora'" (STANDING, 2014, p. 8). Por fim, encontraríamos na base da pirâmide três grupos em volátil movimentação: "o crescente 'precariado', flanqueado por um exército de desempregados e por um grupo apartado de desajustados sociais vivendo da escória da sociedade" (STANDING, 2014, p. 8).

Embora a pirâmide social apresentada por Standing pareça *grosso modo* adequada para caracterizar a sociedade neoliberal, devemos ponderar que a definição de precariado tanto de Castel quanto de Standing e seus parâmetros demarcatórios são orientados por um olhar do Norte, afinal, no Sul Global, as linhas de demarcação que separam o salariado dos profécnicos, e de todos esses em relação ao precariado nunca foram plenamente nítidas, apresentando uma configuração muito mais fluida e borrada. Isso, aliás, faz parte da crítica de Lorey e de Braga a esses autores, que apenas no final do século XX e início

do XXI teriam descoberto a precarização como um fenômeno novo e inédito, sem notar como tal fenômeno acompanhou *pari passu* a história do capitalismo desde sua emergência e sempre esteve presente em certos setores da população mesmo nos tempos áureos do capitalismo, tendo sido inclusive diagnosticado por Marx no cerne da própria relação salarial (cf. BRAGA, 2012, p. 15–6; LOREY, 2015, p. 5; 36-7). Standing insiste que o precariado é uma classe nova, fundamentalmente distinta do proletariado salariado, enquanto o mais adequado parece ser o diagnóstico que leva em consideração o fato de que o precariado nada mais é do que a configuração contemporânea do proletariado, compreendido em sentido *lato*, e não meramente como trabalhador manual industrial.

O retorno do mito

Levando esse amplo quadro em consideração, as evidências parecem apontar como alguns dos fundamentos sociais que haviam sido *conditio sine qua non* para a formulação de uma teoria da integração da classe operária e do processo realização da ideologia, *em sua faceta econômica*, na segunda metade do século XX parecem sofrer novas mutações, iniciadas nos anos de 1970 e potencializados nas últimas três décadas.

Apoiado numa série de dados e trabalhos sociológicos[23], Marcuse defendeu em 1964 que "a realidade das classes trabalhadoras na sociedade industrial avançada faz do 'proletariado' marxista um conceito mitológico" (MARCUSE, 2002, p. 193). Atualmente, dois dos pilares fundamentais da teoria da integração da classe trabalhadora são demolidos, a saber: a integração econômica, por meio da aproximação (embora nunca idêntica) do proletariado dos padrões de consumo próprios da classe burguesa; e a integração política, baseada no compromisso de classe entre capital e trabalho tipicamente fordista e keynesiano. Rafaelle Laudani, nesse sentido, afirma que:

> A ideia de uma sociedade unidimensional na qual a classe trabalhadora tende a ser integrada no sistema era, para Marcuse, inter-relacionada estritamente com a lógica de (relativa) inclusão típica de

[23] Para críticas referentes aos limites da tese da integração na época em que o livro de Marcuse foi publicado em 1964, cf. MATTICK, 1968. Raya Dunayevskaya foi a primeira a chamar a atenção para certas insuficiências do diagnóstico apontado por Marcuse, em correspondência trocada antes mesmo da publicação de *O Homem Unidimensional*. Para a troca de cartas entre Marcuse e Dunayevskaya, cf. MARCUSE, 1998, p. 219–26. Para uma análise dessa correspondência, cf. ANDERSON, 1990. Não obstante, é necessário lembrar que Marcuse foi peremptório ao afirmar, ainda na introdução do livro de 1964, que sua "[...] análise está concentrada nas *tendências* nas sociedades contemporâneas altamente desenvolvidas. Há grandes áreas *dentro* e *fora* dessas sociedades em que as tendências descritas não prevalecem [...]" (MARCUSE, 2002, p. xlvii–xlviii).

> sociedades de bem-estar e de uma estrutura de produção baseada em contratos coletivos e em direitos dos trabalhadores. [...] Hoje, no entanto, a dominação e a exploração capitalistas operam precisamente no ataque direto contra esses mesmo "direitos", na forma de uma precarização geral da sociedade e do desmonte neoliberal do Estado de bem-estar, tão profundamente que torna necessária uma *nova* "investigação" geral nas transformações das relações de classe e da reorganização do capital como aquelas anunciadas por Marcuse em suas *33 Teses* e desenvolvidas em *O Homem unidimensional.* (LAUDANI, 2016, p. 73)

A nova ordem mundial neoliberal instalada desde os anos 1970 e que se arrasta até hoje, a despeito – ou melhor, justamente por causa – de suas constantes crises, perfazendo uma configuração social que já dura quase meio século, ultrapassando largamente os 30 gloriosos, o Estado de bem-estar e o pacto fordista-keynesiano, que hoje em dia aparecem muito mais como uma exceção histórica do que a regra, parece exigir novas operações da crítica que deseje compreender e transformar o presente histórico.

Marcuse faleceu em 1979 e não assistiu como o capitalismo pós-1989 foi desatado, levando à formação de uma classe trabalhadora em nível global que apontava não no sentido de um aburguesamento do proletariado, mas no seu sentido inverso: o de precarização da sociedade como um modo de vida. A ideia de uma amálgama confuso sem nítidas divisões entre as classes talvez mantenha sua validade e atualidade, mas não porque a produção e a distribuição em massa aproximaram o nível de consumo das classes em um patamar relativamente mais alto do que as formações capitalistas anteriores, mas sim cada vez mais baixo.

Marcuse chega mesmo a admitir que "os limites das concessões [dadas] pela classe dominante serão mais estreitos do que são agora" (MARCUSE, 2014f, p. 426) e que "ao mesmo tempo, nos EUA, a pobreza está aumentando, invertendo, em 1970, uma tendência de dez anos" (MARCUSE, 1972a, p. 14). Em 1974 em Vincennes, ele chegaria perto de vislumbrar a pirâmide de estratificação social tipicamente neoliberal, ao afirmar que

> Nesse estágio, o capitalismo avançado cria uma enorme população dependente: trabalhadores de colarinho azul, trabalhadores de colarinho branco, classes médias dependentes, todos dependem direta ou indiretamente do capital. E, defrontando-se com essa enorme população dependente, um

> grupo cada vez menor da classe dominante efetivamente; a concepção marxista clássica para os últimos estágios do capitalismo, a famosa bipolarização entre dominantes e dominados [...]. (MARCUSE, 2015a, p. 46)

Eis porque Marcuse começou a falar em uma mudança na "[…] composição, função e comportamento da classe dominante. [...] ela se torna uma vasta rede (ou cadeia) de *rackets*[24], cliques e gangues, poderosas o suficientes para dobrar a lei ou de infringi-la aonde a legislação ainda não tiver sido feita ou interpretada a seu favor" (MARCUSE, 1998h, p. 190).

Fundamentalmente, o que estamos testemunhando é a reconfiguração da sociedade de massas, que não deixa de existir, mas é reproduzida num sentido mais perverso do que aquele vivenciado no auge da estabilização capitalista dos trinta gloriosos: ao invés de fundir as classes em um confuso amálgama elevando parte da classe trabalhadora e aproximando-a das classes médias (em suma, "aburguesando-a"), o que assistimos é, ao contrário, o rebaixamento total e completo da sociedade como um todo, cortando através de certas diferenciações de classe e de outras marcas sociais da desigualdade (isto é, uma precarização total, inclusive de grande parcela da própria burguesia). Contraposta à uma minúscula elite global, toda uma população (uns mais do que outros, certamente) vivencia cotidianamente a precariedade como modo de vida total sob o governo neoliberal. Se as teses marxistas da proletarização crescente, da tendência ao pauperismo e da divisão polar da sociedade em dois campos inimigos e opostos haviam sido justamente aquelas elencadas por Marcuse como sem fundamentação empírica na sociedade administrada, atualmente, tem de se admitir que elas parecem seguir à risca os desdobramentos projetados por Marx e Engels. Não fortuitamente, Detlev Claussen afirma que "hoje em dia, pode-se atingir sucessos inesperados lendo longas citações do Manifesto Comunista de 150 anos atrás sem nomear os autores [...]" (CLAUSSEN, 2004, p. 59). O mito retornou.

---

[24] Para uma minuciosa discussão a respeito de tal termo na Escola de Frankfurt, mais especificamente em Adorno e Horkheimer, cf. REGATIERI, 2015.

Capítulo 2 – Trabalho

A tese da integração totalitária proposta por Marcuse, mesmo que demonstrando a importância fundamental da esfera do consumo e as suas implicações imediatas para a configuração da estratificação social no capitalismo tardio – bem como o consequente amortecimento da luta de classes –, não se restringia a analisar a capacidade inédita de distribuição de mercadorias a um número cada vez mais abrangente de pessoas (inclusive àquelas pertencentes a porções consideráveis da classe trabalhadora). Ao examinar o crescente impacto do aparato tecnológico e da sociedade unidimensional como um todo, Marcuse está igualmente atento às transformações ocorridas *dentro* do próprio processo produtivo, isto é, à esfera do trabalho e seus novos contornos no quadro do capitalismo industrial avançado.

Na realidade, a tese marcuseana a respeito da relação entre a integração generalizada (levando em conta seus variados aspectos, sejam eles políticos ou psíquicos, coletivos ou individuais), de um lado, e a nova fisionomia do trabalho é ainda mais peremptória: "a assimilação nas necessidades e aspirações, no padrão de vida, nas atividades de lazer e na política derivam de uma integração *na planta* mesma, no processo material de produção" (MARCUSE, 2002, p. 32).

Ao afirmar que a integração social como um todo "deriva" da fábrica e do processo produtivo, Marcuse mostra aqui como certa influência dos *Manuscritos de 1844* de Marx continuava a se fazer presente em sua obra de maturidade. Embora sua análise congregasse nesse momento diversos temas d'*O Capital*, o trabalho continuava a ser encarado como nexo central a partir do qual irradiam as formas de alienação (e, no caso, de integração) subsequentes.

Marcuse segue aqui a trilha de Georg Lukács em *História e Consciência de classe*, delineada especialmente na primeira parte ("O fenômeno da reificação") do ensaio "A reificação e a consciência do proletariado" (cf. (LUKÁCS, 2003a, p. 193–239). Lukács inicia o referido ensaio analisando a *forma* mercantil, o que o aproximaria de uma discussão mais centrada na ideia de *forma* mercadoria e relativamente mais afastada da discussão acerca do trabalho em si, mas em seguida tende a concentrar-se no processo produtivo e nas consequências da alienação e do estranhamento do trabalho para a

formação subjetiva do trabalhador (sua "alma") dentro da fábrica capitalista moderna, assim como suas consequências sociais objetivas[25].

A assim chamada discussão ontológica do trabalho, no entanto, embora visivelmente presente no pensamento de Marcuse e necessária para sua compreensão plena[26], ficará em segundo plano, preterida em favor da discussão realizada por ele acerca das novas facetas e contornos do trabalho no capitalismo tardio. Além de considerar problemática essa concepção de trabalho como fundamento absoluto das formas de reificação e de objetividade e subjetividade sob o capitalismo, pouco ajudaria atentar para os caracteres do trabalho supostamente imutáveis e inerentes ao humano dado que o objetivo principal da discussão aqui proposta é justamente o de comparar a sociedade unidimensional com nosso presente neoliberal. Se o trabalho é central para compreender a sociedade capitalista, talvez seja porque, enquanto mercadoria especial do capitalismo, mercadoria cuja generalização marca a instituição plena do modo de produção como um todo, e da qual a reprodução ampliada do sistema não pode prescindir, ele apresente de modo igualmente especial todas as contradições da forma mercadoria de modo exponenciado, e não porque constitui o fundamento último da atividade distintivamente humana.

De qualquer modo, Marcuse já havia percorrido um longo caminho desde que escrevera ainda em 1932 seu ensaio crítico a respeito dos *Manuscritos de Paris* (cf. MARCUSE, 1958). Como mostra Douglas Kellner, após travar contato com os membros do Instituo a partir de 1932, pode-se enxergar mudanças sensíveis nas obras de Marcuse:

> Metodologicamente, ele não mais interpreta Hegel e Marx como produtores de uma ontologia da sociedade e da história, mas usa seu método e ideias para desenvolver uma teoria crítica da sociedade. Marcuse aceita a posição do Instituto de que a crítica marxiana da economia política é o centro e fundação da teoria social crítica. Correspondentemente, ele muda seu foco da "filosofia concreta" e da análise ontológica de tais temas como

[25] Para uma discussão a respeito da apropriação e utilização de Marcuse tanto dos conceitos de alienação quanto de fetichismo à la Lukács, o que diferencia a posição de Marcuse quando comparada com aquelas de outros dos colaboradores da Escola de Frankfurt, notadamente Adorno, que praticamente não se vale das noções de "estranhamento" ou "alienação" em seus escritos, mas que não deixa de trabalhar com os conceitos, cf. FEENBERG, 2014, p. 156 et seq. A ideia básica é a de que Marcuse, baseado em obras de Marx como os *Manuscritos de Paris* e *A ideologia alemã*, tomaria o trabalho como nodo central de irradiação das formas subjetivas e objetivas de alienação, ao passo que Adorno, mais focado n'*O Capital*, no qual, segundo sua interpretação, a noção de fetichismo é central, não faria derivar do ato de trabalho, mas sim da *forma* mercadoria e da separação entre trabalho manual e trabalho intelectual as formas mais elevadas e abstratas de fetiche.

[26] Para uma consideração nesse sentido, cf. SILVA, 2017.

> "historicidade" para o desenvolvimento de uma teoria social radical enraizada na crítica marxiana da economia política e do materialismo histórico orientada no sentido dos problemas sociais cruciais na ordem do dia. (KELLNER, 1984, p. 93)

Assim, embora considerasse que a integração "derivava" do processo produtivo, não se encontra em *O homem unidimensional* uma consideração mais abrangente do trabalho como metabolismo entre homem e natureza, como modo de expressão da essência humana, mas sim uma consideração mais localizada acerca das mutações na esfera do trabalho que contribuiriam (decisivamente, é verdade) para compreender o quadro de integração conspícua observado na sociedade industrial avançada. O conceito de "alienação" continua a ser empregado frequentemente na obra, mas com um escopo menos holístico e mais localizado[27].

O emprego massivo de novas tecnologias e do maquinário no processo de trabalho (com importantes implicações para a tarefa e o processo de trabalho) e as funções inéditas ocupadas dentro e fora das fábricas por novos atores cujas feições ora aproximavam-nos da classe trabalhadora (caso dos técnicos e dos novos trabalhadores de escritório, por exemplo), ora da burguesia (como nas posições de supervisão e gerência), obrigaram Marcuse a reconsiderar diversos aspectos do marxismo, sejam eles referentes à teoria do valor, ao papel desempenhado pelo capital fixo e sua relação com o trabalho vivo e à definição da indústria capitalista em termos de duas classes imediatamente opostas.

Quando contrastamos o período analisado por Marcuse e suas mutações na esfera do trabalho, notamos que diversas de suas características, calcadas em certos parâmetros típicos do trabalho fordista/taylorista de meados do século XX, tornaram-se obsoletas, ao passo que outras ganharam fôlego renovado com as mudanças na esfera produtiva postas em marcha desde os anos 1970, mas principalmente 1980. Importando técnicas de gerência da fábrica da Toyota do Japão, aliando-as à mais uma camada de precarização e insegurança das condições de trabalho, e testemunhando um *boom* do setor terciário, o trabalho no neoliberalismo ganha facetas novas e aprofunda outras já descritas por Marcuse nas décadas de ouro do capitalismo. A tarefa desse capítulo é analisar quais seriam as teses

---

[27] Essa mudança no pensamento de Marcuse pode ser verificada contrastando sua tese de habilitação preparada para Martin Heidegger até 1932, *A ontologia de Hegel e a fundação de uma teoria da historicidade* (MARCUSE, 1989), e seu primeiro livro em inglês, *Razão e revolução* (MARCUSE, 2004a), de 1941, no qual Marcuse retoma a obra de Hegel, agora sem definir o conceito de "vida" como eixo norteador de seu pensamento, mas sim suas determinações negativas.

que parecem dar sinais de obsolescência e quais mostrar-se-iam ainda mais agudas hoje no mundo neoliberal do trabalho.

A integração real na fábrica unidimensional

Ao longo dos anos 1960 e 1970, Marcuse elenca algumas das mutações na esfera produtiva, consideradas por ele como fundamentais e originais em relação ao período anterior ou àquelas descritas por Marx.

A primeira delas diz respeito ao emprego cada vez maior da mecanização no processo de trabalho, o que, segundo seu argumento, reduziu a intensidade e a quantidade de energia física despendida nas atividades laborais[28], levando a uma transformação de significativas proporções no que diz respeito à figura clássica do proletário descrita por Marx. Este retratava-o em larga medida como um trabalhador manual que obrava, mesmo quando operava certas máquinas, sob condições insalubres e deletérias, explicitando a agonia e o esgotamento físicos contidos no próprio ato de trabalhar. Ao adentrar nas fábricas e trabalhar por horas a fio sem descanso, sem qualquer tipo de direito trabalhista ou social, fábrica essa na qual laboravam lado a lado crianças, homens e mulheres nas mais pesadas tarefas, o operário era definitiva e visivelmente o antípoda social do burguês, que executava tão somente as funções de gerência e supervisão, quando não meramente possuía a propriedade dos meios de produção. Assim, a aquisição e a utilização privadas dessa mercadoria especial, a força-de-trabalho, corporificava em seu aspecto mais físico a realidade exploratória da sociedade baseada no trabalho heterônomo: "este é o elemento material, tangível da alienação e da escravidão salarial – a dimensão fisiológica e biológica do capitalismo clássico" (MARCUSE, 2002, p. 27), afirmou Marcuse a esse respeito.

No capitalismo tardio, no entanto, com a crescente mecanização do processo de trabalho, o dispêndio físico das atividades duras é mais e mais substituído por um dispêndio mental e técnico – embora este continue a ser uma atividade alienante e espoliada, ele apresenta traços outros quando contrastado com o trabalhador tornado proletário nos séculos XVIII e XIX:

> O proletário dos estágios anteriores do capitalismo era de fato o burro de carga, assegurando as necessidades e luxúrias da vida por meio do trabalho

[28] Os termos "labor" e "trabalho" são utilizados aqui de modo intercambiável como sinônimos. Na realidade, aquele é utilizado tão somente com o objetivo de evitar a repetição exaustiva desse, mas não constitui um conceito à parte, distinto dele.

> de seu corpo, enquanto vivia na imundície e na pobreza. Deste modo, ele era a negação viva de sua sociedade. Em contraste, o trabalhador organizado nas áreas avançadas da sociedade tecnológica vive essa negação de modo menos conspícuo e, tal qual os outros objetos humanos da divisão social do trabalho, está sendo incorporado na comunidade tecnológica da população administrada. (MARCUSE, 2002, p. 28)

Segundo Marcuse, os processos de padronização, presentes tanto dentro da fábrica automatizada quanto fora dela, tendem a equalizar o trabalho na sociedade como um todo, aproximando as tarefas realizadas pelo operário no aparato tecnológico daquelas realizadas na esfera dos serviços, o que permitiria a ele estender esse diagnóstico e suas consequências para além da fábrica: "Esse tipo de escravização senhorial[29] não é diferente, em sua essência, daquela da datilógrafa, do caixa de banco, da vendedora ou vendedor sob alta pressão, e do apresentador televisivo" (MARCUSE, 2002, p. 28). Dessa maneira, tanto os trabalhos produtivos quanto improdutivos são subsumidos sob a mesma rubrica da estandardização no capitalismo industrial avançado, que cria uma vasta e confusa comunidade tecnológica da população administrada.

A maquinaria, apesar de parcelar o trabalho e atomizar os trabalhadores uns dos outros na esteira de montagem, volta a reuni-los nessa comunidade tecnológica, instaurando um ritmo entorpecente em seus operadores, que inconscientemente passam a participar de um movimento coordenado, ditado pelo próprio aparato maquínico, que toma o controle da produção das mãos dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que dilui essa opressão sob formas menos dolorosas de trabalho. Marcuse mostra uma pesquisa de Charles Walker, que cita, por sua vez, um trabalhador, que, ao participar desse movimento inconsciente, afirma elucidativamente: "no geral, estamos no balanceio das coisas" (cf. MARCUSE, 2002, p. 29). Um automatismo rítmico passava, assim, a ditar o comportamento dos trabalhadores tanto nas fábricas, quanto nos trabalhos de escritório.

---

[29] Esse trecho de Marcuse é de difícil tradução, uma vez que Marcuse alude à dialética do Senhor e do Servo hegeliana e às suas mutações no capitalismo tardio, quando a mecanização do ato de trabalho transforma o cerne da relação contraditória entre ambos. No original, Marcuse fala em "*masterly enslavement*", eviscerando como o trabalho continua a ser um ato escravizador (*enslavement*), afinal, permanece como atividade determinada e alugada por outrem, mas tem suas premissas básicas modificadas pelas novas operações menos físicas e mais mentais exigidas pelo aparato tecnológico, que conferem um caráter sensivelmente menos deletério e mais magistral, senhorial (*masterly*) ao processo como um todo. Além disso, *masterly* também possui outro significado, aludindo à noção de se possuir ou não certas habilidades e destrezas. Marcuse faz referência, assim, também ao trabalhador perito e especializado e, assim, adentra a discussão da (des)especialização do trabalho na fábrica automatizada.

A expressão “comunidade tecnológica” empregada por Marcuse não deixa de ser interessante, uma vez que busca expressar a dialética entre progresso e barbárie da sociedade industrial avançada: a tecnologia, que, uma vez liberta de seus fins e projetos capitalistas, poderia libertar a humanidade do trabalho heterônomo e irracional, reintroduziu uma regressão no seio da sociedade mais opulenta e racionalizada da história humana: o retorno à comunidade, na qual a indiferenciação social e a falta de individualidade deixam sua marca e impossibilitam ao indivíduo a determinação autônoma de sua ocupação e sua personalidade e impedem a humanidade como um todo de definir social e racionalmente seus fins[30].

A segunda mutação no mundo do trabalho analisada por Marcuse também está relacionada à mecanização e à relação trabalhador/máquina em tal contexto. Como a maquinaria passa a ser dotada de uma faceta coletiva e perde seu caráter individual, o trabalhador perde igualmente sua capacidade de negação do processo de produção como um todo, tornando-se mero apêndice do maquinário que o suplanta largamente. Se o trabalhador dos séculos XVIII e XIX estava aprisionado à sua profissão, era justamente esta que também lhe conferia a capacidade de parar a produção como um todo, afinal, ela era baseada no conjunto relativamente exclusivo de habilidades e destrezas possuídas por cada categoria profissional. Com a simplificação, parcelização e desespecialização promovidas pelo crescimento do aparato tecnológico, essa capacidade de negação é erodida. Nesse movimento, o trabalhador diretamente produtivo deixa de pertencer a uma classe específica distinta do restante da sociedade, uma vez que deixa de encarnar e dar forma tangível à negação da sociedade existente.

Baseado nos escritos de Serge Mallet e Daniel Bell, Marcuse, frente à gigantesca dimensão assumida pelo aparato tecnológico, chegou ao ponto de questionar a noção de composição orgânica do capital e da relação entre trabalho morto e vivo na criação da mais-valia, afirmando não ser mais possível defender que a máquina não geraria valor, mas somente transferiria aos poucos para o produto final o *quantum* de trabalho vivo nela contido, como afirmara Marx no livro I d’*O Capital*. Para fundamentar sua posição, Marcuse defendeu igualmente não ser mais possível mensurar a contribuição de cada trabalhador na formação total do valor da mercadoria produzida, o que, de acordo com Marcuse, alteraria definitivamente as bases do trabalho industrial desde sua aparição, dado que ele se baseava primariamente justamente nesse cálculo individual. A

[30] A discussão a respeito da passagem da comunidade à sociedade é um tema que, com variações, perpassa boa parte da sociologia alemã desde seu aparecimento na obra de Ferdinand Tönnies. Cf. TÖNNIES, 2005.

produtividade parecia, para Marcuse, ser ditada pelas máquinas, e não pelo trabalhador individual[31]. Nesse modelo, tornava-se tarefa praticamente inexequível, afirmou Marcuse, mensurar o trabalho humano e instituir uma correlação entre salário e produção: a questão levantada é a da impossibilidade de se medir a contribuição de um trabalhador diante da mecanização completa da produção e remunerá-lo de acordo com a peça ou o produto final.

Ao analisar a nova fisionomia da moderna fábrica capitalista, marcada pelas alterações infundidas pelas novas designações do aparato tecnológico, Marcuse afirmava que duas tendências caminhavam lado a lado: de um lado, as que poderíamos denominar *des*integradoras, isto é, a aceleração do ritmo da produção, o desemprego estrutural promovido pela tecnologia, a contratação cada vez mais frequente de engenheiros e técnicos com diplomas universitários em detrimento de trabalhadores das classes menos favorecidas e a crescente impotência e resignação dos trabalhadores perante os ditames da maquinaria; de outro lado, no entanto, encontravam-se as tendências integradoras:

> Nota-se um entusiasmo da parte dos trabalhadores "para compartilhar na solução dos problemas da produção", um "desejo de participar ativamente na aplicação de seus próprios cérebros nos problemas técnicos e produtivos que claramente adequavam-se à tecnologia". Em alguns dos estabelecimentos tecnicamente mais avançados, os trabalhadores até mesmo demonstram um interesse pessoal no estabelecimento[32] - um efeito observado frequentemente da "participação dos trabalhadores" na empresa capitalista. (MARCUSE, 2002, p. 33)

Para embasar seus argumentos, Marcuse cita as pesquisas de Serge Mallet (com quem havia travado contato durante períodos de ensino de 1958-9 e 1961-2 na França, durante a escrita de *One-dimensional* Man, no âmbito do grupo que se reuniu em torno da revista *Arguments* – a respeito disso, cf. KELLNER, 1984, p. 442) na fábrica da Caltex

[31] Nas palestras de Vincennes em 1974, Marcuse parece tornar-se ciente do imbróglio presente nessa discussão, afirmando: "não quero entrar aqui na controvérsia sobre em que medida a mais-valia é criada nos serviços" (MARCUSE, 2015a, p. 46). De qualquer modo, Marcuse está efetivamente apontando para um declínio do trabalho na indústria e do proletariado tipicamente industrial. Mas cabe ressaltar que Marx atrelava a remuneração ao valor da *re*produção do trabalhador, e não à sua produtividade.

[32] Aqui novamente a tradução de Marcuse mostra-se complexa. *Establishment* aqui pode denotar tanto a fábrica em si, suas plantas e instalações, quanto o quadro maior da sociedade unidimensional estabelecida. Embora Marcuse geralmente diferencie ambos por meio da capitalização da letra "E", a rica ambiguidade permanece. Marcuse parece assim evidenciar o espraiamento do interesse e do apego do trabalhador da fábrica para a sociedade como um todo.

de Ambès, na França que mostravam como esse interesse subjetivo do trabalhador na empresa, assim como sua participação ativa na resolução de seus problemas, possuía traços materiais. Uma vez que a citação é fundamental para a compreensão do ponto de Marcuse, vale sua reprodução quase integral:

> Conexões profissionais, conexões sociais, conexões materiais: a habilidade aprendida na refinaria, a habituação a certas relações de produção lá estabelecidas, os múltiplos benefícios sociais que, em caso de morte súbita, de doença grave, de incapacidade de trabalho, de velhice, enfim, que lhe são assegurados pelo mero pertencimento à firma, prolongando a segurança do amanhã para além do período produtivo de suas vidas. Assim, a noção de um contrato vivo e indestrutível com a Caltex fazem-nos se preocuparem, com uma atenção e uma lucidez inesperadas, com a gestão financeira da empresa. Os delegados dos comitês de fábrica [*Comités d'entreprise*] examinam minuciosamente a contabilidade da sociedade com o mesmo cuidado zeloso que lhes devotariam os meticulosos acionistas. A direção da Caltex pode certamente comemorar [*se frotter les mains*] quando os sindicatos aceitam postergar suas reivindicações salariais na presença da necessidade de novos investimentos. (MALLET apud MARCUSE, 2002, p. 33–4)[33]

No mesmo espírito cooperativo, Marcuse também cita a fala de um sindicalista do *United Automobile Workers*, um dos mais importantes sindicatos não só do setor automobilístico estadunidense, como de sua indústria como um todo, presidido à época pelo decisivo e polêmico líder Walter Reuther. O principal argumento está concentrado na seguinte frase: "todas as coisas pelas quais lutamos *são agora dadas pela corporação*. Temos de encontrar outras coisas que o trabalhador queira que o empregador não está disposto a lhe dar. Estamos procurando. Estamos procurando" (*Labor Looks At Labor. A Conversation* apud Marcuse, 2002, p. 34-5, grifos meus).

Como na esfera do consumo, Marcuse está interessado aqui naquilo que afirma ser a novidade introduzida pela sociedade industrial desenvolvida: a capacidade de recobrir a ideologia capitalista com uma concretude não experimentada antes na história do capitalismo. A corporação do pacto fordista do pós-Segunda Guerra era de fato capaz de "dar ao trabalhador" aquilo que ele queria, seja um contrato mais longo e seguro,

[33] Douglas Kellner (cf. KELLNER, 1984, p. 449) defende que Marcuse teria feito uma interpretação equivocada dos escritos de Mallet a respeito da refinaria da Caltex, que visava demonstrar justamente que, ao contrário de um conformismo dominante, outras formas de luta e de oposição emergiam das novas configurações do trabalho.

direitos trabalhistas, aposentadoria privada, seguro saúde, auxílios em caso de doença, menores jornadas de trabalho, entre tantas outras conquistas avançadas justamente nesse período por meio dos acordos coletivos [*collective bargaining*] travados entre sindicato e corporação e arbitrados pelo Estado de bem-estar keynesiano. Uma vez que o trabalhador via sua vida material aprimorar-se em diversos sentidos, muitos deles assegurados justamente pelas empresas, sua integração ideológica e política nessas e, consequentemente, sua adesão ao status quo, seriam nada mais que mera consequência. Como afirma o autor,

> com o progresso técnico como seu instrumento, a não liberdade – no sentido da sujeição do homem ao seu aparato produtivo – é perpetuada e intensificada sob a forma de muitas liberdades e confortos. A caraterística inédita é a acachapante racionalidade nesse empreendimento irracional [...]. (MARCUSE, 2002, p. 35)

Outra alteração elencada por Marcuse, por sua vez, refere-se à estratificação ocupacional dentro das fábricas. Constatando um número cada vez maior de trabalhadores em cargos executivos e profissionais em detrimento daqueles diretamente empregados na linha de produção[34], Marcuse buscava compreender a nova fisionomia da empresa capitalista, que não mais parecia seguir os contornos de uma nítida divisão entre burgueses e proletários. A vastidão da maquinaria e as novas ocupações técnicas integravam de modo borrado tanto aqueles que operavam o aparato, quanto aqueles que eram por ele operados, esfumaçando a fronteira entre esses dois grupos, outrora nitidamente distintos e opostos. Em sua palestra de despedia da Universidade de Brandeis em 27 de abril de 1965, Marcuse reiterou esse desenvolvimento, de acordo com seu argumento, não previsto por Marx:

> - a parcela declinante de força de trabalho (físico) no processo material de produção (seu declínio em favor de trabalhadores não empregados na produção [*non-production workers*],

[34] Castel oferece uma série de dados sobre a situação francesa para ilustrar esse movimento: o número dos assalariados não operários (isto é, trabalhadores assalariados não direta e braçalmente empregados na indústria, em especial contabilizando categorias como peritos, técnicos, quadros médios, gerentes, etc.) salta de 2,7 milhões em 1931 para 7,9 milhões em 1975, alcançando e posteriormente ultrapassando o número do operariado. Em suma, trata-se da formação de um "proletariado de colarinho branco". Cf. CASTEL, 2008, p. 452 et seq.

> - e: a substituição gradual da força de trabalho física (mensurável, quantificável pelo tempo de trabalho abstrato) por energia mental.
>
> (MARCUSE, 2014g, p. 237)

No campo inimigo, mas ainda dentro das indústrias, Marcuse aponta como a dissociação entre a gerência e a propriedade da empresa, orquestradas pela assim chamada "revolução dos gerentes", novamente embaçando a possibilidade de identificação de quem atuava como explorador e quem era explorado:

> A dominação é transfigurada em administração. Os patrões e proprietários capitalistas estão perdendo sua identidade de agentes responsáveis; eles estão assumindo a função de burocratas em uma máquina corporativa. Dentro da vasta hierarquia de comissões executivas e gerenciais [...] a fonte tangível da exploração desaparece por trás da fachada de racionalidade objetiva. (MARCUSE, 2002, p. 35)

O prognóstico marxista da nítida bipolarização da sociedade em duas classes sociais dentro e fora das fábricas passa a ser questionada no capitalismo pós-Segunda Guerra. Paulatinamente, a estratificação ocupacional da sociedade capitalista passou a complexificar-se de maneira sensível, com novidades ligadas principalmente à multiplicação sem precedentes das chamadas classes médias, ligadas a setores administrativos e gerenciais, à importância conferida ao comércio e aos serviços em geral em detrimento do setor industrial. Embora tal "revolução" seja interpretada como ideológica pela Escola de Frankfurt[35], tal ideologia não deixa de ter seus momentos e efeitos de verdade. Por meio de uma série de obstáculos hierárquicos, burocráticos e tecnológicos, a fonte social da exploração parece desaparecer por detrás das Comissões, dos Conselhos Administrativos, dos órgãos colegiados, da "fachada de racionalidade objetiva" (MARCUSE, 2002, p. 35).

---

[35] Nas palavras de Marcuse:

> A produção capitalista procede por meio do investimento de capital privado para a extração e apropriação privadas de mais-valia, e o capital é um instrumento social para a dominação do homem sobre o homem. As caraterísticas essenciais desse processo de modo algum são alteradas pelo crescimento dos acionistas [stock-holding], pela separação da propriedade da gerência, etc. (MARCUSE, 2002, p. 35)

Adorno (1986, p. 67) dirigiu uma crítica análoga à de Marcuse a respeito dessa "revolução".

Na medida em que os próprios capitalistas, nas novas funções de gerentes e supervisores, também dependem crescentemente do aparato que gerenciam e supervisionam, aquilo que Hegel formulou como a dialética entre Senhor e Servo, da qual Marx apropriou-se criticamente para explicar a relação dialética entre as classes sociais fundamentais do capitalismo, tem suas premissas básicas alteradas, e, de acordo com Marcuse, assume a forma de um "círculo vicioso que inclui tanto o Senhor quanto o Escravo. Os técnicos comandam, ou seu comando é o daqueles que dependem dos técnicos como seus planejadores e executores?" (MARCUSE, 2002, p. 36), questiona ele[36].

É importante frisar que, ao ponderar acerca de tais mutações no processo de trabalho e apontar para suas consequências integrativas, Marcuse nunca aderiu às assim chamadas teses da sociedade pós-industrial. Nem a crescente automação e nem a elevação da parcela não diretamente empregada nos ramos industriais, mas sim nos serviços e nas funções gerenciais, teriam feito o teórico crítico tomar partido daqueles que, como Daniel Bell ou J. K. Galbraith, sustentavam que a formação capitalista de então apontava para a transição a uma sociedade pós-capitalista. Em uma de suas palestras na Universidade de Paris VIII em 1974, recentemente publicadas, Marcuse não deixa dúvida:

> Acredito que esse conceito de uma sociedade pós-industrial tal qual desenvolvido nos EUA principalmente por John K. Galbraith e mais recentemente por Daniel Bell em um enorme livro intitulado *O Advento da Sociedade Pós-industrial*, acredito que essa noção é extrema e completamente ideológica e equivale a uma falsificação dos fatos. O conceito ideológico de uma sociedade pós-industrial serve muito bem para mascarar e ocultar a estrutura de poder real que domina no estágio presente do capitalismo. (MARCUSE, 2015a, p. 14–5)

---

[36] Duménil e Lévy (2004, p. 13) afirmariam a respeito do mesmo fenômeno:

> A importância dessas mudanças, que se seguiram a duas grandes crises, não pode ser subestimada. Por trás das instituições financeiras e das grandes corporações do início do século, ou por trás do Estado keynesiano do pós-guerra, estava tomando forma uma profunda transformação das relações capitalistas de produção, da propriedade [*ownership*] dos meios de produção e de seu controle por meio da gerência [*management*] e da relação salarial [...]. Novas estruturas de classe corresponderam a essa transformação das relações de produção, especialmente o desenvolvimento de classes intermediárias de pessoal de gerência e de escritório [*managerial and clerical personnel*], rompendo com a rigidez da confrontação entre proprietários capitalistas e proletários, sem nada no meio.

Marcuse enumerou na ocasião os argumentos ideológicos presentes em tal conceito. Em primeiro lugar, a categoria de "trabalhadores intelectuais" ou "trabalhadores do conhecimento" aplicada por tal teoria inclui sob a mesma rubrica um ideológico amálgama de diferentes classes sociais, incluindo desde os cargos mais altos e bem-remunerados da gerência de grandes corporações, até trabalhadores técnicos sensivelmente menos favorecidos. Em segundo lugar, essa teoria não leva suficientemente em consideração o fato de que o conhecimento dos trabalhadores intelectuais não os alça a ocupar um posto de tomada de decisões, nem no processo produtivo, e muito menos na sociedade como um todo – ou seja, o conhecimento desses trabalhadores continua subordinado aos interesses das classes dominantes e das necessidades de autovalorização do valor. Por fim, segundo Marcuse, a noção de "conhecimento" empregada por tal vertente não submete à crítica *qual* conhecimento é aplicado no processo produtivo e que tipo de razão, por outro lado, é excluída dele. Em outras palavras, para Marcuse, a sociedade industrial avançada ou tardia não seriam configurações *pós*-industriais ou *pós*-capitalistas, mas sim "uma sociedade que, de fato, nada mais é do que outro estágio no desenvolvimento em escala global do capitalismo monopolista avançado. E não é de maneira alguma a transição para uma nova sociedade" (MARCUSE, 2015a, p. 17).

Outro conceito criticado por Marcuse como ideológico e abraçado por considerável parte dos acadêmicos (e até por parte da esquerda) é o de "sociedade do consumo". Segundo Marcuse, tal conceito seria uma designação imprópria, em primeiro lugar porque oculta o fato de a miséria, a pobreza e o baixo consumo continuarem a existir em vastas áreas do globo; em segundo, porque tal expressão parece fazer crer que a sociedade agora organizar-se-ia em torno dos interesses do consumidor, e não do capital (cf. MARCUSE, 2015, p. 47).

A teoria da revolução de Marx e a identificação do proletariado como agente histórico dessa missão baseava-se, segundo Marcuse, em dois níveis de características e funções inter-relacionados: em primeiro lugar, o proletariado era a classe social para a qual a revolução era uma questão de sobrevivência, de imperativo vital, dadas as condições de trabalho (e de vida em geral) desumanas impostas a ela pela burguesia; em segundo, essa mesma classe era, ao mesmo tempo, a base humana *sine qua non* para a reprodução da sociedade capitalista – o que implicaria imediatamente que ela e somente ela possuía o poder de frear ou até mesmo sabotar a reprodução social desse sistema como

um todo. No capitalismo tardio, afrontado pelas transformações postas em curso pela mecanização, pela padronização e pela comunidade tecnológica, Marcuse chegou à conclusão de que "em ambas as considerações, essa teoria da revolução parece *colapsar*" (MARCUSE, 2014g, p. 238, grifos no original).

Ao discutir essas mutações, é necessário levar em consideração que Marcuse, em diálogo com importantes teóricos marxistas (tal qual os já citados Serge Mallet e André Gorz), buscava compreender as implicações acarretadas na figura do proletariado – e, consequentemente, no aguardado agente da revolução comunista – devido às novas peculiaridades do trabalho em sua variante industrial avançada, afinal, para muitas correntes do marxismo, a determinação do proletariado, de uma maneira ou de outra[37], sempre esteve atrelada à ocupação e à atividade trabalhista por ele exercida.

Não fortuitamente, Marcuse busca novamente analisar as mutações dinâmicas no cerne do funcionamento do capitalismo, que, no entanto, aprofundam seus mecanismos e premissas básicas, em suma, ele continua a analisar a sublevação operada pelo capitalismo tardio, que o torna tardio, mas o mantém capitalismo. Nesse sentido, após ter elencado e analisado cada uma das transformações no mundo do trabalho perpetradas pela nova estratificação ocupacional, pelo crescimento do elemento do colarinho branco em relação ao azul (isto é, pelo decréscimo do proletariado clássico em detrimento dos setores técnicos, de serviços, de supervisão e gerência), pelo crescente emprego da maquinaria em grande escala na produção, entre outros elementos, com suas importantes implicações para a formação da classe trabalhadora, para a luta de classes, para a teoria do valor, e no limite para o advento e a possibilidade da revolução socialista como um todo, Marcuse busca demonstrar como os novos trabalhadores da sociedade industrial avançada mantêm, se não aprofundam, seu status de sujeição ao capital:

> Pois, na realidade, nem a utilização de controles administrativos ao invés de físicos (fome, dependência pessoal, força), nem a mudança no caráter

[37] Não desejo entrar aqui na controvérsia a respeito de como definir a classe ou o proletariado no interior do marxismo, debate espinhoso que já consumiu muitos pensadores marxistas ao longo do século XX e no século XXI. De perspectivas tão diferenciadas quanto as teses assim denominadas "ontológicas" baseadas em textos de Marx como *A Ideologia alemã* ou os *Manuscritos de Paris de 1844* (dos quais Marcuse retirou considerável inspiração – cf. por exemplo MARCUSE, 1958, 1973), até pensadores do assim chamado marxismo analítico, como Erik Olin Wright (cf. WRIGHT, 1989), passando por definições mais políticas como as de Daniel Bensaïd (cf. BENSAÏD, 1995), e pelas teses que buscavam desassociar o imediatismo entre marxismo e teoria das classes (como aquelas do grupo Krisis), fato é que o marxismo passou boa parte do século XX tentando compreender o fenômeno da classe – e, a julgar pelos debates em torno do precariado suscitados por autores como Guy Standing, Robert Castel e Ruy Braga, continuará a fazê-lo no século XXI.

> do trabalho pesado, nem a assimilação das classes ocupacionais, e tampouco a equalização na esfera do consumo compensam o fato de que as decisões sobre vida e morte, sobre a segurança nacional e pessoal são feitas em locais sobre os quais os indivíduos não têm controle. Os escravos da civilização industrial desenvolvidas são escravos sublimados, mas são escravos [...].
>
> Esta é a forma pura da servidão: existir como um instrumento, como uma coisa. E esse modo de existência não é revogado [*abrogated*] se a coisa é animada e escolhe sua comida material e intelectual, se ela não sente sua coisidade [*being-a-thing*], se ela é uma coisa bonita, limpa e móvel. (MARCUSE, 2002, p. 35–6)

Marcuse realiza, dessa maneira, sua dialética da sociedade industrial avançada: os trabalhadores tardios do capitalismo são escravos sublimados, mas ainda assim escravos.

Uma das questões fundamentais com as quais se debatia Marcuse é aquela referente à teoria do valor. Afinal, se cada vez menos trabalhadores estavam diretamente empregados na produção de valor, se cada vez mais máquinas e menos trabalho vivo ditava os rumos do aparato produtivo, quais seriam as implicações desse novo desenho fabril para uma teoria do capitalismo assentada na noção de mais-valia e de uma sociedade inteira dependente da apropriação heterônoma de seu valor?

Eis porque, para continuar a fornecer uma explicação marxista e atualizada, capaz de dar conta das mutações sociais em curso na segunda metade do século XX, Marcuse voltou-se para outra nova fonte, que não os *Manuscritos de 1844*[38], de fundamentação do materialismo histórico e da teoria do valor: os *Grundrisse*. Ele recorre a uma (hoje famosa) passagem dos esboços que para mostrar como uma outra faceta de Marx havia teorizado acerca do desenvolvimento do capital fixo e da maquinaria e suas consequências para a formação do valor. Reproduzo aqui, de maneira integral, a citação do trecho original de Marx, assim como as omissões de Marcuse na passagem em questão, incorporando as adaptações da edição brasileira:

---

[38] Os *Manuscritos de Paris* de Marx haviam constituído importante fonte de inspiração para a obra de Marcuse. Quando foram publicados em 1932, Marcuse foi um dos primeiros a escrever um ensaio comentado a seu respeito (MARCUSE, 1958), que influenciaram decisivamente sua compreensão marxista do trabalho, da alienação, entre outros temas caros à sua obra. Embora os *Manuscritos de Paris* tenham constituído um texto fundamental para a concepção marcuseana de diversas temáticas marxistas, especialmente na década de 1930 e 1940, influência essa que pode ser mais ou menos constatada também em escritos maduros de Marcuse, não deixa de ser interessante que, após o início de sua colaboração no Instituto, Marcuse tenha problematizado os trabalhos do jovem Marx. Já em *Razão e revolução*, obra de 1941, Marcuse (2004a, p. 254) afirmou: “A todos os respeitos, porém, os trabalhos mais antigos de Marx são meros estágios preliminares da sua teoria amadurecida, estágios que não deverão ser superestimados”.

> No entanto, à medida que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva passa a depender menos do tempo de trabalho e do quantum de trabalho empregado que do poder dos agentes[39] postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder que – sua poderosa efetividade –, por sua vez, não tem nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas que depende, ao contrário, do nível geral da ciência e do progresso da tecnologia [...][40]. O trabalho[41] não aparece mais tão envolvido no processo de produção quando o ser humano se relaciona ao processo de produção muito mais como supervisor e regulador. [...][42] Ele se coloca ao lado[43] do processo de produção, em lugar de ser o seu agente principal. Nessa transformação, o que aparece como a grande coluna de sustentação da produção e da riqueza não é nem o trabalho imediato[44] que o próprio ser humano executa nem o tempo que ele trabalha, mas a apropriação de sua própria força produtiva geral[45], sua compreensão e seu domínio da natureza por sua existência como corpo social – em suma, o desenvolvimento do indivíduo social. O roubo de tempo de trabalho alheio, sobre o qual a riqueza atual se baseia, aparece como fundamento miserável em comparação com esse novo fundamento desenvolvido, criado por meio da própria grande indústria.[46]

---

[39] Na tradução de Marcuse, "instrumentos". No original em alemão, "*Agentien*". Dado que o trecho foi utilizado por Marcuse em uma palestra, e que ainda não havia tradução para a língua inglesa dos *Grundrisse*, tudo indica que ele mesmo o traduziu. É possível que tenha modificado partes da tradução para fazer-se melhor entender e para provar seu ponto. As alterações estão indicadas aqui nas notas de rodapé.

[40] Trecho omitido por Marcuse:

> [...] ou da aplicação dessa ciência à produção. (Por seu lado, o próprio desenvolvimento dessa ciência, especialmente da ciência natural e, com esta, todas as demais, está relacionado ao desenvolvimento da produção material.) A agricultura, p. ex., torna-se simples aplicação da ciência do metabolismo material, de forma a regulá-lo do modo mais vantajoso possível para todo o corpo social. A riqueza efetiva se manifesta antes – e isso o revela a grande indústria – na tremenda desproporção entre o tempo de trabalho empregado e seu produto, bem como na desproporção qualitativa entre o trabalho reduzido à pura abstração e o poder do processo de produção que ele supervisiona.

[41] Na tradução de Marcuse, "trabalho humano" ao invés de apenas "trabalho". De fato, em alemão aparece apenas o termo *Arbeit*.

[42] Trecho omitido por Marcuse:

> O que vale para a maquinaria, vale igualmente para a combinação da atividade humana e para o desenvolvimento do intercâmbio humano.) Não é mais o trabalhador que interpõe um objeto natural modificado como elo mediador entre o objeto e si mesmo; ao contrário, ele interpõe o processo natural, que ele converte em um processo industrial, como meio entre ele e a natureza inorgânica, da qual se assenhora.

[43] Na tradução feita por Marcuse, "do lado de fora", e não "ao lado". Novamente, o original alemão de Marx está mais próximo da tradução brasileira, constando lá "*neben*".

[44] Marcuse traduziu tal passagem por "trabalho (físico) efetivo" ao invés de "trabalho imediato". No original consta somente "*unmittelbare Arbeit*".

[45] Marcuse, ao invés de "força produtiva geral", traduziu essa expressão como "poder criador", ao passo que no original lê-se "*allgemeinen Produktivkraft*".

[46] Trecho omitido por Marcuse:

> O trabalho excedente da massa deixa de ser condição para o desenvolvimento da riqueza geral, assim como o não trabalho dos poucos deixa de ser condição do desenvolvimento das forças gerais do cérebro[47] humano. Com isso, desmorona a produção[48] baseada no valor de troca. (MARX, 2011, p. 589–91)

Marcuse vale-se desse trecho dos *Grundrisse* para tentar explicar o funcionamento de um modo de produção que evidentemente mantinha-se capitalista, assentado na exploração do trabalho alheio, na valorização do valor em escala ampliada e na não liberdade como possibilidade de existência dos indivíduos, mas que parecia alterar fundamentalmente um dos seus pilares de funcionamento, isto é a extração de mais-valia como fonte da criação de riqueza social e do valor. Nos esboços de Marx, Marcuse encontrou pistas que lhe permitiam interpretar as mutações dessa sociedade, assumindo essas transformações reais e incorporando-as à teoria, sem abandonar a relevância e atualidade da teoria marxista. A respeito desse trecho, Marcuse comentaria: "nem uma palavra sobre luta de classes! Nem uma palavra sobre pauperização! Mas: o próprio Marx reprimiu essa visão, que agora aparece como sua ideia mais realista e incrível!" (MARCUSE, 2014a, p. 239). Ao confrontar a realidade das transformações tecnológicas e sociais existentes na sociedade industrial avançada, que pareciam contrariar justamente as teses da pauperização e da polarização (e consequente) luta de classes, Marcuse encontrou nas noções marxistas de maquinaria e de grande indústria a chave para a compreensão do *modus operandi* tardio do capitalismo e, portanto, encontram-se na base da explicação marcuseana desse período.

A implicação imediata dessa passagem, para Marcuse, foi a de que "o desenvolvimento técnico das forças produtivas pode atingir, dentro do sistema capitalista, um nível no qual o uso da força de trabalho humana física como instrumento de produção torna-se desnecessário" (MARCUSE, 2014a, p. 239–40). Com a multiplicação das incontáveis novas (e velhas) formas de (sub)trabalho no neoliberalismo, não seria possível afirmar que, ao contrário de um desaparecimento gradual do trabalho, a força de trabalho

---

> Tão logo o trabalho na sua forma imediata deixa de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser a sua medida e, em consequência, o valor de troca deixa de ser [a medida] do valor de uso.

[47] "Intelecto" no lugar de "cérebro", na tradução de Marcuse. O original traz a palavra "*Kopf*", que literalmente significa "cabeça".

[48] Na tradução de Marcuse lê-se "modo de produção (capitalista)", ao invés de "produção" somente. No original consta apenas o termo "*Produktion*".

humana *conjuga-se* com a maquinaria na manutenção e exponenciação do modo de produção capitalista?

Em apresentação na Universidade de Syracuse em novembro de 1965 intitulada "O indivíduo na Grande Sociedade", Marcuse aponta para o potencial de desmedida tendencial do capitalismo tardio e de inversão do quadro aqui pintado de pleno emprego e de plenos benefícios corporativos na integração da fábrica fordista:

> O real controle da pobreza é contrariado e "contido" pelas instituições sociais dominantes. O emprego pleno, como uma condição constante, implica em um nível constantemente alto (e, com a crescente produtividade, uma elevação constante) dos salários reais, não cancelados pelos preços ascendentes. Isso seria equivalente a um declínio na taxa de lucro abaixo do limite tolerável pela inciativa privada. (MARCUSE, 1998i, p. 63)

Em outras ocasiões, entretanto, Marcuse parece ter entrevisto a precarização laboral generalizada que se tornaria a norma no neoliberalismo, apontando para uma tendência de extração cada vez mais conspícua de mais-valia, que passaria a corroer com estratégias mais agressivas setores até então mais resguardados da classe média educada:

> O que isso significa para a estratificação social? Significa que cada vez mais estratos da classe média dependem do capitalismo monopolista. Eles são ocupados na realização, se não na criação, de mais-valia. Assim, com esta transformação do capitalismo, testemunhamos a extensão da exploração para além da classe do trabalho industrial ou da agricultura, e testemunhamos a emergência daquilo que vem sendo chamado de uma nova classe trabalhadora de trabalhadores formados [*educated labor*] requeridos pelo caráter cada vez mais tecnológico e científico do processo de produção. (MARCUSE, 1998f, p. 144)

E adiciona que estaria meramente seguindo uma "antecipação impressionante" de Marx em suas *Teorias da mais-valia*, na qual assevera:

> [...] com a crescente produtividade do trabalho, uma parte cada vez maior da população é empregada na produção não material. Essa parte inclui produtores intelectuais. Eles formam uma base cada vez essencial da

> reprodução capitalista na realização, e hoje poderíamos adicionar, até mesmo na criação da mais-valia. (MARCUSE, 1998f, p. 145)[49]

Assim, com o diagnóstico do crescimento significativo do setor terciário da economia e com a incorporação cada vez maior de setores da classe média na necessidade de extração bruta de mais-valia, em conferência na UC Berkeley em 1971, Marcuse apontou para a necessidade de se admitir que "ela [a classe trabalhadora] será uma classe trabalhadora muito diferente e muito estendida" (MARCUSE, 1998f, p. 145–6), o que de fato tem sido a conclusão de diversas pesquisas que se debruçam sobre a fisionomia das classes sociais no capitalismo contemporâneo. Em uma entrevista cedida em abril de 1970, Marcuse havia aludido ao mesmo fato, explicitando a que setores fazia referência:

> A classe trabalhadora que, sob o capitalismo monopolista avançado, forma a base humana do processo de produção material não é mais aquela dos estágios precedentes do desenvolvimento capitalista; hoje, ela inclui um número crescente de empregados de "classe média": técnicos, engenheiros, cientistas, pesquisadores, até mesmo administradores. Todos eles participam na criação de mais-valia para o capital. (MARCUSE, 2014g, p. 352)

Levando essas análises em consideração, não é à toa que, no início do século XXI, Marcuse viria a ser mencionado como um dos representantes intelectuais do precariado em seus protestos: "havia também sombras dos levantes de 1968, ligando o precariado à Escola de Frankfurt d'*O Homem unidimensional* (1964) de Herbert Marcuse", afirma

---

[49] É necessário enfatizar aqui que Marcuse, nessa apresentação, parece fazer certa confusão entre trabalho produtivo e improdutivo, ao afirmar que, com o crescimento do setor terciário, "na indústria de publicidade, serviços, entretenimento, e assim por diante" (MARCUSE, 1998f, p. 145), uma parcela crescente dos trabalhadores é empregada em trabalho não produtivo. Marcuse ainda vai adiante e imputa tal análise ao próprio Marx, citando a seção 1 ("Demanda crescente de força de trabalho com a acumulação, conservando-se igual a composição do capital") do capítulo XXV ("A lei geral da acumulação capitalista") na sua edição (da coleção *The Modern Library* da editora *Random House*) do livro I d'*O Capital*, no qual Marx afirma que a acumulação de capital leva a um aumento do proletariado, mas nada afirma a respeito do setor de serviços como trabalho improdutivo. Ora, sabemos que no livro II, Marx afirma que ao menos parte do setor de serviços é sim produtora de mais-valia e que deveria, portanto, ser incluída sob a rubrica de trabalho produtivo. Eis o que Marx afirma a tal respeito, citando justamente a indústria das comunicações:

> Há, no entanto, ramos autônomos da indústria em que o produto do processo de produção não é um objeto novo, uma mercadoria. Dentre esses ramos, o único economicamente importante é a indústria das comunicações, seja ela a indústria do transporte (de mercadorias e de pessoas), seja a da mera transferência de informações, cartas, telegramas. (MARX, 2014, p. 242)

Guy Standing (2014, p. 2) ao discutir os protestos do EuroMayDay que incluíam uma série de "novos"[50] atores sociais.

Colaboração e precarização – a espoliação de massa neoliberal

Nas décadas de 70 e 80 do século XX, o capitalismo global passa a buscar saídas para sua crise de estagflação também dentro do mundo do trabalho. Diversas inovações dentro das fábricas e fora delas, na multiplicidade de ocupações (re)inventadas na virada do século, buscam aumentar a produtividade do trabalho e alargar alucinantemente as ocupações e práticas de trabalho para além da fábrica, incluindo virtualmente todos os locais da vida social e individual. Tal processo foi escoltado de perto por uma precarização generalizada das formas de emprego, levando a criação de toda sorte de deformidades empregatícias. Tal situação impõe novos desafios para a Teoria Crítica e sua análise da integração social no neoliberalismo.

Comecemos a examinar as inovações *dentro* das fábricas. Importando diversas técnicas de gerenciamento e de organização do trabalho das fábricas da Toyota do Japão, o mundo veio a conhecer, principalmente a partir da década de 1980, um novo modelo de gestão da mão-de-obra conhecido como "toyotismo". Esse modelo seria uma das respostas do setor produtivo para a crise econômica dos anos 1970 e chegaria para suplantar, ou ao menos "modernizar" o modelo fordista/taylorista que havia vigorado dentro das fábricas nas décadas anteriores, mas que seria paulatinamente questionado desde as últimas décadas do século XX como excessivamente rígido e atrasado[51].

Ao contrário do fordismo, que operava sob a premissa da produção de massa e consumo de massa, o toyotismo trabalha com a concepção de uma produção "enxuta", "moderna" e atrelada de modo dinâmico à demanda. Afinal, quando a crise dos anos 1970 instaurou-se de modo mais contundente, mostrava-se extremamente difícil manter os níveis

---

[50] Não deixa de causar certo espanto ler, já na segunda década do século XXI, autores do Norte global que insistem em falar em um *retorno* da miséria, uma *reaparição* da pobreza, em um *neo*pauperismo, nas *novas* condições precárias de trabalho, no *inédito* papel do Estado neoliberal e não assistencial, entre outras inúmeras formas de ignorar nordicamente o fato que a o pauperismo e a precariedade nunca abandonaram a realidade do Sul global. Para uma interessante crítica a Guy Standing nesse sentido, cf. BRAGA, 2014.

[51] Alguns autores consideram que o toyotismo não constitui um rompimento radical com o modelo de gestão e de organização anterior, mas sim sua atualização para uma nova época,

> [...] um estágio superior de racionalização do trabalho, que não rompe, a rigor, com a lógica do taylorismo-fordismo, é por isso que alguns autores o denominam "neofordismo" (Aglietta, 1978). Entretanto, no campo da gestão da força de trabalho, o toyotismo realiza um salto qualitativo na captura da subjetividade operária pela lógica do capital, o que o distingue, pelo menos no plano da consciência de classe, do taylorismo-fordismo. (ALVES, 2000, p. 31)

de realização do valor típicos dos anos de bonança do capitalismo pós-Guerra do Norte global. Era um imperativo para a acumulação de capital cortar gastos na produção, aumentar a produtividade do trabalho, cortar significativamente as "regalias" corporativas oferecidas aos funcionários e penetrar no mercado consumidor exigente e individualizado que se formava. Assim, em contraposição à homogeneidade da produção em série e da linha de montagem taylorista e fordista, o toyotismo instaura diversas inovações gerenciais e tecnológicas (entre as quais o chamado *just in time*, o *kanban* e a redução drástica dos estoques são as mais famosas, embora não as únicas) que buscam atingir uma produção mais rentável, dinâmica e heterogênea.

A ideia central do toyotismo é aumentar a produtividade do trabalho. Para tal, diversos mecanismos, tal como o sistema de luzes, descrito por Ricardo Antunes, foram implementados:

> Gounet nos mostra ainda que o sistema toyotista supõe uma *intensificação da exploração do trabalho*, quer pelo fato de que os operários atuam simultaneamente com várias máquinas diversificadas, quer através do sistema de luzes (verde = funcionamento normal; laranja = intensidade máxima, e vermelha = há problemas, deve-se reter a produção) que possibilitam ao capital intensificar – sem estrangular – o ritmo produtivo do trabalho. As luzes devem alternar sempre entre o verde e o laranja, de modo a atingir um ritmo intenso de trabalho e produção [...]. A diminuição da "porosidade" no trabalho é aqui ainda maior do que no fordismo. (ANTUNES, 2006, p. 26–7)

Outra importante transformação instaurada pelo toyotismo no processo produtivo é a relação do operário com a máquina. Se no fordismo o padrão era cada trabalhador obrar somente em uma máquina, realizando operações parcelares e repetitivas, Taiichi Ohno (o engenheiro de produção tido como responsável pelo desenvolvimento do toyotismo) implementa a concepção da polivalência do trabalhador, que passa a operar com várias máquinas distintas (na Toyota, o trabalhador trabalha, em média, com até cinco máquinas – cf. ANTUNES, 1999, p. 54). Tal inovação muitas vezes foi vista como uma característica positiva, pois alegadamente implicaria em uma desespecialização das tarefas do operário, que passaria a se caracterizar pela capacidade de conjugar variadas atividades ao mesmo tempo – em suma, o que os estadunidenses chamam hoje em dia, de modo valorativo, de *multitasking*. No entanto, não se deve sobrepor imediatamente desespecialização e

qualificação. Pode-se afirmar que [...] a chamada "polivalência" do trabalhador japonês, [...] mais do que expressão e exemplo de uma maior qualificação, estampa a capacidade do trabalhador em operar com várias máquinas, combinando "várias tarefas simples" (ANTUNES, 2006, p. 26). Segundo Alves,

> Este é um dos pontos de ruptura do toyotismo com o taylorismo pois, nestes últimos, a organização da produção promovia a separação, nos postos de fabricação direta, das tarefas de execução e controle de qualidade. Nesse caso, a racionalização do trabalho procedia por meio da parcelização e da repetitividade do trabalho (materializada pelos protocolos taylorizados do estudo do tempo e dos movimentos) e dos microtempos alocados e impostos, sempre baseados em tarefas estritamente repetitivas (Coriat, 1994).
>
> O toyotismo adotaria uma solução diversa para a organização da produção, capaz portanto de recompor uma nova racionalização (e intensificação) do trabalho, pela "desespecialização dos trabalhadores qualificados", por meio da instalação de certa polivalência e plurifuncionalidade dos homens e máquinas, e do "tempo partilhado", baseados em tarefas múltiplas e agradáveis, em padrões (de tempo e de trabalho) flexíveis. (ALVES, 2000, p. 44)

O toyotismo parece aqui aprofundar (e não reverter) grande parte da tendência integradora do ambiente de trabalho analisado por Marcuse ainda na fábrica tipicamente fordista. Desprovido do controle da produção pelo aparato tecnológico, o trabalhador adentrava um automatismo rítmico junto com as máquinas, no "balanceio das coisas". Marcuse chegou a citar, em *O Homem unidimensional*, uma passagem da *Crítica da razão dialética* de Jean-Paul Sartre para mostrar como "pouco após a introdução das máquinas semiautomáticas, investigações mostraram que os trabalhadores especializados se permitiam ter um lapso enquanto trabalhavam, em um devaneio [*daydream*] de tipo sexual [...]" (SARTRE apud MARCUSE, 2002, p. 29)[52]. Marcuse buscava mostrar assim como o automatismo do maquinário promovia uma união do trabalho com a esfera sexual, da necessidade com o prazer, instaurando um regime onírico de integração psíquica na fábrica. No toyotismo, à medida que a automação é radicalizada por meio de novas tecnologias, como o inebriante sistema de luzes do placar Andon, as "agradáveis" tarefas

[52] Élio Petri formalizou esse devaneio no trabalho em *A classe operária vai ao paraíso*, de 1971.

são realizadas de modo flexível, mais autônomo e diversificado, adicionando uma camada de prazer e aparente autogoverno nos operários das fábricas enxutas contemporâneas.

Outra novidade introduzida pelo toyotismo é o trabalho em equipe. Ao contrário da participação individual do trabalhador fordista e taylorista na máquina e na esteira de montagem, uma equipe de trabalho opera um sistema automatizado de máquinas. O *teamwork* tipicamente toyotista instaura traços novos no processo produtivo, uma vez que retira o trabalhador de seu isolamento e o insere em um grupo que depende coletivamente da performance individual para participar nas benesses da empresa – tais como bônus salariais ou benefícios, por exemplo. Assim, embora haja uma desatomização do trabalhador parcial, o insulamento prévio não é substituído por um ambiente benéfico e saudável de trabalho, mas sim por uma pressão coletiva sobre o indivíduo para entregar os resultados esperados, para bater as metas incessantemente renovadas.

> É importante estimular o comprometimento operário, por intermédio da pressão coletivamente exercida pela equipe de trabalho sobre todo elemento do *team* (o que Coriat caracteriza como uma técnica de controle social denominada "ostracismo"). Sob o toyotismo, a eficácia do conjunto do sistema não é mais garantida pela rapidez da operação do operário individual em seu posto de trabalho, tal como no fordismo, mas pela integração ou pelo "engajamento estimulado" da equipe de trabalho com o processo de produção. O que pressupõe incrementar a manipulação por meio da supervisão e do controle operário, exercido pelos próprios operários [...]. (ALVES, 2000, p. 51–3)

O barateamento dos custos na gestão dos assim chamados "recursos humanos" levou igualmente a uma reconfiguração da empresa fordista. Essa encerrava a fabricação de todas as partes necessárias para a confecção final da mercadoria a ser vendida, concentrando, de modo geral, todos as tarefas de produção do produto final, por vezes incluindo também a distribuição e comercialização do mesmo. Em contraposição a essa integração vertical da fábrica fordista, nota-se no toyotismo uma horizontalização da produção, "[...] reduzindo-se o âmbito de produção da montadora e estendendo-se às subcontratadas, às "terceiras", a produção de elementos básicos, que no fordismo são atributo das montadoras" (ANTUNES, 2006, p. 28). Na fábrica fordista, cerca de 75% da produção era realizada pela empresa central, ao passo que na fábrica toyotista, essa cifra gira em torno de 25% da produção (cf. ANTUNES, 1999, p. 54). Nesse processo, todas

as metodologias e inovações tecnológicas da fábrica central são espraiadas para as empresas terceirizadas, de modo que, "[...] *kanban, just in time,* flexibilização, terceirização, subcontratação, CCQ [Círculos de Controle da Qualidade], controle de qualidade total, eliminação do desperdício, "gerência participativa", sindicalismo de empresa, entre tantos outros elementos, propagam-se intensamente. (ANTUNES, 2006, p. 28).

Por meio da congregação entre o novo perfil do operário polivalente e multifuncional com o trabalho em equipe, nota-se no toyotismo uma tentativa de enxugamento dos postos não imediatamente produtivos dentro da fábrica. O trabalhador fabril assume não somente a operação de máquinas distintas, como também funções que, na fábrica fordista/taylorista, pertenciam às incumbências dos gerentes e supervisores. O operário produtivo passa ele próprio a sintetizar as funções de produção e de controle de qualidade. O objetivo é transformar cada um dos operários na planta da fábrica igualmente em um inspetor de qualidade:

> O operário deve converter-se num elemento de "integração cada vez mais envolvido na relação equipe/sistema", expressando uma "capacidade de ativar e gerar a cooperação produtiva. O trabalhador deve converter-se em 'Sujeito ativo' da coordenação de diferentes funções da produção, em vez de ser simplesmente comandado. (ANTUNES, 1999, p. 127–8).

Assim, pouco a pouco forma-se uma figura laboral esquizofrênica, um operário produtivo que opera diversas máquinas em uma montadora de carros que é ao mesmo tempo responsável pelo controle de qualidade e pelo funcionamento contínuo e otimizado da produção (participando, assim, da própria gestão da produção), um membro da equipe que é um igual mas que está ao mesmo tempo em constante competição com os outros membros e que depende dos resultados de outrem para seus benefícios individuais. Adiciona-se a isso o fato de que, frequentemente, os líderes de equipe são, concomitantemente, avaliadores dos resultados da produção *e* representantes dos sindicatos, e encontramos aí a formação de um híbrido operário-gerente-sindicalista. O operário toyotista é, nesse sentido, seu próprio capataz[53]. A esse respeito, afirma Alves:

[53] Deve-se levar em consideração que a metodologia toyotista não ficou confinada ao setor automotivo, mas foi difundida em larga medida na indústria como um todo, inclusive na indústria de serviços – de fato,

> Com o toyotismo, a competição entre os operários é intrínseca à ideia de "trabalho em equipe". Os supervisores e os líderes de equipe desempenham papeis centrais no "trabalho em equipe" (no caso do Japão, os líderes da equipe de trabalho – do *team* – são, ao mesmo tempo, avaliadores e representantes dos sindicatos). Permanece ainda, de certo modo, uma supervisão rígida, mas incorporada, "integrada" – vale realçar – à subjetividade operária contingente. (ALVES, 2000, p. 53–4)

Essa esquizofrenia é levada às últimas consequências com o sistema *Kaizen* e nos Círculos de Controle da Qualidade (CCQ), propagandeado como um sistema de melhoria humana e de aprendizado ininterrupto, uma espécie de versão distópica da ideia de *Bildung*, quando uma filosofia oriental encontra o chão de fábrica neoliberal. Por meio de reuniões e encontros sistemáticos entre os próprios trabalhadores, esse sistema busca estimular os operários a sugerir melhorias na fábrica, referentes a uma variedade de temas, desde aqueles mais imediatamente ligados à produção, até aspectos que dizem respeito à qualidade de vida e do trabalho na fábrica.

> Com a sistemática do Kaizen, os trabalhadores são "incentivados" a "fazer suas próprias mudanças". Na constatação da pesquisa realizada por Carol Stephenson, "'Kaizen' (que significa contínuo aprendizado) é o resultado das atividades dos trabalhadores reunidos em grupos, visando o desenvolvimento de projetos para a melhoria das diversas etapas do processo de trabalho, com base na experiência dos trabalhadores. Os administradores avaliam os projetos e aqueles considerados melhores são postos em operação. Os projetos que resultam do Kaizen têm relatado diferentes experiências, como a rota dos ônibus, facilidades de práticas esportivas, a qualidade da alimentação e do restaurante, além do melhoramento da própria produção. (ANTUNES, 1999, p. 79).

---

ela virou receituário para o Estado, a subjetividade e a vida como um todo sob o governo neoliberal. Sem sequer mencionar o toyotismo, eis como Dardot e Laval descrevem o sujeito tipicamente neoliberal, nas mesmas linhas gerais descritas pela sociologia do trabalho:

> Idealmente, cada indivíduo deve ser seu próprio supervisor, mantendo atualizadas a contabilidade de seus resultados e a adequação às metas que lhe foram atribuídas. Um dos objetivos disso é fazer o indivíduo interiorizar as normas de desempenho e às vezes, mais do que isso, fazer com que *o avaliado seja o produtor das normas que servirão para julgá-lo*. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 315 - grifos no original)

O capítulo três a seguir é dedicado à análise desse sujeito neoliberal.

Por meio da aplicação fabril de uma filosofia que incentiva a modificação constante para melhor na vida como um todo, e sem a incômoda intromissão dos sindicatos entre o chão da fábrica e os escritórios da gerência, cria-se um canal direto de comunicação que permite aos trabalhadores "[...] a identificação de áreas potenciais de conflito e insatisfação em um ambiente seguro. O Kaizen permitiu à administração apropriar-se dos conhecimentos dos trabalhadores no processo de produção" (ANTUNES, 1999, p. 79).

Quando Marcuse citou, em 1964, o sindicalista da *United Automobile Workers* preocupado com as tarefas do sindicato em uma época na qual a corporação dava tudo a eles, ele havia identificado uma lógica de participação ativa radicalmente aprofundada no neoliberalismo toyotista. Quando pesquisas (cf. ANTUNES, 1999, p. 79) demonstram que muitas vezes as melhorias recomendadas pelos trabalhadores implicam em um aumento do ritmo de seu próprio trabalho, a direção da Toyota (e não mais da Caltex, como nos trabalhos de Mallet analisados por Marcuse) pode novamente comemorar.

Uma propaganda publicitária da Nissan por ocasião da inauguração de uma fábrica nova em Sunderland, Inglaterra em 1986, buscava evidenciar essa situação:

> Aqui se tem uma fábrica onde administradores e trabalhadores igualmente vestem casacos brancos e dividem a mesma cantina, onde administradores e trabalhadores são igualmente jovens [...], uma companhia onde nunca houve greve, onde os sindicatos não são proibidos, mas são desnecessários porque os trabalhadores desfrutam de boas condições e se identificam com os objetivos da companhia. É uma fábrica da nova era, da nova tecnologia, do novo consenso. É uma fábrica que está anos-luz distante da militância dos trabalhadores da indústria automobilística da década de 70. (cf. TEIXEIRA, 1995, p. 26)

Esse quadro mostra como o trabalhador é cada vez mais interpelado[54] como *colaborador*, de modo que suas capacidades cognitivas e seu conhecimento prático,

[54] Embora não utilize o termo em sua plena acepção althusseriana (ALTHUSSER, 2014), esta não deixa de encontrar ressonâncias aqui, afinal, ao abordar o trabalhador como um igual que "labora junto", essa ideologia muitas vezes acaba sendo reproduzida pelo trabalhador, instituindo, no mesmo movimento, sua existência como colaborador. Em outras palavras, ao ser chamado de tal e classificado como tal, o trabalhador comporta-se como tal. A ideologia torna-se, assim, objetiva e real.

adquiridos ao longo de anos por meio da participação na linha de frente do processo produtivo, são aplicados de modo que haja uma integração psíquica do trabalhador na em presa, conforme já havia alertado Marcuse há mais de cinco décadas, demonstrando como a Nissan não está assim tão distante da "militância" da década de 1970 quanto julga. Marcuse havia entrevisto então, em seus contornos iniciais, uma situação de engajamento do trabalhador na empresa que tornar-se-ia cada vez mais aguda no mundo neoliberal do trabalho. Segundo Giovanni Alves,

> Eis, portanto, o resultado da captura da subjetividade operária pela lógica do capital, que tende a se tornar "mais consensual, mais envolvente, mais participativa: em verdade, mais manipulatória". Surge um "estranhamento pós-fordista", com o toyotismo, que possui uma densidade manipulatória maior do que em outros períodos do capitalismo monopolista. Não é apenas o "fazer" e o "saber" operário que são capturados pela lógica do capital, mas a sua disposição intelectual-afetiva que é constituída para cooperar com a lógica da valorização. O operário é encorajado a pensar "pró-ativamente", a encontrar soluções antes que os problemas aconteçam [...]. (ALVES, 2000, p. 54–5)

Não é fortuito, assim, que tal identificação radical e imediata das funções na figura do trabalhador leve a uma séria de consequências subjetivas, como o constante sentimento de fracasso pessoal quando a meta não é atingida, ou, em casos extremos, até mesmo ao suicídio, tamanha a interpenetração entre a empresa e o indivíduo.

> Hoje, muito mais do que durante a fase de hegemonia taylorista/fordista, o trabalhador é instigado a se autocontrolar, a auto-recriminar-se e, até mesmo, autopunir-se quando a produção não atinge a meta desejada (chegando até mesmo, em situações extremas como o desemprego e o fechamento de empresas, ao suicídio a partir do fracasso no trabalho). (ANTUNES, 2005, p. 53).

Como na análise de Marcuse, essa integração cooperativa e engajada na fábrica é encampada pelo trabalhador tendo em vista as possibilidades de progressão na carreira dentro do sistema de promoção toyotista, que promete possibilidade reais de ascensão na organização e de ganhos salariais em decorrência de aumentos de produtividade e do alcance das metas, além da garantia de emprego vitalício para uma parcela dos

trabalhadores da empresa, especialmente quando do início da implementação do toyotismo no Japão (cf. ANTUNES, 1999, p. 55) de modo que "o essencial é instaurar um elo entre o desempenho do negócio e o comportamento dos operários" (ALVES, 2000, p. 51–2). Se a produtividade do indivíduo é alta, os lucros da empresa crescerão, o que permitirá um bônus maior para o trabalhador, e vice-versa. Os interesses da empresa e do colaborador são superpostos. Nota-se aí, novamente seguindo Marcuse, um aplainamento da contradição entre trabalho e capital, a imposição de uma única dimensão não contraditória que engloba parte e todo na empresa toyotista.

Até aqui, analisei transformações do neoliberalismo em relação ao capitalismo tardio que não implicaram em reversões das teses de Marcuse a respeito da integração do trabalhador no processo produtivo. Ao contrário, elas parecem radicalizar algumas de suas teses a respeito do engajamento do trabalhador na empresa, que, olhando retrospectivamente, pareciam analisar fenômenos que se encontravam ainda em estado embrionário na época de Marcuse.

No entanto, há um outro lado do toyotismo que o acompanha como uma sombra. A precarização. Nos termos de Antunes,

> Quanto maior é a incidência do ideário e da pragmática na chamada 'empresa moderna', quanto mais racionalizado é seu *modus operandi*, quanto mais as empresas laboram na implantação das 'competências', da chamada 'qualificação', da gestão do 'conhecimento', mais intensos parecem tornar-se os níveis de degradação do trabalho. (ANTUNES, 2005, p. 18)

Para diminuir drasticamente os custos da produção e torná-la efetivamente dinâmica e adaptada ao sistema *just in time*, não é suficiente criar apenas novas técnicas de gestão e implementar tecnologias de ponta; mostra-se um imperativo cortas gastos e otimizar também a gestão do pessoal. Em suma, o toyotismo aplica-se tanto ao capital fixo quanto ao capital variável, criando uma nova fisionomia da interação entre trabalho vivo e morto: a implantação do toyotismo envolveu uma grande proliferação de formas precárias de subcontratação, de gestão flexível da mão-de-obra, que passa a contar com direitos trabalhistas cada vez mais enxutos e com benefícios corporativos cada vez mais escassos.

> Outro ponto essencial do toyotismo é que, para a efetiva flexibilização do aparato produtivo, é também imprescindível a flexibilização dos trabalhadores. Direitos flexíveis, de modo a dispor desta força de trabalho em função direta das necessidades do mercado consumidor. O toyotismo estrutura-se a partir de um numero mínimo de trabalhadores, ampliando-os, através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratação, dependendo das condições de mercado (ANTUNES, 2006, p. 28).

Ao lado de um seleto (e cada vez menor) grupo de trabalhadores com emprego vitalício, alastra-se um amplo leque de trabalhos precários, instáveis, intermitentes, inseguros, contingentes, etc. que consome a maioria da população trabalhadora. Assim, "combinando fortemente as formas relativa e absoluta da extração da mais-valia" (ANTUNES, 1999, p. 56), o toyotismo introduz um estágio mais avançado na intensificação da produtividade e na exploração do trabalho, estágio esse que já havia sido consideravelmente expandido no fordismo.

> A expansão do trabalho *part time*, assim como as formas pelas quais o capital se utiliza da divisão sexual do trabalho e do crescimento dos trabalhadores imigrantes, cuja expressão são os *dekasseguis* executando trabalhos desqualificados e frequentemente ilegais, constituem claros exemplos da enorme tendência à intensificação e exploração da força de trabalho no universo do toyotismo. Este se estrutura preservando dentro das empresas matrizes um número reduzido de trabalhadores mais qualificados, multifuncionais, e envolvidos com o seu ideário, bem como ampliando o conjunto flutuante e flexível de trabalhadores com o aumento das horas-extras, da terceirização no interior e fora das empresas, da contratação de trabalhadores temporários etc., opções estas que são diferenciadas em função das condições do mercado em que se inserem. Quanto mais o trabalho se distancia das empresas principais, maior tende a ser a sua precarização. (ANTUNES, 1999, p. 56-7).

A flexibilização infinita do trabalho é um dos principais fatores que incorpora milhões de pessoas no mundo todo nas fileiras do precariado. Os benefícios em termos salariais decorrentes do aumento da produtividade, que já na sua versão original japonesa beneficiavam somente uma parcela restrita dos trabalhadores, são compensados por uma degradação generalizada das condições de trabalho da grande maioria da classe

trabalhadora ao redor do globo.

A terceirização das atividades introduz também uma questão política que desafia consideravelmente as proposições referentes à integração sindical elaboradas por Marcuse. Se é verdade que o sindicato toyotista é marcado por uma faceta altamente cooperativa, incentivando "[...] no plano sindical, por exemplo, estratégias neocorporativas de cariz propositivo" (ALVES, 2000, p. 55), com o trabalho intermitente, terceirizado e precário, a situação é outra, de modo que os trabalhadores encaram a questão da "triangulação", afinal,

> [...] quem é responsável quando uma terceira parte torna-se um intermediário [entre empregadores e empregados]? Quem está no controle, o empregador final ou o intermediário? [...] Há uma extensa jurisprudência para deleitar os advogados. Mas os trabalhadores temporários mesmos sabem somente que eles se reportam a dois senhores. (STANDING, 2014, p. 34)

Ao contrário dos anos de negociação coletiva do pacto fordista entre as classes, que se baseava na conexão direta entre patrões e empregados discutindo conjuntamente na mesa de barganha, entra em jogo a indefinição quanto à representatividade sindical.

Se quisermos entender o trabalho e suas implicações para uma Teoria Crítica da sociedade neoliberal, no entanto, devemos estar atentos não somente às fábricas e indústrias, mas igualmente ao setor de serviços, que concentra grande parcela do trabalho realizado contemporaneamente. Uma vez que nas últimas quatro décadas constata-se, ao mesmo tempo, uma diminuição em linhas gerais do trabalho industrial especialmente nos países do Norte global, mas também com significativas repercussões no Sul, e um aumento dos postos de trabalho no setor terciário, a análise desse setor torna-se primordial para a compreensão do trabalho hoje.

Nos dados citados por Ricardo Antunes (2006, p. 42-3), podemos anotar alguns exemplos disso. O contingente de trabalhadores fabris na França em 1962 atingia a cifra de 7,488 milhões. Já em 1989, esse número declinou a 7,121 milhões. Em outras palavras, em 1962 a classe trabalhadora industrial perfazia 39% da população ativa, ao passo que, em 1989, 29,6%. De modo geral, na Europa Ocidental, essa cifra batia a marca de cerca de 40% da população economicamente ativa nos anos 1940 e hoje praticamente caiu à

metade, ficando mais próxima da casa dos 20% (cf. ANTUNES, 2006, p. 44).

Quanto ao setor de serviços, notamos uma relação inversa. Enquanto os postos de trabalho na indústria decaíram constantemente desde os anos 1980, os empregos no setor terciário, ao contrário, cresceram consideravelmente. Dados da Organização Internacional do Trabalho de maio de 2017 (cf. INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2017) mostram que a porção da classe trabalhadora empregada nos serviços atinge a casa dos 74% na Europa do Norte, do Sul e Ocidental e ultrapassa os 81% na América do Norte[55].

Esse é o motivo pelo qual, se quisermos compreender a situação do trabalho no século XXI, devemos alargar a noção de classe trabalhadora para além do escopo limitado da fábrica. Concordo, nesse sentido, com as palavras de Ricardo Antunes:

> Se a classe trabalhadora (ou o proletariado) foi, ao longo dos séculos XIX e XX, predominantemente associada à ideia de trabalhadores manuais, fabris, egressos quase que exclusivamente do mundo industrial taylorista e fordista, uma noção contemporânea e ampliada de classe trabalhadora nos oferece hoje potencialidade analítica para captar os sentidos e as forças propulsoras dessas ações e desses embates que emergem no mundo em escala global e, desse modo, conferir maior vitalidade teórica (e política) ao mundo do trabalho contra a desconstrução intentada nas últimas décadas.
>
> [...]
>
> Portanto, uma primeira ideia central é a de que a classe trabalhadora hoje compreende não somente os trabalhadores ou as trabalhadoras manuais diretos, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende a sua força de trabalho como mercadoria em troca de

[55] Não se deve esquecer que o capitalismo, como sistema planetário, não pode ser definido meramente pelo Norte, uma vez que, como nos lembra Antunes, "[...] pelo menos 2/3 da humanidade que trabalha encontra-se no chamado 'Terceiro Mundo'; na Ásia, no Oriente, na África e na América Latina" (ANTUNES, 2005, p. 26). Ou seja, cabe não esquecer que não apenas o setor secundário como também o primário desempenham importante papel na formação da economia capitalista global e consomem, assim, razoável parcela da classe trabalhadora. Evidentemente há uma desproporção na distribuição dos serviços no planeta – quando se compara a cifra na África (36,3%) e no Sul asiático (33,3% - cf. INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2017) com os dados supracitados da Europa central e dos EUA, isso é explícito.

Mesmo assim, os números referentes à distribuição do trabalho por setor indicam uma crescente participação dos serviços no mundo como um todo: globalmente, os serviços ocupam quase 50% da força de trabalho (a indústria representa pouco mais de 21% e a agricultura fica levemente abaixo de 29%). Apenas de 1991 a 2017, houve um crescimento de 10% no setor de serviços ao redor do globo, notando-se aumentos mais modestos, embora praticamente constantes também na América Latina e no Caribe (de 56% a 63%) e na África (que foi de 32,9% a 36,3%); o Sul asiático deu um salto análogo ao global, pulando de 23,8% a 33,3%.

> salário. Como o trabalho produtivo pode ser tanto material (por certo ainda muito predominante no mundo produtivo global) como não-material (para lembrar novamente Marx no *Capítulo VI inédito*), ou imaterial, a classe trabalhadora moderna compreende a totalidade do trabalho coletivo e social, nele incluído o núcleo central dos trabalhadores produtivos. (ANTUNES, 2005, p. 48-51)

O prognóstico de Marcuse do alargamento da classe trabalhadora, de sua diversificação no setor de serviços, parece aqui ter atingido um ponto nevrálgico do *modus operandi* do capitalismo neoliberal.

Mas, seja na indústria ou no setor se serviços, a questão que interessa destacar aqui e que açambarca transversalmente considerável parte da classe trabalhadora é a precarização crescente do trabalho, nas suas mais variadas formas. A explosão de trabalhos inseguros, parciais, terceirizados, intermitentes, desregulamentados, informais, temporários, interinos, sem locais de trabalho definidos, sem horários estabelecidos, não protegidos por legislação trabalhista e não cobertos por assistência sindical fez com que a precarização do emprego transbordasse os *loci* sociais nos quais, em certa medida, ela sempre habitou, para atingir o núcleo das classes médias, mesmo em países do centro do capitalismo global, nos gêneros, nas raças, sexualidades e status nacionais que outrora estavam salvaguardados – embora tal incidência se dê de modo diferencial e desigual, vale relembrar[56].

A crise econômica de 2007-2008 empurrou milhões de trabalhadores para a massa global do precariado. No Japão, país que ocupava confortavelmente a posição de terceiro PIB mundial e 11º IDH do mundo em 2010, segundo dados de Guy Standing (STANDING, 2014, p. 34–5), mais de um terço da força de trabalho era composta por trabalhadores temporários, que são facilmente demitidos e recontratados sem garantias trabalhistas, sem férias remuneradas, seguros de saúde e aposentadorias corporativos, entre outros benefícios. A situação não era distinta na Europa. A Espanha mostrava dados alarmantes: metade da força de trabalho em 2010 estava trabalhando com contratos temporários. Não espanta que, nesse ano, a OCDE estimava que 85% dos trabalhos pulverizados do dia para a noite nesse país pertenciam a esse segmento. Assim como a

[56] Cf. o relatório da OIT de maio de 2017 (ILO, 2017, p. 2–3) que contêm diversos dados a respeito dos persistentes *gaps* de gênero, raça, nacionalidade, entre outros fatores.

Espanha, a Alemanha recorreu ao *Zeitarbeit* de milhões de pessoas como saída para a crise. De acordo com Standing (2014, p. 35), nos EUA, em meados de 2009, o *Bureau of Labour Statistics* estimava que mais de 30 milhões de pessoas encontravam-se em trabalhos de meio período por necessidade; somando-se essa cifra com o número de desempregados, chegava-se a uma taxa ajustada de desemprego de quase 19%.

Além dos contratos temporários, existem também aberrações jurídicas tal qual o contrato "zero-hora" (cf. STANDING, 2014, p. 36), no qual simplesmente não se encontram determinadas informações básicas como a definição da duração e da frequência da jornada de trabalho, o salário, entre outras balizas fundamentais do emprego.

O emprego de interinos também tem crescido de modo radical, fato esse encorajado por legislações trabalhistas, de modo geral, cada vez mais coniventes e de fato promotoras desse tipo de precarização. Essa forma de trabalho ajuda a mascarar as estatísticas oficiais de (des)emprego, ao mesmo tempo em que transfere os custos sociais para os indivíduos contratados.

Estas formas de contratos precários marcam uma importante alteração no mercado de trabalho neoliberal. Se, na sociedade industrial desenvolvida, as contratações de trabalhadores davam-se por meio de um contrato padrão e uniforme, definido pelos marcos estabelecidos nas negociações coletivas, na sociedade neoliberal multiplicam-se as formas assumidas pelos contratos, de modo que, dentro de uma mesma empresa, é possível encontrar a coexistência de diversos contratos regendo os parâmetros empregatícios. Com o declínio do poder de barganha das instituições trabalhistas, as empresas têm recorrido cada vez mais aos contratos individuais, que as permitem "[...] fornecer diferentes tratamentos e graus de segurança e de status, de modo a canalizar alguns trabalhadores para o salariado, alguns para empregos estáveis, outros para um status de precariado, aumentando as divisões e hierarquias" (STANDING, 2014, p. 37).

Temos, assim, um panorama no qual mesmo as credenciais que geralmente garantiam um emprego estável a longo prazo, têm se tornado cada vez mais vazias. Embora a o capitalismo sempre tenha admitido com certo grau de tolerância e hipocrisia as mais precárias situações de emprego ao redor do globo, "das trabalhadoras de telemarketing aos motoboys, dos jovens trabalhadores do McDonald's aos digitalizadores

do setor bancário, [...] o novo proletariado da era da cibernética, que vivencia as condições de um trabalho virtual em um mundo real [...]" (ANTUNES, 2005, p. 17), profissões de prestígio social também têm sofrido os abalos dos choques neoliberais. A respeito disso, afirma Castel:

> Em 1975, Michel Pialoux havia pintado esse "realismo do desespero" que obriga algumas categorias de jovens a "escolherem" essas estratégias do dia-a-dia. Tratava-se, então, de uma experiência circunscrita, quanto ao essencial, a um público de jovens particularmente desfavorecidos, filhos de imigrantes, moradores dos subúrbios. Hoje, atinge amplas frações dos jovens saídos da classe operária "clássica", titulares de diplomas técnicos como o CAP, e abocanha também alguns setores da classe média. A precariedade como destino. (CASTEL, 2008, p. 528).

Ele também oferece algumas estatísticas a respeito da França que ilustram esse quadro de precarização mesmo do centro masculino francês. Certamente os jovens e as mulheres continuam a ser os mais atingidos pela precariedade do trabalho, "porém, o fenômeno diz respeito igualmente ao que poderia ser chamado de núcleo sólido da força de trabalho, os homens de 30 a 49 anos: já em 1988, mais da metade entre eles era, contratados diretamente mediante um estatuto particular [i. e., sem o CDI, *Contrat de Travail de Durée Indeterminée*]" (CASTEL, 2008, p. 515). Os números citados por Castel: um milhão a menos de CDIs entre 1982 e 1990; até 2003, inversão entre CDI e as formas precárias de contratação, de modo que o CDI foi reduzido a 3 milhões de contratos e mais de dois terços das contratações anuais foram feitas por aquilo que Castel denomina "formas atípicas"[57] (não CDI) de regimentação do trabalho.

Nos EUA, não são raros os casos de universitários formados que, ao não encontrar os empregos prometidos por seus diplomas, têm de recorrer a "bicos" em restaurantes e lojas de departamento. Nessas, eles (ou, mais provavelmente, elas) encontram condições paupérrimas de trabalho: sem ser uma ocupação integral, o salário é pouco acima do mínimo federal, sem turno garantido. O Walmart, por exemplo, um dos casos paradigmáticos de precarização estadunidense, emprega mais de 1,5 milhões de funcionários só naquele país. A maioria deles trabalha semanas de 24 horas a 8-9 dólares por hora. Os empregados são convocados de uma a três horas antes do início do turno.

[57] Aqui cabe novamente indagar a terminologia: quão atípicas seriam essas formas considerando a história global do capitalismo?

Assim, “não é incomum que um trabalhador tenha dois empregos desses, um no Walmart ou na Target, e outro no McDonald’s, Burger King, ou outro restaurante similar de *fast-food* por mais ou menos o salário mínimo e poucas ou nenhuma gorjeta” (ARONOWITZ, 2014, p. 130).

Cientistas com experiência também têm sido submetidos à precarização generalizada nos EUA, sendo obrigados a pular de bolsa em bolsa de pós-doutorado, de modo totalmente contingente, sem encontrar posições de docência mais estáveis (*tenure track professorships*). Tornam-se, desse modo, típicos trabalhadores por contratos (cf. (ARONOWITZ, 2014, p. 129).

Outro fator considerável de precarização do emprego são os recursos à terceirização (*outsourcing*) e à realocação (*offshoring*) de empresas para áreas do país ou do globo terrestre nas quais direitos trabalhistas sejam escassos, salários sejam miseráveis, governos e autoridades sejam no mínimo lenientes e sindicatos ausentes. O crescente número de empresa transnacionais passou a deslocar parte de sua produção e de sua mão-de-obra para qualquer um dos locais que oferecesse essas “vantagens comparativas” de produção e distribuição (cf. STANDING, 2014, p. 37).

Embora essas situações sejam extremamente precárias, não podemos negligenciar o crescimento vertiginoso da economia informal como zona de cultivo do precariado global. Segundo dados de Standing de 2010 (cf. STANDING, 2014, p. 56), estimativas de Friedrich Schneider da Universidade de Linz mostravam que mais de um quarto do PIB grego provinha da economia informal, cifra essa que também atingia mais de 20% na Itália, Espanha e Portugal e mais de 10% na Alemanha, na França e no Reino Unido.

Mas “o mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global” (ANTUNES, 2006, p. 41). Seja em virtude da robótica e outras novas tecnologias, dos cortes de gastos, da terceirização e da realocação ou de outros fatores, o desemprego assumiu espantosas proporções nas ultimas décadas. Segundo Castel, encontramos aí uma nova situação, caracterizada pela “*instalação na precariedade*” (CASTEL, 2008, p. 527): em 1998, menos de 25% dos desempregados cadastrados na Agência Nacional para o Trabalho Emprego francesa havia, dois anos depois, encontrado um emprego estável, de modo que a maioria continuou lançada a esmo “nessas trajetórias erráticas feitas de alternância de emprego e de não-emprego” (CASTEL, 2008, p. 527):

> O desemprego recorrente constitui, pois, uma importante dimensão do mercado do emprego. Toda uma população, sobretudo de jovens, aparece como relativamente empregável para tarefas de curta duração, alguns meses ou algumas semanas, e mais facilmente ainda passível de ser demitida. A expressão "interino permanente" não é um mau jogo de palavras. Existe uma mobilidade feita de alternâncias de atividade e de inatividade, de virações provisórias marcadas pela incerteza do amanhã. É uma das respostas sociais apresentadas à exigência de flexibilidade.
>
> [...]
>
> Essa maneira de habitar o mundo social impõe estratégias de sobrevivência fundadas no presente. [...]. Assim, volta para o primeiro plano do cenário social uma obrigação muito antiga, imposta ao que então era chamado de povo: "viver o dia-a-dia". Não se poderá falar de um *neopauperismo*? (CASTEL, 2008, p. 527-9).

E mesmo aqueles que se encontram em situação de desemprego realizam uma série de atividades que constituem aquilo que Standing (2014, p. 48) chama de "trabalho por emprego" ("*work-for-labour*"): preencher formulários, ficar em filas, transportar-se frequentemente de entrevistas de trabalho para escritórios de benefícios estatais e daí para cursos de treinamento profissional, de modo que "estar desempregado pode ser um trabalho em tempo integral, e envolve flexibilidade, uma vez que as pessoas devem estar disponíveis o tempo todo" (STANDING, 2014, p. 48). Standing (2014, p. 48) cita um estudo britânico de 2010 que mostrou como os custos relativos à obtenção de um emprego (somando roupas, deslocamentos e viagens, creches e cuidados com as crianças, treinamento, entre outros) chegavam a 146 libras, adicionando ainda mais 128 libras no primeiro mês de emprego, uma quantia decisiva para justamente aqueles que estão sem renda fixa.

Podemos assim, estabelecer um revelador ponto de contraste entre os anos gloriosos do capitalismo de quase pleno emprego no Norte global, e as décadas de ruínas neoliberais. Marcuse juntou-se, em 1968 em Paris, Berlim e nos EUA, às levas de jovens e trabalhadores que juntos representavam a Grande Recusa e saíam às ruas para negar a sociedade do trabalho, para desafiar uma ética do trabalho e os valores de uma civilização assentada na identificação entre emprego e personalidade, para recusar o consumismo imposto pela produção luxuosa do descartável. Hoje, "o 'sonho do interino' é o desejo de

tornar-se permanente, associado à dúvida lancinante quanto à possibilidade de chegar a essa condição" (CASTEL, 2008, p. 529). Não é fortuito que, na mesma Paris de 68, os jovens franceses tenham saído às ruas quase quarenta anos depois para protestar não contra o emprego, mas sim contra o emprego precário imposto pelas mudanças na legislação do Contrato do Primeiro Emprego (cf. BBC, 2006). Como coloca Isabel Loureiro (2005, p. 19), em um quadro de desemprego estrutural, "como lutar por uma cultura do tempo livre, do ócio [...] quando todos pedimos para sermos explorados por algum patrão que queira nos empregar?".

Mas os contornos gerais desse quadro da precarização do trabalho e do desemprego, como resultado imediato de uma crise global da proporção daquela que atingiu o mundo em 2008, talvez tenha ficado no passado, uma conjuntura excepcional e passageira, que não corresponde à norma da sociedade contemporânea e que tende a se dissipar no *business as usual*, poder-se-ia objetar. A despeito da euforia do encontro anual do Fórum Econômico Mundial de 2013 em Davos (cf. WEISENTHAL, 2013), que se apressou em decretar o fim da crise e de seus efeitos econômicos e sociais, dados da OIT de 2017 (cf. ILO, 2017, p. 1–2) alertam que a parcela da classe trabalhadora que se encontra em alguma forma de emprego precário está acima dos 42% do total de trabalhadores existente no mundo, perfazendo mais de 1,4 bilhões de indivíduos nessa condição. Se a esse contingente soma-se o número global de desempregados, que está próximo dos 6% da população ativa (mais de 200 milhões de pessoas, e a cifra não para de crescer), tem-se uma situação na qual virtualmente metade da classe trabalhadora está desenvolvendo trabalhos nos quais garantias sociais fundamentais, direitos trabalhistas básicos, para nem dizer benefícios corporativos, são consideravelmente escassos ou ausentes, quando sequer encontra algum posto disponível de trabalho. Como afirma Antunes, "assim como o capital torna 'supérfluas' suas mercadorias, sem as quais, entretanto, não pode sobreviver, o mesmo capital torna 'supérflua' sua mercadoria força de trabalho, sem a qual também não pode sobreviver" (ANTUNES, 2005, p. 28).

Pode-se adicionar ainda outra camada de problematização (ILO, 2017, p. 2): embora a taxa global de pobreza em trabalho (isto é, a parcela de trabalhadores que, mesmo empregada, encontra-se em situação de pobreza moderada ou extrema, o que significa viver com menos de três dólares e dez centavos por dia em termos de poder de compra) esteja declinando no longo prazo, esse declínio sofreu uma desaceleração no último ano, de modo que essa situação ainda acomete quase 29% da população

trabalhadora que se encontra nos países emergentes (de renda mediana, caso do Brasil, por exemplo) e em desenvolvimento (renda baixa).

No entanto, como afirmei, essa situação não mais encontra-se confinada aos bolsões terceiro mundistas de trabalho descartável e necessário, mas invadiu áreas geográficas e sociais do primeiro mundo. Ou seja, desde meados da década de 1970, essa situação tornou-se a norma estável e constante – e não a volátil exceção ou distante periferia – do governo neoliberal global. "Portanto", afirma Castel,

> o problema atual não é apenas o da constituição de uma "periferia precária", mas também o da "desestabilização dos estáveis". [...] Novo crescimento dessa vulnerabilidade de massa que, como se viu, havia sido lentamente afastada. Não há nada de "marginal" nessa dinâmica. Assim como o pauperismo do século XIX estava inserido no coração da dinâmica da primeira industrialização, também a precarização do trabalho é um processo central, comandado pelas novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno. Realmente, há aí uma razão para levantar uma "nova questão social" que, para espanto dos contemporâneos, tem a mesma amplitude e a mesma centralidade da questão suscitada pelo pauperismo na primeira metade do século XIX. (CASTEL, 2008, p. 526–7).

Integração precária

As teses de Marcuse referentes à integração conspícua do trabalhador na fábrica unidimensional parecem ter sido embasadas em observações empíricas e em considerações teóricas características de uma época do capitalismo na qual consolidou-se o emprego formal, estável e coberto por uma série de benefícios corporativos provenientes do pacto capital-trabalho e da divisão entre as classes dos ganhos de produtividade trazidos pelo emprego cada vez maior e mais racionalizado da tecnologia no aparato produtivo. O trabalho padrão, baseado nas atividades uniformes e repetitivas na esteira de montagem fordista e no controle dos tempos e movimentos taylorista, enquadrado na jornada de oito horas por dia cinco vezes por semana era hegemônico para boa parte da classe trabalhadora na época da análise de Marcuse (cf. DAL-ROSSO, 2017, p. 34).

As transformações das operações na esfera do trabalho ocasionadas pelo aparato tecnológico suavizavam consideravelmente o trabalho do proletariado tardio, quando

comparado a seu antecessor histórico no advento da Revolução Industrial. Um trabalho menos físico e árduo e mais mental, mais automatizado, com menores jornadas, maiores salários e auxílios da empresa, assim como direitos trabalhistas mais abrangentes, transformou a fisionomia da classe trabalhadora na sociedade industrial avançada.

Além disso, a análise de Marcuse concentrava-se na reconfiguração das relações fabris de classe, impulsionada pelo surgimento das funções intermediárias de gerentes e supervisores (isto é, os trabalhadores de colarinho branco, na terminologia empregada por Marcuse) em detrimento dos funcionários imediatamente empregados no processo produtivo (a parcela de colarinho azul). Os inspetores e capatazes da produção interpunham-se entre empregados e empregadores e implicavam em fundamentais consequências, tanto para a definição das classes sociais a partir do processo produtivo, quanto para suas lutas no campo político, impelindo Marcuse a realizar diversas modificações na teoria que buscava compreender (e transformar) essa sociedade.

Marcuse analisou, na metade dos anos 1960, uma sociedade que parecia pautar-se cada vez menos pelo confronto direto entre as classes no chão da fábrica e cada vez mais por uma dominação tecnológica e automática que incluía tanto os operados por esse sistema, quanto seus operadores. Uma racionalidade e um desempenho social e laboral impunham-se como padrão totalitário para patrões e assalariados, tornando-os cada vez mais explicitamente portadores de um processo social que ocorria por meio deles mas às suas costas reproduzido por um sujeito automático, embora certamente ainda de maneira bastante desigual.

Desse quadro geral, Marcuse delineou os contornos da integração psíquica e subjetiva do trabalhador na empresa no capitalismo tardio com uma derivação dos processos reais de integração ocorridos no interior das fábricas do capitalismo avançado. Os ganhos reais em termos de condições de trabalho, de direitos mais inclusivos, de maiores salários e de atividades mais automatizadas, assim como uma percepção menos nítida da opressão e da exploração capitalista imposta pela quebra da relação direta entre as duas classes fundamentais do sistema levavam não somente à aquiescência do trabalhador de sua condição individual, como ao engajamento ativo dos trabalhadores individuais e dos sindicatos na cooperação com a empresa. A negação das relações trabalhistas na planta da fábrica encontrava cada vez menos possibilidade de existência.

Certas características do trabalho e da classe trabalhadora analisadas por Marcuse parecem ter se alterado significativamente nas ultimas quatro décadas neoliberais, obrigando a revisões em sua teoria, ao passo que outras mantêm uma vigorosa atualidade, senão radicalização.

Por um lado, Marcuse observou a redução da parcela do operariado fabril clássico no conjunto da classe trabalhadora como um todo e apreendeu, mesmo que inicialmente, o considerável alargamento dessa para o setor de serviços, transbordando os muros da fábrica típica do século XIX e início do XX. A diversificação dos empregos no setor de serviços, incluindo novas profissões no rol da classe que vende sua força de trabalho por salário, tais como engenheiros, técnicos, administradores, cientistas, entre inúmeras outras ocupações, estendeu de modo significativo o modo de compreensão do trabalho e de seus agentes desde os anos 1970. Marcuse deixou as pistas para compreender tal fisionomia da classe trabalhadora no século XXI.

Ao mesmo tempo, essa diversificação da classe trabalhadora e das formas de trabalho tem de ser combinada com a exponenciação do aparato tecnológico na contemporaneidade. Aqui, novamente, devemos trilhar o caminho aberto por Marcuse a respeito das consequências do emprego massivo da tecnologia dentro do processo produtivo e na vida social como um todo – se é que essa ainda existe enquanto esfera separada do trabalho no capitalismo de plataforma atual (cf. SRNICEK, 2017). Seja nos galpões plenamente automatizados da Amazon no Norte global, nos quais apenas um minuto de trabalho vivo é necessário para enviar um pedido (cf. MCFARLAND, 2016), ou nos carros automáticos testados pela Google, pela Intel e por quase todas as grandes montadoras, carros que dispensam o uso de motoristas e prometem transformar consideravelmente a logística e diversas esferas da vida social como um todo nos próximos anos (cf. BARBIER, 2017), seja no uso totalitário de *smartphones*, *tablets* e *notebooks* como maneiras de prolongar o tempo de trabalho no "tempo livre" e borrar completamente as fronteiras entre ambos (cf. MESSENGER et al., 2017), fato é que a tecnologia transformou os modos de trabalho no capitalismo contemporâneo.

Hoje, devemos entender que a tecnologia, ao contrário de suavizar o processo de trabalhar e aliviar o desgaste físico a ele atrelado, tanto impele milhões de trabalhadores para o desemprego estrutural, extinguindo profissões centenárias da noite para o dia, quanto desbrava inúmeros poros de extração em larga escala de mais-valia. Seja no primeiro movimento, ou no segundo, ela opera não em sentido contrário às diversas

formas e processos de precarização laboral, mas sim contribuindo e acelerando-os de modo considerável.

Quando Marcuse recorreu aos *Grundrisse* de Marx, na época ainda sem tradução para o inglês, para mostrar como "o roubo de tempo de trabalho alheio, sobre o qual a riqueza atual se baseia, aparece como fundamento miserável em comparação com esse novo fundamento desenvolvido, criado por meio da própria grande indústria" (MARX, 2011, p. 591), ele abriu a vereda para a interpretação da morfologia do capitalismo tardio e atual.

Quando combinada com a noção estendida (e precarizada) de classe trabalhadora acima descrita, isto é, compreendendo que as contribuições de Marx a respeito da grande indústria e do intelecto geral associam-se efetivamente com a extração de mais-valia em escala vertiginosa, temos aí uma poderosa ferramenta analítica para a compreensão do trabalho na versão neoliberal do capitalismo. Como mostra Antunes,

> Na divisão social capitalista do trabalho, considerando-se as atividades manual e intelectual, embora se possa presenciar, particularmente no universo do trabalho terceirizado e precarizado, uma enorme expansão de atividades laborativas manuais em inúmeros setores (especialmente, mas não só nos países industrializados do chamado Terceiro Mundo), é possível visualizar também a tendência para o incremento das atividades intelectuais na esfera do trabalho produtivo, especialmente nos setores de ponta do processo produtivo (que, do mesmo modo, são mais freqüentes nos países centrais mas não se restringem a eles). O caráter desigualmente combinado do sistema global do capital diferencia a incidência dessas tendências, que, entretanto, se encontram presentes, ambas, em praticamente todos os países com núcleos de produção industrial moderna. (ANTUNES, 1999, p. 125–6)

Esta é uma complicada controvérsia: a criação ou não de mais-valia em diversos setores da economia, especialmente em seus polos mais tecnológicos. Alguns autores, tais como Ursula Huws (cf. HUWS, 2009) e o próprio Antunes, têm trabalhado com a noção de uma crescente inclusão dos serviços que outrora não criavam valor na participação da geração de mais-valia:

> Em outras palavras, o capital de nossos dias amplificou a lei do valor, deu-lhe maior vigência, extraindo sobretrabalho de todas as esferas das quais se pode extraí-lo: nas fábricas, nos bancos, nas escolas, nos serviços mercadorizados, nas casas etc. etc. A nova polissemia do trabalho é, também, exatamente isso: há trabalho produtivo hoje onde não existia ontem. E os capitais globais utilizam-se magistralmente da simbiose que ocorre entre a exploração relativa e a absoluta do sobretrabalho. Portanto, parece soar falaciosa a afirmação de que o trabalho deixou de ser a principal força produtiva. Aliás, o estudo do toyotismo, em seu apogeu, mostrou-nos o segredo do assim chamado 'modelo japonês': o envolvimento e a exploração intensificada da força de trabalho em forte simbiose com o desenvolvimento tecnocientífico" (ANTUNES, 2005, p. 97).

Assim, devemos compreender a classe trabalhadora hoje de modo mais extenso e alargado. Na terminologia de Antunes, trata-se da "classe-que-vive-do-trabalho". Se Marx, no século XIX, e o marxismo posterior até meados do século XX, tenderam a associar o proletariado à figura do trabalhador fabril, o fermento vivo que com seu fogo traz à vida os elementos mortos do processo de produção sob os olhos ansiosos do capitalista (cf. MARX, 2013, p. 255 et seq.), consolidando-se, assim, como símbolo *par excellence* do trabalhador moderno, não é verdade que ele teria reduzido a existência da classe como um todo a essa aparição histórica. Embora os exemplos de Marx no livro primeiro d'*O Capital* tendam a concentrar-se em mercadorias e meios de produção palpáveis (fios, fusos, algodão, carvão, casacos, trigo, etc.), o próprio Marx reconhece que "o trabalho seja a fiação, seu material o algodão e seu produto o fio é aqui tão indiferente quanto o fato de o material do trabalho ser ele próprio um produto e, portanto, matéria-prima" (MARX, 2013, p. 267). O caráter desse trabalho (ou da mercadoria) não são o elemento decisivo, mas sim sua capacidade de criar valor, de qualquer maneira que isso seja feito:

> Mas o trabalho anterior, que está incorporado na força de trabalho, e o trabalho vivo que ela pode prestar, isto é, seus custos diários de manutenção e seu dispêndio diário, são duas grandezas completamente distintas. A primeira determina seu valor de troca, a segunda constitui seu valor de uso. O fato de que meia jornada de trabalho seja necessária para manter o trabalhador vivo por 24 horas de modo algum o impede de trabalhar uma jornada inteira. O valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho são,

> portanto, duas grandezas distintas. É essa diferença de valor que o capitalista tem em vista quando compra a força de trabalho. Sua qualidade útil, sua capacidade de produzir fio ou botas, é apenas uma conditio *sine qua non* [condição indispensável], já que o trabalho, para criar valor, tem necessariamente de ser despendido de modo útil. Mas o que é decisivo é o valor de uso específico dessa mercadoria, o fato de ela ser fonte de valor, e de mais valor do que aquele que ela mesma possui. Esse é o serviço específico que o capitalista espera receber dessa mercadoria e, desse modo, ele age de acordo com as leis eternas da troca de mercadorias. (MARX, 2013, p. 269–70)

Dado que o trabalho satisfaça alguma necessidade (que, se ainda não existe, pode muito bem ser criada retroativamente), e possa assim dar o salto mortal da mercadoria, a qualidade do trabalho pouco importa ao capitalista. O fator crucial é que D' seja maior do que D. De resto, pouco importa se esse adicional foi corporificado em um automóvel e realizado em sua venda ou se tenha sido gerado guiando um veículo noite a dentro para uma empresa que contrata o motorista como "parceiro" ou fazendo telefonemas o dia todo para tentar vender produtos e bater metas inatingíveis. Isto é,

> Aqui, o que importa é apenas o tempo que o trabalho necessita para a sua operação, ou o período durante o qual a força de trabalho é dispendida de modo útil. As mercadorias que tomam parte no processo também deixam de importar como fatores materiais, funcionalmente determinados, da força de trabalho que atua orientada para um fim. Elas importam tão somente quantidades determinadas de trabalho objetivado. Se contido nos meios de produção ou adicionado pela força de trabalho, o trabalho só importa por sua medida temporal. Ele dura tantas horas, dias etc. (MARX, 2013, p. 272)

Se tudo o que importa para a criação de valores é a duração do trabalho, os capitalistas atingiram seu feito. No neoliberalismo, a medida temporal transformou-se de fato em uma desmedida. A delimitação da jornada de trabalho, criticada por Marx como um processo em que a troca de equivalentes é, contraditoriamente, mantida e burlada, foi substituída por um trabalho constante e ubíquo nos mercados informais e precarizadas do setor de serviços ou nas indústrias toyotistas terceirizadas. "Tal como antes, o mais-valor resulta apenas de um excedente quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho" (MARX, 2013, p. 274).

Embora o toyotismo tenha introduzido, no interior das fábricas enxutas atuais, diversas técnicas de gestão e organização do trabalho (como o trabalho em equipe, a polivalência do operário, o *kanban*, o *just in time*, entre outras) que são inovações, quando comparadas aos mecanismos tipicamente fordistas/tayloristas examinados por Marcuse, a análise realizada por esse nos anos 1960 ainda apresenta espantosa acuidade. A filosofia do *kaizen* e as práticas dos Círculos de Controle de Qualidade tendem a promover uma integração e um engajamento subjetivos do trabalhador na empresa de proporções análogas ou mais profundas do que aquelas testemunhadas por Marcuse. Não fortuitamente os sindicatos fabris assumiram feições ainda mais propositivas e colaborativas desde a década de 1980 (cf. ALVES, 2000, p. 55). Como havia alertado Marcuse em uma palestra de 1956, por ocasião da comemoração do centenário de Freud, ao buscar definir o termo "dominação", precisamos levar em conta que

> A dominação opera sempre que os objetivos e fins dos indivíduos e os meios para alcançá-los e realizá-los são estipulados ao indivíduo e executados por ele como estipulados. A dominação pode ser exercida por pessoas, pela natureza, por coisas – e pode ser interna, realizada pelo indivíduo sobre si próprio, aparecendo na forma da autonomia. (MARCUSE, 1957, p. 401)

As promessas de ganhos salariais, bônus, promoção na carreira e emprego vitalício levam os operários toyotistas a colaborarem ativamente nos assuntos da empresa, levando a inovações técnicas e organizativas (como a intensificação do ritmo do trabalho e da produtividade) que, por vezes, são contrárias aos próprios interesses dos trabalhadores. A teoria de Marcuse mostra-se novamente deter um instrumental analítico capaz de analisar com acuidade esse processo.

A questão é que essas promessas têm se tornado cada vez mais ocas no neoliberalismo, contrariando parte da teoria marcuseana que apostava na capacidade de manutenção estável de condições materiais favoráveis aos trabalhadores ao longo das décadas vindouras. É justamente a proliferação das inúmeras formas de trabalho precário que se tornou a norma no capitalismo contemporâneo, e não as linhas de carreira seguras e permanentes. Como mostra Standing,

> Nos anos 1960, um trabalhador típico entrando no mercado de trabalho de um país industrializado poderia antecipar ter tido quatro empregadores na época de sua aposentadoria. Nessas circunstâncias, fazia sentido identificar-se com a firma na qual ele era empregado. Hoje, um trabalhador seria tolo de fazê-lo. Agora, um trabalhador típico – provavelmente uma trabalhadora – pode antecipar ter nove empregadores antes de chegar aos 30 anos de idade. Essa é a extensão da mudança representada pela flexibilidade numérica. (STANDING, 2014, p. 36).

Se na sociedade industrial desenvolvida o trabalho operava como aquilo que Castel chamou de "grande integrador", "seria possível, talvez, sintetizar essas transformações recentes dizendo que, para categorias cada vez mais numerosas da população ativa, e *a fortiori* para as que estão colocadas em situação de inatividade forçada, *a identidade pelo trabalho* está perdida" (CASTEL, 2008, p. 531–2).

Com horários de trabalho mais variados e extensos, sem locais definidos, com contratos mais precários, sem benefícios na empresa, com menos direitos trabalhistas, a miséria do emprego, do subemprego e do desemprego contemporâneos superam em larga medida as benesses trabalhistas confinadas cada vez mais a uma pequena elite corporativa. Essa situação impõe sérios desafios à tese da integração política e subjetiva como derivada da integração empregatícia real do capitalismo, tal qual havia proposto Marcuse no auge das relações trabalhistas do fordismo estadunidense – mas não impede, por outro lado, que a adesão política e subjetiva ao neoliberalismo marche por outros circuitos.

Capítulo 3 - Subjetividade

> De modo que a produção não somente produz um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto. (MARX, 2008, p. 248)

Nas obras escritas durante o pós-Segunda Guerra, Marcuse apontava para uma integração dos indivíduos à sociedade que se desdobrava paulatinamente, partindo de seu aspecto material e econômico, presente tanto na esfera da produção quanto na esfera do consumo – com suas respectivas implicações políticas – e culminando nos aspectos psíquicos e subjetivos capazes de alastrar a unidimensionalidade para a vida interior: "a perda dessa dimensão, na qual o poder do pensamento negativo – o poder crítico da Razão – está em casa é a contrapartida ideológica do próprio processo material no qual a sociedade industrial avançada silencia e reconcilia a oposição" (MARCUSE, 2002, p. 13). Segundo o autor, o correlato do processo de integração material posto em marcha por tal sociedade é sua faceta ideológica, a saber, a promoção totalitária da incapacidade de negação e de oposição a uma totalidade social concomitantemente confortável *e* opressiva[58].

No quadro de integração ubíqua ofertado pelo capitalismo tardio, o indivíduo também sofreria as consequências. Marcuse (assim como outros autores frankfurtianos aqui lateralmente analisados) tece uma série de contribuições acerca da subjetividade correspondente a esse momento do capitalismo. Apoiado em larga medida na psicanálise freudiana e nas suas relações com o marxismo, e em outros autores que experimentaram e analisaram a alvorada do capitalismo, como Max Weber e Georg W. F. Hegel, por exemplo, Marcuse examinou como uma relação de determinação recíproca entre sociedade e indivíduo dá à luz um tipo de subjetividade própria do capitalismo tardio, qualitativamente distinta daquela da emergência do sistema como um todo.

Essa subjetividade daria outro giro no final do século XX, em meio à precarização da vida e da adoção cada vez mais onipresente do empreendedorismo como conduta de vida aplicável a todas as esferas da vida social e individual. Como resultado, o sujeito neoliberal parece cada vez tomar a forma de um empresário precário de si, acentuando a indistinguibilidade entre autonomia e heteronomia, ao mesmo que tempo em que vê

[58] Como formulou David Harvey posteriormente, "Por conseguinte, o fordismo do pós-guerra tem de ser visto menos como um mero sistema de produção em massa do que como um modo de vida total" (HARVEY, 1998, p. 131).

desaparecer sobre seus pés o substrato material do qual dependia a diluição do eu no todo nos anos gloriosos da sociedade industrial desenvolvida. Eis o imperativo da subjetividade neoliberal: tornar-se um empresário (de si e do mundo) em meio à precariedade.

Euforia na infelicidade – o indivíduo na afluência unidimensional

> Os valores estabelecidos tornam-se os valores das pessoas mesmas: a adaptação transforma-se em espontaneidade, autonomia; e a escolha entre necessidades sociais aparece como liberdade. [...] As relações de produção capitalistas são responsáveis não somente pela servidão e labuta, mas também pela felicidade e diversão maiores disponíveis para a maioria da população – e elas entregam mais bens que antes. (MARCUSE, 2000a, p. 13)

Embora tenha sido publicado originalmente em 1941, isto é, na soleira do período caracterizado como pertencendo às décadas de ouro do capitalismo do Norte global, *Algumas implicações sociais da tecnologia moderna*, publicado por Marcuse na revista do Instituto de Pesquisa Social, discutiu as mutações ocorridas no padrão de indivíduo correspondente à nova fisionomia do capitalismo avançado. Pode-se afirmar que os elementos elencados por Marcuse como responsáveis pelo processo identificado como a "obsolescência do indivíduo" apenas foram reforçados e multiplicados no período do pós-Guerra, o que permite que tomemos este texto como base para compreender também tal momento.

No texto em questão, Marcuse argumentou que, no início do liberalismo, a livre competição no mercado havia estabelecido os parâmetros para o desenvolvimento do indivíduo burguês e sua racionalidade individual. A busca pelo interesse próprio, estimulada no contexto de liberalismo econômico, de reforma religiosa protestante e de formação da ordem burguesa em oposição à sociedade feudal, impelia os indivíduos a estabeleceram-se como seres austeros, capazes de questionar e afrontar o mundo exterior, estabelecendo, assim, sua racionalidade individualista.

A formação dessa racionalidade e de seu indivíduo correlato, afirmava Marcuse, não se dava em um vazio histórico. Ao contrário,

> Realizar essa racionalidade pressupunha um cenário social e econômico adequado, que apelaria aos indivíduos cujo desempenho social era, ao menos em larga medida, sua própria obra. A sociedade liberal [*liberalist*]

> era tida como o cenário adequado para a racionalidade individualista. Na esfera da livre competição, os feitos tangíveis do indivíduo que fazia dos seus produtos e desempenhos uma parte das necessidades da sociedade eram as marcas de sua individualidade. (MARCUSE, 1998j, p. 43)

No entanto, com o progressivo emprego de tecnologia e da mecanização não apenas no processo produtivo, mas na vida social e individual como um todo, o competidor livre é tornado obsoleto e uma nova forma de individualidade surge de seu desmoronamento. "No curso do processo tecnológico, uma nova racionalidade e novos padrões de individualidade difundiram-se pela sociedade, diferentes de e até mesmo opostos àqueles que iniciaram a marcha da tecnologia", afirmou Marcuse (1998h, p. 42). O substrato social e os valores que embasavam a racionalidade individualista desde o século XVI passavam pouco a pouco a ser minados, ao submeter o competidor mais fraco aos gigantes conglomerados no mercado. Não era mais o desempenho pessoal do indivíduo que constituía sua própria racionalidade e assim embasava e materializava-se em sua existência social, mas sim o mero quantum de tecnologia concentrada nos monopólios[59] industriais e empresariais. Nas palavras de Puzone,

---

[59] Não tenho condições de adentrar aqui o debate acerca do capitalismo monopolista, discussão esse que remonta ao final do século XIX e foi debatida por autores como Rudolf Hilferding e Vladimir Lênin. Em 1941, o Instituto de Pesquisas Sociais organizou na Universidade de Columbia uma série de debates sobre o assunto, resultando em textos como "Capitalismo de Estado: suas possibilidades e limitações", de Friedrich Pollock, e "Mudanças na estrutura do compromisso político", de Otto Kirchheimer. Além disso, a querela entre Friedrich Pollock e Franz Neumann, que dividiria certas parcelas das teorias dos membros do Instituto, sobre as mudanças do capitalismo liberal no século XIX e a variação de capitalismo da Alemanha nazista também aparece nesse contexto. A respeito disso, cf. PUZONE, 2016; REGATIERI, 2015. Por ora, o importante é afirmar que o século XX como um todo foi visto por autores como Adorno, Horkheimer e Marcuse como um aprofundamento do capitalismo monopolista, e não o contrário. David Harvey resumiria essa característica do fordismo da seguinte maneira:

> A forte centralização do capital, que vinha sendo uma característica tão significativa do capitalismo norte-americano desde 1900, permitiu refrear a competição intercapitalista numa economia americana toda-poderosa e fazer surgir práticas de planejamento e de preços monopolistas e oligopolistas. A administração científica de todas as facetas da atividade corporativa (não somente produção como também relações pessoais, treinamento no local de trabalho, marketing, criação de produtos, estratégias de preços, obsolescência planejada de equipamentos e produtos) tornou-se o marco da racionalidade corporativa burocrática. As decisões das corporações de tornaram hegemônicas na definição dos caminhos do crescimento do consumo de massa, presumindo-se, com efeito, que os outros dois parceiros da grande coalizão fizessem tudo o que fosse necessário para manter a demanda efetiva em níveis capazes de absorver o crescimento sustentado do produto capitalista. (HARVEY, 1998, p. 129)

Essa tendência à monopolização foi reforçada ao longo das décadas neoliberais (Cf. HARVEY, 2008, p. 35 et seq.), indicando outro fio de ligação de nossa época à sociedade unidimensional.

> Com a passagem do liberalismo para o capitalismo dos monopólios ocorreu, portanto, uma mudança na racionalidade que dirige a sociedade. No lugar da racionalidade individualista, forjada na luta da burguesia contra a sociedade feudal, e que permitia ao indivíduo a possibilidade de vislumbrar outros padrões de sociabilidade, tem-se então uma racionalidade tecnológica, que atinge não só seus agentes diretos, mas permeia todo o conjunto social e até mesmo as formas de protesto contra ele. Ela termina por moldar os padrões de julgamento e as atitudes dos homens, tornando-os predispostos 'a aceitar e a introjetar os ditames do aparato'. (PUZONE, 2016, p. 246)

Isso levou a uma mutação na ideia de indivíduo. Ou seja, não se tratava de afirmar que este haveria deixado de existir, mas sim que passou a guiar sua realização pessoal em termos de eficiência padronizada, cujo ritmo e meta eram ditados pelos aparatos tecnológicos. Paulatinamente, a liberdade – mesmo que restrita e, no limite, falsa – experimentada pelo antigo indivíduo burguês que se lançava na livre competição do mercado dá lugar à eficiência com a qual realiza as tarefas a ele designadas na empresa e na sociedade mecanizadas. "Distinções individuais na aptidão, *insight* e conhecimento são transformadas em diferentes quanta de habilidade e treinamento, a serem coordenadas a qualquer hora dentro da estrutura comum de performances individuais", apontava Marcuse (1998j, p. 44).

Nesse quadro, não haveria espaço para autonomia individual, mas tão somente sujeição aos comandos de um aparato cada vez mais abrangente e automático. Assim, os indivíduos foram privados dos traços de sua individualidade pela própria racionalidade que subjazia ao aparato social, econômico e tecnológico[60]. Não havia mais espaço para escolha individual perante a maquinaria produtiva e social, mas meramente adaptação e realização de tarefas pré-estabelecidas. "O indivíduo eficiente", mostrou Marcuse, "é aquele cujo desempenho é uma ação apenas à medida que é a reação adequada aos requerimentos objetivos do aparato, e sua liberdade está confinada à seleção dos meios mais adequados para se atingir um fim que ele não estabeleceu" (MARCUSE, 1998j, p. 45).

---

[60] Deve-se lembrar que, muito embora Marcuse tenha dedicado boa parte de sua obra a examinar as implicações sociais, econômicas e políticas da tecnologia na vida como um todo, não se pode afirmar que ele partia de uma posição de determinismo tecnológico. Como o próprio autor comentou, "o termo aparato denota as instituições, dispositivos [*devices*] e organizações da indústria em seu cenário social dominante" (MARCUSE, 1998h, p. 44). Em outras palavras, aparato não faz referência somente à tecnologia, incluindo também instituições e organizações. Além disso, o que é decisivo não é a tecnologia em si, mas sim o "cenário social dominante" que a põe em marcha.

O indivíduo liberal, outrora uma unidade (mesmo que parcial, ou, se quisermos "falsa") de autonomia e de relativa resistência em relação ao mundo exterior, passava a se caracterizar cada vez mais por docilidade e conformismo. "Dito de maneira mais precisa", afirma Puzone,

> a individualidade acabou por se adaptar totalmente ao mecanismo social, não encontrando mais canais para sua expressão. Consequentemente, e em congruência com as teses gerais da discussão travada pelos teóricos críticos, ela passou a ser objeto de coordenação e organização em ampla escala. Em vez de se guiar pelos próprios padrões, o indivíduo passou a ser moldado de forma externa, por padrões que dizem respeito a tarefas pré-concebidas. O individuo é avaliado por sua eficiência, isto é, por suas respostas adequadas ao comando do aparato técnico da produção. De tal forma essa racionalidade expandiu-se que ao indivíduo não restaria nada senão adaptar-se. (PUZONE, 2016, p. 246)

A aplicação em larga escala da maquinaria seria responsável por fornecer uma nova racionalidade a ser adotada pelos próprios sujeitos que operariam o aparato. As máquinas, teoricamente objetos do processo produtivo, transformavam os supostos sujeitos da produção. Nesse processo, os valores que haviam fundamentado o individualismo são solapados. "A busca pelo interesse próprio", exemplificou Marcuse (1998h, p. 50), "agora parece ser condicionado pela heteronomia, e a autonomia como um obstáculo para a ação racional, e não um estímulo".

E à medida que essa racionalidade escapa aos confins da fábrica e transborda para a vida social, uma nova forma total de individualidade tornava-se a medida e razão do comportamento individual, invadindo não só outros tipos de empregos (como o setor de serviços), como também a esfera do consumo e até mesmo o terreno do tempo não dominado pelo trabalho: "a 'mecânica da conformação' espalha-se da ordem tecnológica para a social; ela governa o desempenho não somente nas fábricas e lojas, mas também nos escritórios, escolas, assembleias e, finalmente, no reino do relaxamento e do entretenimento", aponta Marcuse (1998h, p. 48).

Ao mesmo tempo, esse aparato mostrava-se conveniente e vantajoso do ponto de vista individual, na forma de inúmeras serventias, serviços e proveitos; isto é, uma forma cômoda de aquiescência impunha-se de modo insidioso. Como mostrou Marcuse,

> O ponto decisivo é que essa atitude – que dissolve todas as ações em uma sequência de reações semi-espontâneas às normas mecânicas prescritas – não é somente perfeitamente racional, como também perfeitamente razoável. [...] É um aparato racional, que combina a máxima adequabilidade [*expediency*] com a máxima conveniência, poupando tempo e energia, eliminando o desperdício, adaptando todos os meios para o fim, antecipando as consequências, assegurando calculabilidade e segurança.
>
> Ao manipular a máquina, o homem aprende que a obediência às direções é o único caminho para se obter os resultados desejados. Dar-se bem é idêntico à adaptação ao aparato. (MARCUSE, 1998j, p. 46)

Nota-se novamente como Marcuse chamava a atenção para os efeitos perniciosos postos em marcha por uma sociedade que não operava meramente pela penúria e pela opressão, mas cujos mecanismos de dominação partiam de uma posição tecnológica avançada o suficiente para produzir confortos e comodidades. A mesma maquinaria que alivia a carga do trabalho é aquela que fornece a racionalidade mecânica do indivíduo cativo da sociedade industrial avançada; o mesmo aparato que permite a produção e a distribuição de mercadorias de modo inédito é aquele que tolhe a espontaneidade individual no capitalismo tardio.

Em outra ocasião, desta vez uma apresentação na Universidade de Syracuse em novembro de 1965 intitulada *O indivíduo na Grande Sociedade*[61], Marcuse explicitava os pressupostos do declínio do indivíduo burguês em curso em sua época. Segundo Marcuse, em sua acepção moderna e em sua nova função social, a noção de indivíduo desenvolveu-se no contexto da Reforma Protestante, de modo que suas manifestações seculares e religiosas, exteriores e interiores, desenvolveram-se concomitantemente: "nessa função dual, o indivíduo torna-se a unidade de uma nova sociedade: no espírito, como o sujeito responsável pela fé, pensamento e consciência; e no espírito do capitalismo, como o sujeito responsável pela livre empresa" (MARCUSE, 1998i, p. 69). Assim, como base de sua responsabilidade moral e de sua autonomia, o indivíduo deveria encontrar, na própria realidade, o substrato que a amparava, isto é, a liberdade econômica e política.

---

[61] Embora a expressão "Grande Sociedade" tenha tornado-se conhecida hoje por meio de Friedrich von Hayek em sua trilogia *Direito, legislação e liberdade*, a referência de Marcuse não era tal pensador nesse momento, uma vez que o primeiro volume da obra em questão seria lançada apenas oito anos mais tarde. "Grande Sociedade" era o nome dado pelo presidente democrata dos EUA Lyndon B. Johnson ao projeto de sociedade típica do *american way of life* de meados dos anos 1960. Cf. MARCUSE, 1998b.

É nesse contexto e imbuída desses valores que nasce a teoria do indivíduo enquanto proprietário. A mera posse dos recursos materiais necessários para a produção era prova e testemunho, demonstração e validação objetiva de sua liberdade dentro dessa sociedade. Mas mais decisivo do que a mera posse era o fato de que tais posses haviam sido adquiridas por virtude de seu próprio trabalho (ou do controle sobre o trabalho de outrem). Essa era a "expressão material de sua personalidade produtiva e criadora" (MARCUSE, 1998b, p. 69–70) . Propriedade, liberdade e autonomia relacionavam-se intimamente.

Desde sua emergência, essa mesma teoria liberal do indivíduo enquanto proprietário, mostrou Marcuse, dificilmente poderia ser aplicada à vasta maioria da população dessa sociedade, privada dos rebentos de seu trabalho, de seus bens e recursos materiais e, portanto, excluída da noção burguesa de autonomia. No entanto, ainda assim, era possível afirmar que, ao menos para uma classe, tal teoria seria de fato verificável:

> Mas havia uma classe, e por muito tempo a classe dominante, aquela dos empresários agrários e industriais, a respeito da qual se poderia afirmar que eram os mestres de seu próprio empreendimento [*masters of their own enterprise*]: individualmente responsáveis por suas decisões, escolhas, riscos – recompensados se sua decisão fosse boa, punidos se fosse ruim, de acordo com o veredito do livre e competitivo mercado. Por meio da liberdade da empresa privada [*private enterprise*] esta classe (*grosso modo*, "a burguesia") desenvolveu as forças produtivas sobre uma fundação individualista. (MARCUSE, 1998i, p. 70)

Com o declínio dos elementos que permitiram o florescimento da empresa privada a partir do século XIX – dentre eles, Marcuse cita o fim da livre competição entre indivíduos no mercado, a transformação do capitalismo liberal em capitalismo organizado, o crescimento esmagador da produtividade do trabalho, assim como dos meios e instrumentos para aplicar tal produtividade e os padronizados *mass media* –, a própria individualidade havia tornado-se obsoleta, incapaz de encontrar meios de expressão e de desenvolvimento. Em outras palavras, com o estabelecimento pleno da sociedade burguesa, o conceito exterior de indivíduo ultrapassa seu desenvolvimento interior,

submetendo-o às suas necessidades e padrões de comportamento[62]. Ou seja, o espírito do capitalismo mostrou-se dominante perante o espírito do indivíduo. Assim, como mostrou Marcuse (1998b, p. 71), "o valor do mercado suplanta o valor da criatividade individual; quando esta serve para ampliar aquele, é o mercado, e não o indivíduo, que se afirma".

Horkheimer, na seção com o título não fortuito de "ascensão e declínio do indivíduo" de *Eclipse da Razão*, havia proposto algo semelhante: à alvorada do liberalismo, corresponderia sua figura de indivíduo e empresário, e, à época na qual as palestras que serviram de base para o livro foram proferidas, um eu atrofiado do indivíduo do *big business*.

> O liberalismo em seu alvorecer caracterizou-se pela existência de uma multidão de empreendedores independentes, que tomavam conta de sua propriedade e a defendiam contra forças sociais antagônicas. Os movimentos do mercado e a tendência geral da produção estavam enraizados nos requisitos econômicos de suas empresas. Tanto os comerciantes quanto o manufatureiro tinham de estar preparados para quaisquer eventualidades econômicas e políticas. Essa necessidade estimulava-os a aprender do passado tudo o que podiam e a formular planos para o futuro. Eles tinham de pensar por si mesmos, e, embora a sua tão celebrada independência de pensamento não fosse até certo ponto nada mais que uma ilusão, ela tinha objetividade suficiente para servir aos interesses da sociedade em uma dada forma e em um dado período. (HORKHEIMER, 2015, p. 155)

Em outras palavras, no momento de um capitalismo atravessado pela concorrência entre os diferentes capitais, relacionados às diferentes frações da burguesia correspondentes, assim como de estamentos sociais aristocráticos e religiosos que buscavam frear o papel histórico altamente revolucionário da burguesia (MARX; ENGELS, 2009, p. 14), o indivíduo burguês que se lançava à competição do mercado formou sua subjetividade ao procurar seus interesses em longo prazo, planejar o futuro da empresa e negar suas gratificações imediatas em nome do ganho por vir – sem se esquecer, é claro, de adicionar como essa independência era, em larga medida, ilusória. Horkheimer continuava:

[62] Encontramos aqui outro tema recorrente da sociologia alemã clássica, com reverberações por exemplo em Weber e sua "jaula de ferro" e em Simmel e sua tragédia da cultura, para nem mencionar a referência mais próxima de Marcuse, isto é, Marx e o fetichismo da mercadoria.

> Naquela era [da livre empresa, a assim chamada era do individualismo], a ideia de individualidade pareceu desvencilhar-se de armadilhas metafísicas e tornar-se apenas uma síntese dos interesses materiais do indivíduo [...]. O individualismo é o próprio coração da teoria e da prática do liberalismo burguês, que vê a sociedade progredindo por meio da interação automática de interesses divergentes em um livre mercado. (HORKHEIMER, 2015, p. 153-4)

Já a época da sociedade de massas do pós-Guerra apresentava condições muito diferentes. O indivíduo e suas ações pareciam estar cada vez mais à mercê das disputas nacionais e internacionais dos colossos do poder. “Assim”, afirma Horkheimer, “o sujeito individual da razão tende a tornar-se um ego atrofiado [...]. A individualidade perde sua base econômica” (HORKHEIMER, 2015, p. 156). E isso passou a atingir não somente os empregados, que de fato nunca puderam ascender à individualidade burguesa, mas também os patrões. "Aqueles que ocupam as posições de comando têm um pouco mais de autonomia que seus subordinados; estão atados pelo poder que exercem", assevera Horkheimer (2015, p. 174). Em suma, o argumento partilhado, ainda que com nuances, por Marcuse e Horkheimer é o de que “a era do vasto poder industrial [...] está em vias de liquidar o indivíduo” (HORKHEIMER, 2015, p. 173). Adorno igualmente, em *Capitalismo tardio ou sociedade industrial?*, não deixou de apontar para o mesmo fenômeno, ao afirmar que

> tal involução do capitalismo liberal tem o seu correlato na involução da consciência, em uma regressão do homem, para aquém da possibilidade objetiva que hoje lhe estaria aberta. Os homens perdem as qualidades que eles não mais precisam e que só os atrapalham; o cerne de individuação começa a se decompor. (ADORNO, 1986, p. 73)

Em 1955, no livro que conferiu a Marcuse um grau mais amplo de notoriedade em nível mundial, *Eros e civilização*, ele complementou essa tese, afirmando que não se pode afirmar exatamente que a individualidade evaporou completamente, mas sim que aquilo que se entende por individualidade com o desenvolvimento agudo do capitalismo monopolista nada mais é do que a representação superficial de tipos sociais, análoga à variedade de mercadorias apenas superficialmente diferentes entre si:

> Certamente, a competividade ainda prevalecente requer certo grau de individualidade e espontaneidade; mas essas características tornaram-se tão superficiais e ilusórias quanto a competitividade a que elas pertencem. A individualidade está literalmente apenas em nome, na representação específica de tipos [...], assim como a competição tende a ser reduzida a variedades pré-ordenadas na produção de aparelhos [*gadgets*], embrulhos, sabores, cores, e assim por diante. (MARCUSE, 2015b, p. 102–3)

Para compreender essa involução do indivíduo e sua redução a um tipo social apêndice do aparato, Marcuse, como se sabe, recorreu à obra de Sigmund Freud, que, conforme afirmou Rouanet (2001, p. 199), permitia a ele "explorar os mecanismos pelos quais a cultura unidimensional se interioriza e se perpetua [...]". Se é certo que a psicanálise freudiana almejava dar conta das dinâmicas pulsionais da civilização Ocidental como um todo, o recurso a ela por Marcuse mostrava-se especialmente significativo na sociedade unidimensional, uma vez que esta representava "a forma de enraizamento psíquico da modalidade mais extrema de dominação" (Rouanet, 2001, p. 226).

Marcuse apresentou em 1963 uma conferência na Reunião Anual da Associação Americana de Ciência Política em Nova Iorque, intitulada *A obsolescência da psicanálise* (MARCUSE, 2011a). Sua tese principal, às vésperas de publicar *O Homem Unidimensional*, era a de que as novas condições impostas pela sociedade industrial desenvolvida tornavam obsoletas determinadas considerações e categorias da psicanálise freudiana. Para defender seu argumento, Marcuse partia de uma premissa já ensaiada oito anos antes em *Eros e Civilização*, a saber, de que as categorias onto e filogenéticas da psicanálise freudiana poderiam ser remetidas a seus respectivos fundamentos sociais, sem que isso causasse uma anulação de suas conclusões críticas em virtude de seu biologismo, ontologização e hipóstase de certas características historicamente particulares, tomadas por Freud como universais. Nesse sentido, Marcuse buscava historicizar as categorias freudianas não de modo externo, mas sim imanente, uma vez que "as categorias psicanalíticas não têm de ser 'relacionadas' a condições políticas e sociais – elas são elas mesmas categorias políticas e sociais" (MARCUSE, 2011a, p. 110).

O filósofo berlinense retomava assim as mutações entre o indivíduo liberal burguês e aquele da sociedade de massas, que obrigavam a realizar algumas atualizações na própria teoria freudiana. Na apresentação em questão, Marcuse sustentou que a teoria

de Freud partia de duas premissas básicas: em primeiro lugar, a de que havia um conflito irreconciliável entre indivíduo e sociedade que não é meramente individual, mas acima de tudo social, em vista da necessidade de abnegação e de submissão ao Princípio de Realidade, em virtude da impossibilidade de gratificação das pulsões primárias em um mundo regrado pela carência e pela necessidade; em segundo lugar, que o indivíduo era capaz de reconhecer tal conflito e, ao tornar-se paciente em um divã, sentia a necessidade de um ajustamento em tal mundo, sem que o conflito inicial fosse resolvido – o indivíduo, mesmo "curado" permanecia infeliz, isto é, tornava-se relativamente mais autônomo em um mundo constituído pela heteronomia, cioso de que a reconciliação plena com o mundo circundante seria impossível, uma vez que era esse mesmo mundo, e não o indivíduo, o limite final das frustrações pessoais.

No entanto, argumentou Marcuse, tais premissas eram elas mesmas históricas e sofreram uma série de abalos no período entre guerras (que se acentuaram ainda mais após 1945, podemos acrescentar) que levaram à sua transformação profunda. Nesse momento, a figura do pai e a família enquanto instâncias primárias de socialização deixaram de ser peças centrais desse mecanismo, alterando seu funcionamento. Mas além do declínio da família e da figura paterna, tais abalos deveram-se, segundo Marcuse, aos seguintes fatores de ordem social:

> transição da livre competição à competição organizada, concentração de poder nas mãos de uma administração política, cultural e técnica onipresente, consumo e produção em massa autopropulsionadas, sujeição de dimensões antigamente privadas e a-sociais da existência à doutrinação metódica, manipulação e controle. (MARCUSE, 2011a, p. 116)

Em tal quadro, Marcuse argumentou, testemunhou-se uma diminuição do espaço do ego individual e de sua autonomia e preparava-se o terreno para a ampliação da sociedade de massas do capitalismo tardio. Diferentemente de uma dinâmica multidimensional e tensa que ocorria entre os desejos e aspirações individuais e as limitações e necessidades, autonomia e heteronomia, liberdade e repressão, passava a existir uma identificação estática e unidimensional entre o indivíduo e o Princípio de Prazer administrado. O indivíduo era cada vez menos capaz de oferecer resistência ao mundo exterior ou aos outros, sejam seus colegas de trabalho, o apresentador do programa de televisão, o chefe no emprego ou o modelo nos *outdoors*. O ego autônomo, privado de

seu poder de negação perante o social, torna-se assim supérfluo e até mesmo danoso ao ótimo funcionamento do *Establishment*. Assim, como mostrou Rouanet,

> Em outras etapas históricas, inclusive na fase do capitalismo liberal, poderíamos falar numa interação mais ou menos livre entre o poder e os indivíduos, cuja subjetividade, ao mesmo tempo em que introjetava e reproduzia os mecanismos do poder, comportava ainda uma faixa de autonomia suficiente para conceber alternativas à ordem existente. Se, em última análise, o aparelho psíquico dos indivíduos acabava, por um jogo mais ou menos complexo de mediações entre as instâncias, conduzindo à identificação com o *status quo*, esse processo se passava, apesar disso, na esfera da consciência individual. Hoje, esse processo foi expropriado pela sociedade global, que se encarrega de produzir a identificação imediata com o existente [....]. (ROUANET, 2001, p. 226)

Nessa apresentação de 1963, o tom de Marcuse soava mais pessimista quanto aos rumos da sociedade industrial desenvolvida do que aquele presente em seu confronto filosófico com Freud publicado em 1955. Se a insistência no potencial emancipatório da tecnologia e sua consequente superação da luta pela existência foi uma marca relativamente constante em toda sua produção intelectual, o pêndulo de suas considerações oscilava frequentemente para um dos polos, dependendo da conjuntura política na qual ele se inseria. Assim, a segunda parte do livro de *Eros e civilização* (que na realidade foi a organização e elaboração de uma série de palestras proferidas na *Washington School of Psychiatry* entre 1950 e 1951), intitulada "Além do Princípio de Realidade" e que toma mais da metade da obra como um todo, dedicou-se ao estudo dos potenciais emancipatórios da civilização, quando a tecnologia e a afluência da "era industrial tardia"[63] potencialmente tinham o poder de livrar a humanidade da labuta e da repressão irracionais como sinônimos de progresso e civilização.

Ao percorrer a obra de Freud, das suas formulações iniciais da estrutura psíquica à metapsicologia, Marcuse argumentou que toda a sua ontogênese e filogênese estavam alicerçadas em certas condições exógenas que tornariam necessário o posterior desenvolvimento do Princípio de Realidade como motor do progresso e da civilização. Cercado por um mundo marcado pela carência e pela escassez, seria simplesmente

[63] Trata-se de outra expressão utilizado por Marcuse para designar a sociedade industrial avançada ou o capitalismo tardio. Cf. MARCUSE, 2015b, p. 77.

impossível ao indivíduo ou a gênero humano satisfazer todos os seus desejos. A satisfação irrefreada e não mediada das pulsões acabaria por levar inevitavelmente à autodestruição de cada indivíduo e, finalmente, do ser humano enquanto espécie. Tendo como telos a autopreservação, a humanidade passou a reprimir os instintos primários e a erigir, no lugar do reino do Princípio de Prazer, o Princípio de Realidade. Em outras palavras, a satisfação mediada, a sublimação das pulsões foi posta no lugar da gratificação completa e ao mesmo tempo (auto)aniquiladora do domínio absoluto de Eros. A humanidade e cada indivíduo realiza assim sua barganha: adia sua satisfação *hic et nunc* em nome da continuidade da civilização.

No reino do Princípio de Realidade, comentou Marcuse, o valor máximo pelo qual substituir e sublimar o desejo passou a ser o trabalho – mas não o do trabalho de um tipo artístico ou ao menos significativamente gratificante, mas sim labuta e trabalho alienado:

> O trabalho [*work*] que criou e engrandeceu a base material da civilização foi primariamente trabalho [*labor*], trabalho alienado, doloroso e miserável – e ainda é. O desempenho de tal trabalho dificilmente gratifica as necessidades e inclinações *individuais*. Ele foi imposto sobre o homem pela necessidade e força brutas; se o trabalho alienado tem algo a ver com Eros, deve ser muito indiretamente, e com um Eros consideravelmente sublimado e enfraquecido. (MARCUSE, 2015b, p. 85)

Mas a própria teoria de Freud, apontava Marcuse, convidaria à crítica imanente de sua necessidade e inexorabilidade, afinal, se o sustentáculo de toda a dinâmica dos instintos encontrava-se ancorado em condições exógenas e passivas de modificação histórica, todas as suas implicações também poderiam transformar-se:

> Freud sustenta que um conflito essencial entre os dois princípios é inevitável; no entanto, na elaboração de sua teoria, essa inevitabilidade parece estar aberta a questionamento. O conflito, na forma que assume na civilização, diz ele, é causado e perpetuado pela prevalência da Ananke, *Lebensnot*, a luta pela existência. [...] A luta pela existência necessita da modificação repressiva dos instintos primariamente por causa da falta de meios e recursos suficientes para a gratificação integral, indolor e sem labuta das necessidades dos instintos. Se isso é verdade, a organização repressiva dos instintos na luta pela existência seria devida a fatores *exógenos* – exógenos no sentido de que não são inerentes à "natureza" dos instintos, mas emergem de condições históricas

> específicas sob as quais desenvolvem-se os instintos. (MARCUSE, 2015b, p. 132)

Eram justamente essas duas condições exógenas que Marcuse identificou como obsoletas no mais recente estágio da era industrial, a saber, a carência e escassez, de um lado, e a necessidade do trabalho alienado, de outro. Partindo do auge da mecanização (e de suas transformações qualitativas na execução manual e bruta do trabalho) e da produtividade da sociedade da afluência (que era capaz de produzir e distribuir mercadorias em escalas vertiginosas), o livro de Marcuse demonstrava como a satisfação das necessidades básicas dos seres humanos não dependia da escassez dos recursos à disposição, mas tão somente de sua distribuição equânime; além disso, as novas tecnologias permitiram reduzir significativamente o tempo de trabalho a um mínimo socialmente necessário, cedendo aos indivíduos uma grande parcela de sua vida não destinada à reprodução imediata de sua vida e sociedade.

Em uma sociedade liberta da mais-repressão[64] imposta pela era burguesa, uma camada adicional de repressão, acima daquela meramente necessária para a não destruição do gênero e do indivíduo, argumentou Marcuse, o ser humano poderia pela primeira vez realizar uma sublimação livre (em oposição à repressiva), o reino do trabalho poderia ser inundado de relações libidinais, e teríamos, pela primeira vez na história da humanidade, uma civilização na qual prazer e realidade não são imediatamente antagônicos. A imagem de Prometeus poderia ser substituída pelas figuras de Orfeu e Narciso, a dimensão estética poderia transcender seu reino apartado e fornecer os quadros de organização da vida como um todo, e o trabalho poderia assumir feições lúdicas e genuinamente gratificantes.

Mas Marcuse deixava claro que tal conquista, perfeitamente possível no auge da civilização industrial tardia, dependia da eliminação do trabalho alienado. Ora, mas é justamente isso que não ocorreu, muito embora sua possibilidade estivesse dada pelo estágio da tecnologia, o que tornava sua manutenção ainda mais irracional. No Prefácio

---

[64] *Surplus-repression*, no original em inglês, uma clara referência de Marcuse a *surplus value* de Marx. Marcuse parecia aqui querer diferenciar a repressão, necessária em certo nível para qualquer progresso humano – e nisso ele concordava com Freud –, da mais-repressão imposta pela sociedade burguesa. Assim, ele estabelecia um paralelo com o trabalho na tradição marxista: se esse e alguma forma de objetivação parecia ser inescapável em qualquer formação social, o trabalho alienado assalariado e a reificação são exclusividade da era burguesa.

Político escrito onze anos após a publicação original do livro em questão, e dois anos após *One-Dimensional Man*, Marcuse atentava para seu "erro de cálculo" político:

> Eu negligenciei ou minimizei o fato de que essa racionalidade "obsoleta" havia sido largamente reforçada (se não substituída) por formas de controle social ainda mais eficientes. As próprias forças que tornavam a sociedade capaz de pacificar a luta pela existência serviram para reprimir a necessidade dessa liberação nos indivíduos. Aonde o alto padrão de vida não é suficiente para reconciliar as pessoas com suas vidas e seus dirigentes, a "engenharia social" da alma e a "ciência das relações humanas" oferece a catexia libidinal necessária. Na sociedade afluente, as autoridades mal são forçadas a justificar seu domínio. Elas entregam os bens; elas satisfazem a energia sexual e agressiva de seus súditos [*subjects*] (MARCUSE, 2015b, p. xi-xii)

Marcuse atentava para a capacidade de desfiguração da imagem utópica engendrado pelo capitalismo tardio e sua confluência entre um Tânato legado aos bolsões de miséria e às guerras no Terceiro Mundo, e um Eros domesticado, mas ainda assim capaz de fixar a energia perversa e polimórfica da libido em objetos determinados, ao alcance das mãos e dos talões de cheque, e trazer em seu bojo assentimento e sujeição. Ou seja, o argumento de Marcuse apontava para uma sociedade não somente mísera e violenta, mas também gratificante: "Não se trata da luta de Eros contra Tânato, porque a sociedade estabelecida também tem seu Eros: ela protege, perpetua e expande a vida. E não é uma vida ruim para aqueles que obedecem [*comply*] e reprimem" (MARCUSE, 2015b, p. xx).

Aliada à democracia de massa, na qual os cidadãos elegem "livremente" seus líderes de tempos em tempos, a sociedade industrial desenvolvida era capaz de gerar participação política, ao mesmo tempo em que permitia aos dirigentes dessa sociedade desaparecerem por trás do aparato político e social. Assim, "o povo, eficientemente manipulado e organizado, é livre; ignorância e impotência, heteronomia introjetada é o preço de sua liberdade" (MARCUSE, 2015b, p. xiii). Marcuse buscava dissecar o processo de introjeção da subordinação em curso em sua época: se o capitalismo teve suas formas originárias marcadas pela espoliação, cercamentos, acumulação por despossessão, e violência aberta, a sujeição assumiu novas feições no Norte global no pós-Segunda Guerra Mundial, a saber, a forma da "colaboração para reproduzir uma sociedade que

tornou a servidão cada vez mais recompensadora e palatável" (MARCUSE, 2015b, p. xiii–xiv).

A sociedade industrial desenvolvida apresentou-se para Marcuse como uma caricatura da sociedade emancipada, isto é, uma sociedade que, com seu alto padrão de vida, aliado ao (e não despojado do) trabalho alienado e da incapacidade de determinação autônoma das faculdades e inclinações individuais, coloca-se no lugar da experiência genuína da liberdade, da igualdade e da autonomia. Em sua *Teoria da semicultura*, de 1959, Adorno atentou para a "experiência substitutiva enganosa" (*trügende Erstazerfahrung*) posta em marcha pela indústria cultural no capitalismo tardio, "o esquematismo [...] que a indústria cultural oferece para suprir o vazio da experiência destruída, [...] produzindo adaptação ao invés de autonomia", conforme explicou Lima (2017, p. 101). É como se Marcuse estivesse dizendo: a experiência substitutiva enganosa por excelência é a da sociedade industrial avançada como um todo, "esta é ilusória e enganadora, mas aceita por ser "experiência" – ainda que "falsa" – em que se harmonizam e conciliam os ingredientes contraditórios da realidade social efetiva", como diria Maar (MAAR, 2000, p. 85) a respeito do conceito de Adorno, mas que se poderia igualmente afirmar sobre a teoria de Marcuse.

As transformações operadas pela racionalização e burocratização das empresas nas sociedades industrias desenvolvidas, concretizada no aparecimento das comissões executivas, nas camadas intermediárias dos gerentes, inspetores e administradores, todos alegadamente trabalhando pelo bem da empresa junto com os operários, também implicavam em transformações psíquicas. Afinal, com o aparente apagamento da figura do chefe proprietário enquanto explorador imediato,

> as figuras paternas pessoais desapareceram gradualmente por trás das instituições. [...] Os diretores sádicos, os exploradores capitalistas, foram transformados em membros assalariados de uma burocracia, com quem os trabalhadores se deparam como membros de outra burocracia. A dor, frustração e impotência do indivíduo deriva de um sistema altamente produtivo e que funciona eficientemente, no qual ele ganha a vida melhor que nunca antes. (MARCUSE, 2015b, p. 98)

Em seu livro de 1964, Marcuse continuou examinando como a administração das sociedades industriais desenvolvidas apenas funcionava ao mobilizar grandes contingentes populacionais em processos técnico-produtivos acima de qualquer ambição

ou desejo individual, ou melhor, transformando esse próprio processo e seus produtos nos desejos e ambições individuais – conforme ele havia formulado em *Eros e civilização*, coordenando a "existência pública e a privada, as reações espontâneas e as exigidas" (MARCUSE, 2015b, p. 94).

Como consequência da integração na esfera do trabalho e na esfera do consumo, tratava-se de equalizar e aplainar o contraste entre o desejo individual, de um lado, e as metas econômicas e sociais, de outro; em outras palavras, entre o particular e o universal. Ao tornar o trabalhador um recipiente de direitos trabalhistas e sociais, entregues via Estado, e ao implicá-lo materialmente na empresa capitalista, via benesses corporativas reais, o eu típico dessa sociedade não a experimentava como um entrave para suas realizações pessoais – ao contrário, a sociedade industrial desenvolvida parecia ser justamente o mais potente veículo da garantia de sua realização pessoal e da satisfação de suas necessidades. Assim, nos termos de Rouanet (2001, p. 231) "voltamos à tese fundamental dos frankfurteanos: a mistificação é exercida, atualmente [i. e., em sua época], a partir da realidade, e não a partir da ideologia [...]",– ou, talvez melhor formulado: a realidade é em si ideológica no capitalismo tardio.

Não fortuitamente, tal consideração levou Marcuse justamente a discutir uma questão premente quando se analisa o indivíduo em meio a essa "coleção monstruosa de mercadorias" (MARX; GRESPAN, 2006, p. 13), a saber: como seria possível distinguir as necessidades falsas das verdadeiras nesse quadro? Afinal, se é verdade que essa sociedade caracterizava-se pela capacidade de entregar os bens, é igualmente verdade que ela ainda mantinha-se calcada na não liberdade, na exploração do trabalho heterônomo e na contenção das potencialidades individuais.

Essa discussão encontrava antecedentes na obra de Marcuse, embora com outros propósitos, desde o final da década de 1930, especialmente em "Para a crítica do Hedonismo", publicado na revista do Instituto em 1938. No ensaio, Marcuse afirmou:

> Só hoje [...] pode a felicidade [...] tornar-se também objeto da crítica. Fica claro que os indivíduos, educados para serem integrados ao processo de trabalho antagônico, não podem ser juízes da sua felicidade. Eles estão impedidos de conhecer seus verdadeiros interesses. Assim, pode suceder que qualifiquem como feliz a sua situação e que, sem coerção exterior, aceitem o sistema que os oprime. [...]
>
> Perante a possibilidade de uma constituição real e mais feliz da humanidade, o interesse do indivíduo não é mais nenhum dado último: existem

> verdadeiros e falsos interesses mesmo no que concerne ao indivíduo. Seu interesse factual, imediato, já não é seu verdadeiro interesse. (MARCUSE, 1997, p. 190)

Ela voltaria a incomodar Marcuse em 1949, quando, em uma carta endereçada a Adorno, formula a questão da seguinte maneira:

> Eu não acho tão horroroso comer sopas enlatadas. Na verdade, eu gosto delas. É claro que tudo poderia ser muito melhor e muito mais – mas isso não é uma objeção muito convincente: no fim das contas – diria o opositor – compare com aquilo que era antes. [...] Dê uma chance ao capitalismo. [...] E também minha velha questão (que eu mesmo não reconheço, mas que sempre retorna): se eles estão felizes com os filmes e os carros, temos nós o direito de dizer a eles: esta não é a felicidade verdadeira; vocês poderiam estar muito melhores se esse sistema não mais existisse? (MARCUSE, 1949)[65]

Marcuse parecia, nesse momento, contorcer-se para tentar encontrar uma resposta definitiva para a questão e um fundamento social no qual ancorar sua resposta a ela, sem recair, de um lado, em um dogmatismo naturalista e ontologizante e, de outro, em um relativismo estéril e amedrontado perante a versão mais bem-acabada que o capitalismo

---

[65] A carta, escrita parte em inglês e em sua maioria em alemão, é um documento excelente para notar como a América, embora certamente não de modo exclusivo, era vista por Marcuse e pela Escola de Frankfurt como um todo como o "posto de observação mais avançado" (ADORNO, 1969) do capitalismo na época (a respeito disso, cf. CLAUSSEN, 2004). Embora a maior parte da correspondência em questão tenha sido redigida em alemão, todas as vezes que Marcuse alude a algum fenômeno mais afeito à realidade capitalista, ele recorre ao inglês, especialmente nas expressões "*canned soups*" e "*give capitalism a chance*", mostrando como a América era vista como um país "radicalmente burguês", como afirmou Adorno em "Sobre a tradição" (ADORNO, 1972b, p. 311). Reproduzo o trecho da carta no original a seguir:

> Ich finde es nicht so entsetzlich, canned soups zu essen, as a matter of fact, I like them. Natürlich könnte das alles viel besser und mehr sein – aber das ist kein sehr schlagender Einwand: after all – würde der Gegner sagen – vergleiche mit dem, was früher war. […] Give capitalism a chance. [...] Und dann meine alte Frage (die ich selbst nicht mehr anerkenne, die aber immer wieder kommt): wenn sie mit den Movies und Autos glücklich sind – haben wir ein Recht ihnen zu sagen: das ist nicht das richtige Glück; ihr könnt es unendlich viel besser haben, wenn dieses System nicht mehr existiert? (MARCUSE, 1949)

Sobre a situação pessoal de Marcuse, entre a Alemanha e os EUA, conferir o depoimento de seu filho, Peter Marcuse em MARCUSE, 2004c.

havia sido capaz de produzir. Há quinze anos vivendo como refugiado nos EUA, Marcuse buscava admitir as inúmeras vantagens apresentadas pela vida na América – embora apenas parcialmente, afinal, o próprio afirma não mais reconhecer sua velha pergunta. Não por outro motivo, a carta a Adorno continuava a buscar o *locus* social e geográfico capaz de ancorar firmemente a crítica ao capitalismo, afirmando: "Parece-me que o foco da nossa crítica deve recair ainda mais na conexão necessária entre a felicidade aqui e a miséria [*Elend*] lá (as colônias, os campos de concentração)" (MARCUSE, 1949).

Adorno responde tal carta uma semana depois, admitindo a dificuldade imposta pela realidade cotidiana da afluência no Norte global a certas noções e previsões de Marx, mas insiste ao mesmo tempo na crítica implacável do capitalismo, mesmo que em sua versão supostamente afluente:

> Naturalmente o motivo é que hoje, categorias como pauperização [*Verelendung*] e opressão devem ser apreendidas em larga medida em escala internacional. Mas a abundância de mercadorias também se contrapõe de maneira totalmente imediata à manifesta não liberdade. (ADORNO, 1949)

Já em *O Homem Unidimensional*, publicado quinze anos depois, Marcuse mostrava-se resoluto ao afirmar que a distinção entre as necessidades falsas e as verdadeiras era uma necessidade, embora tal distinção seja possível apenas levando-se em consideração uma relação dialética entre consciência e ação, entre indivíduo e sociedade. As necessidades falsas seriam aquelas submetidas aos indivíduos por forças autônomas cujo controle não se encontra em poder dos indivíduos. Citando o autor: "'Falsas' são aquelas superimpostas ao indivíduo por interesses sociais particulares ao reprimi-lo" (MARCUSE, 2002, p. 15)[66]. Aqui já não interessava ao autor se tais forças pudessem até resultar em prazer e gratificação para o indivíduo, não importava se o indivíduo se reconhecesse nelas, se ele as considerasse a mais perfeita definição da Razão, pois elas continuavam a ser "[...] produtos de uma sociedade cujo interesse dominante exige repressão" (MARCUSE, 2002, p. 15). A maioria das necessidades encaixava-se

[66] Adorno e Horkheimer, no ensaio sobre a indústria cultural presente na *Dialética do Esclarecimento*, apresentam uma formulação interessante dessa questão. Ao invés de "necessidades falsas" ou "verdadeiras", o que traria uma série de imbróglios para Marcuse, ambos falam em "necessidades retroativas", isto é, necessidades criadas *a posteriori* por sua própria oferta. Cf. ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 100; MAAR, 2000. Tal formulação, entretanto, não elimina o fato de que algumas necessidades são, de modo heterônomo, inseridas nos indivíduos pela indústria cultural, e não a expressão espontânea de um desejo prévio.

nesta categoria: o descanso, consumo segundo as propagandas, comportar-se segundo modelos pré-fabricados, os sentimentos padronizados, entre outras. Embora sejam a maioria, o seu prevalecimento deve ser desfeito em interesse dos próprios indivíduos e daqueles que tem de pagar com sua miséria para a satisfação dessas necessidades. Embora o capitalismo avançado do Norte global fosse de fato mais capaz de oferecer gratificações e mercadorias aos indivíduos mesmo das classes menos abastadas, "[...] o resultado é euforia na infelicidade" (MARCUSE, 2002, p. 15).

Necessidades verdadeiras, em última análise, seriam aquelas eleitas pelos próprios indivíduos, e não por qualquer força exterior. Tal afirmação implica que não é qualquer indivíduo que pode diferenciar as verdadeiras das falsas, mas apenas aqueles cientes de sua servidão e que tomaram consciência de sua condição e da necessidade (verdadeira) de superá-la. Ou seja, não bastaria requisitar aos indivíduos, imersos nos aparatos de manipulação em massa da sociedade unidimensional, que meramente "expressassem" de forma "espontânea" seu desejo interior – esse já havia sido alvo de inúmeras formas de administração muito antes de sua exteriorização.

Na sociedade industrial desenvolvida, tamanha era a integração do indivíduo na sociedade que sequer a possibilidade de reconhecimento das necessidades verdadeiras parecia uma operação exequível, afinal:

> Se os indivíduos estão satisfeitos a ponto de se sentirem felizes com as mercadorias e os serviços que lhes são entregues pela administração, por que deveriam eles insistir em instituições diferentes para a produção diferente de mercadorias e serviços diferentes? E se os indivíduos estão precondicionados de modo que as mercadorias que os satisfazem incluem também pensamentos, sentimentos, aspirações, por que deveriam desejar pensar, sentir e imaginar por si mesmos? (MARCUSE, 2002, p. 45)

A questão é que se mostrava cada vez mais infactível o tracejar de uma linha demarcatória nítida entre a espontaneidade e a dominação. O desejo era manipulado a tal ponto que as balizas de delimitação entre sua criação autônoma e sua realização imposta desapareceram completamente.

Os indivíduos, nessa sociedade de massa, perdiam até a capacidade de estarem sozinhos e poder olhar para dentro de si mesmos. É o que Marcuse chama, em *One-dimensional Man,* de "corrosão da indevassabilidade do íntimo" e, na palestra *A obsolescência da psicanálise*, de "massificação da privacidade": "uma sociedade que não

é capaz de proteger a privacidade individual, mesmo dentro dos limites das quatro paredes, pode legitimamente alegar que respeita o indivíduo e que é uma sociedade livre?", questiona Marcuse (2002, p. 249), indicando os mecanismos de capilarização da administração individual e social das necessidades nessa sociedade. Se não há intimidade possível, como falar em autonomia plena, indagava Marcuse.

Nessa sociedade, a extensão da integração do indivíduo no todo e das classes no sistema parece subtrair as premissas do próprio conceito de alienação, que sempre dependeu de uma estrutura bidimensional e de um hiato entre o eu e o mundo para existir:

> Novamente nós somos confrontados com um dos aspectos mais vexatório da sociedade industrial avançada: o caráter racional de sua irracionalidade. Sua produtividade e eficiência, sua capacidade de aumentar e distribuir confortos, de transformar lixo em necessidade e destruição em construção, o alcance com o qual essa civilização transforma o mundo dos objetos em uma extensão da mente e corpo dos homens torna a própria noção de alienação questionável. As pessoas reconhecem-se em suas mercadorias; elas encontram sua alma em seu automóvel, em seu aparelho de som, em sua casa de dois andares, em seu equipamento de cozinha. O próprio mecanismo que liga o indivíduo a sua sociedade mudou e o controle social é ancorado nas novas necessidades que ele produz. As formas prevalecentes de controle social são tecnológicas em um novo sentido. (MARCUSE, 2002, p. 11)

Os conceitos de alienação e de estranhamento estavam calcados em uma ideia de contradição, ou ao menos de oposição (ou no mínimo de diferença) entre duas dimensões distintas, sejam elas duas classes sociais, o eu e o mundo, o indivíduo e o gênero humano, o sujeito e o objeto. O conceito, entre outros processos, diz respeito justamente à incapacidade do trabalhador de reconhecer-se no produto final de seu ato de trabalho, afinal, havia perdido o controle sobre todas as etapas que levariam de sua concepção inicial à confecção final. Era justamente esse hiato, essa separação que embasa a ideia de alienação. Em alemão, os termos "*Fremd*" e "*Außer*" que compõem as palavras "*Entäußerung*" e "*Entfremdung*" e que remetem aos seus usos por Hegel e Marx contêm em si essa bidimensionalidade própria de uma sociedade que ainda abarcava a contradição entre sujeito e objeto: algo estranho (*Fremd*) remete a algo que não é idêntico ao sujeito;

do mesmo modo, um âmbito exterior (*Außer*) pressupõe a existência de um interior distinto do externo[67].

É justamente essa lacuna que Marcuse diagnostica como um aspecto tornado obsoleto pela sociedade industrial avançada. Se o interior do sujeito reproduzia de modo imediato aquilo que lhe era imposto do exterior ("As pessoas reconhecem-se em suas mercadorias"), e se o exterior aparecia como uma continuação daquilo que de todo modo já estava contido na interioridade, como identificar a presença de algo estranho ou externo? É isso que Marcuse nomeou o "aplainamento das contradições", um feito inédito do capitalismo tardio. "O que não significa, acrescenta Marcuse, o fim da ideologia, e sim sua difusão ao conjunto da sociedade, a partir de seu enraizamento na esfera econômica. A *Warenform* generalizou-se", recorda Rouanet (2001, p. 209). Marcuse está aludindo à discussão acerca da "segunda natureza" criada pelo capitalismo como um mecanismo de naturalização de sua historicidade e de suas determinações socialmente localizadas, que é aprofundada em sua versão industrial avançada, criando uma aderência libidinal na alma de sua população: "a assim chamada economia do consumo e a política do capitalismo corporativo criaram uma segunda natureza do homem que o ata libidinal e agressivamente à forma mercadoria", explicitou Marcuse (2000, p. 11).

Marcuse conduziu também uma discussão acerca da sexualidade e de como a "dessublimação repressiva" também exerce um papel na sociedade unidimensional. Tal discussão é intimamente aparentada àquela a respeito da melhoria do padrão de vida geral da população no centro do capitalismo, da opulência alcançada pelo aparato tecnológico das sociedades industriais desenvolvidas:

> Há agora nas sociedades tecnológicas avançadas do Ocidente, de fato uma ampla dessublimação (comparada com os estágios precedentes) nos valores sexuais e no comportamento, na vida melhor, na acessibilidade à cultura (cultura de massa é cultura superior dessublimada). A moralidade sexual foi largamente liberalizada; além disso, a sexualidade é operativa enquanto estímulo comercial, ativo de negócios, símbolo de status. (MARCUSE, 2011a, p. 119)

[67] Essa discussão remete a um complexo debate a respeito da relação Marx/Hegel, da ruptura ou continuidade epistemológica entre o jovem e o Marx maduro, do impacto da publicação em 1932 dos *Manuscritos de Paris* de 1844 na interpretação do marxismo. Não desejo adentrar aqui na controvérsia entre as diferentes concepções (objetivação, alienação, reificação, ideologia), mas sim apenas apontar como Marcuse examinava as transformações de uma estrutura bi para uma unidimensional e seus impactos na subjetividade. A respeito da controvérsia, cf. KELLNER; PIERCE, 2014, p. 23 et seq.

A liberdade sexual presente nas sociedades industriais desenvolvidas era paulatinamente incorporada ao ambiente de trabalho, sem constituir uma contradição ao *Establishment*, mas antes sua afirmação. Os corpos mais à mostra, as vitrines mais transparentes, a ausência de divisões nas lojas, tudo isso se integrava ao mundo da troca e das mercadorias. Embora estritamente controlada, essa mobilização de energia instintiva ainda era agradável aos indivíduos, "[...] assim como acelerar o motor de popa, empurrar o cortador de grama, e correr com o automóvel são divertidos" (MARCUSE, 2002, p. 63). Em outras palavras, na sociedade industrial desenvolvida, até mesmo a libido passou a ser administrada.

Na medida em que a sociedade industrial avançada era capaz de fornecer gratificações imediatas na forma de um amplo leque de mercadorias produzido em escala massiva, serviços e benesses corporativas e sociais, a sublimação dos desejos individuais parece ser uma tarefa supérflua. Se o indivíduo tinha ao alcance de suas mãos boa parte daquilo que desejava, não haveria por que desviar o alvo do desejo para gratificações substitutivas mediadas. Segundo Marcuse, com esse processo em curso, limita-se tanto o alcance da sublimação quanto sua própria necessidade, visto que todos os desejos individuais parecem poder ser facilmente satisfeitos e o mundo ao redor não aparece, então, como um mundo de carência hostil aos indivíduos, não lhes exige a negação de suas necessidades mais íntimas e atenua a luta pela existência. A capacidade de produção e o alcance dos produtos promovem a mais bem-acabada imagem da integração e do engolfamento do indivíduo no todo social; a unidimensionalidade atinge, finalmente, os instintos:

> O conflito entre o Princípio de Prazer e o de Realidade é administrado por uma liberalização controlada que aumenta a satisfação com as ofertas da sociedade. Mas nesta forma de liberação, a energia libidinal muda sua função social: até o ponto em que a sexualidade é sancionada e até mesmo encorajada pela sociedade. [...] Agora, com a integração dessa esfera no reino dos negócios e do entretenimento, a repressão mesma é reprimida: a sociedade expandiu não a liberdade individual, mas seu controle sobre o indivíduo. E tal crescimento do controle social é conquistado não por terror, mas pela produtividade mais ou menos benéfica e pela eficiência do aparato. (MARCUSE, 2011a, p. 119–20)

Assim, se a história da civilização havia tido como norma, até então, a sublimação da sexualidade, no capitalismo tardio, teríamos um movimento de dessublimação, isto é, de repressão da própria repressão sexual, e de sua multiplicação sob inúmeras formas[68]. A questão é que essas formas não seriam encorajadas livremente, perversa-polimorficamente, diria Freud, mas sim de um modo em si repressivo, isto é, canalizado, via *business and entertainment*, para a manutenção contente e a estabilização suave do existente. Desse modo, não encontraríamos o domínio liberto de Eros, segundo Marcuse, uma força concomitantemente construtiva e destrutiva, mas sim a catexis da libido, fixada nos genitais, isto é, um movimento aparentemente paradoxal de concomitante aumento da sexualidade e diminuição de Eros. Marcuse narrava assim um processo de domesticação capitalista de Eros.

O resultado seria, de acordo com Marcuse, a atrofia dos órgãos mentais para compreender as contradições e as alternativas existentes, uma vez que a necessidade da busca por alternativas ocorre apenas quando os instintos são reprimidos, quando as gratificações são recusadas. Assim, na única dimensão remanescente da racionalidade tecnológica, a Consciência Feliz prevalece.

> Ela reflete a crença de que o real é racional e que o sistema estabelecido, apesar de tudo, entrega os bens. As pessoas são levadas a encontrar no aparato produtivo o agente eficaz do pensamento e da ação, ao

---

[68] Tal teoria mostra-se interessante pois, ao invés de atacar e denunciar uma moralidade sexual do tipo vitoriana na sociedade burguesa, Marcuse aponta para os efeitos de um gerenciamento econômico e político da sexualidade, que não passa necessariamente pelo polo da interdição e da repressão. Em Eros e civilização, Marcuse já havia apontado para esse caminho:

> Hoje, comparada com os períodos puritanos e vitorianos, a liberdade sexual aumentou inquestionavelmente [...]. Ao mesmo tempo, no entanto, as próprias relações sexuais tornaram-se assimiladas muito mais intimamente com as relações sociais; a liberdade sexual é harmonizada com a conformidade rentável. O antagonismo fundamental entre o sexo e sua utilidade social – em si mesmo o reflexo do conflito entre o princípio de prazer e o princípio de realidade – é borrado pela intromissão progressiva do principio de realidade no princípio de prazer. (MARCUSE, 2015b, p. 94–5)

Desta maneira, alguma das críticas dirigidas por Michel Foucault a Marcuse em *A vontade de saber*, parecem perder parte de sua força. Certamente Foucault discordaria da ideia de um aumento (ou diminuição) de liberdade (afinal, como medi-la trans-historicamente quando se parte de uma concepção nominalista da história?) ou de um antagonismo fundamental entre prazer e realidade, mas fato é que, com as devidas mediações, parece ser possível um caminho complementar no diálogo entre ambos. Afinal, não teria Foucault analisado justamente o dispositivo de sexualidade e os cálculos biopolíticos como mecanismos de gestão populacional aplicados pela burguesia sobre si mesma e direcionados a aumentar e multiplicar a vida em suas potencialidades? Não se trataria, aí também, de uma administração da sexualidade no capitalismo?

> qual seu pensamento e ação pessoais devem se render. [...] A consciência é absorvida pela reificação, pela necessidade generalizada das coisas. (MARCUSE, 2002, p. 66)

Marcuse entra, assim, em um debate com a noção hegeliana de "Consciência Infeliz", presente na dialética hegeliana do senhor e do servo[69], e que indicaria o momento incômodo no qual a consciência percebe a contradição estruturante da vida social. Marcuse afirma que, na sociedade industrial desenvolvida, o *lócus* próprio da crítica ao *Establishment* seria desgastado, sem encontrar, nem no indivíduo e nem na sociedade, possibilidade de existência. Eis porque falar em "Consciência Feliz", afinal, as benesses produzidas por essa sociedade afluente tornariam o indivíduo imediatamente satisfeito com o *status quo* e incapaz de identificar as contradições que o perpassam.

Nesse sentido, apesar da referência mais imediata ser de fato o conceito hegeliano, poderíamos também interpretá-lo como mais um exemplo de fusão marcuseana da dialética com a psicanálise. Se lembrarmos que Freud, antes de "mal-estar" (*Unbehagen*), havia cogitado justamente o termo "infelicidade" (*Unglück*) para intitular aquele que viria a ser seu livro mais difundido (cf. ROUDINESCO, 2016), podemos enxergar na formulação de Marcuse de "consciência feliz" um diálogo também com Freud. Se esse havia formulado o rumo da civilização como um caminho que exigia inexoravelmente renúncia e sofrimento por parte dos indivíduos, é como se Marcuse tentasse mostrar como, com os alcances da sociedade industrial avançada, essa renúncia fosse menos dolorosa e razoavelmente suportável, uma vez que envolvia um *quid pro quod* mais favorável àqueles que a ela se submetessem do que as formações capitalistas anteriores. Como formulou Rouanet,

> quando a soberania do pai se amplia até se identificar com a da sociedade inteira, a substituição [de uma figura paterna por outras] se torna impossível, e, na verdade, desnecessária, porque o Pai unidimensional deixa de ser despótico, e exerce seu domínio precisamente a partir da liberdade que concede aos súditos. (ROUANET, 2001, p. 229–30).

[69] Escolhi usar o termo "servo" aqui para traduzir o "*Knecht*" hegeliano pois é a escolha feita por Marcuse em *Razão e revolução* (MARCUSE, 2000b). Na primeira obra publicada em inglês por Marcuse após sua chegada nos EUA, quando tentava resgatar Hegel das interpretações que o atrelavam indubitavelmente à ascensão do nazi-fascismo, ele emprega tanto os termos "*servant*" quanto "*slave*", mas, sempre que se refere especificamente à dialética hegeliana do senhor e do servo, faz uso do primeiro em detrimento do segundo.

A infelicidade na cultura havia sido substituída por euforia no capitalismo tardio – o que acentua o caráter de falsa reconciliação dessa sociedade, afinal, euforia não é o mesmo que felicidade.

Para formular sua teoria da subjetividade no capitalismo tardio, no entanto, além de Freud, Marx e Hegel, há também outro autor com quem Marcuse dialogou, buscando mostrar as inegáveis diferenças existentes entre a subjetividade urgida nos primórdios do capitalismo e aquela apresentada na sociedade afluente: Max Weber.

Em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Weber havia mostrado como o "espírito" do capitalismo aparece como um sentimento da profissão como dever, o sentimento de ser necessário dedicar-se o máximo possível a sua profissão, sempre se privando de e negando qualquer tipo de prazer hedonista. Esse "espírito" toma um "[...] caráter de uma máxima de vida eticamente coroada" (WEBER, 2008, p. 45), de modo que o não cumprimento dos afazeres e dos deveres leva o indivíduo a sentir-se em falta e em dívida[70] consigo mesmo. O trabalhar torna-se um fim em si. Não há a perspectiva de trabalhar para atingir uma vida mais confortável, para adquirir mais posses materiais ou para satisfazer necessidades – sejam elas do corpo ou da mente, da imaginação ou do estômago, diria Marx (2013, p. 210). O *ethos* aqui em questão, esse modo de ver o mundo e de dirigir e conduzir a vida visa apenas o trabalhar pelo trabalhar:

> Acima de tudo, esse é o *summum bonum* dessa 'ética': ganhar dinheiro e sempre mais dinheiro, no mais rigoroso resguardo de todo gozo imediato do dinheiro ganho, algo tão completamente despido de todos os pontos de vista eudemonistas ou mesmo hedonistas e pensado tão exclusivamente como fim em si mesmo, que, em comparação com a 'felicidade' do indivíduo ou sua 'utilidade', aparece em todo caso como inteiramente transcendente ou simplesmente irracional. (WEBER, 2008, p. 46)

Tratava-se de enriquecer corporificando a figura do acumulador, sempre através de uma conduta metódica, racional, permeada de trabalho árduo e ausente de qualquer gozo imediato e mundano.

Na verdade, o "espírito" do capitalismo, tal como Weber o caracterizou, foi encontrado não na ostentação de grandes aristocratas, nos "[...] distintos *gentlemen* de

---

[70] Em *Capitalismo como religião*, Walter Benjamin analisaria a interpenetração entre economia e psicanálise por meio da polissemia da palavra *Schuld*, que, em alemão, significa tanto "culpa" quanto "dívida". Cf. BENJAMIN, 2013

Liverpool e Hamburgo, com suas fortunas mercantis herdadas ao longo das gerações [...]" (WEBER, 2008, p. 58), mas sim nos estratos médios da burguesia. O "espírito" não nasceu nas classes ociosas do capitalismo aventureiro e especulador, mas sim em burgueses sóbrios e estáveis. Burgueses que racionalizaram todo o circuito dos produtos, que contabilizaram todas as transações, fizeram cálculos de previsibilidade para antecipar a produção e a realização futuras, o montante de seu lucro vindouro, a quantidade de matéria-prima, em suma, todos os fatores relativos à produção e distribuição de mercadorias. É nesses indivíduos que encontramos o "espírito" mencionado.

Segundo Weber, essa era a caracterização do burguês que engendrou o capitalismo enquanto espírito. Sóbrio, abnegado, racional e planejador, esse modo de vida teve de entrar em luta com o espírito "tradicional", o *ethos* individual que Weber denominava pré-capitalista. Em locais nos quais predominava o comportamento tradicional, não havia sido ainda realizada uma racionalização de todas as etapas produtivas, introduzida a álgebra e a contabilidade na produção, não se guiava a vida pela *auri sacra fames*, por essa filosofia da avareza, da cobiça e da irracionalidade, que é como se apresenta para os olhos tradicionais o "espírito" do capitalismo.

A imposição do espírito do capitalismo sobre modos de vida não compatíveis com novos tempos não se deu de modo pacífico ou imperceptível: não foi simples tornar camponeses que levavam "[...] a vida da mão para a boca [...]"(WEBER, 2008, p. 67) em empresários capitalistas, acostumados com o rigor do cálculo, a total ausência de gozo imediato, as longas jornadas de trabalho, a disciplina e a sensação de dever em relação à profissão, com o *ethos* metódico do "espírito" do capitalismo. Portanto, o tradicionalismo foi o primeiro inimigo com o qual teve de lutar o "espírito" do capitalismo.

O capitalismo, assim como não poderia sobreviver tendo como base seres sem escrúpulo – como aquele "[...] capitão de mar holandês que 'por ganância estava disposto a varar o inferno, mesmo que dali saísse com as velas em chamas [...]" (WEBER, 2008, p. 50) –, de modo análogo, não poderia sobreviver tendo como base da produção trabalhadores sem uma conduta sistemática, metódica e sóbria. No início do capitalismo, pequenas oficinas e pequenos comércios podiam até ser geridos por um comportamento tipicamente tradicionalista. No entanto, desde o meio do século XIX, tal gestão não é mais possível. Grandes empresas modernas precisavam de indivíduos dotados do "espírito" do capitalismo para geri-las.

Ora, mas é justamente esse *ethos* de vida eticamente coroado que parece evaporar, aos olhos de Marcuse, em meio à sociedade afluente. Afinal, em face de uma produção

inigualável de mercadorias e uma participação cada vez maior não só dos burgueses como também das camadas subjacentes no consumo e nas benesses do capitalismo tardio, em uma sociedade que precisava cada vez mais da produção do supérfluo e da fabricação de necessidades para inovar constantemente, em uma sociedade marcada pela obsolescência planejada e pela opulência, pelo consumo ubíquo, como falar em conduta de vida metódica, sóbria e plenamente regrada por uma ascese intramundana?

> Segundo Max Weber, a racionalidade capitalista tem o ponto nodal de sua realidade efetiva no empreendimento privado; o empreendedor é uma pessoa livre, auto responsável por seus cálculos e seus riscos decorrentes. Como tal, o empreendedor é cidadão [*Bürger*], e a conduta de vida da burguesia [*Bürgertum*] encontra sua expressão representativa na "ascese intramundana". Essa concepção ainda é válida hoje? A burguesia, na qual Max Weber viu o portador do desenvolvimento industrial, ainda é o portador do desenvolvimento do capitalismo tardio? A racionalidade do capitalismo tardio ainda é a razão surgida na ascese intramundana? Creio que a resposta a essas perguntas deva ser negativa. Na implementação da própria racionalidade capitalista, as formas a ela atribuídas por Max Weber são decompostas, ultrapassadas, e sua decomposição permite a *ratio* da industrialização capitalista aparecer sob outra luz –a luz de sua irracionalidade. Para apontar apenas uma coisa: a "ascese intramundana" não é mais uma força impulsora [*treibende*] no capitalismo tardio – ela se tornou, antes, um grilhão para a manutenção do sistema. Keynes a denunciou como tal e, na "*affluent society*", ela se torna perigosa, aonde quer que se coloque no caminho da produção e consumo de mercadorias supérfluas. (MARCUSE, 1965a, p. 165)

No fundo, Marcuse denunciava as mutações de um sujeito que vivia em uma sociedade na qual sua interioridade era marcada por uma ética do trabalho e da poupança, do acúmulo e da abnegação para um sujeito marcado pela necessidade constante de renovação irrefreável do estoque de mercadorias disponível, para quem uma ética marcada pela frugalidade não só mostrava-se desnecessária, como também um empecilho para o bom funcionamento do todo social e um entrave para as necessidades de reprodução ampliada do capital. Segundo Rouanet,

> [...] até agora, a legitimação da repressão se dava sob a forma de uma ideologia que justificava o poder em vista das terríveis exigências da *Lebensnot*, da luta pela existência. Hoje [i.e. na época de Marcuse], a legitimação se funda na opulência. O sistema interioriza nas consciências não

> mais valores ascéticos que levava os indivíduos a aceitar a frustração de suas necessidades, mas as próprias necessidades, apresentadas como valores em si mesmos. (ROUANET, 2001, p. 230)

O indivíduo era levado a consumir cada vez mais, usufruir das mercadorias e gozar as benesses de uma sociedade que se dava ao luxo de destruir o fundamental e produzir o inessencial – embora, relembrava insistentemente Marcuse, tal sociedade ainda se mantenha assentada na não liberdade e na extração de trabalho excedente.

Conjugando diversos autores, temos, então, que Marcuse estabeleceu que, entre o funcionamento do capitalismo em seu surgimento, com seu respectivo modelo de indivíduo, com seus mecanismos próprios de dominação social, relações de classe e estratificação social e o capitalismo central do pós-Segunda Guerra existiram transformações, com consequências reais na formação da subjetividade, que não podiam ser ignoradas. As condições econômicas, políticas e sociais dessa sociedade levaram a modos específicos de subjetivação. A unidimensionalidade transbordava o processo produtivo e a esfera política e penetrava a psique:

> Em troca das mercadorias que enriquecem suas vidas, os indivíduos vendem não somente seu trabalho, como também seu tempo livre. O melhor viver é compensado pelo controle onipresente sobre o viver. As pessoas habitam em concentrações de apartamentos – e têm automóveis privados com os quais elas não podem mais escapar a um mundo diferente. Elas têm geladeiras enormes cheias de comida congelada. Elas têm dezenas de jornais e revistas que esposam os mesmos ideais. Elas têm inúmeras escolhas, inúmeros aparelhos [*gadgets*] que são todos do mesmo tipo e as mantêm ocupadas e distraem sua atenção da questão principal – que é a consciência de que elas poderiam tanto trabalhar menos quanto determinar suas próprias necessidades e satisfações. (MARCUSE, 2015b, p. 100)

Poder e sujeito imbricavam-se intimamente em um todo que abolia suas alternativas potenciais e escamoteava suas contradições fundamentais.

A questão da autonomia individual é uma questão fundamental para uma sociedade emancipada. O problema era a socialização da sociedade industrial avançada, que imputava no indivíduo, heteronomamente, necessidades e satisfações, que se tornavam “espontâneas”, sendo que, ao indivíduo, ir contra elas parecia ser sua

autonegação. “Quando esse ponto é atingido, a dominação – sob o disfarce de afluência e liberdade – estende-se para todas as esferas da existência pública e privada, integra toda oposição autêntica, absorve todas as alternativas” (MARCUSE, 2002, p. 20).

Afinal, os direitos trabalhistas oferecidos pelo Estado de Bem-estar eram uma conquista de anos de luta da classe trabalhadora e de suas organizações políticas, ou um mecanismo de gestão dos conflitos de classe que continham o avanço do comunismo em escala global[71]? As benesses corporativas, a oferta de empregos estáveis e melhor remunerados, aposentadoria, eram ganhos reais do proletariado frente à burguesia, ou tratava-se de um constructo para gratificação controlada capaz de conter a implosão social? As tecnologias que aliviavam a carga da labuta, retirando o operário de sua condição de animalidade eram avanços da sociedade industrial desenvolvida ou acabavam por prolongar o trabalho humano de uma maneira tolerável, no momento em que ele se mostrava mais dispensável, tendo em vista a tecnologia existente? A criação e difusão de mercadorias para setores mais amplos da população deveria ser festejada, ou tratava-se de uma (falsa) reconciliação entre prazer e realidade, o desejo e sua gratificação em um ambiente meticulosamente administrado? A liberalização da sexualidade constituía um progresso dos costumes e hábitos moralistas e vitorianos ou tornava-se cada vez mais um engenho de exploração do desejo em nome de sua aplicação eficaz e produtiva?

Sem uma dialética apurada, corria-se o risco de cair em um dos dois polos, igualmente falsos: ou festejava-se acriticamente os alcances da democratização capitalista em sua nova fase inclusiva avançada; ou se tentava afirmar que nada haveria se alterado e que o proletariado continuava a ser o mesmo burro de carga, despossuído e pilhado do século XIX, perdendo de vista as novas operações de administração do capitalismo tardio, mais refinadas e discretas do que aquelas que marcaram sua emergência, e que levavam a uma adesão do indivíduo à sociedade de modo menos ilusório e frustrante. Marcuse

[71] Não podemos nos esquecer que a história das lutas sindicais, especialmente nos EUA, ao longo do século XX como um todo, foi tanto uma história de lutas e avanços políticos quanto de retrocessos feitos justamente em nome desses progressos. Os grupos de oposição radical ao capitalismo, fossem eles de viés marxista ou anarquista, foram sistematicamente abafados e relegados ao segundo plano da atuação nos sindicatos, quando não simplesmente postos na ilegalidade e combatidos pelos próprios líderes sindicalistas. Ou seja, o período normalmente tido como o de maior combatividade sindical é *ao mesmo tempo* um capítulo do abandono do projeto anticapitalista de emancipação humana. Como entender, do contrário, uma figura como a de Walter Reuther, um dos mais importantes líderes da ala progressista do movimento trabalhista, líder da *United Auto Workers* por quase todo o período dos trinta gloriosos (de 1946 a 1970), e, ao mesmo tempo, um anticomunista convicto e declarado, que não se recusava a cooperar com o Estado americano em sua luta contra o espraiamento do radicalismo mesmo dentro de suas fileiras? A respeito disso, Cf. ARONOWITZ, 1992; 2014, p. 137 et seq.

tentava responder a essas questões dialeticamente: a constituição subjetiva do indivíduo da sociedade industrial avançada não é nem livre e nem autônoma, mas também não opera somente por meio da negação e da frustração.

Não seria um exagero afirmar que Marcuse teorizou acerca de uma dialética da liberdade. Como o próprio afirmava, "sob o jugo de um todo repressivo, a liberdade pode ser transformada em um poderoso instrumento de dominação" (MARCUSE, 2002, p. 9). "Marcuse também aponta aqui", mostra Puzone,

> para o fato de que liberdade e ideologia estão estreitamente relacionadas no capitalismo tardio. Embora as pessoas tenham atingido, pelo menos nos países capitalistas avançados, um grau de liberdade jamais alcançado anteriormente, não se poderia falar verdadeiramente dela, visto o domínio exercido sobre os povos do chamado terceiro mundo, e cujo maior exemplo foi a Guerra do Vietnã – sem esquecer, é claro, da própria consolidação das falsas necessidades nos países mais ricos. (PUZONE, 2016, p. 290).

Em sua palestra "Tempo livre", proferida em 25 de maio de 1969 em uma emissora de rádio alemã, Adorno apontava justamente para esse embaralhar completo da autonomia e heteronomia no capitalismo tardio:

> Liberdade organizada é coercitiva. [...] O que elas querem lhes é mais uma vez imposto; Por isso, a integração do tempo livre é alcançada sem maiores dificuldades; as pessoas não percebem o quanto não são livres lá onde mais livres se sentem, porque a regra de tal ausência de liberdade foi abstraída delas". (ADORNO, 2002, p. 107-8).

Dada a administração do desejo promovida por essa sociedade, assim como sua capacidade de atender aos desejos prévia e posteriormente inculcados, mostrava-se plenamente possível impor o que as pessoas já queriam. Afinal, "Tempo livre produtivo só seria possível para pessoas emancipadas, não para aquelas que, sob a heteronomia, tornaram-se heterônomas também para si próprias" (ADORNO, 2002, p. 113). Em *Um ensaio sobre a libertação*, publicado em 1969, Marcuse formulou essa questão da seguinte maneira:

> Nesse estágio, a questão não é mais: como pode o indivíduo satisfazer sua próprias necessidades sem prejudicar aos outros, mas sim: como ele pode satisfazer suas necessidades sem prejudicar a si mesmo, sem reproduzir, por meio de suas aspirações e satisfações, sua dependência de um aparato explorador que, ao satisfazer suas necessidades, perpetua sua servidão? (MARCUSE, 2000a, p. 4)

Não devemos esquecer que a Teoria Crítica de Marcuse não se dobrava perante o existente unidimensional, apenas buscava admitir e eviscerar seus modos mais refinados de dominação. Assim, a teoria da dessublimação proposta por ele, ancorada na "opulência" do capitalismo tardio e em sua capacidade de "entregar os bens" (MARCUSE, 2002, p. xliv) nos trinta gloriosos, era uma teoria da dessublimação *repressiva*, uma vez que "[...] essa dessublimação visa não promover uma libertação real, mas aprisionar mais eficazmente os indivíduos nas malhas da ordem existente [...]" (ROUANET, 2001, p. 233). Para retomar à feliz formulação de Marcuse, é certo que o capitalismo tardio, com todos os seus progressos – que não eram poucos, especialmente olhando retrospectivamente – era capaz de fabricar euforia, mas continuava incompetente quando se tratava de gerar felicidade. Como mostrou Marcuse, "a felicidade não está no mero sentimento de satisfação, mas na *realidade* da liberdade e da satisfação" (MARCUSE, 2015b, p. 104, grifos nossos), e não no sentimento de anestesia onipresente (cf. MARCUSE, 2015b, p. 104) promovido pela sociedade industrial desenvolvida.

Apesar da vulgata corrente erigida em torno da controversa acusação de Lukács feita em um prefácio de 1962 a seu *Teoria do romance* a respeito do Grande Hotel Abismo, dirigida a "uma parte considerável da nata da inteligência alemã, inclusive Adorno" (LUKÁCS, 2003b, p. 18), que continua a reverberar aqui e ali (cf. por exemplo JEFFRIES, 2017), a Escola de Frankfurt nunca se esqueceu que o capitalismo era um sistema de dominação no qual a vida de todos é submetida aos interesses do capital. Afinal, como afirmava Adorno, "que efetivamente as pessoas só consigam fazer tão pouco de seu tempo livre se deve a que, de antemão, já lhes foi amputado o que poderia tornar prazeroso o tempo livre. Tanto ele lhes foi recusado e difamado que já nem o querem mais" (ADORNO, 2002, p. 111).

Não fortuitamente, Marcuse podia entrever as fendas mesmo na sociedade totalmente administrada, apontando para seu potencial implosivo e explosivo e apostando na Grande Recusa como força capaz de questioná-la. Até mesmo Adorno, a quem

normalmente imputa-se um suposto pessimismo acachapante, notava como, no capitalismo tardio, “a coisa não funciona assim tão sem dificuldades”:

> É evidente que ainda não se alcançou inteiramente a integração da consciência e do tempo livre. Os interesses reais do indivíduo ainda são suficientemente fortes para, dentro de certos limites, resistir à apreensão [*Erfassung*] total. Isto coincidiria com o prognóstico social, segundo o qual, uma sociedade, cujas contradições fundamentais permanecem inalteradas, também não poderia ser totalmente integrada pela consciência. A coisa não funciona assim tão sem dificuldades [...]. (ADORNO, 2002, p. 116)

Após quase cinco décadas de governo neoliberal hegemônico ancorado em um regime de veridição (cf. FOUCAULT, 2008, p. 39–64) que busca espraiar a racionalidade empresarial do mercado para todas as esferas da vida e da ação humana, acabando com os limites entre tempo e espaço livre e de trabalho, e ao qual não há alternativa, resta interrogar quanto progrediu a capacidade de integração absoluta da consciência – desta vez não em meio à sociedade da afluência, mas sim à precariedade global.

O empresário (precário) de si

> O *homo oeconomicus* é aquele que aceita a realidade. (FOUCAULT, 2008a, p. 368)

Na sociedade neoliberal, uma racionalidade econômica tenta impor-se totalitariamente como a forma de vida *par excellence* do humano: o eu empresarial. Das periferias consolidadas de São Paulo às plataformas digitais do Vale do Silício, das *startups* da Terceira Itália aos imigrantes do sul asiático e do norte da África cadastrados nas agências de trabalho e recrutamento distribuídas ao longo da Europa mediterrânea, dos motoristas da Uber que estão disponíveis 24/7 e dormem em estacionamentos improvisados pelo mundo aos empresários midiáticos tornados políticos da noite para o dia que prosperam em meio às crises econômicas, os indivíduos são interpelados incessantemente a assumir um ethos talhado sob medida pela e para a forma empresa.

Como pode-se tomar conhecimento hoje, após a publicação integral de seus cursos no formato de livro, Michel Foucault foi o primeiro a perscrutar o fenômeno do espraiamento do sujeito neoliberal em suas palestras no *Collège de France* do final dos

anos 1970 (cf. FOUCAULT, 2008), atirando, assim como afirmou Habermas (1985), mais uma "flecha no coração do presente". É, portanto, das suas lições que se deve lançar mão para compreender esse fenômeno.

Mas uma Teoria Crítica do neoliberalismo não estaria completa sem adicionar à analítica foucaultiana a faceta precária que encobre essa subjetividade neoliberal onde quer que ela penetre. Assim, a tarefa deste item será dupla, a saber, conjugar o exame do sujeito neoliberal enquanto *homo oeconomicus* governável com suas condições inseguras e instáveis de existência.

Foucault analisou o neoliberalismo a partir de seus dois "pontos de ancoragem" (FOUCAULT, 2008a, p. 107). O primeiro deles é o marco austro-germânico ordoliberal – isto é, o grupo formado pelos pensadores neoliberais alemães e austríacos organizados em torno da revista *Ordo*, que formou o núcleo duro do enclave neoliberal europeu e forneceu um de seus mais importantes *bunkers* para o espraiamento da racionalidade neoliberal pelo globo, incluindo notórios nomes do pensamento econômico contemporâneo, como Friedrich von Hayek ou Ludwig von Mises, por exemplo. Já o segundo ponto é estadunidense, e se articula na Escola Econômica de Chicago, principalmente após o *New Deal* de Franklin Delano Roosevelt e a 2ª Guerra Mundial e, no seu seleto e laureado clube de membros, conta com Milton Friedman (para citar apenas o mais famoso), entre outros economistas e juristas de enorme relevância para as práticas neoliberais contemporâneas.

Segundo Foucault, o neoliberalismo alemão lançou muitas das bases que seriam fundamento teórico-prático do neoliberalismo tal qual o conhecemos hoje. Uma essencial delas é a postulação de um "*homo oeconomicus*", termo que remete ao início do século XIX[72], com a diferença de que, em sua versão ordoliberal, este não será pautado pela noção da "troca livre entre dois parceiros que estabelecem por sua própria troca uma equivalência entre dois valores" (FOUCAULT, 2008a, p. 160–1), mas sim, por duas balizas formadoras *sui generis*.

A primeira delas é a dinâmica concorrencial própria de um mercado capitalista ("isto é, [...] não [...] a equivalência, mas a desigualdade" – FOUCAULT, 2008a, p. 161), mas não mais um mercado concebido à moda dos liberais do *laissez-faire* do século XVIII e XIX como uma entidade imbuída de uma dinâmica natural que deveria ser preservada

[72] Há um debate acerca da origem do termo. Ora ele é atribuído a Vilfredo Pareto (1848-1923), ora a John Stuart Mill (1806-1873), ora ainda a outros autores menos conhecidos. Cf. PERSKY, 1995. Leda Paulani (2005, p. 45 et seq.) afirma que o conceito é de Mill, embora o termo em si não tenha sido cunhado por ele.

a todo custo da intervenção governamental. De acordo com Foucault, os ordoliberais acreditam que esse tipo de pensamento é cativo de uma "ingenuidade naturalista", ou seja, "você considera que o mercado [...] é uma espécie de dado natural, algo que se produz espontaneamente e que o Estado deveria respeitar, na medida em que é um dado natural" (FOUCAULT, 2008a, p. 163). A concorrência mercadológica, segundo os ordoliberais, um dos pilares na constituição do *homo oeconomicus* neoliberal, não tem absolutamente nada de natural; ela é, antes, um princípio de formalização artificialmente constituído com sua lógica interna. Ela é um jogo formal entre desigualdades que só efetivamente existe se meticulosa e constantemente produzida e armada – e produzida e armada por toda uma gama de instituições, desde empresas privadas até o Estado, as famílias e, finalmente, os indivíduos mesmos.

Nas aulas de Foucault, o mercado aparece, assim, como lócus privilegiado da formação neoliberal. Como apontam Dardot e Laval,

> O mercado é concebido, portanto, como um processo de autoformação do sujeito econômico, um processo subjetivo autoeducador e autodisciplinador, pelo qual o indivíduo aprende a se conduzir. O processo de mercado constrói seu próprio sujeito. Ele é *autoconstrutivo.*
>
> [...] O homem sabe se conduzir não por 'natureza', mas graças ao mercado, que constitui um processo de formação. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 140)

A segunda baliza é aquilo que Foucault denomina "forma empresa". A "forma empresa", segundo o filósofo, nada mais é do que uma consequência quase lógica dos fundamentos neoliberais: na medida em que o mercado passa a embasar e ofertar o regime de veridição do Estado, da sociedade e das famílias, a decorrência imediata é a de que se forma, nesse processo, um padrão de sociabilidade e de formação subjetiva que se coloca como modelo para os indivíduos, justamente a forma empresa. Assim, segundo Gordon, ela se torna "[...] um estilo de conduta impregnante, difundido". "A forma-empresa" continua Gordon, passa "por todo o tecido social como seu princípio generalizado de funcionamento" (GORDON, 1991, p. 42). As mais distintas esferas e instituições da vida social passam a tomar essa forma. "Afinal, diriam os ordoliberais, o que é a propriedade senão uma empresa? O que é uma casa individual, senão uma empresa? O que é a gestão

dessas pequenas comunidades de vizinhança [...], senão outras formas de empresa?", elucida Foucault (2008a, p. 203).

Seguindo tal modelo, todos passam a portar-se como empresas guiadas pelo raciocínio mercadológico das perdas, lucros e investimentos; todos passam a concorrer entre si até mesmo fora do local de trabalho ou de questões relativas às carreiras de cada um; todos passam a conferir crescente atenção às ideias de inovação, empreendedorismo e *marketing* pessoal, entre outros termos próprios ao mundo coorporativo; as instituições estatais e públicas passam a ser guiadas por objetivos e métodos oriundos da forma empresarial. Em suma: não há fenômeno ou processo da vida social que pareça escapar à forma da empresa capitalista neoliberal.

Nota-se, assim, como na política social ordoliberal, está em jogo, igualmente, para utilizar os termos de Alexander Rüstow, um dos ordoliberais citados por Foucault (2008a, p. 218), uma *Vitalpolitik*, uma política da vida. E esta vida tem, para os neoliberais, uma forma precisa:

> Na verdade, não se trata, como vocês veem, de constituir uma trama social em que o indivíduo estaria em contato direto com a natureza, mas de constituir uma trama social na qual as unidades de base teriam precisamente a forma da empresa [...]. É essa multiplicação da forma "empresa" no interior do corpo social que constitui, a meu ver, o escopo da política neoliberal. Trata-se de fazer do mercado, da concorrência e, por conseguinte, da empresa, o que poderíamos chamar de poder enformador da sociedade. (FOUCAULT, 2008a, p. 203)

Não deixa de levantar uma série de inquietações a utilização do termo "forma empresa" por Foucault, em especial a ideia de forma. Em seus cursos, a expressão não é atribuída a nenhum pensador neoliberal em particular. Se ela é concebido aqui como o poder enformador da sociedade, como unidades básicas da trama social, como grade de inteligibilidade e gestão de toda sorte de fenômeno social (todos os termos de autoria do próprio Foucault), como forma generalizada por todo o corpo social e em todas as esferas do corpo social normalmente não sancionadas por trocas monetárias, resta saber se, mesmo que a contragosto do pensador francês, a maneira como ele expôs o tema não convida a aproximação do mesmo com a "forma mercadoria" de Marx, "forma elementar" das sociedades "onde reina o modo de produção capitalista" (MARX, 2013, p. 210). Lukács afirmaria em *História e consciência de classe* que, em Marx, "o problema

da mercadoria não aparece apenas como um problema isolado [...], mas como o problema central e estrutural da sociedade capitalista em todas as suas manifestações vitais" (LUKÁCS, 2003a, p. 193). Indo ainda mais além, o pensador húngaro afirma que, na estrutura da relação mercantil, pode-se descobrir o "protótipo de todas as formas de objetividade e subjetividade na sociedade burguesa" (LUKÁCS, 2003a, p. 193).

Foucault muito provavelmente negaria essa determinação tão peremptória de todos os fenômenos da vida na sociedade capitalista pela forma empresa. Ele sempre admitiu a coexistência entre distintas tecnologias de poder, da governamentalidade neoliberal com as disciplinas e a soberania, do *homo oeconomicus* com o *homo penalis*, por exemplo. O procedimento foucaultiano evita universalizações tidas por ele como abstratas e genéricas, adotando precauções metodológicas de alcance mais localizados, evitando os diagnósticos que pensam em termos de "eras" que se alinham e se substituem historicamente e nas quais um regime de verdade, um sujeito específico ou uma racionalidade de governo detém monopólio ou hegemonia absolutos. Mas não deixa de ser intrigante o uso da expressão por Foucault, muitas vezes apontando para fenômenos e mecanismos bastante próximos das reflexões de Marx, Lukács e da Escola de Frankfurt. A ideia aqui é aliar Foucault e a Escola de Frankfurt, mesmo que muitas vezes a despeito de sua vontade. Afinal, como mostra Marcos César Alvarez,

> Michel Foucault por diversas vezes convidou seus ouvintes ou leitores a tomarem suas ideias como hipóteses de trabalho, suas análises como experiências provisórias, seus livros como ferramentas para múltiplos usos possíveis. [...]
>
> A metáfora da caixa de ferramentas se oporia, desse modo, ao ritual acadêmico do comentário, que garantiria ao autor um lugar no conjunto da tradição filosófica, mas pagando-se o preço da neutralização das novas possibilidades abertas pelo seu pensamento, dos novos espaços de problematização que Foucault buscava obsessivamente desobstruir. (ALVAREZ, 2015, p. 16)

Para levantar ainda mais polêmicas, é justamente em torno dessa época que Foucault concede uma série de entrevistas e escreve outro tanto de textos nos quais não apenas cita a Escola de Frankfurt, como insere-se, por inciativa própria, em um texto de 1982, "na tradição da reflexão e crítica histórica de nós mesmos que vai de Kant à Escola

de Frankfurt" (cf. FOUCAULT, 2001b, p. 814). Em uma entrevista de 1978, por exemplo, ele afirma:

> Nesse momento eu compreendi que os representantes da Escola [de Frankfurt] haviam tentado afirmar, mais cedo do que eu, as coisas que eu mesmo me esforcei em sustentar por anos. Isso explica até mesmo certa irritação que alguns manifestaram ao ver que se fazia, na França, senão coisas idênticas, ao menos muito semelhantes; de fato, correção e fecundidade teóricas foram necessárias para que o conhecimento e o estudo da Escola de Frankfurt fossem muito mais aprofundados. Naquilo que me concerne, penso que os filósofos dessa escola colocaram problemas em torno dos quais ainda se pena: notadamente, aquele dos efeitos de poder em relação com uma racionalidade que é definida historicamente, geograficamente, no Ocidente, a partir do século XVI.
>
> [...] Quando eu reconheço os méritos dos filósofos da Escola de Frankfurt, eu o faço com a má consciência daquele que deveria tê-los lido bem antes, os compreendido bem mais cedo. Se eu tivesse lido suas obras, há um bocado de coisas que eu não teria necessidade de dizer, e eu teria evitado erros. Talvez, se eu tivesse conhecido os filósofos dessa escola quando era jovem, eu teria sido a tal ponto seduzido por eles que eu não teria feito nada a não ser comentá-los. (FOUCAULT, 2001b, p. 892–3)

Deixando, de todo modo, essa polêmica de lado, pode-se compreender assim por que Foucault havia dito, em sua primeira aula do curso *Nascimento da biopolítica*, que "só depois que soubermos o que era esse regime governamental chamado Liberalismo é que poderemos, parece-me, apreender o que é a biopolítica" (FOUCAULT, 2008a, p. 30). O curso, que deveria ser integralmente dedicado ao tema da biopolítica, tem seu foco completamente concentrado no neoliberalismo. Afinal, já no liberalismo clássico, mas principalmente no neoliberalismo, a vida é investida politicamente e incluída no cálculo da racionalidade governamental como variável a ser controlada, gerida, administrada, seja no polo individual, seja no polo populacional, de acordo com as dinâmicas da concorrência mercadológica artificial e meticulosamente instaurada, e da forma empresa.

Mas embora Foucault tenha realizado sua analítica da governamentalidade neoliberal partindo dessas duas experiências distintas, a ancoragem alemã e a estadunidense, e muito embora Foucault também retrace as conexões existentes entre ambas, é a experiência do neoliberalismo nos EUA que erige como a definitiva para

compreender a emergência do sujeito neoliberal. Afinal, segundo Foucault, o ordoliberalismo ainda mantinha certa reserva quanto à aplicação de seus preceitos e teorias (que seriam eminentemente voltadas para a economia) a áreas não econômicas e, em última instância, ao próprio corpo social. A concorrência, por exemplo, a despeito de ser benéfica e necessária no plano econômico, seria um princípio altamente desagregador e dissolvente se disseminada de maneira irrefreada à sociedade, afirmariam pensadores como Wilhelm Röpke e Alexander Rüstow (cf. FOUCAULT, 2008, p. 333).

O neoliberalismo americano, por sua vez, centrado na Escola de Economia de Chicago, "se apresenta evidentemente com uma radicalidade bem mais rigorosa ou bem mais completa e exaustiva", afirma Foucault (2008, p. 333). De modo que, a partir dele, "trata-se de fato e sempre de generalizar a forma econômica do mercado. Trata-se de generalizá-la em todo o corpo social, e generalizá-la até mesmo em todo o sistema social que, de ordinário, não passa ou não é sancionado por trocas monetárias" (2008, p. 333-4). Assim, nos EUA, a questão do liberalismo e do neoliberalismo torna-se não apenas uma opção econômica ou uma alternativa política dentre outras como o foi na Europa ocidental, mas sim uma "reivindicação global, multiforme e ambígua", um "método de pensamento", "uma grade de análise econômica e sociológica", uma "fábrica de utopias" (cf. FOUCAULT, 2008, p. 301), em suma, "toda uma maneira de ser e de pensar" (FOUCAULT, 2008a, p. 301).

Os termos utilizadas por Foucault aqui não são fortuitos. "Maneira de ser e de pensar" não são termos ocasionais em sua teoria e remetem a uma das questões centrais de toda a sua produção genealógica, para não dizer de sua obra como um todo: a constituição do sujeito, a formação daquilo que somos, as relações de saber e poder que criam um tipo específico de indivíduo. Em outras palavras, se de *Vigiar e punir* extraímos a constituição do delinquente, se em *História da Loucura* lemos a formação do louco, assim como *n'A História da Sexualidade I* entendemos o nascimento do sujeito da sexualidade, aqui também entendemos a constituição de um tipo individual muito específico – o *homo oeconomicus* neoliberal. É nesse sentido que devemos compreender formulações como a de Pierre Dardot e Christian Laval (2016, p. 16): "[...] com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a *forma de nossa existência*, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos". Barry, Osborne e Rose, justamente em razão disso, falam em dois elementos centrais do neoliberalismo para Foucault: *techne* e *ethos* (cf. BARRY; OSBORNE; ROSE, 1996, p. 10). Em outras palavras, existem técnicas e mecanismos

políticos, econômicos e sociais próprios da arte neoliberal de governo, que, por sua vez, analisam e dão vida a um sujeito neoliberal, com seu ethos próprio.

Mas quais seriam as características distintivas desse sujeito empresarial? Para compreendê-las, mostra Foucault, devemos entender um aspecto fundamental da governamentalidade neoliberal: a teoria do capital humano.

A teoria do capital humano foi elaborada e posta em marcha por uma série de neoliberais estadunidenses, como Theodore Schultz, Jacob Mincer (nascido na Polônia) e, o mais notório de todos, Gary Becker[73] (cf. FOUCAULT, 2008, p. 304). Que Schultz e Becker tenham sido laureados com prêmios Nobel de economia e Mincer, embora nunca tenha ganho, tenha sido nomeado diversas vezes para concorrer a um, já é um sinal da força e a vitalidade do discurso neoliberal ao redor do mundo, indicando como um dispositivo que imbrica poder e saber, localizado no cruzamento entre gabinetes de políticos, destacamentos militares, salas de reuniões corporativas e reuniões de colegiados acadêmicos, é uma constante no neoliberalismo.

Para compreender como o sujeito do trabalho realiza suas escolhas e aloca seus recursos disponíveis para fins que são mutuamente excludentes, afirma Foucault a respeito dessa teoria, o giro proposto por seus teóricos foi colocar-se do ponto de vista do próprio trabalhador. Dessa perspectiva, mostra Foucault, os neoliberais estadunidenses fazem o seguinte raciocínio:

> No fundo, por que é que as pessoas trabalham? Trabalham, é claro, para ter um salário. Ora, o que é um salário? Um salário é simplesmente uma renda. Do ponto de vista do trabalhador, o salário não é o preço de venda da sua força de trabalho, é uma renda. [...] o que é uma renda? Como se pode definir uma renda? Uma renda é simplesmente o produto ou o rendimento de um capital. E, inversamente, chamar-se-ia "capital" tudo o que pode ser, de

[73] Não deixa de ser curioso que o próprio Becker, convidado em 2012 a comentar a análise de sua obra feita por Foucault, tenha respondido de pronto: "eu não discordo de muita coisa" (Cf. BECKER; EWALD; HARCOURT, 2012). Isso apenas demonstra como Foucault fez uma meticulosa análise imanente desses autores, sem descartar de antemão a potência real de seus escritos. Parece ser suficientemente evidente que Foucault não o fez por ter convertido-se ao neoliberalismo, como sugerem certos autores (LAGASNERIE, 2013; ZAMORA, 2016). Ao contrário, Foucault aproximou-se, assim, da postura de Marx, que não se contentou em apenas denunciar a economia política burguesa, mas buscou levá-la às suas últimas consequências. O próprio Lagasnerie (2013, p. 32–5) propõe que o movimento de Foucault, ao criticar o neoliberalismo, não deixa de ser afeito ao espírito de Marx, quando este afirmava que não se tratava de empreender uma crítica pré-capitalista do capitalismo, uma reafirmação romântica dos valores e da comunidade pré-capitalistas, mas sim de compreender concomitante e contraditoriamente, a estática e a dinâmica próprias do capitalismo. Nesse sentido, Foucault propõe-se a realizar os mesmos modos de problematização a respeito do neoliberalismo e compreender o que ele propõe, o que ele produz de novo, com seus limites e alcances singulares.

> uma maneira ou de outra, uma fonte de renda futura. Por conseguinte, a partir daí, se se admite que o salário é uma renda, o salário é portanto a renda de um capital. (FOUCAULT, 2008a, p. 308)

Nota-se como, ao narrar esse processo, aparentemente simples e lógico, Foucault está delineando nada mais nada menos do que a transformação de trabalhadores em "capitalistas". No percurso da mutação de salário para renda e dessa para capital, os teóricos neoliberais americanos buscavam apagar os rastros de uma cisão radical entre trabalho e capital, equalizando a todos sob a rubrica geral de rentistas ou empresários. No fundo, diriam tais teóricos, não há um antagonismo fundamental que cinde nossa sociedade em dois campos inimigos e opostos, todos somos capitalistas, portadores de algum tipo de capital que vai fornecer uma renda futura – e tudo isso alegadamente do ponto de vista do trabalhador...

Mas qual seria exatamente o capital portado pelos trabalhadores e que lhes garantiriam alguma renda futura – afinal, se são "meros" trabalhadores, não é justamente porque foram despidos dos meios de produção? É aí que entra a teoria do capital humano. Seu capital é justamente o aglomerado de características pessoais inatas e adquiridas ao longo de sua vida que os torna indivíduos com *assets* únicos:

> Ora, qual é o capital de que o salário é a renda? Pois bem, é o conjunto de todos os fatores físicos e psicológicos que tornam urna pessoa capaz de ganhar este ou aquele salário, de sorte que, visto do lado do trabalhador, o trabalho não é uma mercadoria reduzida por abstração à força de trabalho e ao tempo [durante] o qual ela é utilizada. Decomposto do ponto de vista do trabalhador, em termos econômicos, o trabalho comporta um capital, isto é, uma aptidão, uma competência. (FOUCAULT, 2008a, p. 308)

Mas se o capital do trabalhador é esse conjunto de fatores físicos e psicológicos estocado por ele, afirma Foucault, a primeira consequência dessa teoria é a de que esse capital é inalienável do trabalhador, afinal, ele não é uma parcela de sua personalidade, um conjunto específico de destrezas e habilidades que constitui sua força de trabalho durante as horas em que labora, mas que se mantém relativamente aparatado do restante de seu eu – ele é o próprio trabalhador como um todo. "A aptidão a trabalhar, a competência, o poder fazer alguma coisa, tudo isso não pode ser separado de quem é competente e pode fazer essa coisa. Em outras palavras, a competência do trabalhador é

uma máquina sim, mas uma máquina que não se pode separar do próprio trabalhador", afirma Foucault (2008a, p. 309).

Daí porque Ulrich Bröckling afirma que "não há fundamento algum em tentar rasgar as máscaras, em execrar a gestão de si como alienação. Se você rasgasse as máscaras, os rostos iriam junto" (BRÖCKLING, 2016, p. 35). A teoria neoliberal do capital humano, como seu próprio nome já indica, não se contenta com uma parte do trabalhador, ela almeja criar (e de fato o faz) trabalhadores que são em si capital.

Em outras palavras, a disseminação da subjetividade neoliberal por todo o corpo social e seus processos de transformação do indivíduo até atingir a plena indiferenciação em relação à própria individualidade e o embaralhamento total entre trabalho e vida impelem o pensamento crítico hoje a considerar a configuração atual do capitalismo como seu espraiamento mais profundo e integral já experimentado.

Nesse sentido, o eu empresarial não fica contido dentro dos rígidos limites do horários e locais de trabalho. Desbloqueado por uma série de inovações tecnológicas – basta pensar nos smartphones, nos computadores pessoais portáteis, nos *tablets*, nos softwares, aplicativos e plataformas, que foram criados em larga medida no bojo da crise ".com" dos anos 1990 e de 2008 (cf. SRNICEK, 2017, p. 9–35) e, ao mesmo tempo, permitiram liberar tecnicamente as potencialidades da subjetivação neoliberal – o empresário de si neoliberal desconhece a rigor fronteiras entre sua existência enquanto indivíduo e enquanto capital humano, entre a esfera privada e pessoal e sua perambulação enquanto capital. Como afirma Bröckling (2016, p. 32), "nessa lógica, o indivíduo permanece o empresário de si mesmo se perder o emprego. O eu não pode ser demitido. A administração da vida cessa apenas com a morte".

Maurizio Lazzarato chega exatamente à mesma conclusão, afirmando que

> [...] a esfera da produção capitalista de uma vez por todas estendeu-se da organização do 'tempo de trabalho' à organização do 'tempo de vida'. E que, portanto, não existe mais razão para identificar (nem teórica nem fenomenologicamente) o capitalismo com a produção industrial e a exploração com o 'pôr ao trabalho' da classe operária. (LAZZARATO, 2013, p. 91)

Esse é um dos principais motivos pelos quais devemos compreender a classe trabalhadora hoje em sentido muito mais alargado. Na interessante formulação de Ricardo

Antunes (1999, p. 101; 2006, p. 18), trata-se simplesmente da classe que vive do trabalho[74].

No fundo, Foucault está afirmando que o conceito de alienação não é apropriado para analisar o sujeito neoliberal, uma vez que ele está assentado na ideia de um trabalhador que, durante o processo de trabalho, aliena uma parte de si, sua força de trabalho, para um capitalista, mas que mantém relativamente intacta sua personalidade como um aglomerado contíguo, porém apartado, de caracteres pessoais. "Estamos aqui no antípoda de uma concepção da força de trabalho que deveria se vender a preço de mercado a um capital que seria investido numa empresa. Não é uma concepção da força de trabalho, é uma concepção do capital-competência" (FOUCAULT, 2008a, p. 309–10), afirma o filósofo.

Interessante notar que Foucault usa o termo "antípoda" – e não afirma que se trataria meramente de uma abordagem diferente ou alternativa. Ou seja, se o marxismo, nos séculos XIX e início do XX, havia até então tentado demonstrar como a posse exclusiva e a venda da força de trabalho transforma a grande maioria da população em trabalhadores, o objetivo da teoria neoliberal estadunidense é mostrar como todos somos seus antípodas, isto é, empresários capitalistas. A transmutação é assim levada ao seu paroxismo, "de sorte que é o próprio trabalhador que aparece como uma espécie de empresa para si mesmo" (FOUCAULT, 2008a, p. 310). Assim, se o trabalhador detém um capital, e se esse capital nada mais é do que a soma de suas características únicas e inalienáveis, algo que todos nós podemos possuir por definição, temos aí a emergência e constituição plena do *homo oeconomicus* neoliberal: um empresário de si mesmo.

Desse modo, mostra Foucault a teoria neoliberal instaura como unidades de análise não indivíduos, processos, classes sociais, Estados ou famílias, mas somente empresas: "Uma economia feita de unidades-empresas, uma sociedade feita de unidades-empresas: é isso que é, ao mesmo tempo, o princípio de decifração ligado ao liberalismo e sua programação para a racionalização tanto de uma sociedade como de uma economia", afirma Foucault (2008a, p. 310). Como viu-se, "empresa" deve ser compreendida, no neoliberalismo, não como uma instituição específica, ou determinada

[74] E isso não necessariamente contradiz as formulações de Marx, que testemunhou uma determinação histórica da classe operária em sua versão industrial e fabril, mas que não a reduziu histórica ou logicamente a essa aparição possível, mas não necessária. Assim, essa concepção estendida de classe trabalhadora inclui todos aqueles que trabalham em escritórios, em mercados informais, precários, parciais, interinos, intermitentes, etc., e que, de uma maneira ou de outra, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver.

firma ou corporação, mas sim, conforme mostra Bröckling (2016, p. 28), como "um tipo de atividade que pode se aplicar a firmas, instituições públicas e organizações privadas, assim como a seus membros, e, finalmente, a todos e quaisquer indivíduos e situações na vida".

Partindo dessa grade de inteligibilidade, os mais variados fenômenos da vida social passam a se tornar ativos que valorizam e encarecem ou, ao contrário, passivos que potencialmente depreciam e sucateiam o capital humano. Compreende-se, assim, como essas teorias estendem cálculos propriamente econômicos a esferas da vida que poderiam ter sua legalidade e racionalidade autônoma e imanente, estendendo o escopo e a profundidade da aplicação neoliberal. "E literalmente não há limites para o que pode ser considerado agora como uma forma de atividade empresarial", mostra Dilts (2011, p. 137): dos atributos inatos relacionados ao aparelho genético (que envolve desde fatores como a escolha do parceiro sexual na busca por genes escassos e, portanto, valorizados até, mais recentemente, a possibilidade de manipulação do código genético individual) aos atributos adquiridos ao longo da vida (que abrangem a quantidade de horas que os pais passam ao lado de seus filhos – e sua correlação com o futuro salário dessa criança – até cuidados médicos, atividades relacionadas à saúde, a migração, a educação, entre outros infinitos campos de possibilidades).

Com essa incorporação integral do capital ao individual e vice-versa, não é à toa que habilidades de comportamento pessoal, de trabalho emocional, e até mesmo técnicas de embelezamento tenham tido um impressionante *boom* nas últimas décadas. Eles também são ativos buscados "racionalmente" em um mercado que tornou absolutamente tudo um componente integrante do capital. Como mostra Standing,

> a habilidade de ter boa aparência, de produzir um sorriso vencedor, uma observação sagaz na hora certa, um 'bom dia' animado, todos tornam-se habilidades em um sistema de serviços pessoais.
>
> [...] aqueles no precariado, ou temerosos de se juntar a eles, aprendem que uma cirurgia plástica no nariz, aumento dos seios, Botox ou uma lipoaspiração são potencialmente um investimento que pode gerar renda, assim como uma melhoria no estilo de vida. A fronteira entre o "consumo" e o "investimento" pessoal é borrada. (STANDING, 2014, p. 123)

Segundo Foucault, essa teoria desperta grande interesse, pois ela busca provar a veracidade e a eficácia da teoria neoliberal ao aplicar o raciocínio e o cálculo econômico a diversos campos que não são em si o da economia, abrangendo, na realidade, o comportamento humano em geral. A partir desse momento, o fundamento primeiro do ser humano passa a ser interpretado como a atividade incessante da escolha e da alocação de recursos escassos tendo em vista fins que são alternativos. E a economia, desde então, nada mais é do que o estudo da racionalidade interna desse procedimento. Assim, a economia busca extrapolar os limites de um saber parcial e demarcado para tornar-se o estudo da conduta humana por excelência.

O "golpe teórico" (FOUCAULT, 2008a, p. 149) proferido pelos neoliberais americanos (mas também alemães, como atesta já o próprio título da obra de Ludwig Von Mises de 1949 "*Human action*"), para conseguir estender o raciocínio próprio do mercado e da economia para todas as áreas não imediatamente econômicas, assevera o filósofo francês, foi identificar, superpor, igualar o comportamento econômico a qualquer comportamento racional – entendida aqui como racionalidade meios/fins. Está, assim, completa a formação da subjetividade neoliberal: ser um sujeito econômico é tão somente ser um sujeito racional, que escolhe os melhores meios para atingir determinado fim. E vice-versa: agir como um sujeito neoliberal não é nada mais do que ser racional.

Há inclusive aqueles, como Gary Becker, que chegam a afirmar que a análise econômica possui um escopo tão amplo – virtualmente ilimitado – que poderia ser aplicada até mesmo às escolhas irracionais, uma vez que, respondendo aos estímulos de seu ambiente, não seriam completamente aleatórias. "A economia torna-se, assim, uma 'abordagem' capaz, em princípio, de lidar com a totalidade do comportamento humano" (GORDON, 1991, p. 43), afirma Gordon. Nota-se aí a ambição totalitária da teoria neoliberal: não basta exercer uma hegemonia no campo econômico (desbancando os keynesianos e economistas políticos tanto nos postos acadêmicos quanto nos gabinetes de estadistas), e tampouco oferecer uma grade de inteligibilidade dominante, mas não exclusiva, para o comportamento humano; o telos é abarcar e exaurir a totalidade da ação humana sem deixar qualquer esfera intocada para o indivíduo.

No entanto, existe uma peculiaridade fundamental nessa ambição neoliberal, que a distingue da sociedade disciplinar, analisada em obras anteriores de Foucault, notadamente *Vigiar e punir*. A férrea prisão, muito embora seja presente em diversos

mecanismos da sociedade neoliberal[75], não esgota as práticas e mecanismos dessa racionalidade governamental, que funciona por meio da liberdade individual. Nos termos de Foucault (2008a, p. 350), a sociedade neoliberal "não tem uma necessidade indefinida de conformidade. A sociedade não tem a menor necessidade de obedecer a um sistema disciplinar exaustivo". Isto é, a prática da liberdade, não fortuitamente presente no próprio nome "neoliberalismo", é central para a compreensão dessa tecnologia e racionalidade de poder e governo.

Como afirma Michel Senellart, está em jogo nessa arte de governo uma "liberdade garantida, sem dúvida, mas também produzida por essa arte, que para alcançar seus fins necessita suscitá-la, mantê-la e enquadrá-la permanentemente" (SENELLART, 2008, p. 444). Thomas Lemke nota igualmente como "as formas de governo neoliberais incluem não apenas intervenção direta por meio de poderosos e especializados aparelhos de estado, mas também desenvolvem caracteristicamente técnicas indiretas para liderar e controlar indivíduos [...]" (LEMKE, 2001, p. 202).

Em suma, os mecanismos normativos tipicamente disciplinares de normalização que fixam no real o permitido e o excluído cedem espaço aos cálculos relativamente mais elusivos do governo neoliberal: o *homo penalis* disciplinar não é imediatamente superposto ao *homo oeconomicus* neoliberal, embora existam, é verdade, diversos pontos de contato e de apoio entre eles. A razão governamental neoliberal não atua enquadrando, uniformizando, organizando e hierarquizando os indivíduos, mas sim intervindo naquilo que Foucault (2008a, p. 354–6) chama de "tecnologia ambiental", isto é, nos fatores que circundam esse indivíduo, sejam eles "naturais", sociais, políticos ou econômicos, e podem entrar em seu cálculo de escolha entre fins alternativos e de valorização de seu capital humano. Nas palavras de Foucault:

> Tem-se, ao contrário, no horizonte disso, a imagem ou a ideia ou o tema-programa de uma sociedade na qual haveria otimização dos sistemas de diferença, em que o terreno ficaria livre para os processos oscilatórios, em que haveria uma tolerância concedida aos indivíduos e as praticas minoritárias, na qual haveria uma ação, não sobre os jogadores do jogo, mas sobre as regras do

[75] De fato, ao contrário de certas previsões de Foucault, o encarceramento em massa e o complexo industrial-carcerário tornaram-se elementos centrais do governo neoliberal, atingindo proporções planetárias nas últimas décadas. Mas o próprio Foucault já havia alertado para não entendermos suas analíticas como sucessões lineares de diferentes eras, "de sorte que as coisas não devem de forma nenhuma ser compreendidas como a substituição de uma sociedade de soberania por uma sociedade de disciplina, e mais tarde de uma sociedade de disciplina por uma sociedade, digamos, de governo" (FOUCAULT, 2008b, p. 142–3).

> jogo, e, enfim, na qual haveria uma intervenção que não seria do tipo da sujeição interna dos indivíduos, mas uma de tipo ambiental. (FOUCAULT, 2008a, p. 354)

Em outras palavras, a governamentalidade neoliberal atua não nos jogadores, mas nas regras do jogo, e permite ao indivíduo um quadro relativamente flexível para jogar. Nos termos de Gordon, "torna-se a ambição do neoliberalismo implicar o cidadão individual, como jogador e parceiro, nesse jogo do mercado" (GORDON, 1991, p. 36).

Resta saber o que pode ser considerado de fato liberdade se as regras do jogo já foram integralmente estruturadas de antemão. Como discute Bröckling na introdução de seu livro sobre o eu empresarial, a "atual economização do social não deixa livre escolha aos indivíduos, exceto a de escolher continuamente entre alternativas que eles mesmo não escolheram" (BRÖCKLING, 2016, p. xiv). Byung-Chul Han também sublinha esse movimento segundo o qual "a livre escolha (*Wahl*) é eliminada para dar lugar a uma livre seleção (*Auswahl*) entre os itens em oferta" (HAN, 2017a, p. 15). Por fim, Dardot e Laval também ressaltam essa dimensão normativa escamoteada na obrigação da escolha:

> Nem sempre distinguimos a dimensão normativa que necessariamente lhes pertence: a 'liberdade de escolher' identifica-se com a obrigação de obedecer a uma conduta maximizadora dentro de um quadro legal, institucional, regulamentar, arquitetural, relacional, que deve ser construído para que o indivíduo escolha 'com toda a liberdade' o que deve obrigatoriamente escolher para seu próprio interesse.
>
> [...] A estratégia neoliberal consistirá, então, em criar o maior número possível de situações de mercado, isto é, organizar por diversos meios (privatização, criação de concorrência dos serviços públicos, 'mercadorização' da escola e hospital, solvência pela dívida privada) a 'obrigação de escolher' para que os indivíduos aceitem a situação de mercado tal como lhes é imposta como 'realidade', isto é, como única 'regra do jogo', e assim incorporem a necessidade de realizar um cálculo de interesse individual se não quiserem perder 'no jogo' e, mais ainda, se quiserem valorizar seu capital pessoal num universo em que a acumulação parece ser a lei geral da vida. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 216–7)

Não fortuitamente, Foucault chega à conclusão de que, ao postular de acordo com essa grade a existência do sujeito neoliberal, como aquele que reage de modo racional aos

estímulos e intervenções em seu meio ambiente, ele aparece não como um indivíduo cuja espontaneidade é inesperada e verdadeiramente imprevisível, mas sim como o sujeito cuja amplitude de ação é, por "natureza", calculável, manejável – governável. Conforme explica Foucault,

> E eis que agora, nessa definição de [Gary] Becker tal como eu lhes dei, o *homo oeconomicus*, isto é, aquele que aceita a realidade ou que responde sistematicamente às modificações nas variáveis do meio, esse *homo oeconomicus* aparece justamente como o que é manejável, o que vai responder sistematicamente a modificações sistemáticas que serão introduzidas artificialmente no meio. O *homo oeconomicus* é aquele que é eminentemente governável. (FOUCAULT, 2008a, p. 369).

Em nossa época, a propagada revolução do *Big Data* anuncia levar ainda mais adiante essa concepção, prometendo tornar possível prever o futuro integral de milhões de indivíduos com apoio de bancos de dados infinitos capazes de arquivar todos os hábitos e (re)ações das pessoas em qualquer tipo de situação e, assim, prever suas próximas preferências (cf. HAN, 2017a, p. 55–76).

Nesse ponto, mostra Foucault, as mutações em relação à concepção e ação do *homo oeconomicus* do liberalismo clássico são evidentes. Pois aquele, na teoria de Adam Smith, por exemplo, era justamente o ponto no qual o governo não deveria tocar, nas palavras de Foucault, ele constituía o "ponto intangível em relação ao exercício do poder" (FOUCAULT, 2008a, p. 369). É justamente sobre isso, afirma ele, que versa toda a teoria do *laissez-faire* e da mão invisível, a saber: o governo não deveria interferir no indivíduo, mas deixá-lo livre, para que a busca particular por seu interesse individual convirja naturalmente com a busca de inúmeros outros indivíduos e leve espontaneamente ao bem-estar geral. O empresário de si neoliberal, com todas as suas escolhas, por sua vez, é o objeto e vetor privilegiado da gestão governamental das variáveis ambientais. Assim, "sem atuar nem mecânica e nem aleatoriamente, [...] as pessoas podem ser governadas porque podem ser condicionadas" (BRÖCKLING, 2016, p. 60). Para o sujeito neoliberal, ação e reação são sempre inconfundíveis.

É importante ressaltar que a discussão proposta aqui por Foucault busca retraçar as inúmeras realidades transacionais (cf. FOUCAULT, 2008, p. 404), as pontes, que ligam a teoria neoliberal e a formação de uma subjetividade real e atuante. Isto é, Foucault está partindo da teoria dos neoliberais, não por mero exercício de exegese teórica ou de

erudição intelectual, mas sim porque essas teorias, por meio de inúmeras vias e mecanismos, “deram vida” a algo que não existia e que passa a ter efeitos e constituição reais. Como afirmou o próprio filósofo,

> Trata-se de demonstrar por quê interferências toda uma série de práticas – a partir do momento em que são coordenadas a um regime de verdade –, por que interferências essa série de práticas pôde fazer que o que não existe [...] se tornasse porém uma coisa [...]. Não é uma ilusão, já que foi precisamente um conjunto de práticas, e de práticas reais, que estabeleceu isso e, por isso, o marca imperiosamente no real. (FOUCAULT, 2008a, p. 26–7)

Em outras palavras, por meio de determinadas passagens e ingerências, o *homo oeconomicus* neoliberal não se encontra apenas nas páginas dos livros de seus teóricos, uma quimera abstrata, mas de fato caminha e atua no mundo. Como mostra Ulrich Bröckling (2016, p. 12), “o agente racional e o eu empreendedor não são meramente efeitos de discurso; eles são a forma de um imperativo extremamente prático ditando como os humanos devem ver a si mesmos como pessoas e como ele devem agir para participar do mercado”. A teoria neoliberal deixa de ser, assim, “mera” teoria e não por outro motivo é analisada por Foucault. “Para resumir”, afirma Thomas Lemke,

> o conceito de governamentalidade concebe o neoliberalismo não somente como uma retórica ideológica, como uma realidade político-econômica, ou como um anti-humanismo prático, mas acima de tudo como um projeto político que se empenha em criar uma realidade social que ele sugere já existir. (LEMKE, 2017, p. 208)

Tal discussão faz-se necessária uma vez que se poderia acusar Foucault de ter lidado tão somente com a teoria neoliberal, sem atentar para sua efetividade. De fato, Foucault faleceu em 1984 e, logo, não testemunhou boa parte da década de 80 e nem a década de 90 do século XX, período que entrou para a posteridade como *as* décadas neoliberais – com suas precarizações no atacado atingindo patamares praticamente não revertidos desde então. Eis porque mostra-se necessário complementar essa analítica foucaultiana do sujeito neoliberal com a camada de precarização social imposta no século XXI.

Não se pode acusar sem mais Foucault de ter negligenciado o retorno do empobrecimento e da pauperização, dos conflitos e da miséria no Norte global – afinal, do Sul eles nunca de fato saíram – em sua crítica do neoliberalismo. Em primeiro lugar porque isso seria simplesmente um anacronismo e um erro histórico. Embora Foucault conhecesse bem a realidade ditatorial do neoliberalismo no Sul global e as implicações imediatas desse para a vida das pessoas em seus primeiros laboratórios latino-americanos, não se pode afirmar que o neoliberalismo já havia assumido em 1978 e 1979, apenas cinco anos após o golpe inaugural de Pinochet no Chile, suas feições plenas em escala global.

Em segundo lugar, pois, mesmo que um exame de classes e da precarização neoliberal esteja ausente em sua contribuição à crítica da economia política neoliberal, ao "deixar de lado" essa faceta e examinar o neoliberalismo como um regime de verdade que inscreve no real seus "descobrimentos", Foucault foi capaz de decifrar uma arte de governo neoliberal que mira *também* no indivíduo – e não *apenas* nas classes. Isso seria uma operação neoliberal fundamental para a sustentação e a legitimação de sua racionalidade e projeto político, econômico e social.

Ao compreender essa operação, Foucault, mesmo que não intencionalmente[76], emparelha seus esforços àqueles dos teóricos críticos da Escola de Frankfurt, que buscaram, ao unir marxismo e psicanálise, eviscerar como o capitalismo tardio envolvia não somente um novo estágio econômico, político e social, mas fabricava igualmente um novo tipo de indivíduo que era produto e portador dos processos sociais que o circundavam[77].

---

[76] Eis o que Foucault afirma em uma entrevista em 1978 a respeito da Escola de Frankfurt, a despeito do fato de que Adorno já tivesse lecionado na Sorbonne em 1958 e no próprio Collège de France em 1961 e também desconsiderando autores como Lucien Goldmann e Guy Debord:

> Seria necessário compreender mais claramente como foi que a escola de Frankfurt tenha sido ignorada por tanto tempo na França, ainda que diversos de seus representantes tivessem trabalhado em Paris após terem sido expulsos das universidades alemãs pelo nazismo.
>
> Começou-se a falar dela com certa intensidade em relação com o pensamento de Marcuse e seu "freudo-marxismo". Quanto a mim, eu sabia poucas coisas sobre a escola de Frankfurt. [...] (FOUCAULT, 2001, p. 72–4)

No trecho, Foucault busca evidenciar como a recepção mais ampla da Escola de Frankfurt na França deu-se tardiamente e por intermédio das obras de Marcuse, tomado como o filósofo das barricadas pelos *soixante-huitards*.

[77] Não é fortuito que justamente após essas palestras a respeito do neoliberalismo que Foucault, ele mesmo, tenha se inscrito nessa tradição que vai de Kant à Escola de Frankfurt (cf. FOUCAULT, 2001b, p. 814) e, ao longo da segunda metade dos anos 1970 e início dos anos 1980 (período que engloba sua genealogia do

No próprio curso de 1978 e 1979 Foucault menciona nomeadamente Marcuse, que havia sido alçado ao posto de *maître à penser* das revoltas de 1968 e sofria um processo de *drugsterisation*[78]. Foucault critica as análises que, segundo ele, vão de Werner Sombart a Herbert Marcuse e Guy Debord, passando por Marx, outros membros da Escola de Frankfurt, pelos situacionistas, entre outros, e que não seriam capazes de analisar profunda e criticamente de fato o neoliberalismo. Mas afirma, em seguida, que esse tipo de crítica à sociedade de massa, de consumo e do espetáculo tinha de fato sua aplicação e validade, mas seria bem mais adequada para analisar o Estado de Bem-estar social dos anos 20 aos anos 60 do século XX. Essa não deixa de ser, *em parte*, o argumento dessa tese. Afinal, embora muitos de seus aspectos tenham de fato tornado-se obsoletos, os fios de continuidade entre a unidimensionalidade e o neoliberalismo também são múltiplos.

Mas fato é que, por si só, a análise foucaultiana da governamentalidade neoliberal carece de uma faceta fundamental de sua formação subjetiva, a saber, de que todas as determinações infundidas pela forma empresa, as imposições do capital humano, os guias ofertadas pelo mercado neoliberal ocorrem contemporaneamente em um quadro no qual a elite no topo dos 0,1% mais ricos da Terra capturaram, desde 1980, a mesma fatia do crescimento mundial do que toda a metade inferior da população adulta mundial (cf. ALVAREDO et al., 2017). Isto é, mesmo que todos tornem-se "democraticamente" capitalistas e empresários de si, a probabilidade é que sejam *ao mesmo tempo* proletários de si e de enormes corporações monopolísticas. Como resumem Dardot e Laval,

> esse autogoverno não é obtido espontaneamente por simples efeito de um discurso sedutor de gestão que manipula a aspiração de cada indivíduo à autonomia. Esse controle da subjetividade somente é operado de maneira eficaz dentro de um contexto de mercado de trabalho flexível, em que a ameaça de desemprego está no horizonte de todo assalariado. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 229)

Temos assim, de complementar a analítica de Foucault tanto com uma crítica das relações de classe neoliberais, como da forma subjetiva ultracapitalista composta, em toda

---

poder, da analítica do poder disciplinar à biopolítica e à governamentalidade neoliberal) tenha passado a fazer referências constantes à Escola de Frankfurt (cf. FOUCAULT, 2001c, p. 840; 891–4; 908; 954; 1044; 1507; 1585–6; 1633).

[78] O termo é de Agnès Guillou. Cf. MARTINEAU, 1986, p. 19.

a sua barbárie, pela sociedade neoliberal. Afinal, a o que é a teoria do capital humano e do empreendedorismo de si senão a mais integral reificação do indivíduo, a amalgamação e redução de suas determinações genéticas e caracteres pessoais a um capital com o único propósito de produzir uma "renda"? . Dardot e Laval (2016, p. 329) apontam novamente nesse sentido: "Estas [formas mais eficazes de sujeição], por mais novas que sejam, têm a marca da mais inflexível e mais clássica das violências sociais típicas do capitalismo: a tendência a transformar o trabalhador em uma simples mercadoria". Nas palavras de Han, "o hipercapitalismo atual dissolve totalmente a existência humana numa rede de relações comerciais. Já não existe nenhum âmbito da vida que consiga se eximir da degradação provocada pelo comércio" (HAN, 2017b, p. 127). Ou seja,

> A corrosão progressiva dos direitos ligados ao status de trabalhador, a insegurança instilada pouco a pouco em todos os assalariados pelas 'novas formas de emprego' precárias, provisórias e temporárias, as facilidades cada vez maiores para demitir e a diminuição do poder de compra até o empobrecimento de frações inteiras das classes populares são elementos que produziram um aumento considerável do grau de dependência dos trabalhadores com relação aos empregadores. Foi esse contexto de *medo social* que facilitou a implantação da neogestão nas empresas. Nesse sentido, a 'naturalização' do risco no discurso neoliberal e a exposição cada vez mais direta dos assalariados às flutuações do mercado, pela diminuição das proteções e das solidariedades coletivas, são apenas duas faces de uma mesma moeda. Transferindo os riscos para os assalariados, produzindo o aumento da sensação de risco, as empresas puderam exigir deles disponibilidade e comprometimento muito maiores. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 329)

Logo, temos de analisar, *conjuntamente* à analítica proposta por Foucault sobre o *homo oeconomicus* neoliberal, a individualidade precária que se dissemina ao longo do corpo social. Esses "dois lados da mesma moeda", corporificados de modo emblemático na recente tendência observada em cidades brasileiras de vendedores ambulantes vestirem-se de terno e gravata (cf. CAMPOS, 2016; MARCHESAN, 2015; YAMAKAWA, 2015), tornaram-se a norma neoliberal em um momento de crise estrutural do capitalismo em sua capacidade de produzir-se e reproduzir-se em escala ampliada, desde meados dos anos 1970, e significaram a expansão e a penetração das determinações das relações capitalistas para níveis ainda intocados da vida. Como expõem Dardot e Laval,

> A máquina econômica, mais do que nunca, não pode funcionar em equilíbrio e, menos ainda, com perda. Ela tem de mirar um 'além', um 'mais', que Marx identificou como 'mais-valor'. Até então, essa exigência própria do regime de acumulação do capital não havia desdobrado todos os seus efeitos. Isso aconteceu quando o comprometimento subjetivo foi tal que a procura desse 'além de si mesmo' tornou-se a condição de funcionamento tanto dos sujeitos como das empresas. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 356)

Em outras palavras, trata-se aqui da formação de uma subjetividade afinada e compatível com as necessidades de espoliação total e completa de todas as esferas da vida social para reverter as crises de crescimento enfrentadas pelo capitalismo desde o esgotamento do modelo fordista/keynesiano. Assim, o neoliberalismo representa uma expansão da fronteira e do alcance em uma nova configuração do regime de produção e acumulação. Como argumenta Han, "a sociedade disciplinar industrial depende de uma identidade firme e imutável, enquanto que a sociedade do desempenho [...] necessita de uma pessoa flexível, para poder aumentar a produção" (HAN, 2017b, p. 97).

Mas o próprio Foucault deixou algumas pistas para compreender também essa faceta do *homo oeconomicus* neoliberal. Ao voltar sua atenção para o ordoliberalismo austro-germânico, por exemplo, ele examinou como na teoria proposta por neoliberais como os supracitados Wilhelm Röpke, Alexander Rüstow, Ludwig von Mises, mas também Alfred Müller-Armack e Friedrich von Hayek, entre outros, estaria em jogo uma política de sociedade – e não a ausência de qualquer planificação social como julga a crítica mais vulgar ao neoliberalismo. E o ponto neoliberal quanto a sua política social, afirma Foucault, não é remediar na sociedade os efeitos devastadores do mercado, mas, ao contrário, agir na própria sociedade, ter uma política de sociedade, para implementar e deixar agir os mecanismos concorrenciais próprios do mercado.

Pois, na sociedade liberal dos séculos XVIII e XIX, afirma Foucault, a ideia de liberdade não operava como mero respeito, manutenção e promoção de diversos tipos de liberdades, como a liberdade de comércio, livre exercício do direito à propriedade, liberdade de discussão, liberdade dos preços no mercado, liberdade de expressão, entre outras. Para respeitar, manter e promover todas essas liberdades, o governo liberal tinha, ao mesmo tempo, de instaurar uma série de limitações, controles e coerções que permitam aos indivíduos serem livres. Nas palavras de Foucault,

> O liberalismo formula simplesmente o seguinte: vou produzir o necessário para tornar você livre. Vou fazer de tal modo que você tenha a liberdade de ser livre. Com isso, embora esse liberalismo não seja tanto o imperativo da liberdade, mas a gestão e a organização das condições graças às quais podemos ser livres, vocês veem que se instaura, no cerne dessa prática liberal, uma relação problemática, sempre diferente, sempre móvel, entre a produção da liberdade e aquilo que, produzindo-a, pode vir a limitá-la e a destruí-la. [...] É necessário, de um lado, produzir a liberdade, mas esse gesto mesmo implica que, de outro lado, se estabeleçam limitações, controles, coerções, obrigações apoiadas em ameaças, etc. (FOUCAULT, 2008a, p. 87)

Os exemplos elencados por Foucault que ilustram essa relação móvel entre a fabricação da liberdade e sua destruição são elucidativos: a liberdade de comércio internacional, por exemplo, está assentada nas medidas de prevenção de uma possível hegemonia de um país sobre outros; a liberdade do mercado interno, por sua vez, funda-se na criação de compradores por mecanismos assistenciais; do mesmo modo, o funcionamento desse mercado depende de uma legislação antimonopólios; a liberdade de trabalho está condicionada pela simples existência de trabalhadores em abundância, qualificados e politicamente desarmados. Ou seja, as diversos tipos de liberdades liberais estão fundados em uma "uma formidável quantidade de ações governamentais, que serão a garantia da produção de liberdade de que se necessita, precisamente, para governar" (FOUCAULT, 2008a, p. 88). Foucault denominou essa relação como o jogo complexo entre liberdade e segurança.

Na sociedade neoliberal, por sua vez, um dos pontos centrais dessa política social neoliberal analisada por Foucault é a privatização dos riscos. Foucault argumenta que os mecanismos de segurança parecem atuar por outra grade, responsabilizando individualmente as pessoas por seu sucesso ou fracasso, tornando os riscos sociais uma questão de gestão individual. Contrapondo-se às políticas de bem-estar, ao nazismo, ao socialismo e até às políticas liberais clássicas (em um confuso amálgama forjado pelo golpe teórico neoliberal), os ordoliberais propõem que os riscos, sejam eles individuais ou sociais, constituam prerrogativas e incumbências assumidas pelos próprios indivíduos, e não tarefas de um Estado assistencial:

> Não se vai pedir à sociedade inteira para garantir os indivíduos contra os riscos, sejam os riscos individuais, do tipo doença ou acidente, sejam os riscos coletivos, como os danos materiais, por exemplo; não se vai pedir à

> sociedade para garantir os indivíduos contra esses riscos. Vai-se pedir à sociedade, ou antes, à economia, simplesmente para fazer que todo indivíduo tenha rendimentos suficientemente elevados de modo que possa, seja diretamente e a título individual, seja pela intermediação coletiva das sociedades de ajuda mútua, se garantir por si mesmo contra os riscos que existem, ou também contra os riscos da existência, ou também contra essa fatalidade da existência que são a velhice e a morte, a partir do que constitui sua própria reserva privada. (FOUCAULT, 2008a, p. 197)

Contanto que todos possam jogar minimamente o jogo neoliberal, não cabe ao Estado ou suas instituições prover proteção ou segurança aos cidadãos[79]. Eles devem, por si só, lidar com os riscos aos quais estão expostos – eis outra faceta da racionalidade social neoliberal. O sujeito neoliberal é assim, sozinho, responsabilizado por seu sucesso – ou, mais provavelmente, fracasso. Essa responsabilização individual dos riscos é um dos fatores a contribuir para a formação de uma subjetividade precária marcada pela ansiedade, angústia e incerteza crônicas. A esmagadora pressão por desempenho, e um desempenho sempre aquém do possível projetado pelo eu-ideal, impele para o quadro neoliberal de explosão de infartos psíquicos no qual, como defende Han (HAN, 2017b, p. 7–8), "doenças neuronais como a depressão, transtorno de déficit de atenção com síndrome de hiperatividade (Tdah), Transtorno de personalidade limítrofe (TPL), ou a Síndrome de Burnout (SB) determinam a paisagem patológica do começo do século XXI".

Com tanto trabalho precário realizado e com tanta falta de trabalho disponível concomitantemente, não é fortuito que uma das designações mais expressivas de nosso tempo seja justamente a de "sociedade do cansaço" (HAN, 2017b). Em outras palavras, "a sociedade do desempenho e a sociedade ativa geram um cansaço e um esgotamento excessivos" (HAN, 2017b, p. 70), que cada vez menos podem ser desfeitos nos momentos de descanso, nos quais o indivíduo repõe suas energias para o trabalho, mas sim um estado de exaustão que impede o indivíduo de fazer qualquer coisa. Trata-se de um esgotamento estrutural e incapacitante.

O próprio desemprego, mostra Standing, é crescentemente visto como uma atitude individual, como uma escolha voluntária, e não como uma questão social complexa e

[79] É claro que quando chegamos ao neoliberalismo desenfreado contemporâneo, até mesmo essa noção de mínimo será relativizada, sendo que qualquer governo que a proponha corre o risco de sofrer um *coup d'État* ou ser acusado de socialista.

multifacetada. As politicas públicas passam a ser desenhadas e postas em prática com parâmetros neoliberais afinados com uma lógica da individualização dos riscos: a obrigação a aceitar qualquer emprego, mesmo que sub-remunerado e precário como condição para continuar a receber benefícios sociais é parte desse processo (cf. STANDING, 2014, p. 45). Apontado como o único responsável por seu desempenho e estado atual, não é fortuito que todas as patologias psíquicas sejam acompanhadas de um alto grau de agressividade voltada contra o próprio eu.

Uma das medidas a se tomar, uma vez estando-se no desemprego, é nunca ficar parado: fazer cursos, elaborar currículos, participar de *workshops*, submeter-se a terapia, dedicar-se a *hobbys*, colocar-se no mercado, inscrever-se em cursos profissionalizantes, fazer *networking*, frequentar uma faculdade noturna, criar perfis em redes sociais, tudo vira uma medida possível de empregabilidade. Assim, como mostra Standing, o desejo de aparecer com motivado e focado mesmo na adversidade tem como resultado

> um frenesi de atividades que tomam todas as horas disponíveis quase todos os dias, potencialmente levando a *burnout* e ansiedade, assim como à superficialidade. Ou as incertezas podem mostrar-se acachapantes, induzindo paralisia mental e um estupor autodestrutivo. Provavelmente, o resultado mais típico é um sentimento de estar sob pressão e de devotar mais tempo ao trabalho em suas varias formas do que se gostaria. (STANDING, 2014, p. 126)

Na inquietação da espera ansiosa e das inúmeras atividades e preocupações que preenchem seu tempo, o sujeito é incapaz de introduzir interrupções significativas, de romper o fluxo inapelável do vazio que constitui o tempo da ansiedade hiperativa e da depressão, todas cada vez mais medicalizadas por meio de anfetaminas e estimulantes do sistema nervoso central que garantem a performance ótima mesmo em situações impossíveis.

Quando o dia do indivíduo ainda era cindido em sua jornada de trabalho, de um lado, e seu momento de repouso, de outro, as doenças laborais poderiam ser contidas, vistas como uma questão grave, porém até certo ponto localizada. Quando a vida como um todo torna-se o local e o momento do trabalho, as patologias não são “mera” questão laboral, mas estendem-se à totalidade da existência social e individual. Como a auto formação do empreendedor de si é encarada como um processo *ad infinitum*, as pessoas vivem em um estado de constante tensão: ansiosas para alcançar qualificações

inatingíveis, desapontadas por nunca conseguirem alcançar suas metas (auto) propostas, elaborando listas de *to-dos* e *checklists* intermináveis, e penalizando-se por não conseguirem os empregos almejados, o precariado empresarial de si tem na ansiedade, na frustração e na incerteza crônica suas mais marcantes caraterísticas. Como analisa Han

> O sentimento de ter alcançado uma meta não é "evitado" *deliberadamente*. Ao contrário, o sentimento de ter alcançado uma meta definitiva jamais se instaura. [...] a coação do desempenho força-o a produzir cada vez mais. Assim, jamais alcança um ponto de repouso da gratificação. Vive constantemente num sentimento de carência e de culpa. E visto que, em última instância, está concorrendo consigo mesmo, procura superar a si mesmo até sucumbir. Sofre um colapso psíquico, que se chama de *burnout* (esgotamento). O sujeito do desempenho se realiza na morte. Realizar-se e autodestruir-se, aqui, coincidem. (HAN, 2017b, p. 86)

Não é fortuito, assim, que, em 2015, segundo dados da Organização Mundial da Saúde publicados em 2017 (cf. WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2017, p. 5), cerca de 300 milhões de pessoas padeçam concomitantemente (comorbidade) de depressão e de transtornos de ansiedade. O mesmo relatório (cf. WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2017, p. 13 et seq.) aponta que, em nível global, a depressão e os inúmeros distúrbios a ela associados são o maior fator responsável pela perda de saúde não fatal, sendo que, somente em 2015, contabilizou-se o equivalente a 50 milhões de anos vivenciados com algum tipo de invalidez ou incapacidade relacionado à doença, somando-se todos os indivíduos que padeceram de uma forma ou de outra de seus males. Mais de 80% desses anos foram desperdiçados em países de renda baixa e média, com especial atenção para a fração pobre das Américas, que contribui sozinha com 9,3% do número total de anos em invalidez.

Enquanto único responsável pelo sucesso ou fracasso de suas empreitadas, o sujeito precário neoliberal experimenta uma série de distúrbios emocionais ligados à sua posição atomizada e suas obrigações constantemente renovadas de desempenho econômico. A depressão tornou-se assim o quadro psíquico naturalizado da vida sob a égide neoliberal, acompanhado por seus alívios terapêuticos e medicalizados. Dardot e Laval mostram como

> o homem de fluxos tensos, que vive no ritmo da economia financeira, está sujeito a *crashes* pessoais. [...] É notório que o diagnóstico de 'depressão'

> se multiplicou por sete de 1979 a 1996, uma verdadeira doença de *'fin-de-siècle'*, como foi a 'neurastenia'. A depressão é, na verdade, o outro lado do desempenho, uma resposta do sujeito à injunção de se realizar e ser responsável por si mesmo, de se superar cada vez mais na aventura empresarial. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 366)

O depressivo, argumenta Han (2017b, p. 28–9), é justamente aquele que, vivendo em uma sociedade que o empurra incessantemente à iniciativa e ao desempenho, que lhe diz incessantemente "*Yes, we can*", não pode mais poder. Ele é, assim, "o inválido dessa guerra internalizada. A depressão é o adoecimento de uma sociedade que sofre sob o excesso de positividade" (HAN, 2017b, p. 29). Se, por um lado, é verdade que essa guerra é internalizada, como afirmou Han, cabe não esquecer que ela também é social e de classe, e se materializa na oposição global entre os 1% da elite mundial e o 99% vivendo abaixo dela.

Os distúrbios ligados à ansiedade, por sua vez, representam mundialmente a 6ª maior causa de dano não fatal à saúde. A ansiedade e suas conturbações somaram em 2015 24,6 milhões de anos em incapacidade, sendo eles experimentados novamente em grande medida em países pobres e de renda média, nos quais concentram-se mais de 95% desses anos. Uma vez que a ansiedade está associada a um nível menor de invalidez do que a depressão, ela se mostra uma patologia menos danosa ao funcionamento ótimo da máquina neoliberal e mais afinada com seu *modus operandi*, mantendo o sujeito ao mesmo tempo insatisfeito com sua situação presente e diligente para alcançar novos patamares, que, uma vez atingidos, são repostos em estágio mais alto, em uma espiral de perda de controle sobre a própria vida.

Os períodos que se colocam entre um turno e outro, as entrevistas de emprego e seus resultados, um bico e outro, os cursos e seus diplomas, uma "recolocação profissional" e outra, os requerimentos de assistência governamental e as visitas e relatórios de médicos e assistentes sociais, um plantão e outro, uma prestação a pagar e outra, e assim *ad infinitum*, acabam por estender-se de modo considerável, englobando boa parte da vida da população trabalhadora. A vida no neoliberalismo assemelha-se, nesse sentido, a uma sala de espera de proporções globais, com os indivíduos vivenciando o presente como um mero instante fugaz e não decisivo, sempre esperando por um acontecimento verdadeiramente significativo a ocorrer. As tarefas e trabalhos realizados *hic et nunc*, quando existem, não são experimentados em sua totalidade, como uma

atividade em si, mas sempre como uma antessala, um projeto e esboço de uma existência que ainda está por chegar.

Com o espraiamento da forma empresa para a vida como um todo e a transformação dos indivíduos em empresários de si em meio à vida precária neoliberal, as doenças previamente associadas e confinadas às fábricas ou aos escritórios transbordam em larga medida seus limites e atingem várias das esferas e atividades da vida. Como tem-se que trabalhar em tempo integral e em todos os lugares, mesmo quando não se encontra emprego, cria-se o espaço perfeito para a explosão de toda sorte de patologias psíquicas associadas ao funcionamento da sociedade neoliberal do choque normalizado. Transformando sua existência em uma tarefa a ser realizada como uma *checklist* vital, os indivíduos têm de estar focados em diversos projetos ao mesmo tempo, trabalhando sempre no limite de seus *deadlines* e de sua capacidade de reprodução da vida. Nesse quadro, crescem os distúrbios de atenção, intimamente ligados às formas de concentração e aplicação dispersas exigidas pelas novas tecnologias e novos empregos precários neoliberais. Impulsividade, desatenção e hiperatividade tornam-se marcas distintivas do sujeito neoliberal. Seja nos momentos de trabalho ou de lazer – se é que essa distinção ainda faz algum sentido – o *multitasking* neoliberal rompe a capacidade de focar-se no e experimentar plenamente a atividade e o momento vivido. Han (2017b, p. 31 et seq) afirma que esse tipo de (des)atenção, perene mas rasa, constante mas fragmentada, constitui de fato um retrocesso civilizacional e equipara-se à situação do animal selvagem que, acuado pela necessidade de sobrevivência, não pode se dar ao luxo do aprofundamento contemplativo.

Os jovens, alvos e vetores privilegiados da precarização neoliberal, sentem as suas consequências de modo palpável. O resultado da política de prorrogação das fases estagiárias e interinas da carreira é que a população jovem, núcleo duro do precariado, é cada vez menos capaz de estabelecer-se na vida adulta, vivendo em um estado prolongado de adolescência tardia. Standing (2014, p. 64 et seq.) narra como, na Itália, foi criado até um termo para designar os jovens, muitas vezes na casa dos 40 anos de idade, que continuam ou voltam a morar com os pais por não conseguirem empregos estáveis capazes de proporcionar-lhes uma renda garantida: *mammoni*. No Reino Unido, mais de um 25% de jovens do gênero masculino entre 25 e 29 anos de idade moram com seus pais, e um décimo com 35 anos de idade continua na mesma situação de moradia. “A imagem é a do ‘filho bumerangue’, voltando para casa depois de formar-se e à deriva em letargia, trabalhos parciais, dívida, drogas e vagas ambições de viajar”, descreve Standing

(2014, p. 64).

Muitas mulheres, mesmo aquelas que se incluem na faixa de renda acima dos cem mil dólares por ano, relatam de modo frequente um medo do fracasso incontrolável, concretizado na "síndrome da mulher do saco": "um medo de virarem moradoras de rua devido ao fracasso profissional. Em 2006, uma pesquisa de um seguro de vida descobriu que 90% das mulheres americanas sentia-se financeiramente insegura e quase metade disse ter um 'medo tremendo de tornar-se uma mulher do saco'" (STANDING, 2014, p. 63).

Outro importante aspecto a ser considerado na caracterização do sujeito neoliberal é a profunda transformação dos locais e tempos de trabalho em uma sociedade na qual predominam os tipos de empregos precários próprios do setor terciário neoliberal. Se as sociedades industrias típicas do século XIX e XX funcionavam com a alocação funcional dos indivíduos em espaços específicos de produção (o arquipélago carcerário foucaultiano, da escola à fábrica, da prisão ao exército) com tempos e movimento minimamente registrados e regulados (o fordismo/taylorismo), a sociedade neoliberal terciária assiste uma pulverização ubíqua desses elementos estruturantes e organizadores da vida social e individual. Na explicação de Standing, na sociedade industrial,

> embora os padrões variassem de acordo com classe e gênero, o ponto é que o tempo era dividido em blocos. Para a maioria das pessoas, fazia sentido pensar que ficavam em casa por, digamos, 10 horas por dia, "no trabalho" por 10 horas, e o resto do tempo socializando. A separação entre "local de trabalho" e 'lar' fazia sentido.
>
> Trabalho, emprego e diversão eram atividades distintas, em termos de quando elas eram realizadas e onde as fronteiras de cada começava e terminava. (STANDING, 2014, p. 116)

Em 1969, Adorno havia alertado para um contrabando que, por debaixo do pano, introduzia comportamentos típicos do trabalho na esfera do tempo livre:

> Aqui nos deparamos com um esquema de conduta do caráter burguês. Por um lado, deve-se estar concentrado no trabalho, não se distrair, não cometer disparates; sobre essa base, repousou outrora o trabalho assalariado, e suas normas foram interiorizadas. Por outro lado, deve o tempo livre,

> provavelmente para que depois se possa trabalhar melhor, não lembrar em nada o trabalho. Esta é a razão da imbecilidade de muitas ocupações do tempo livre. Por debaixo do pano, porém, são introduzidas, de contrabando, formas de comportamento próprias do trabalho, o qual não dá folga às pessoas. (ADORNO, 2002, p. 106–7)

O termo "unidimensional", empregado por Marcuse para designar o tipo de sociedade encontrado no capitalismo tardio também fazia referência a esse colapso de um no outro. Em seu ensaio "Sobre a fundação filosófica do conceito de trabalho na Economia" (MARCUSE, 1973), publicado originalmente em 1933, Marcuse teorizava acerca de uma bi-dimensionalidade referindo-se, de um lado, ao reino da necessidade (e, por conseguinte, do trabalho) e, de outro, ao reino da liberdade (do "tempo livre", poderíamos dizer). A sociedade industrial avançada, conciliando opostos e aplainando contradições, havia conseguido mesclar ambos em apenas uma dimensão.

Mas certa divisão fordista do tempo de trabalho e do tempo livre, embora Adorno e Marcuse acusassem sua nitidez cada vez menos clara, ainda era base da organização da vida como um todo. Como é o caso de outros aspectos da teoria produzida pelos teóricos críticos da Escola de Frankfurt (como é notoriamente o caso da teoria da indústria cultural), eles haviam detectado o funcionamento de um mecanismo e de uma lógica sociais que se encontrava nos primeiros estágios de gestação em sua época, e que demorariam ainda décadas para manifestar seus contornos mais nítidos. A formação subjetiva neoliberal dá-se, assim, em um momento de exponenciação total desse contrabando. Hoje, as fronteiras entre trabalho e tempo livre são extraordinariamente porosas. O trabalho é feito em todos os lugares e em qualquer hora, e diversão e emprego fundiram-se em um indissociável amálgama.

Na medida em que o modelo do empresário de si almeja a totalidade da vida, seja respondendo a um e-mail de trabalho no *smartphone* de madrugada ou fazendo networking nos supostos momentos de lazer, fazendo cursos de melhoramento pessoal no final de semana ou postando fotos e mensagens nas redes sociais, adquirindo cobiçados carros a prestações a perder de vista para dirigir como motoristas autônomos para empresas de transporte urbano ou teclando freneticamente em cafés, cursando faculdades noturnas ou ouvindo a *playlists* pré-selecionadas enquanto espera-se nos pontos de ônibus, torna-se cada vez mais difícil definir quando e aonde começa e termina cada atividade. Como mostra Lazzarato,

> A jornada de trabalho fica porosa, não no sentido de sua diminuição quantitativa, mas no sentido de que ‘os trabalhadores autônomos trabalham sempre’. De fato, o trabalhador autônomo, dentro de sua jornada de trabalho, não tem mais a possibilidade de separar espaços de não-trabalho, de ‘refugo’, de resistência, como a continuidade da relação salarial permitia.
>
> O coração dessa nova relação de trabalho não é mais a ‘forma salário’, mas a ‘forma renda’. Enquanto para o trabalho assalariado canônico o ‘princípio da realidade’ é representado pelo seu patrão, o trabalhador autônomo depende diretamente do seu banqueiro e do seu cobrador. O controle é indireto e financeiro, mais do que produtivo.
>
> [...] Se a continuidade da disciplina da fábrica exercitava-se sobre uma parte, definida contratualmente, da vida, hoje, o controle indireto se exercita sobre a totalidade da vida do trabalhador autônomo. (LAZZARATO, 2013, p. 108–9)

É dentro desse quadro que se deve compreender o crescimento dos espaços de *coworking* pela cidade, um misto de atelier e fábrica inglesa do século XIX, que traz consigo a marca do sujeito neoliberal: o empreendedorismo em meio à precariedade. Sem um escritório, uma sala ou sequer uma mesa própria, os empreendedores precários de si sentem-se ultramodernos ao degustar seu dia de trabalho. A mistura da decoração de tipo industrial que permeia os espaços abertos dentro dos quais um espia o outro constantemente com uma variedade de tipos de café e cervejas artesanais funde lazer e trabalho de modo imperceptível. O resultado atingido entre uma tabela do Excel e um *post* na rede social, é o aumento considerável da produtividade.

O vendedor ambulante “autônomo” que oferece suas mercadorias, geralmente comidas, roupas ou produtos tecnológicos para uso em computadores e celulares, como *pen drives* e fones de ouvido, dentro dos meios de transporte das megalópoles caóticas nas quais o tráfego intenso obriga todos a conviverem por horas a fio a caminho do trabalho ou de casa, também vive essa promiscuidade do tempo e do espaço de trabalho de modo patente. Quando o meio de transporte em constante movimento é seu local fixo de trabalho, nunca se sabe plenamente a distinção entre o público e o privado.

Uma propaganda audiovisual da Uber[80] de 2016 escancarava essa transição suave de um momento a outro. A passagem da renda ("*earning*") ao trabalho ("*working*") e desse para o relaxamento ("*chilling*"), prometia o narrador, estava em um mero apertar de botão. O anúncio, no entanto, falhava em demonstrar em toda a sua crueza a realidade do bico ("*side hustle*") para milhares de seus motoristas, pois separava locais distintos para o *earning* e para o *chilling* – afinal, muitos deles veem-se obrigados a dormir em seus próprios carros para evitar gastos adicionais com gasolina e pedágio (cf. NEWCOMER; ZALESKI, 2017). Para esses trabalhadores, afirma Bröckling,

> A separação usual entre local de trabalho e vida privada é dissolvida. O espaço de vida e o de trabalho, tempo livre e de trabalho fundem-se indiscernivelmente, ultrapassando por uma ampla margem a semana de trabalho de 40 horas da era fordista. Enquanto os empregados deixam o mercado assim que entram na fábrica, *freelancers* estão no mercado o tempo todo. (BRÖCKLING, 2016, p. 27)

E quando não estão diretamente implicadas em tarefas produtivas no estilo "*work hard play hard*" neoliberal, as pessoas dispõem de pouco tempo e energia que resta, e os *gadgets* e inúmeras telas à disposição pela sociedade ocupam a maior parte do tempo e das mentes dos indivíduos, que, estuporados e estupefatos pelo trabalho incessante e mesmerizados pela indústria de entretenimento, permitem-se divagar nas compulsões que pululam em cada esquina*: binge watching, binge eating, binge buying, binge drinking*, todas as atividades viram uma desordem compulsiva. Como afirma Christoph Türcke (2010, p. 69), "os planejadores de programa há muito já levam isso em conta. Sequer preveem um telespectador que veja um programa do começo ao fim, e pressupõem o *zapping* como um comportamento completamente normal". As pessoas tentam preencher o pouco tempo que lhes resta com picos de satisfação possível em um mundo no qual são lançadas a esmo em suas trajetórias errantes de emprego precário, desemprego e lazer fútil. Dardot e Laval indicam como

> O remédio mais propalado para essa 'doença da responsabilidade', essa usura provocada pela escolha permanente, é uma dopagem generalizada. O medicamento faz as vezes da instituição que não apoia mais, não reconhece

[80] Disponível em <https://www.ispot.tv/ad/Au3e/uber-earning-chilling>. Acesso em 20 de fevereiro de 2018 às 23:45.

> mais, não protege mais os indivíduos isolados. Vícios diversos e dependências às mídias visuais são alguns desses estados artificiais. O consumo de mercadorias também faria parte dessa medicação social, como suplemento de instituições debilitadas. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 367)

O indivíduo sequer possui o tempo e energia suficiente para elaborar os conflitos e traumas cotidianos aos quais está submetido, "uma vez que esse processo é simplesmente por demais demorado. É muito mais simples lançar mão de antidepressivos que voltam a restabelecer o sujeito funcional e capaz de desempenho" (HAN, 2017b, p. 99).

A ansiedade pela busca estéril de um tempo significativo que nunca chega ou uma vaga de emprego definitivo nunca disponível é, assim, a marca indelével do sujeito neoliberal. O resultado dessa confusão espaço-temporal é a incapacidade dos sujeitos de criarem uma narrativa própria estruturada no tempo e no espaço. Incapazes de distinguir significativamente um começo e um fim, um espaço disso e daquilo, um antes e depois, um dentro e um fora, o público e o privado, o doméstico e o profissional, o individual e o social, os indivíduos são incapazes de organizar sua personalidade em termos de uma trajetória ordenada e dotada de sentido. Como havia adiantado Horkheimer em 1941, "o contraste entre o social e o privado é borrado quando o mero esperar torna-se uma vocação e quando trabalhar não é nada a não ser esperar por trabalho" (HORKHEIMER, 1975, p. 276).

Obrigados a demonstrar pró-atividade constante, a realizar escolhas incessantemente e a serem os responsáveis solitários por si mesmos, os indivíduos não conseguem, ao mesmo tempo, organizar e estruturar sua vida interior, criar e expressar autonomamente seu desejo e fazer valer suas decisões em qualquer plano macro. Na passagem de Han:

> O sujeito do desempenho esgotado, depressivo, está, de certo modo, desgastado consigo mesmo. Está cansado, esgotado de si mesmo, de lutar consigo mesmo. Totalmente incapaz de sair de si, estar lá fora, de confiar no outro, no mundo, fica se remoendo, o que paradoxalmente acaba levando a autoerosão e ao esvaziamento. Desgasta-se correndo numa roda de hamster que gira cada vez mais rápida ao redor de si mesma. (HAN, 2017b, p. 91)

A plenitude de atividade, o excesso de positividade, a incitação constante ao empreitada, passa no seu contrário e leva à anemia completa do eu. O *homo oeconomicus* precário neoliberal é, assim, um sujeito sem subjetividade. Na metáfora precisa de Han (2017b, p. 109), "sua vida equipara-se à de mortos-vivos. Estão por demais vivos para morrer e por demais mortos para viver".

O banimento da negatividade: autonomação

Entre a formação do indivíduo liberal e sua versão deformada no capitalismo tardio, a Escola de Frankfurt e Marcuse diagnosticaram um declínio da individualidade em função da adaptação às exigências de um aparato tecnológico e de um capitalismo cada vez mais monopolístico que deixava cada vez menos margem de ação aos sujeitos.

Não pretendo afirmar com isso que essas análises partiriam de uma posição de nostalgia. Na Teoria Crítica não há espaço para saudosismo. O anteparo do sujeito liberal de modo algum é invocado como arquétipo de um sujeito genuinamente autônomo e livre. Marcuse não busca heróis no passado para contrapor às vítimas de seu presente. Lima (2017) afirma a respeito de Adorno e Horkheimer que certamente poderia ser estendido a Marcuse:

> Por isso, o recurso de Adorno à teoria freudiana é cauteloso, isto é, ele não aplica à "indústria cultural" a teoria de Freud de maneira direta. Freud, que de certa forma era um crítico iluminista do iluminismo, mostrava como o indivíduo liberal descobria na existência do seu próprio inconsciente uma ameaça a sua autonomia. Adorno e Horkheimer defendem que a cultura de massas revela o caráter fictício que a individualidade já possuía na era liberal, mas, como críticos dialéticos que eram, reconheciam nessa individualidade alguma aspiração de autonomia. Passa-se com a teoria da individualização de Freud o mesmo que com a teoria da ideologia de Marx. A aparência de autonomia e de liberdade oferecidas pelo capitalismo liberal eram ideológicas, mas guardavam como um momento de verdade, pelo menos como aparência, essas aspirações. (LIMA, 2017, p. 106)

Quando se analisa a aspiração e o alcance totalitário impresso pela teoria neoliberal quanto ao comportamento humano em conjunto com a realidade histórica na

qual floresce o neoliberalismo, em especial após a derrocada das experiências do socialismo real e da implosão das tentativas de se domar o capitalismo com um Estado assistencial e por meio de um volátil e oportunista pacto de classes, percebe-se que o neoliberalismo levou às últimas consequências seu slogan "*there is no alternative*". O diagnóstico unidimensional da expulsão da negatividade e da afirmação incessante do existente é elevado a seu último grau na sociedade neoliberal. Esta conseguiu não somente esconjurar as alternativas, que hoje mais parecem ares de outros planetas, por meio do banimento categórico do inteiramente outro – que aparece não mais como o inimigo comunista, mas sim reconfigurado nas figuras produtivas do ex, atual ou futuro presidiário e do terrorista externo ou interno, tão caras à história da implementação do neoliberalismo – como também por meio da afirmação *ad nauseam* do existente.

Nesse processo, a supressão do negativo é acompanhada do exercício ilimitado de hipóstase da positividade. Segundo a grade de programação neoliberal, não há alternativa ao sistema político neoliberal, não há alternativa ao programa econômico neoliberal, não há alternativa ao projeto social neoliberal – e não há alternativa ao tipo antropológico neoliberal, afinal, ele *é* o comportamento humano por definição. Talvez essa seja uma das explicações da enigmática adesão generalizada ao empresariado de si, mesmo quando não parece haver motivo material para tal. Como formula Anselm Jappe, "na crise, os sujeitos se agarram mais do que nunca às únicas formas de socialização que conhecem. Existe um acordo geral pelo menos com relação a uma coisa: sempre vai ser preciso continuar a vender, a se vender e a comprar" (JAPPE, 2013, p. 56). Se a alternativa é apresentada como o caos, o totalitarismo ou simplesmente a inexistência, como querem fazer crer os neoliberais, então não há escapatória. Na fórmula de Judith Butler, o raciocínio seria: "eu prefiro existir na subordinação do que não existir" (BUTLER, 2017, p. 16).

Ao analisar o capitalismo tardio, Marcuse havia teorizado acerca da aparição e prevalência da Consciência Feliz como resultado da "atrofia dos órgãos mentais para apreender as contradições e as alternativas" (MARCUSE, 2002, p. 82). Se a sociedade industrial avançada era capaz de fazê-lo na medida que entregava os bens, gratificava os instintos e colocava-se como a mais bem-acabada experiência substitutiva enganosa capitalista, o neoliberalismo parece apresentar-se como uma sociedade unidimensional em outro nível – não porque instaura uma administração controlada dos instintos individuais, que aceitam trocar autonomia por mais mercadorias, direitos sociais e benefícios corporativos (afinal, isso é justamente o que o neoliberalismo não faz), mas porque conseguiu instaurar seu regime de veridição e sua arte de governar como os únicos

possíveis e existentes, seja lógica ou historicamente. Se ser um sujeito neoliberal é tão somente ser humano e com uma memória cada vez mais distante e evanescente das experiências reais de outras sociedades e racionalidades possíveis, resta apenas uma dimensão da existência social e individual.

Em seu livro de 1964, Marcuse havia apontado como a sociedade industrial desenvolvida militava contra a memória e seus potenciais subversivos:

> A rememoração do passado pode levar a ideias perigosas, e a sociedade estabelecida parece ser apreensiva quanto aos conteúdos subversivos da memória. A rememoração é um modo de dissociação dos fatos dados, um modo de "mediação" que rompe, por momentos curtos, o poder onipresente dos fatos dados. A memória recorda o terror e a esperança que passaram. Ambos voltam à vida novamente, mas enquanto na realidade esse recorre em formas sempre novas, aquela se mantém esperança. E, nos eventos pessoais que reaparecem na memória individual, os medos e aspirações da humanidade afirmam-se – o universal no particular. É a história que a memória preserva. Ela sucumbe ao poder totalitário do universo do comportamento.
>
> [...] Se a racionalidade progressiva da sociedade industrial desenvolvida tende a liquidar os elementos perturbadores do tempo e da memória como um "resquício irracional", ela também tende a liquidar a racionalidade perturbadora contida nesse resquício irracional. (MARCUSE, 2002, p. 101–3)

Hoje, quase três décadas após o colapso da URSS, o mundo tem enxergado cada vez menos possibilidades de realização de uma racionalidade efetiva e inteiramente outra que não a capitalista. Como coloca Detlev Claussen, "a Guerra Fria postergou a chegada do 'mundo único' por quarenta anos: agora ele está aqui" (CLAUSSEN, 2004, p. 59). As gerações Y e especialmente a Z nasceram e crescem em um mundo no qual o sistema atual impõe-se como a única forma existente de sociedade, como se a humanidade sempre tivesse organizado suas relações sociais a partir do modelo fornecido pelo mercado, pela mercadoria, pela empresa e pelas trocas capitalistas. São gerações que têm seus horizontes históricos definitivamente comprimidos, e suas capacidades de imaginação e fantasia são reduzidas a um presente eterno. Assim, o neoliberalismo em escala global parece aprofundar o diagnostico marcuseano da liquidação da memória como um feito político

e, desse modo, realizar a "imagem terrível de uma humanidade sem memória" (ADORNO, 2012, p. 32).

Embora apresente-se como democrático, afinal, não se trata da imposição de um fim ou outro, mas somente o estudo do cálculo da escolha, que é em si aberta ao indivíduo, o assentimento à racionalidade neoliberal como fundamento da vida humana como um todo é a condição de existência e o grau zero pressuposto: como sujeito, pode-se escolher o que quiser, desde que a estrutura da escolha e a racionalidade que irá guiá-la tenha sido tacitamente aceita de antemão. Em *O homem unidimensional*, Marcuse havia afirmado: "sob o jugo de um todo repressivo, a liberdade pode ser transformada em um poderoso instrumento de dominação" (MARCUSE, 2002, p. 9). Suas palavras poderiam muito bem ser aplicadas ao neoliberalismo, que mantém intacta a possibilidade da escolha, sem mostrar como as regras que estruturam essa escolha não estão em negociação. Afinal, como mostrou novamente Marcuse, "a margem de escolha aberta ao indivíduo não é o fator decisivo ao determinar-se o grau de liberdade humana, mas *o que* pode ser escolhido e o que *é* escolhido pelo indivíduo" (MARCUSE, 2002, p. 9–10). Como se isso não fosse suficiente, ainda há mais uma camada que recobre a teoria neoliberal de um verniz de legitimidade: ora, mas a teoria propõe tão somente que o agente seja racional – sem atentar para a tautologia epistemológica em jogo, afinal, quem definiu o que é ser racional ou não (mesmo que tal definição seja um cálculo formal, e não um fim) é essa mesma teoria.

Marcuse também havia examinado em 1964 como, quando a dominação é permeada de racionalidade, ela se mostra muito mais difícil de penetrar. A diferença é que, nessa época, a racionalidade do sistema traduzia-se em ganhos reais para classe trabalhadora e para boa parte da população. Sua irracionalidade estava legada aos bolsões de miséria, guerra e violência no Terceiro Mundo ou confinada aos párias sociais do Norte Global. Contemporaneamente, os neoliberais tiveram de aplicar um *coup de force* teórico (FOUCAULT, 2008a, p. 149) e diversos *coups d'État* para provar sua viabilidade exclusiva e sua vantagem peremptória sobre outras formas de organização social. Assim, no neoliberalismo, com todos os seus aparatos de encarceramento em massa, de pauperização aguda, da longa lista de *putschs* e guerras, e com o escancaramento do fosso social que divide a elite global dos pobres globais, a dominação é relativamente mais aberta e patente – embora nem por isso mais frágil. O neoliberalismo é tão abertamente espoliador que até mesmo bilionários como George Soros sentem-se confortáveis o suficiente para criticar a partilha desigual da riqueza global.

Marcuse havia diagnosticado, nos anos 1960, a obsolescência do conceito de alienação em virtude da identificação imediata entre sujeito e coisa, eu e mundo, indivíduo e sociedade, trabalhador e mercadoria. Na sociedade industrial desenvolvida, essas contradições eram aplainadas por uma comunidade tecnológica que fundia as individualidades em um aglomerado totalitariamente partilhado. Foucault aponta para a mesma insuficiência do conceito de alienação, mas dessa vez olhando para o neoliberalismo. O sujeito neoliberal coincide em toda a sua extensão com o capital que ele é. O neoliberalismo de fato levou a unidimensionalidade ao pé da letra. Como afirmam Dardot e Laval,

> [...] o efeito procurado pelas novas práticas de fabricação e gestão do novo sujeito é fazer com que o indivíduo trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si mesmo e, assim, eliminar qualquer sentimento de alienação e até mesmo qualquer *distância* entre o indivíduo e a empresa que o emprega. Ele deve trabalhar para sua própria eficácia, para a intensificação de seu esforço, como se essa conduta viesse dele próprio, como se esta lhe fosse comandada de dentro por uma ordem imperiosa de seu próprio desejo, à qual ele não pode resistir. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 327)

A diferença essencial em relação ao nosso tempo é que Marcuse examinou tal superposição tendo em vista que "as pessoas reconhecem-se em suas mercadorias; elas encontram sua alma em seu automóvel, em seu aparelho de som, em sua casa de dois andares, em seu equipamento de cozinha" (MARCUSE, 2002, p. 11). A identificação imediata e pessoal com certas mercadorias assumiu patamares ainda mais elevados nas últimas décadas neoliberais, em especial em sua versão digital e de plataforma (basta ver como as marcas hoje assumem características humanas e assim atraem seus consumidores correlatos e como as redes sociais utilizam a ideologia do produtor/consumidor de conteúdo, ideologia essa que amalgama as pessoas individualmente a gigantescas corporações monopolísticas). Mas em nosso "planeta favela" (DAVIS, 2007), "uma casa de dois andares" é algo que cada vez menos pessoas têm a capacidade de adquirir para poderem identificar-se de imediato com ela.

Horkheimer havia descrito em 1941 uma situação do século XIX e início do XX que, nesse sentido, parecer ser muito mais próxima à nossa experiência de mundo do que aquela vivenciada por Marcuse nos EUA após a Segunda Guerra Mundial:

> O contrato de trabalho, no qual essa condição foi fundada, provou-se uma mera formalidade. Tempos depois no século XIX, as correntes tornaram-se mais frouxas, mas o auto interesse subordinou a vida privada aos negócios de modo ainda mais efetivo do que antes, até que o desemprego estrutural do século XX abalasse toda a ordem. Os permanentemente desempregados não podem reproduzir uma força de trabalho que é inútil, e o treinamento não pode melhorar uma carreira que está bloqueada de partida. (HORKHEIMER, 1975, p. 276)

O desemprego estrutural do século XXI criado pelas novas tecnologias e sua capacidade de tornar obsoletas tanto certas profissões quanto as próprias pessoas que nelas se especializaram, assim como a precarização laboral disseminada, em parte também fruto dessas mesmas tecnologias, que extinguem certos postos apenas para recriá-los em versões mais espoliadas, colocam na ordem do dia a questão dos "permanentemente desempregados" e do treinamento profissional incessante para o nada.

Aqui um ponto mostra-se imperativo e não pode ser esquecido em qualquer análise do neoliberalismo: a existência do *homo oeconomicus* neoliberal, de uma subjetividade saturada de escolhas incessantes, dos espaços de liberdade abertos pelo mercado neoliberal e pela forma empresa não se dão em um vazio sócio-histórico. Vale ressaltar ainda mais uma vez: a majoração do imperativo positivo do fazer incessante situa-se em um quadro social de monopolização econômica sem precedente, de espoliação aberta da mão-de-obra em suas formas mais brutais, de encarceramento em massa inédito e de guerras incessantes.

Conforme mostrou-se acima, o próprio Foucault (2008b, p. 142–3) havia alertado para não se compreender sua analítica da governamentalidade neoliberal como uma substituição da sociedade de soberania ou disciplinar, mas sim como a relação ora harmônica, ora conflituosa entre dispositivos que se colocam ao mesmo tempo em diversas dessas tecnologias de poder. A sociedade disciplinar, disposta por meio de suas fábricas, quartéis, hospitais e presídios, assim como o aparato psíquico tipicamente freudiano, marcado pela repressão, pela abnegação e pela imposição, coexistem dialeticamente com as formas sociais e individuais neoliberais: uma passa o tempo todo na outra. Como admite Han, "O sujeito do desempenho continua disciplinado. [...] em relação à elevação do nível da produtividade não há qualquer ruptura; há apenas continuidade" (HAN, 2017b, p. 26). O sujeito do desempenho empresário de si que tudo

pode e tudo faz, o faz concomitantemente com a necessidade premente e angustiante de tentar reproduzir sua vida em meio à barbárie neoliberal generalizada. Na esmagadora maioria dos casos, possuem justamente apenas o si para vender como ativo no mercado. Eis porque são empresários precários de si.

Assim, o sujeito ativo caracterizado pelo verbo modal *können* (no sentido de ter a capacidade de algo, conseguir, alcançar) não constitui o sucedâneo que aposenta o eu disciplinar marcado pelo *nicht dürfen* (não ter a permissão ou autorização para algo) ou pelo *müssen* (na acepção de obrigação, dever). O "não ter a permissão" e a obrigação do trabalho depauperado, da ausência de direitos, do aprisionamento das classes pobres e negras, dos ataques de *drones* e dos sistemas de vigilância em massa continuam mais presentes do que nunca, ao contrário do que julgam alguns pensadores (cf. por exemplo DELEUZE, 1992; HAN, 2017, p. 23-4, p. 80). Se a sociedade disciplinar produzia loucos e delinquentes e a sociedade do desempenho, depressivos e fracassados (HAN, 2017b, p. 24–5), o neoliberalismo não cessa de fabricar todas essas figuras ao mesmo tempo. O sujeito neoliberal constitui, assim, uma figura híbrida, um ser esquizofrênico: proletário e capitalista, auto-explorador e vítima, empresário e precário, ativo e passivo, espoliado por outrem e por si mesmo.

É justamente nesse momento que a capacidade de capilarização do sujeito neoliberal mostra-se estonteante. Quando Carlos Slim, Mark Zuckerberg ou Warren Buffet veem-se e vendem-se como empresários, não há de provocar espanto algum. O verdadeiro enigma está no fato de que, como concluiu a pesquisa realizada pela Perseu Abramo nas periferias consolidadas de São Paulo, "a cisão entre 'classe trabalhadora' e burguesia também não perpassa pelo imaginário dos entrevistados" (PERSEU ABRAMO, 2017, p. 16), considerando-se que os entrevistados estão inclusos na faixa populacional que recebe no máximo cinco salários mínimos de renda mensal e residem não em bairros nobres, mas em periferias consolidadas de um país de 3º Mundo como o Brasil, notoriamente conhecido por apresentar uma das estratificações sociais mais abertamente desiguais do planeta; ou ainda quando motoristas da Uber veem a si mesmos (tal qual a empresa os interpela) como "empreendedores do transporte"[81]. A fala de um dos motoristas da Uber nos EUA, contrastada com sua situação aparente, é elucidativa:

[81] Não se pode desconsiderar que os valores empreendedores difundidos na classe trabalhadora trazem consigo a promessa de autonomia, de ser o próprio patrão, de determinar a própria jornada e de constituir patrimônio e deixá-lo como legado para os filhos. Não fortuitamente, diversos dos elementos da cultura empreendedora nasceram como reação à vida em massa tipicamente fordista, com seus regimes hierárquicos rígidos e sua vida enfadonha e sem aventuras. Mas isso não altera o quadro fundamental,

> "eu me inscrevi para isso porque sou meu próprio chefe. Eu meio que sou dono do negócio. Eu tenho a liberdade e isso é uma coisa linda", disse ele, enquanto arrumava seu saco de dormir no banco traseiro de seu Toyota Prius, que ele estacionou pouco antes da uma da manhã no McDonald's. (NEWCOMER; ZALESKI, 2017)

Lukács havia mostrado em *História e consciência de classe* que a burguesia e o proletariado partilham a mesma estrutura social que reifica cada aspecto de suas vidas. Mas o autor húngaro via então, em um momento de levantes efetivos da classe trabalhadora, na posição ocupada pelo proletariado na sociedade e no ponto de vista por ela proporcionado, uma possibilidade de reconhecimento de sua situação desumana, de autoconsciência de sua reificação completa e ao mesmo tempo da totalidade dessa sociedade e, logo, uma possível fagulha para a destruição dessa sociedade. A realidade objetiva imediata seria, desse modo, a mesma, tanto para a burguesia, quanto para o proletariado. Mas as mediações pelas quais cada classe eleva essa realidade a suas respectivas consciências seriam distintas. Citando *A sagrada família,* de Marx e Engels, Lukács afirma:

> Portanto, o proletariado partilha a reificação de todas as manifestações de vida com a burguesia. Diz Marx: "A classe possuidora e a classe do proletariado apresentam a mesma auto-alienação humana. Mas a primeira sente-se à vontade e confirmada nessa auto-alienação, reconhece a alienação como seu próprio poder e possui nela a aparência de uma existência humana. A segunda se sente aniquilada na alienação, percebe nela sua impotência e a realidade de uma existência desumana". (LUKÁCS, 2003a, p. 309)

Que a situação de vida do proletariado nos países centrais do capitalismo nos três decênios que se seguiram à Segunda Guerra Mundial tendesse a apontar no sentido de que também sua classe parecia sentir-se confortável em sua auto-alienação, mostra-se até certo ponto compreensível quando olhado em retrospecto a partir do presente neoliberal. A questão que cabe investigar é como a classe trabalhadora hoje continua a não perceber, em sua redução integral a um capital humano, sua "realidade de uma existência

---

afinal, o mero contraste com a dura realidade das condições de vida deveria ser o suficiente para rejeitar o empreendedorismo como valor em si.

desumana". Ao ler a fala do motorista da Uber supracitada, mostra-se impossível não lembrar da colocação de Adorno e Horkheimer na *Dialética do Esclarecimento*: "todos têm de mostrar que se identificam integralmente com o poder de quem não cessam de receber pancadas" (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 127).

Han afirma, no mesmo sentido, que "o excesso de trabalho e desempenho agudiza-se numa autoexploração. Essa é mais eficiente [...] pois caminha de mãos dadas com o sentimento de liberdade" (HAN, 2017b, p. 30). Em sua conferência *Tempo livre*, Adorno acusou novamente essa identificação integral e interpenetração entre o indivíduo e seu papel social:

> Decerto, não se pode traçar uma divisão tão simples entre as pessoas em si e seus assim chamados papéis sociais. Estes penetram profundamente nas próprias características das pessoas, em sua constituição íntima. Numa época de integração social sem precedentes, fica difícil estabelecer, de forma geral, o que resta nas pessoas, além do determinado pelas funções. (ADORNO, 2002, p. 103).

Na sociedade neoliberal, a rigor, sequer pode-se falar mais em interpenetração, uma vez que o termo pressupõe dois reinos apartados que se tocam e se transpõem. No neoliberalismo, os papeis sociais não penetram na constituição das características individuais. O sujeito neoliberal *é* sua função social.

A irracionalidade coberta de racionalidade da sociedade industrial desenvolvida era outro aspecto que saltava aos olhos de Marcuse: amparado por uma força tecnológica capaz de livrar os homens do trabalho alienado e sem sentido fora a mera valorização do valor ou ao menos de reduzí-lo a um tempo marginal mínimo, deixando uma grande parcela da vida das pessoas para sua autodeterminação, o capitalismo tardio reproduzia, na contramão dessa possibilidade, todas as tarefas laborais repetitivas e ilógicas necessárias à ampliação do valor em escala global. Mas Marcuse diagnosticou tal fenômeno em um momento e local nos quais a classe trabalhadora, ancorada (mesmo que indiretamente) na ameaça soviética, havia conquistado consideráveis avanços na redução da jornada de trabalho. Isso torna sua crítica do lazer e da cultura ainda mais radicais, afinal, não se detinha perante os aparentes progressos da democracia burguesa (para uma análise de uma questão próxima a essa, mas na obra de Adorno, cf. MUSSE, 2016). Mas é inegável que a jornada de trabalho, desde então, tornou-se muito mais porosa e diluída ao longo da vida individual, sendo praticamente impossível separar nitidamente essas

duas esferas hoje. A tecnologia (notadamente nos setores da robótica e das telecomunicações) foi fator decisivo nesse processo, tornando a sua racionalidade irracional ainda mais patente. O mesmo *gadget* que promove a comunicação e a interação social é aquele que amplia a extração de mais-valia tanto relativa quanto absoluta.

Marcuse também havia diagnosticado como, perante a nova estratificação social do capitalismo tardio, a identificação da exploração era obnubilada pela submissão de todos – empregados e empregadores – à racionalidade e ao ritmo do aparato tecnológico. Além disso, a separação das figuras capitalistas outrora unas entre a gerência e a propriedade da empresa faziam

> a dominação [ser] transfigurada em administração. Os patrões e proprietários capitalistas estão perdendo sua identidade de agentes responsáveis; eles estão assumindo a função de burocratas em uma máquina corporativa. Dentro da vasta hierarquia de comissões executivas e gerenciais [...] a fonte tangível da exploração desaparece por trás da fachada de racionalidade objetiva. (MARCUSE, 2002, p. 35)

Novamente o neoliberalismo aprofunda essa realização, adicionando-lhe um movimento ainda mais perverso. Ninguém parece ser capaz de identificar a fonte da exploração não porque os gerentes e as camadas médias continuem a complexificar e borrar o cenário da polarização social (afinal, como parte do precariado elas se avizinham paulatinamente do proletariado), mas sim porque todos se identificam e atuam como capitalistas empresários de si – mesmo aqueles que continuam a não possuir os meios de produção, contêm seu corpo, suas destrezas e habilidades desenvolvidas ao longo da vida e legadas por seu aparelho genético, seu capital humano.

Posteriormente à derrocada das tentativas de instaurar autonomia e realização individual não regida por leis mercadológicas e por uma racionalidade irracional e à vitória triunfante do capitalismo ao qual não resta alternativa, o modelo neoliberal do empreendedorismo de si universaliza-se no corpo social e nos corpos individuais, com seu imperativo inapelável: todos serão capitalistas agora. Como colocam Dardot e Laval (2016, p. 344), “quando não se pode mudar o mundo, resta inventar-se a si mesmo”, e não a seu bel-prazer, mas segundo as injunções da forma empresa.

A inflexão da sociedade disciplinar para o governo neoliberal proposta por Foucault envolve questionamentos radicais acerca da ontologia de nosso presente e da

constituição ética dos sujeitos que nele vivem. Dessa maneira, o diagnóstico do neoliberalismo, com todos os espaços de liberdade criados por ele (aliados aos de precarização e encarceramento, não se deve esquecer) não deixa de inquietar, talvez em um nível ainda mais profundo: e se a liberdade em si for, ao mesmo tempo, um mecanismo de gestão populacional e de técnica individual? Nos termos do filósofo, e se a liberdade não for senão um correlato de uma técnica de governo? E se formos governáveis tão somente na medida em que, e justamente porque, governamos a nós mesmos[82]? Mas, *grosso modo*, não era essa a mesma questão de Marcuse, ao teorizar acerca da introjeção da heteronomia, que aparecia como espontânea no capitalismo tardio?

Em *História e consciência de classe*, Lukács havia ressaltado o caráter contemplativo do trabalhador moderno:

> Isso nos permite constatar com evidência o caráter *contemplativo* da atitude capitalista do sujeito. Pois a essência do cálculo racional se baseia, em última análise, no reconhecimento e na previsão do curso inevitável a ser tomado por determinados fenômenos de acordo com as leis e independentemente do 'arbítrio individual'. O comportamento do homem esgota-se, portanto, no cálculo correto das oportunidades desse curso (cujas 'leis' ele já encontra 'prontas'), na habilidade de evitar os 'acasos' perturbadores por meio da aplicação de dispositivos de proteção e medidas defensivas (que se baseiam igualmente na consciência e na aplicação de 'leis' semelhantes). (LUKÁCS, 2003a, p. 218)

Essa atitude contemplativa foi exacerbada ainda mais nos anos fordistas e keynesianos do *Welfare State*, com o uso cada vez mais in- e extensivo de máquinas na produção e na vida social como um todo, nos empregos estáveis (que se pense num trabalhador da indústria automobilística nos EUA ou na Europa central, que provavelmente tinha apenas um emprego por toda a vida) e nos benefícios recebidos por meio do salário social assegurado pela arbitração do Estado e pelo pacto de classes. Daí

[82] Lemke (2001, 2004, 2017) e Dilts (2011) desenvolvem o interessante argumento de que, a partir desse ponto de vista, poderíamos ler a terceira fase de produção intelectual de Foucault, a "Ética", menos como uma ruptura em relação às suas concepções de poder anteriores e mais como uma consequência de suas teorizações acerca da governamentalidade neoliberal, que conjugam as duas dimensões do governo, o de si e dos outros. Como sugere Dilts, "nas aulas de 1979, Foucault já estava indo na direção de uma análise da subjetividade que veio plenamente apenas nos últimos anos de sua vida" (DILTS, 2011, p. 132).

Marcuse e a Escola de Frankfurt acentuarem o caráter mitológico e inelutável do capitalismo tardio.

No neoliberalismo, todas as garantias e certezas sociais e individuais são abaladas e substituídas por uma nova política de sociedade e um novo tipo subjetivo: os sujeitos são chamados cada vez mais a tomar um papel pró-ativo, responsável por si mesmo, empresário de si. Segundo Han (2017, p. 43), "o *animal laborans* pós-moderno [...] pode ser tudo, menos ser passivo" . Ao mesmo tempo, a teoria neoliberal opera assentada na assunção da escolha racional e do indivíduo governável, alterando as variáveis do meio ambiente para direcionar suas "escolhas", reduzindo drasticamente sua margem de opção.

Se Foucault ensinou que o poder é positivo e cria o tempo todo, e não apenas proíbe e interdita, é igualmente verdade que ele também ensinou que "a ontologia crítica de nós mesmos tem de ser considerada [...] como uma atitude, um ethos, uma vida filosófica na qual a crítica daquilo que somos é, ao mesmo tempo, a análise histórica dos limites que nos são impostos [...]" (FOUCAULT, 1984, p. 50). Assim, é necessário levar a sério a dialética entre atividade e passividade, entre subjetivação e esvaziamento interior presente na dinâmica neoliberal de constituição de seus empresários precários de si. Se são incitados e interpelados a agir incessantemente, é porque, ao mesmo tempo, toda a possibilidade de espontaneidade, negatividade e atividade significativa lhes foi suprimida. O caráter contemplativo do qual falava Lukács está muito longe de ser cancelado por uma pró-atividade frenética estimulada por anfetaminas para otimização de performance – ele é antes o outro lado da mesma moeda.

O neoliberalismo parece cumprir à risca a proposta de Albion Patterson, diretor da Administração da Cooperação Internacional estadunidense no Chile e um dos mentores do projeto chileno que resultou na deposição e assassinato de Allende e na instauração de uma ditadura brutal em simbiose com um laboratório de experimentação de mercados irrestritos baseado nas teorias de Milton Friedman. Em uma reunião com o embaixador dos EUA no Chile em Santiago e obcecado com a eliminação da influência do marxismo na América Latina, Patterson asseverou: "o que precisamos fazer é mudar *a formação dos homens*" (PATTERSON apud KLEIN, 2008, p. 59, grifos meus). Essa proposta seria reverberada décadas depois por Margaret Thatcher, ao afirmar que "a Economia é o método; o objetivo é mudar o coração e a alma" (THATCHER, 1981). O neoliberalismo criou mecanismos que inscrevem no real uma subjetividade própria, executando a contento seu propósito inicial.

Apenas compreendendo isso podemos de fato realizar um dos objetivos políticos mais imperiosos hoje, definido por Foucault como a tarefa de "recusar o que somos": "Talvez o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos", afirma ele (FOUCAULT, 1995, p. 239). Afinal, é justamente essa potência negativa, o ato de dizer "não" e interromper o fluxo inexorável do funcionamento ótimo do sistema – que de maneira alguma confunde-se com impotência (cf. HAN, 2017, p. 57-8) – e tomar suas decisões por si mesmo que lhes é suprimido. A inflação da potência positiva é rematada com o esvaziamento da negativa. Como mostra Han, "a hiperatividade é paradoxalmente[83] uma forma extremamente passiva de fazer, que não admite mais nenhuma ação livre" (HAN, 2017b, p. 58). O indivíduo hoje é tanto mais contemplativo, quanto mais ativo.

"Autonomação" é um neologismo que aglutina as palavras "autonomia" e "automação". Trata-se de "um princípio 'importado' por [Taiichi] Ohno da indústria têxtil, na qual um só operário executava o trabalho em quarenta máquinas ao mesmo tempo" (ALVES, 2000, p. 43) e introduzido nas fábricas automotivas da Toyota como metodologia laboral desde 1955 (cf. ŌNO, 1988). De acordo com o próprio Ohno, o termo também poderia ser traduzido como "automação com um toque humano" (ŌNO, 1988, p. 53) e descreve o processo de interferência humana do operário (autonomia) no fluxo regular do maquinário (automação) quando este pode apresentar alguma anormalidade em seu funcionamento, levando à produção de peças defeituosas. Talvez seja uma das mais bem-acabados expressões capazes de dar conta da administração da liberdade tanto no capitalismo tardio – quando a autonomia traduzia-se de modo real, com ganhos substantivos quanto ao padrão de vida, as condições de trabalho e a gratificação dos desejos e conjugava-se com a racionalidade proposta pela maquinaria como padrão de individualidade –, quanto na sociedade neoliberal – na qual a autonomia é uma técnica de responsabilização individual dos riscos e um receituário para a *Bildung* catastrófica do eu empreendedor e cuja estrutura maleavelmente inflexível escancara o automatismo do *homo oeconomicus* neoliberal "eminentemente governável" (FOUCAULT, 2008a, p. 369), ao passo que a gratificação torna-se cada vez mais efêmera e volátil – e mostrar como a teoria de Marcuse a respeito da dialética da liberdade, quando aliada a considerações contemporâneas acerca do empreendedorismo neoliberal, mantém grande

[83] Talvez o melhor termo não seja "paradoxalmente", mas sim "contraditoriamente", afinal, a passividade e a atividade passam o tempo todo dinamicamente uma na outra, não levando a uma aporia.

parte de sua atualidade hoje.

Conclusão

Marcuse e a contrarrevolução neoliberal

> *Gianguido Piani:* Falando de modo geral, você acha que o mundo de amanhã será melhor que o de hoje, ou não[?] Levemos tudo [em conta], de bombas atômicas...
>
> *Herbert Marcuse*: Eu não sou nem otimista e nem pessimista, mas sou realista e acho que a probabilidade é que ele irá piorar.
>
> (MARCUSE, 2014h, p. 365)

Embora tenha passado boa parte de sua obra teorizando acerca da estabilização do capitalismo tardio e a integração conspícua propalada por ele, Marcuse também apontou, em diversos de seus escritos e intervenções dos anos 1970, para um possível esgotamento dessa tendência, admitindo a possibilidade de que um novo desdobramento do modo capitalista rompia perante seus olhos.

A entrevista citada na epígrafe acima foi concedida por Marcuse em abril de 1978, pouco mais de um ano antes de sua morte com 81 anos de idade em 29 de julho de 1979 em Starnberg, na Alemanha. A essa altura, Marcuse sabia bem que a manutenção indefinida da integração ubíqua promovida pelo capitalismo tardio tendia a ser insustentável e incompatível com a lógica imanente e desmedida de autovalorização do valor e de reprodução ampliada do capital.

É claro que, olhando em retrospecto, a crítica à sociedade unidimensional, amparada no Estado de bem-estar pode parecer até mesmo severa, em nossa época em que inclusive o pacto fordista-keynesiano, amparado pelas seguridades propostas por tal Estado, já em si um produto misto entre derrota e vitória e um rebaixamento do horizonte de expectativas quando comparado com a possibilidade real do socialismo, parece uma realidade distante. Mas não devemos compreender a crítica de Marcuse erroneamente. Ela não partia de um ponto de vista conservador. Conforme o próprio afirmou,

> A crítica do Estado de Bem-estar nos termos do liberalismo e do conservadorismo (com ou sem o prefixo “neo”) assenta-se, para sua validade, na existência das próprias condições que o Estado de bem-estar superou – a saber, um grau mais baixo de riqueza social e tecnologia. Os aspectos sinistros

> dessa crítica transparecem na luta contra a legislação social abrangente e os gastos adequados do governo com serviços outros que não aqueles da defesa militar.
>
> Deste modo, a denúncia das capacidades opressivas do Estado de bem-estar serve para proteger as capacidades opressivas da sociedade *anterior* ao Estado de bem-estar. No estágio mais avançado do capitalismo, essa sociedade é um sistema de pluralismo moderado, no qual as instituições em competição concorrem para solidificar o poder do todo sobre o indivíduo. Ainda assim, para o indivíduo administrado, a administração pluralista é muito melhor do que a administração total. Uma instituição pode protegê-lo de outra; uma organização pode mitigar o impacto de outra; as possibilidades de fuga e compensação podem ser calculadas. O Estado de direito [*rule of law*], não importa quão restrito, ainda é infinitamente mais seguro do que o Estado [*rule*] acima da ou sem lei. (MARCUSE, 2002, p. 53–4).

Nessa passagem, Marcuse não somente rebate antecipadamente os críticos que o acusariam de preferir o totalitarismo ao Estado de bem-estar e não reconhecer suficientemente os méritos de um dos períodos mais prósperos e "inclusivos" da história do capitalismo, assumindo declaradamente que tal situação é "infinitamente" superior àquela encontrada anteriormente no curso do sistema capitalista, mas também mostra como aquilo que viria posteriormente, na forma do liberalismo com o prefixo "neo", indicaria uma regressão "sinistra" em relação a diversas das conquistas do período abrangido entre 1945 e 1973. Como Marcuse resumiu em uma apresentação na convenção da Associação Filosófica Americana em março de 1978, "a tendência é à direita" (MARCUSE, 2014i, p. 395).

Em uma conferência em abril de 1966 na Universidade de Notre Dame, nos EUA, Marcuse declarava peremptoriamente que o capitalismo tardio, conceito que ele passara décadas ajudando a forjar, aparecia não como uma forma definitiva, mas sim como um momento de suspensão *momentânea* das contradições, e não sua solução taxativa:

> Eu repito que, em minha visão, a sociedade afluente corrobora, e não refuta, as contradições internas que Marx atribuiu ao desenvolvimento capitalista. É verdade que essas contradições (que eu delineei no início) são suspensas ou "administradas", mas elas não são solucionadas pelo Estado de bem-estar ou pelo Estado bélico. (MARCUSE, 2014b, p. 194)

Aquilo que Marcuse havia compreendido como a tendência dos rumos do capitalismo, isto é, sua estabilização e manutenção por meio da administração de suas contradições fundamentais e da suspensão de sua crise terminal, deixavam paulatinamente de encontrar verificação na realidade, o que obrigava Marcuse a rever parte de suas considerações teóricas sobre a sociedade unidimensional. Como mostram Pierce e Kellner,

> Para Marcuse, isso significava em larga medida compreender como o próprio capitalismo é um processo histórico e dinâmico que se altera constantemente em resposta a seus limites e barreiras internos (como as leis da jornada de trabalho no período industrial). Nos anos 1970, Marcuse viu o capitalismo alterando-se para responder a alguns dos ganhos conquistados pelos sindicatos, movimentos de direitos civis, e programas públicos de benefícios, assim como pela legislação protegendo o meio ambiente. (KELLNER; PIERCE, 2014, p. 55)

Nos anos 1950 e 1960, Marcuse havia buscado atualizar o marxismo tendo em vista os desdobramentos do capitalismo tardio: à tese da tendência à pauperização, ele contrapôs a tese da afluência; à da estagnação do capitalismo, a da expansão; à da tendência à crescente proletarização e radicalização, a da integração; à da anarquia da produção, a da cooperação entre Estado e corporações; à do colapso, a da estabilização (cf. KELLNER, 1984, p. 270). Mas muitos dos aspectos que serviram de base para as conclusões de Marcuse viriam a mudar a partir dos anos 1970 e 1980 – o que não teria passado desapercebido pelo teórico crítico.

Eis porque defendo existir um Marcuse atento ao giro neoliberal, ainda relativamente pouco explorado, mas que pode ser razoavelmente distinguido tanto de sua produção centrada nos anos 1950 e 1960 (e que inclui suas obras mais consagradas), quanto de seus textos um tanto quanto mais entusiasmados com as possibilidades de transformação política abertas em 1968, quando Marcuse havia julgado inaugurar-se uma conjuntura que parecia apontar para “além do Homem unidimensional” (MARCUSE, 2001). Nesse momento, Marcuse não somente viu-se obrigado a contestar parte de sua crença nas possibilidades radicais desbravadas pelas revoltas dos anos 1960 e 1970, como

também passou a relativizar conclusões mais peremptórias acercas do diagnóstico de uma sociedade unidimensional marcada pela afluência e pelo pacto de classes[84].

Afirmo ser uma distinção "razoavelmente" perceptível pois Marcuse de fato não abandonou completamente nem o diagnóstico da sociedade unidimensional e nem sua expectativa acerca das potencialidades "catalisadoras" (cf. MARCUSE, 1998g, p. 115) representadas pelos novos movimentos sociais surgidos na trilha de 68. Assim, o Marcuse dos anos 1970 não teria feito *tabula rasa* de seus escritos anteriores; ao contrário, há uma considerável combinação de temas inéditos e de outros que remetem a temas perscrutados em sua obra anterior[85]. No entanto, ele parece estar atento às novidades apresentadas mais uma vez pelo dinamismo da sociedade capitalista que se descortinavam perante seus olhos. Trata-se de um Marcuse que abre inúmeras possibilidades de interpretação do *coup de force* neoliberal que persiste em abalizar nosso presente. Como afirmaram Pierce e Kellner, Marcuse realizou nesse momento uma série de entrevistas, intervenções, conferências e escreveu textos e livros que

> Reconhecem que os movimentos e aspirações revolucionárias dos anos 1960 haviam dado lugar a uma era de contrarrevolução nos anos 1970, em que Marcuse viu retornar as instituições, práticas e discursos de repressão e dominação que ele havia criticado por décadas. Dessa perspectiva, Marcuse antecipou as administrações Reagan e Thatcher, e outras forcas contrarrevolucionárias dos anos 1980 para as quais sua própria obra forneciam os instrumentos de crítica e protesto. (KELLNER; PIERCE, 2014, p. 9)

---

[84] Comentadores como Laudani (2016), Kellner (2015), Reitz (2015), Surak (2015), além dos já citados Pierce e Kellner (2014) perceberam igualmente as novas veredas abertas por tal giro marcuseano.

[85] Concordo em termos gerais com Soares (SOARES, 1999), nesse sentido: a divisão estanque da obra de Marcuse em fases pode até apresentar vantagens didáticas, mas não permite ver interpenetrações constantes nos distintos momentos, assim como temas perenes. No entanto, não deixa de ser revelador que em sua própria periodização, Soares opte por amalgamar *Um ensaio para a libertação* e *Contrarrevolução e revolta* como o momento final do movimento iniciado em 1955 com *Eros e Civilização*. Ao invés de registrar a ruptura relativa marcada no início dos anos 1970 pelas análises de um reordenamento global do capitalismo, Soares salta direto para o Marcuse que passou a teorizar mais sobre Arte e estética no fim da vida, culminando com *A dimensão estética (Die Permanenz der Kunst*), de 1977. Douglas Kellner, embora tenha escrito uma das melhores obras a respeito do pensamento de Marcuse, também pasteuriza o momento de *Contrarrevolução e revolta* (dedicando a ele somente seis páginas nas mais de 500 páginas que compõem seu livro) no interior do agrupamento maior que se inicia no final dos anos 1960 com a busca de Marcuse por uma Grande Recusa. Busco aqui identificar justamente esse momento no qual Marcuse revê algumas das teses de *O homem unidimensional* tendo em vista não os levantes rebeldes de 1968, mas sim a contrarrevolução preventiva neoliberal em curso, momento esse até pouco relativamente negligenciado pelos comentadores de sua obra.

Esta fase de Marcuse torna-se mais aparente com a publicação de *Contrarrevolução e revolta* em 1972 e com a recente divulgação de suas palestras na Universidade de Paris VIII de 1974 (MARCUSE, 2015a). Aquele é o único livro propriamente dito no qual Marcuse trata das novas transformações do capitalismo. Em sua página de abertura, Marcuse assevera:

> O mundo ocidental atingiu um novo estágio de desenvolvimento: agora, a defesa do sistema capitalista requer a organização da contrarrevolução em casa e no exterior. Em suas manifestações extremas, ela pratica os horrores do regime nazista. Massacres por atacado na Indochina, Indonésia, Congo, Nigéria, Paquistão e Sudão são desencadeados contra tudo que é chamado de "comunista" ou que se revolta contra os governos subservientes aos países imperialistas. Perseguições cruéis prevalecem nos países latino americanos sob ditaduras fascistas e militares. A tortura tornou-se um instrumento normal de "interrogação" ao redor do mundo. A agonia das guerras religiosas é reavivada no cume da civilização ocidental, e um fluxo constante de armas dos países ricos para os pobres ajuda a perpetuar a opressão da liberação nacional e social. [...] E o assassinato dos Kennedys mostra que até mesmo os liberais não estão a salvo se eles parecerem liberais demais... (MARCUSE, 1972, p. 1)

Tal contrarrevolução, segundo Marcuse, seria eminentemente preventiva, afinal, não havia nenhuma revolução por perto havia décadas; sequer tratava-se de uma situação pré-revolucionária, mas o reordenamento do sistema capitalista impunha-se de qualquer forma. Como elementos que causaram a deflagração dessa contrarrevolução, Marcuse elenca pontos políticos (o medo, mesmo que paranoico, de uma revolução global), econômicos ("os salários reais estão declinando, a inflação e o desemprego continuam e a crise monetária internacional indica o enfraquecimento da base econômica do império", afirma ele - 1972, p. 23) e geopolíticos (reveses na expansão imperialista).

Nota-se que, após passar uma década e meia buscando demonstrar e comprovar as mutações fundamentais no *modus operandi* do capitalismo que obrigariam a revisar parte da teoria marxista urdida em sua fase industrial-liberal, Marcuse vê-se impelido pelos recentes fatos históricos a realizar um novo giro, e começa a vislumbrar, como afirmam Kellner e Surak, temas "proto-neoliberais". A respeito da presença deles nas palestras de Marcuse em Paris em 1974, Surak afirma:

> A série de sete palestras de Marcuse [em Vincennes em 1974] expandem a tese de sua influente obra de 1964. Ele analisa aquilo que Kellner (2014) chama de temas "proto-neoliberais", tais quais a crescente exploração no capitalismo globalizante, a declinante organização do trabalho, restrições dos direitos civis, "despolitização" da força opositiva dos grupos radicais e o capitalismo de crise. [...] os conteúdos das palestras podem ser facilmente tomados hoje como uma crítica econômica contemporânea.
>
> [...] A crítica das cambiantes operações do capitalismo dos anos 1970 na direção daquilo que hoje consideramos ser o neoliberalismo está claramente delineada.
>
> A análise de Marcuse oferece sólidos fundamentos para a crítica e a agenda contemporâneas. Ela ilumina a era Reagan e Thatcher e fornece ideias que podem muito bem ser aplicadas ao derretimento financeiro de 2008 e à atual crise da dívida grega. (SURAK, 2015, p. x-xi)

Douglas Kellner aponta na mesma direção ao argumentar que "o pensamento de Marcuse é relevante para analisar as contrarrevoluções conservadoras das últimas décadas, as intervenções militares, a ascensão do capitalismo neoliberal e da globalização nos anos 1990 e as várias forças de dominação que emergiram desde sua morte" (KELLNER, 2015, p. 120). Por fim, Reitz alega que

> Marcuse claramente compreendeu lá atrás as tendências políticas e filosóficas que são frequentemente aludidas como "neoliberalismo" e/ou "neoconservadorismo" em muitos trabalhos analíticos hoje *como uma contrarrevolução organizada* (Marcuse, 1972). Ele viu esse desenvolvimento político como um golpe preventivo realizado um capitalismo crescentemente predatório contra as mudanças democráticas liberais, para nem mencionar a oposição radical [...]. (REITZ, 2015, p. 96)

Em uma entrevista de 1977, Marcuse inclusive citou nominalmente aquele que é tomado como o primeiro golpe neoliberal do mundo, o golpe em Santiago: "Parece-me que os EUA, depois do fracasso da intervenção no Vietnã, ajudou a implementar uma ditadura no Chile, o continente latino americano inteiro está aberto para a administração americana" (MARCUSE, 2014f, p. 424). Na pasta de número 2081 do Arquivo de Marcuse localizado no âmbito da Universidade Goethe em Frankfurt, é possível encontrar diversas reportagens

sobre o golpe no Chile, todas anotadas e grifadas. Especialmente destacadas estão as partes que indicam a ligação entre o golpe e as ditaduras na América do Sul em geral, de um lado, e empresas americanas e órgãos como a CIA, de outro. Embora não estivesse claro no momento como elas seriam características marcantes do neoliberalismo enquanto sistema global, tais ditaduras mostraram-se essenciais, como mostra, por exemplo, o trabalho de Naomi Klein (KLEIN, 2008) para sufocar as revoltas políticas na periferia do sistema e submeter os trabalhadores aos novos padrões de exploração, de consumo e de produtividade desse período, experimentando na América Latina um padrão de exploração que hoje atingiu boa parte do mundo.

Marcuse parece também ter acompanhado de perto as ditaduras no Terceiro Mundo, explicitando a ligação íntima entre ditaduras militares e programas neoliberais de governo: "Eles [os subprivilegiados] devem aprender que as forças produtivas disponíveis são usada para a reprodução da exploração e da opressão e que o assim chamado mundo livre equipa-se com ditaduras militares e policiais para proteger seu excedente [*surplus*]" (MARCUSE, 1998k, p. 65). Não são fortuitas, nesse sentido, as constantes referências (não nomeadas) de Marcuse a Frantz Fanon (cf. MARCUSE, 1972, p. 14, 47, 113, 2000a, p. 6, 7, 76), em especial à obra *Os condenados da Terra* (FANON, 1968). Em *Um ensaio para a libertação*, por exemplo, Marcuse afirma:

> Pois a violência está embutida na própria estrutura dessa sociedade: como a agressividade acumulada que conduz o negócio da vida em todos os ramos do capitalismo corporativo, como a agressão legal nas rodovias, e como a agressão nacional no exterior que parece tornar-se mais brutal quanto mais ela toma como vítimas os condenados da Terra. (MARCUSE, 2000a, p. 75–6)

Olhando para trás e notando o constante apoio estadunidense ao espraiamento neoliberal pelo globo, seja ele econômico, militar ou ideológico, vemos que Marcuse, ao menos na segunda parte de seu argumento, não estava totalmente equivocado ao afirmar que "em primeiro lugar, o fecho do século XX pode muito bem significar o advento da primeira revolução global histórica. Em segundo lugar, o progresso dessa revolução é contraposto por uma contrarrevolução preventiva organizada em escala global e centrada nos EUA" (MARCUSE, 1998f, p. 143). Segundo Marcuse, tal contrarrevolução preventiva estaria interessada não apenas em sufocar as recentes revoltas ao redor do globo (Marcuse cita como exemplos o Terceiro Mundo, a China e as frestas potenciais

ainda na própria URSS), mas igualmente em tentar encontrar uma solução para os entraves imanentes do próprio funcionamento capitalista (tais quais a restrição e a destruição das forças produtivas, o declínio na taxa de lucro, a inflação e o desemprego tecnológico), que estariam agravando-se no final dos anos 1960 e início dos 70.

O mesmo argumento seria retomado décadas depois por diversos analistas do neoliberalismo, tais quais David Harvey (2008), Gérard Duménil e Dominique Lévy (2004), entre outros. Embasado em dados estatísticos que levavam em conta a crise de acumulação do capital nos anos 1970 e que faziam disparar as taxas de desemprego e inflação, Harvey, notando a inversão de tendência na distribuição de renda e na concentração de capital nas mãos do 1% mais rico da população nos EUA, França e Grã-Bretanha antes e após o advento dos choques neoliberais, chega à conclusão de que, olhando por esse prisma, pode-se afirmar que se trava de fato de uma restauração do poder de classe (HARVEY, 2008, p. 15–9).

Duménil e Lévy, analisando não somente a distribuição de renda e riqueza globalmente nas classes sociais, mas também pelas frações específicas da classe capitalista que auferiram os maiores lucros a partir do giro neoliberal, com uma preponderância notável da fração financeira da burguesia concentrada nos EUA, mostram como "minorias privilegiadas descobriram os reveses que haviam sofrido e os perigos ameaçando-as e usaram sua posição ainda dominante para tentar tudo possível para remediar esse declínio" (DUMÉNIL; LÉVY, 2004, p. 8–9).

Os dados e análises contemporâneas parecem assim corroborar a denominação cunhada por Marcuse, ainda em 1972, para designar a reordenação global do capitalismo: contrarrevolução (mesmo que preventiva).

No início dos anos 1970, Marcuse parecia, assim, atento a mais um giro dado pela configuração capitalista de sua época, que, depois de promover a suave e confortável integração da sociedade industrial tardia, aparentava mover-se na direção oposta: "As eleições de 1972 demonstraram, novamente, e mais nitidamente do que antes, o destino histórico da democracia burguesa: sua transformação de uma sociedade dinâmica em uma estática, de uma sociedade liberal-progressista a uma reacionária-conservadora" (MARCUSE, 1998d, p. 165), afirmou Marcuse em um texto escrito entre 1972 e 1973, intitulado "O destino histórico da democracia burguesa". A eleição presidencial estadunidense havia sido recentemente vencida pelo republicano Richard Nixon, derrotando o candidato democrata George McGovern (que baseou toda a sua campanha não na defesa insubmissa do socialismo na América, mas tão somente na posição

contrária à guerra do Vietnã) por uma vantagem brutal de mais de 18 milhões de votos populares, tornando sua margem a mais ampla de toda a história americana. Tal era o quadro que levou Marcuse a apontar o "desenvolvimento regressivo da democracia burguesa e sua auto transformação em um Estado policial e bélico [*warfare*]" (MARCUSE, 1998d, p. 165), e a ponderar como o "neofascismo em escala global" (MARCUSE, 1998d, p. 165)[86] parecia ser a nova parada da sociedade burguesa, no percurso que havia levado, até então, do *laissez-faire* ao capitalismo monopolista e de Estado em sua versão tardia.

Raffaele Laudani, em artigo de 2016 que discute justamente a atualidade de *O homem unidimensional* (LAUDANI, 2016), desenvolve o interessante argumento de que, para levar adiante o legado de Marcuse para analisar o presente neoliberal, talvez seja necessário cometer, em certo sentido, um parricídio. Embora concorde em termos gerais com a posição de Laudani, principalmente quanto à necessidade de um *aggiornamento* imanente da teoria marcuseana tendo em vista os mais de 50 anos que nos separam da publicação original de *O homem undimensional*, divirjo de seu ponto de vista quando afirma que tal movimento deva ser realizado tendo em vista transformações políticas operadas nas ultimas décadas no sentido do ativismo dos novos movimentos sociais, dos protestos de Seattle e Gênova à Primavera Árabe. Segundo um dos argumentos centrais de Laudani, uma onda global de protestos iniciada nos anos 1990 nos protestos antiglobalização teria inaugurado um novo capítulo mundial da luta anticapitalista caracterizado por uma contestação difusa da ordem mundial do capital, alterando significativamente o diagnóstico de Marcuse de uma "sociedade sem oposição" (MARCUSE, 2002, p. xxxix). Em minha opinião, embora necessária, tal atualização deve ser realizada tendo em vista as mutações econômicas, sociais (e também políticas, é claro, embora em sentido diverso) iniciadas não em 1968, e tampouco em 1999 ou 2010, mas sim em 1973 – o que manteria o diagnóstico da "lógica derrotada do protesto" (MARCUSE, 2002, p. 127), de *O homem unidimensional* praticamente intacto – ao menos de um protesto *efetivo* contra o sistema. Não é que negue a existência e materialidade da luta de classes, mas, como afirmou Walter Benjamin em sua sexta tese sobre o conceito de história, escrita ainda em 1940 em um período de franca expansão da

[86] Devemos levar em consideração que Marcuse falava em um neofascismo, e não no retorno *ipsis litteris* do fascismo dos anos 1930: "O novo fascismo – se vier – será muito diferente do velho fascismo. A história não se repete tão facilmente" (MARCUSE, 1998k, p. 70), afirmou Marcuse em discussão com estudantes na Berlim Ocidental em 1967.

era fascista, o “inimigo não tem cessado de vencer” (BENJAMIN, 1987, p. 223). Nesse sentido, em consonância com a tese geral aqui defendida de que o neoliberalismo tanto conserva politica e subjetivamente a noção de uma sociedade unidimensional, ao mesmo tempo em que, em termos econômicos e sociais, desfaz boa parte de suas tramas, defendo a ideia de que o Marcuse realmente atual é mais o de *Contrarrevolução e revolta* (MARCUSE, 1972), e menos o de *Um ensaio sobre a libertação* (2000).

A partir da década de 1970, Marcuse passa a teorizar acerca de uma reorganização nacional e internacional do capitalismo, que incluiria elementos como restrições das liberdades civis, graves distorções econômicas do já limitado processo democrático de eleição de representantes políticos, um crescimento do Poder Executivo sobre o Legislativo, aquilo que ele denominou “colonialismo indireto”, entre outros (cf. MARCUSE, 2015, p. 5–7). Quando ele elenca os fatos empíricos que o levaram a realizar nova guinada em sua teoria, correlata à guinada realmente existente, notamos que ele parecia vislumbrar algumas características gerais da avalanche neoliberal que assolaria boa parte da humanidade desde os anos 1970:

> O povo elegeu (não pela primeira vez!) um governo bélico, engajado por longos anos em uma guerra que não é senão uma série de crimes sem precedentes contra a humanidade – um governo dos representantes das grandes corporações (e do grande trabalho!), um governo incapaz (ou relutante) de parar a inflação e eliminar o desemprego, um governo que está cortando o bem-estar [*welfare*] e a educação [...]. E este governo foi eleito com um voto trabalhador considerável. (MARCUSE, 1998d, p. 168)

A presença constante do conflito armado (condição *sine qua non* do espraiamento neoliberal desde o golpe de Pinochet), a monopolização ainda maior da economia em gigantescas corporações, a aplicação estratégica da inflação e do desemprego como táticas de governo e de dominação social e individual, e o corte (ou ao menos o reconfiguração) das garantias previdenciária e das seguridades sociais, todos esses elementos citados por Marcuse foram justamente aqueles analisados por diversos autores como colunas de implementação do neoliberalismo ao redor do globo.

Além de *Contrarrevolução e revolta* e das palestras de Vincennes de 1974, o arquivo de Marcuse contém diversos outros documentos, recortes de jornal, cartas, anotações, rascunhos de palestras, entre outros apontamentos que permitem aferir como

Marcuse estava empiricamente orientado pelas novas mutações do capitalismo na direção de sua guinada neoliberal.

Um documento particularmente significativo para demonstrar como Marcuse estava atento às novas transformações sociais em curso é o documento 2004.07, uma reportagem do Los Angeles Times de 26 de setembro de 1976 intitulada "2,5 milhões mais caem para a pobreza em 1975, segundo relatório". Marcuse grifou os seguintes trechos de tal reportagem: "Mais americanos caíram na pobreza no ano passado do que em qualquer outro momento nos últimos 17 anos que o governo vem monitorando, disse o Escritório do Censo no sábado [...]"; "O Escritório do Censo disse que 25,9 milhões de pessoas – *grosso modo* uma em cada oito pessoas – vivem em famílias que estão abaixo do nível de pobreza definido pelo governo de 5.500 dólares para uma família não rural de 4 pessoas [...]"; "os níveis de 1975 chegam a 106 dólares por semana. Por comparação, o salário médio dos trabalhadores fabris em meados de 1975 foi de 163 dólares por semana [...]"; "os 20% mais ricos eram aqueles cuja renda iniciava em 22.037 dólares no ano passado. Eles detinham 41,1% de toda a renda […]"; "O quinto mais pobre eram aqueles abaixo de 6.914 dólares. Eles detinham 5,4% da renda [...]"; "a média de renda familiar era de 14.268 dólares entre brancos, 8.779 dólares entre negros e 17.163 dólares entre famílias nas quais o chefe da casa era um trabalhador de tempo integral durante o ano todo". Marcuse entrevia aí a formação de uma nova classe proletária (ao menos na determinação econômica do termo) no seio do capitalismo estadunidense, algo que parecia impossível nas décadas anteriores, afinal, os EUA, com suas taxas de crescimento galopantes e de virtual pleno emprego, com seu mito de *middle-class society*, haviam figurado de modo estável como o exemplo maior da superioridade do capitalismo perante seus rivais políticos.

O Documento 2004.10 traz outra reportagem do L.A. Times de 25 de fevereiro de 1976, intitulada "Distribuição de renda nos EUA progressivamente desigual nos últimos 5 anos, diz economista". O documento 2004.14 contém ainda outra reportagem do L.A. Times, desta vez de 14 de setembro de 1975, com o seguinte título: "milhões se contentam com [*settle for*] 'mobilidade descendente'. A enclausurada [*beleaguered*] classe média". O olho de tal reportagem é significativo:

> A América tendeu a se perceber como um país de classe média cujo povo partilhava valores acordados. Hoje, no entanto, as peças não se encaixam mais de maneira tão arrumada. Nós olhamos no espelho e vemos estranhos reflexos. Incertos de quem somos, tateamos por um consenso moral perdido.

> Nós sentimos que nosso poder político murchou e uma maioria de nós se sente economicamente ameaçada [...].

Marcas centrais do concerto entre as classes no *Welfare State* centradas nas ideias de partilha e pacto transformam-se decisivamente. Em seu lugar, cisão, hiato e choque passavam a ditar o tom da sociedade neoliberal. Marcuse entrevia a formação de uma sociedade que se cindiria econômica e socialmente cada vez mais ao longo dos decênios seguintes.

Politicamente, as reviravoltas de tal sistema também iriam na direção oposta do pacto entre capital e trabalho em que supostamente "todos saem ganhando", da coalizão entre sindicatos e *big business* em nome da distribuição, mesmo que desigual, da riqueza social para todos. Marcuse parecia novamente vislumbrar esse novo giro: "nesta situação, a 'solução' capitalista é buscada na redução do nível salarial, na quebra do poder dos sindicatos e no embarque em uma agressiva política imperialista" (MARCUSE, 1998d, p. 185). E ainda: "O capitalismo expõe-se diariamente […]: a preparação de novas guerras e intervenções, assassinatos políticos e tentativas de assassinatos, violações brutais de direitos civis, racismo, exploração intensificada da força de trabalho" (MARCUSE, 1998l, p. 189), afirmou o teórico crítico.

Marcuse chegou até mesmo a sentir na pele o sinal de que os ventos haviam mudado definitivamente e que as relações políticas e de classe não iriam mais trilhar o caminho do concerto e da aparente harmonia, ao encarar a própria Ku Klux Klan e Ronald Reagan, então governador da Califórnia, em uma feroz campanha a favor da demissão de Marcuse da Universidade da Califórnia[87]. Marcuse parecia estar atento às últimas notas da Grande Sociedade, da sociedade aparentemente apaziguada, da sociedade afluente, da sociedade de classe média e à emergência das décadas neoliberais.

No arquivo de Marcuse, pode-se encontrar uma reportagem do New York Times de 26 de janeiro de 1972, 1973 ou 1974[88] intitulada "Chefe do orçamento afirma plano para abolir o ministério da pobreza", que versa sobre o fim das atividades do Ministério da Oportunidade Econômica, criado em 1964 e até então um dos pilares da *Great Society* de Lyndon B. Johnson. Marcuse grifou os seguintes trechos da reportagem:

---

[87] Conferir a este respeito o documentário *Herbert's Hippopotamus*, gravado em 1966 por Paul Alexander Juutilainen, então aluno de cinema no campus de San Diego da Universidade da Califórnia e disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gbzhmMDFcFQ>.

[88] Documento 2004.31 do arquivo de Marcuse, cujo ano era ilegível.

> A administração de Nixon confirmou hoje que planeja abolir o Ministério da Oportunidade Econômica, a agência antipobreza estabelecida pelo falecido presidente Johnson como uma das principais características de sua Grande Sociedade. [...] Mas o componente maior, mais de 900 agências de ação comunitária espalhadas por todo o país, que foi orçada em 384 milhões de dólares por ano, seria terminada no que tange o apoio federal. Os governos locais, caso desejem, poderiam manter as agências por meio de outros tipos de apoios federais. A ação comunitária era o coração da 'guerra à pobreza' da administração Johnson. As agências têm uma ampla gama de atividades e programas para os pobres em locais urbanos e rurais e eram responsáveis por falar em nome dos pobres perante órgãos públicos na arena pública. Mas tal atividade gerou tanta controvérsia que foi progressivamente degradada por Washington até que hoje seja um evento raro para uma agência 'marchar na prefeitura'.

Em outra reportagem do N.Y. Times, mas de 11 de janeiro de 1973 (Documento 2004.34), com um título autoexplicativo, lê-se: "Orçamento da educação deve cortar muitos programas". Os programas de benefícios sociais, instituições de assistência e as tentativas de corrigir os efeitos desagregadores do mercado na sociedade também passavam por transformações profundas que não passavam desapercebidas por Marcuse.

Essa questão também perpassa o Documento 2002.12, outra reportagem do L.A. Times de quatro de março de 1970, assinada por Harry Nelson e intitulada "'direito' a cuidado médico em disputa", Marcuse grifou o trecho reproduzido a seguir, uma fala de Dr. Ralph Milliken, presidente da Associação médica do condado de Los Angeles: "Cada um tem direito àquilo que pode conseguir. O público tem o direito de esperar que um bom cuidado médico esteja disponível, mas ele deveria estar disponível no mercado, como um Cadillac ou qualquer outra coisa". Mostra-se quase desnecessário ressaltar, mas a palavra "*Marketplace*" está especialmente sublinhada.

Ao ler a referida reportagem, é quase impossível não se lembrar do trecho de *O Homem Unidimensional* no qual Marcuse cita justamente o Cadillac, mas então para mostrar a virtual equiparação das classes sociais, ao menos na esfera do consumo, e que figura aqui agora, de maneira emblemática, como o operador que serviria justamente para distinguir as classes no mercado e fornecer os padrões de comportamento e a grade de inteligibilidade da sociedade neoliberal. Ao recortar e sublinhar tais matérias

aparentemente desimportantes, Marcuse buscava compreender como até mesmo o Estado de bem-estar já aparecia como excessivamente radical aos olhos neoliberais.

Por outro lado, ele continuava a insistir em muitas ocasiões, no que se provou historicamente equivocado, que "ao mesmo tempo, devido ao progresso técnico na produtividade do trabalho, esse tipo de capitalismo pode de fato trazer um elevado padrão de vida para uma grande parte da população" (MARCUSE, 1998f, p. 144), insistindo na capacidade do capitalismo avançado, por meio do neoimperialismo, de absorver aumentos salariais e outras demandas da classe trabalhadora (cf. MARCUSE, 2015, p. 68). Até mesmo em 1978, um ano antes de falecer, ele continuava a apontar no sentido da "'desproletarização' da classe trabalhadora" (MARCUSE, 2014i, p. 392) e que "a sujeição da pequena e média burguesia ao capital monopolista não levou à sua 'proletarização'" (MARCUSE, 2014i, p. 394).

Marcuse não poderia prever que dez anos após sua morte, a falência da URSS reverteria completamente tal quadro. As demandas do trabalho não seriam mais suavemente absorvidas e o hiato entre as classes, que havia diminuído sensivelmente nos anos compreendidos entre 1945 e 1973, fazendo parecer para muitos que o capitalismo seria quiçá capaz de suplantar a divisão da sociedade em classes, mostra-se novamente gritante, separando uma minúscula elite da gigantesca maioria da população.

O Homem unidimensional, assim como os outros escritos de Marcuse da mesma época, é permeado de referências à Guerra Fria, à corrida armamentista e à ameaça da bomba atômica, que, segundo Marcuse, protegiam tanto os EUA quanto a URSS do questionamento da necessidade e das causas do arranjo social orquestrado pelas duas superpotências[89].

É interessante notar como este é um pressuposto fundamental para o funcionamento normal da tese da integração, que por vezes pode parecer figurar para alguns como mero pano de fundo ou como simples elemento de conjuntura, mas que,

---

[89] Conforme explicou posteriormente Arrighi,

> Na gestão do presidente Roosevelt e de Henry Morgenthau, o controle sobre a liquidez mundial foi transferido da iniciativa privada para os órgãos públicos, e de Londres e Nova York para Washington. Esta fora uma condição necessária para o Keynesianismo global subsequente, através do qual o governo dos Estados Unidos transformou o caos sistêmico das décadas de 1930 e 1940 no ordeiro condomínio americano-soviético do poder mundial das décadas de 1950 e 1960. (ARRIGHI, 2006, p. 318).

olhando em retrospecto, constituía na realidade um elemento chave, sem o qual a tese da integração desmoronaria (como de fato o fez posteriormente): a corrida com a URSS.

> A situação da coexistência hostil pode explicar as características terroristas da industrialização estalinista, mas ela também pôs em marcha as forças que tendem a perpetuar o progresso técnico como instrumento de dominação. [...] Novamente, assumindo que nenhuma guerra [*warfare*] nuclear ou outra catástrofe interrompa seu desenvolvimento, o progresso técnico geraria um aumento contínuo no padrão de vida [...]. (MARCUSE, 2002, p. 46)

Trata-se da famosa interconexão entre *welfare* e *warfare*, descrita por Marcuse, um nexo que, apesar de aparentemente colocar frente à frente dois inimigos declarados, ajudava a proteger o desenvolvimento interno mais ou menos seguro de cada país. O "condomínio americano-soviético" (ARRIGHI, 2006, p. 318) ajudaria a manter a estrutura de poder interna frente ao medo do inimigo externo. Como formulou Marcuse na frase de abertura do prefácio à primeira edição de seu livro publicado em 1964, "a ameaça de uma catástrofe atômica que poderia aniquilar a raça humana não serve também para proteger as próprias forças que perpetuam esse perigo?" (MARCUSE, 2002, p. xxxix).

Consoante, embora de modo crítico, com a assim chamada tese da convergência – segundo a qual os EUA e a URSS, a despeito de advogarem oficialmente ideologias e posicionamentos políticos totalmente divergentes, aproximavam-se cada vez mais enquanto sistemas de repressões administradas –, Marcuse buscava denunciar as mudanças de rumo tomadas por uma revolução que buscava em principio lutar pela emancipação humana.

Contudo, o perigo iminente de uma superpotência como a URSS e do espraiamento global do comunismo (fato esse agravado pela Revolução Chinesa de 1949, a Revolução Cubana de 1959, que avizinhava gravemente o comunismo dos EUA, entre outros eventos que atestavam a real possibilidade do espectro comunista que rondava o mundo) obrigava o capitalismo, ao mesmo tempo, a manter-se "decente" (mesmo que apenas relativamente). É inegável que os ganhos da classe trabalhadora em tal período deviam-se a décadas passadas de combatividade e luta interna, porém, é um fato igualmente inconteste que os Estados e as classes burguesas do bloco capitalista viam-se compelidas a ceder ao menos parte dos ganhos sociais para os trabalhadores como uma

forma de gestão dos conflitos sociais, tentando refrear ou impedir completamente sua irrupção em formas mais radicais de luta.

Sem ser constrangido por rivais na esfera internacional e na batalha das ideias, uma vez decretado o fim da história, o capitalismo parecia não mais sentir a necessidade de se manter um sistema com uma face (quase) humana. Já não se mostrava necessário partilhar minimamente benesses corporativas, a riqueza coletivamente produzida, ceder direitos sociais, oferecer um Estado árbitro entre as classes, planejar mesmo que superficialmente a economia em nome do bem-estar da maioria (ou ao menos de modo que a maioria não fosse completamente subjugada por oligopólios ou monopólios). Uma camada de racionalidade não parecia ser necessária para ofuscar a irracionalidade profunda do todo. Marcuse admitia, desse modo, como o neoliberalismo representa um "rompimento do próprio véu de racionalidade capitalista que havia se constituído ao longo de três décadas após a Segunda Guerra:

> É como se o capitalismo agora se sentisse seguro o suficiente para livrar-se dos freios em sua destruição produtiva – freios legais, morais e políticos (ou: como se o capitalismo não pudesse mais arcar com a manutenção desses freios). O sistema rompe seu próprio véu, sua própria verificação. Em seu próprio comportamento ele demonstra diariamente a verdade da teoria marxista. (MARCUSE, 1998d, p. 176)

Se é possível afirmar, por um lado, que muitos aspectos da obra de Marcuse tenham sido tornados obsoletos pela agudização das contradições capitalistas na forma da contrarrevolução preventiva neoliberal, é igualmente possível notar como, por outro lado, Marcuse nos legou diversos conceitos e ferramentas teóricas capazes de esquadrinhar nosso presente, seja com suas análises formadas nos anos 1950 e 1960 a respeito da sociedade unidimensional e que mantém vigorosa atualidade, seja com suas observações urdidas após 1969 relativas à nova ordem mundial capitalista iniciada emblematicamente em 1973, momento no qual o sistema "rompeu seu próprio véu" e passou a manifestar explicitamente a comprovação das teses marxistas.

À crítica da Economia Política

Uma indagação era incontornável aos autores da Teoria Crítica tendo em vista as mutações diagnosticadas no âmbito do capitalismo tardio: como poderia sobreviver aí o

marxismo e a crítica de um sistema social marcado pela dominação, quando eles perdiam paulatinamente sua capacidade de "desvelar" a ideologia desse sistema por meio do contraste com a realidade empírica, quando esse sistema parecia atender as necessidades e satisfazer os desejos de grandes parcelas da população, quando ele parecia capaz de anular suas irracionalidades e desmedidas por seus próprios instrumentos internos, quando ele parecia poder mobilizar para seus fins grandes contingentes populacionais, obnubilando as fronteiras entre as classes sociais? A verdade do marxismo, outrora aparente por si só, evidenciada de modo incontestável pela própria realidade concreta, era colocada em xeque pelos feitos da sociedade industrial avançada. Conforme formulou Marcuse "[...] aqui, a sociedade industrial avançada confronta a crítica com uma situação que parece despojá-la de sua própria base" (MARCUSE, 2002, p. xlii).

As gerações anteriores do marxismo sempre tiveram esse trunfo na manga: o recurso à realidade empírica e imediata dos fatos econômicos, políticos e sociais era suficiente para corroborar a veracidade de suas formulações teóricas. Quem poderia refutar, no início da Revolução Industrial, que a sociedade burguesa dividia-se nitidamente em classes e assentava-se sob a dominação da burguesia sobre o proletariado? Analogamente, qual seria o embasamento factual capaz de argumentar contrariamente ao fato de que a classe trabalhadora era explorada dentro das fábricas e tinha sua existência pilhada nas grandes cidades inglesas na virada do século XIX? Que artimanha ideológica seria necessária para provar definitivamente que todos eram livres e iguais perante a lei e em sua vivência concreta?

A troca de equivalentes, embora um momento de fato dessa sociedade que postulava o trabalho livre como modelo de compra e venda da mão de obra, era o tempo todo virada do avesso pela aquisição da mercadoria trabalho em condições deletérias, pela penúria e miséria da vida corporificada na mera existência dos trabalhadores. Nesse momento, bastava ao marxismo apontar para uma realidade evidente para embasar seus achados e teorizações e comprovar sua legitimidade no que se refere à grande maioria da população, a saber, de que a contradição era o *modus operandi* inerente e constituinte do capitalismo. Adorno apontou nessa direção quando afirmou que

> nesse ponto Marx teve maiores facilidades, à medida que na ciência estava à sua disposição o sistema desenvolvido do liberalismo. Ele só precisava perguntar se o capitalismo, em suas próprias categorias dinâmicas, correspondia a esse modelo para, através da negação determinada do sistema

> teórico que lhe era apresentado, gerar por sua vez uma teoria imanente ao sistema. (ADORNO, 1986, p. 65)

O próprio capitalismo gerava sua crítica imanente ao produzir uma realidade concreta que intervertia suas premissas fundamentais. Nesse sentido, Marcuse descrevia em 1964 o estatuto e a natureza da crítica na sociedade industrial, no momento de sua emergência:

> Em suas origens na primeira metade do século XIX, quando ela elaborou os primeiros conceitos das alternativas, a crítica da sociedade industrial obtinha concretude em uma mediação histórica entre teoria e prática, valores e fatos, necessidades e objetivos. Essa mediação ocorria na consciência e na ação política das duas grandes classes que se enfrentavam na sociedade: a burguesia e o proletariado. (MARCUSE, 2002, p. xlii–xlii)

A existência patente de duas classes fundamentais que se definiam e confrontavam-se mutuamente, tornavam os "valores" marxistas fatos; a teoria marxista encontrava na prática sua verificação. Embora nunca tenha dispensado a teoria e o pensamento contemplativo, o marxismo constituía a formalização de um movimento real, a saber, o da luta de classes, o da luta do proletariado contra a burguesia.

Em "O que é marxismo ortodoxo?", escrito no primeiro quartil do século XX, momento de ascensão da classe operária e de suas lutas revolucionárias, Lukács formulou a questão da seguinte maneira:

> A dialética materialista é uma dialética revolucionária. Essa determinação é tão importante e de um peso tão decisivo para a compreensão de sua essência, que, antes mesmo de discorrermos sobre o método dialético em si, temos de entendê-la para abordarmos o problema de forma correta. Trata-se aqui da questão da teoria e da prática [...]. (LUKÁCS, 2003a, p. 64)

A identidade entre teoria e prática compunha o núcleo duro do marxismo, ao mesmo tempo em que fornecia a prova material de suas formulações teóricas. Lukács formulava da seguinte maneira esse vínculo inquebrantável:

> Somente quando a função histórica da teoria consistir no fato de tornar esse passo possível na prática; quando for dada uma situação histórica,

> na qual o conhecimento exato da sociedade tornar-se para uma classe, a condição imediata de sua autoafirmação na luta; quando, para essa classe, seu autoconhecimento significar, ao mesmo tempo, o conhecimento correto de toda a sociedade; quando, por consequência, para tal conhecimento, essa classe for, ao mesmo tempo, sujeito e objeto do conhecimento e, portanto, a teoria interferir de modo *imediato* e *adequado* no processo de revolução social, somente então a unidade da teoria e da prática, enquanto condição prévia da função revolucionária da teoria, será possível. (LUKÁCS, 2003a, p. 66)

Assim, o marxismo apresentava-se "essencialmente apenas como a expressão pensada do próprio processo revolucionário" (LUKÁCS, 2003a, p. 66). Em suma, não haveria interstício entre teoria e práxis, mas sim coincidência, unicidade. Não fortuitamente, Lukács escolheu como epígrafe do artigo em questão a 11ª tese de Marx contra Feuerbach, segundo a qual "Os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras, trata-se, porém, de *transformá-lo*" (LUKÁCS, 2003a, p. 63). A dialética marxista, una com a práxis revolucionária do proletariado, não se restringiria à elucubração filosófica de uma realidade que ela deixaria intocada. Ao contrário, como manifestação reflexiva de um movimento real, ela constituía a própria transformação radical dessa realidade[90]. Ecoando Lukács, Marcuse formulou em 1928 a questão da seguinte maneira:

> [o marxismo] não é uma teoria científica, um sistema de verdade cujo significado encontre-se apenas em sua exatidão enquanto 'conhecimento', mas sim uma teoria da atividade social e da ação histórica. O marxismo é a teoria da revolução proletária e a crítica revolucionária da sociedade burguesa. (MARCUSE apud KELLNER; PIERCE, 2014, p. 15)

[90] Não deixa de ser interessante, entretanto, como Lukács reconhece, de certo modo, a mesma questão com a qual se confrontou a Escola de Frankfurt anos depois. Em um prefácio de 1967 para seu estudo sobre Lenin (LUKÁCS, 2012), o pensador húngaro afirma: "quem quer que pretenda hoje colaborar com eficácia para o renascimento do marxismo deve considerar os anos 1920 de modo puramente histórico, como um período passado e encerrado do movimento revolucionário dos trabalhadores" (LUKÁCS, 2012, p. 103–4). Lukács também era, contudo, de outras formas, um defensor da teoria, e não meramente um ativista/estrategista que desconsiderava seu papel revolucionário, mas em diversos momentos de sua obra a práxis ocupava um papel primordial. No mesmo prefácio, ele afirmaria: "é a totalidade que dá a direção adequada para a consciência de classe voltada para a práxis revolucionária: sem orientação para a totalidade não há práxis historicamente verdadeira. Mas o conhecimento da totalidade não é espontâneo. Ele tem sempre de ser trazido 'de fora', isto é, tem de ser fornecido teoricamente aos homens que agem" (LUKÁCS, 2012, p. 112).

Um dos enigmas centrais com o qual se confrontavam, entretanto, os teóricos da Escola de Frankfurt, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, era o seguinte: como prosseguir com a crítica teórica do capitalismo quando a práxis não mais oferecia as provas necessárias para fundamentá-la? Como manter a teoria em sua radicalidade quando a prática real apontava na direção oposta, tanto política, quanto social e economicamente? Quem ou o que forneceria as coordenadas materiais para a cartografia teórica capaz de esquadrinhar fidedignamente essa sociedade?

O proletariado tardio do norte global tendia a não corroborar diversos achados e proposições fundamentais dessa teoria, seja no plano social e econômico, seja em sua atuação política como classe. Quando a sociedade industrial avançada foi capaz de suavizar tecnologicamente o trabalho, diminuir as distâncias econômicas entre as classes sociais, fornecer mercadorias em abundância a vastos estratos da sociedade, elevar o padrão de vida inclusive dos trabalhadores, introduzir classes médias e funções intermediárias que esfumaçavam a identificação nítida das classes e das fontes sociais da exploração, integrar as organizações políticas da classe trabalhadora por meio de pactos multiclassistas intermediados por um Estado assistencial e keynesiano, passando três décadas a fio despachando sua crise terminal às "calendas gregas" (ADORNO, 1986, p. 63), as operações da crítica pareciam exigir novos engenhos, mais refinados, mas também mais abstratos.

Quando as pessoas identificavam-se não apenas de modo invertido e irracional, mas também imediatamente com o mundo ao seu redor, tendo motivos materiais até certo ponto racionais para fazê-lo, preferindo a segurança da submissão administrada em detrimento de autonomia de fato, a aquiescência confortável à liberdade incerta, a igualdade possível à equidade plena, a distribuição menos desigual à planificação racional coletiva da economia, em suma, como formulou Marcuse, a euforia à felicidade, como continuar postulando a identidade essencial entre teoria e prática como característica distintiva do marxismo?

"Confrontada com o caráter total", afirmou Marcuse,

> das realizações da sociedade industrial avançada, a teoria crítica é deixada sem a fundamentação [*rationale*] para transcender essa sociedade. O vácuo esvazia a própria estrutura teórica, pois as categorias de uma teoria crítica da sociedade foram desenvolvidas durante o período em que a necessidade de negação e subversão estava corporificada na ação de forcas sociais efetivas. Essas categorias eram conceitos essencialmente negativos e

> opositivos, que definiam as contradições reais da sociedade europeia do século XIX. [...] Com a integração crescente da sociedade industrial, essas categorias estão perdendo sua conotação crítica, e tendem a tornar-se termos descritivos, ilusórios ou operacionais. (MARCUSE, 2002, p. xliv)

As realizações dessa sociedade, ao unificar opostos e aplainar contradições, pareciam tender a cancelar as premissas básicas do marxismo, impondo-lhe desafios consideráveis. Embora nunca tenham de fato abandonado a Economia Política e sua crítica, Marcuse e seus companheiros viram-se obrigados a rever a identidade entre teoria e práxis e a recorrer a planos mais abstratos para desenvolver sua Teoria Crítica. Como afirmou Marcuse,

> [...] o desenvolvimento capitalista alterou a estrutura e a função dessas duas classes [a burguesia e o proletariado] de tal maneira que elas não mais parecem ser agentes da transformação histórica. […] Na ausência de agentes demonstráveis da mudança social, a crítica é, logo, relançada a um alto nível de abstração. Não há um chão no qual se encontrem teoria e prática, pensamento e ação. Até a análise mais empírica das alternativas históricas parece especulação irrealista, e o compromisso com elas, uma questão de escolha pessoal (ou grupal). (MARCUSE, 2002, p. xlii)

Não fortuitamente, as noções de estabilização e autossustentação de uma formação capitalista que parecia dispensar até mesmo das classes dominantes para se produzir e reproduzir e que passava a mover-se tão somente pela força do capital como sujeito automático passam a dar o tom das interpretações urdidas então. Para ilustrar tal situação, Adorno valia-se da fórmula de Nietzsche: “nenhum pastor e um rebanho” (ADORNO, 1986, p. 67).

Horkheimer, para explicar esse funcionamento inercial do sistema capitalista avançado, empregou a metáfora do instrumental desgovernado: “a máquina ejetou o piloto; ela corre cegamente pelo espaço” (HORKHEIMER, 2015, p. 143), afirmou o filósofo em 1947. Adorno, ao indagar em 1968 as mutações internas do capitalismo e sua estrutura de classes, empregou uma analogia semelhante, recorrendo à noção de aparelho e ao fato de que a opressão social, outrora exercida por classes imediatamente identificáveis no espectro político, social e econômico, tornou-se mais anônima:

> A dominação sobre seres humanos continua a ser exercida através do processo econômico. Objeto disso já não são mais apenas as massas, mas também os mandantes e seus apêndices. De acordo com a antiga teoria, eles se tornaram, de modo acentuado, funções de seu próprio aparelho de produção. (ADORNO, 1986, p. 67)

No mesmo espírito, em *One-dimensional Man*, a metáfora de Marcuse também recorre à ideia de maquinaria, no que constituía uma das teses centrais do livro, a saber, de que o aparato produtivo por si só havia se tornado ideológico e totalitário, sujeitando seus operadores a uma função cada vez mais secundária em um processo mais geral e fundamental, obrigando Marcuse inclusive a contestar a dialética hegeliana do Senhor e do Servo:

> Reciprocamente, na medida em que a reificação tende a se tornar totalitária por virtude de sua própria forma tecnológica, os próprios organizadores e administradores tornam-se cada vez mais dependentes da maquinaria que eles organizam e administram. E esta mútua dependência não mais é a relação dialética entre Senhor e Servo, que irrompe na luta por reconhecimento mútuo, mas antes o círculo vicioso que encerra tanto o Senhor quanto o Servo. (MARCUSE, 2002, p. 36)

Em suma, mostrava-se necessário reformular criticamente um dos conceitos mais fundamentais e basilares do marxismo, a noção de luta de classes. Isto se dava tanto por um movimento histórico efetivo que obrigava a realizar revisões na "antiga teoria" de Marx, tendo em vista as mutações sociais postas em marcha no capitalismo tardio, quanto por um movimento teórico interpretativo disseminado pela Escola de Frankfurt: para os teóricos críticos, tratava-se de interpretar o marxismo a partir da obra de maturidade de Marx e das noções ali presentes de fetichismo da mercadoria, dominação anônima, sujeito automático, etc. (sem descuidar, no entanto, da materialização dessa dominação em termos de classes sociais historicamente constituídas).

Desde Marx e sua consideração de que os agentes sociais, sejam eles burgueses ou proletários, são apenas portadores e suportes de um processo social que ocorre mesmo que contra sua vontade, sabe-se que o verdadeiro espírito do mundo a submeter todos a seus ditames e determinações é, na realidade, não o capitalista, mas o capital[91]. "Na sequência de nosso desenvolvimento, veremos que as máscaras econômicas das pessoas não passam

[91] O capital, e não o proletariado, como teria suposto Lukács em *História e consciência de classe*. A respeito disso, cf. LIMA, 2017, p. 248 et seq.; POSTONE, 2003, 2014.

de personificações das relações econômicas, como suporte [*Träger*] das quais elas se defrontam umas com as outras", explicitou Marx (MARX, 2013, p. 160) no capítulo segundo do Livro I d'*O Capital.*

No entanto, a estratificação social dos séculos XVIII e XIX tendia a encarnar na burguesia e no proletariado, de modo mais ou menos fidedigno, a oposição em um plano mais abstrato entre capital e trabalho.

A sociedade capitalista da segunda metade do século XX, contudo, passara a apresentar uma configuração qualitativamente distinta de sua estratificação social característica dos séculos anteriores; e se as classes passaram a exibir características em larga medida desconformes à sua composição na emergência do capitalismo, então a própria relação entre as classes teria de ser apreendida de maneira distinta.

Na conferências de abertura do 16º Congresso dos Sociólogos Alemães de 1968, associação presidida por ele entre 1963 e 1967, Adorno tentava provar aos sociólogos (em especial à vertente empirista da Sociologia) que, mesmo que suas medições de estratificações sociais tenham sido bastante complexificadas pelos desenvolvimentos do capitalismo não totalmente previstos pela teoria de Marx, esta continuava a ser relevante e necessária para se compreender a realidade social existente. No entanto, justamente por conta dos desafios empíricos lançados por essa sociedade, Adorno viu-se obrigado a recorrer a uma intricada discussão teórico-metodológica acerca da relação entre Teoria Crítica e empiria, marxismo e epistemologia. Defendendo sua posição dialética, que não se entrega ao dogmatismo da teoria (desconsiderando os achados empíricos e fatos que possam contradizer tal teoria) de um lado, e tampouco ao fetichismo das leis objetivas (segundo o qual não haveria nenhuma lei estrutural da sociedade que não correspondesse a todo momento à sua comprovação empírica inequívoca) de outro, Adorno explicou como a dialética trabalha com a noção de "tendências" e não com sistematizações exaustivas e livres de contradição. Eis porque ele admite que a formulação alternativa contida no título de sua palestra "Capitalismo tardio *ou* sociedade industrial?" era em si um proposição coercitiva, uma vez que obrigava a optar teoricamente entre uma e outra, quando, na verdade, a contradição não seria uma falha de formulação do pensamento que seria incapaz de enxergar e mensurar corretamente a realidade, mas sim uma característica da própria realidade. No lugar da alternativa, a análise deveria reconhecer a contradição presente naquele momento histórico.

Adorno argumentou que a formação social do pós-Segunda Guerra refutava cabalmente certos prognósticos da teoria marxista, ao mesmo tempo em que confirmava

outros com clareza manifesta. Assim, por exemplo, o prognóstico marxista da tendência à pauperização progressiva, com consequente expansão do proletariado e da divisão polarizada mais e mais nítida da sociedade em duas classes sociais, foi contrariado pela capacidade de integração dessa sociedade. “Não era de se prever que os trabalhadores não continuassem mais na miséria, que eles viessem a ser cada vez mais integrados na sociedade burguesa e em sua visão de mundo, ao contrário do que ocorria durante e logo após a revolução industrial [...]”, afirmou Adorno (ADORNO, 1986, p. 65–6).

Isso não implicaria imediatamente, continuaria ele, que a dominação social não continuasse a ser exercida por meio do processo econômico. A diferença estaria no fato de que essa dominação já não seria exercida como ato inconfundível de uma classe sobre outra, mas sim na forma de uma dominação anônima, à qual não só o proletariado, mas sim todas as classes estariam submetidas.

Em outras palavras, tanto para Marcuse quanto para Adorno tratava-se, nesse momento, de explicar as continuações e rupturas da sociedade industrial avançada em relação à época da emergência desse modo de produção e de demonstrar, igualmente, que era possível encontrar na obra de Marx o instrumental analítico capaz de fazer frente a esses desenvolvimentos do capitalismo. Isto é, por que e como o capitalismo tardio continuava a ser capitalismo, mas era também tardio.

Desse modo, a refutação aparente e tendencial da teoria pela prática histórica concreta não poderia dar a última palavra na questão da superação do capitalismo e da emancipação, afinal, mesmo em sua versão avançada, a sociedade de classes não havia sido plenamente ultrapassada, mas continuava a ser regida por leis irracionais para além das vontades individuais; o trabalho alienado mantinha-se como necessidade fundamental e subjugava os indivíduos aos seus imperativos, mesmo que atingido um grau tecnológico capaz de reduzir drasticamente sua duração e frequência; e as pessoas não podiam autônoma e livremente tomar decisões básicas sobre suas próprias vidas, ampliando-se cada vez mais sua degradação como portadores de um processo social inominado e automático. Ou seja, ainda era necessário criticar a falsa reconciliação promovida por essa sociedade, mesmo que ela trouxesse avanços e progressos em relação às formações capitalistas precedentes.

Nos termos de Marcuse, “o fato de que a vasta maioria da população aceite, e seja levada a aceitar, essa sociedade não a torna menos irracional e menos repreensível” (MARCUSE, 2002, p. xliv). Assim como mostrou Adorno a respeito da indústria cultural, tomando de empréstimo uma frase de Walter Benjamin sobre a tarefa do crítico, tratava-

se de “defender os interesses do público contra o próprio público” (ADORNO, 2003a, p. 130), isto é, de insistir na verdade do marxismo mesmo que o capitalismo parecesse poder cancelar suas premissas, mesmo que uma parcela considerável da população, o proletariado tradicional incluso, fosse contrário às suas proposições e preferisse (com certo grau de motivo material) alinhar-se ao existente.

A solução para a assim chamada crise do marxismo, seu aterramento e veracidade, aparecia, no entanto, nesse momento, como uma “regressão de uma teoria acompanhada da prática histórica para o pensamento abstrato e especulativo: da crítica da Economia Política à Filosofia” (MARCUSE, 2002, p. xlv). Mais do que nunca, não era a prática política de uma classe revolucionária que se mostrava como capaz de oferecer os contornos gerais da teoria marxista; tampouco era a realidade econômica e social do proletariado no primeiro mundo que constituía o fundamento da crítica; somente a teoria, mesmo que obrigada a tomar uma distância aparentemente abstrata e especulativa, parecia apta a resguardar o potencial da crítica e a levar adiante a crítica do capitalismo em sua fase dourada.

Em *Razão e Revolução*, escrito e publicado momento diverso, mas também marcado pela derrota da classe trabalhadora, Marcuse já havia sinalizado como a teoria pode operar como a guardiã última da verdade do marxismo em momentos adversos:

> A teoria acompanha a prática a cada momento, analisando a situação em mudança e formulando seus conceitos de modo correspondente. As condições concretas para realizar a verdade podem variar, mas a verdade permanece a mesma e a teoria permanece como sua guardiã última. A teoria preservará a verdade mesmo se a prática revolucionária desviar de seu caminho correto. A prática segue a verdade, e não vice-versa. (MARCUSE, 2000b, p. 322)

Nos decênios seguintes, mesmo com a derrota do nazismo e a instauração de democracias liberais no centro do capitalismo, a práxis revolucionária continuava a ser inibida por meio de outros mecanismos e em sob outras condições, mas isso não alteraria a tarefa da crítica diante dos bloqueios encontrados na realização da emancipação.

Em *Teoria e prática* (2004b), originalmente uma conferência proferida em junho de 1974 à ocasião da comemoração dos 50 anos do Instituto de Pesquisa Social em um dos auditórios da Universidade Goethe em Frankfurt abarrotado com mais de dois mil

estudantes, Marcuse continuava a ressaltar a imprescindibilidade da teoria nesse novo momento marcado pela realização da ideologia:

> Quando a própria ideologia, quando a própria razão tornam-se meios de dominação que são reproduzidos pelos indivíduos, então está dada a necessidade de uma *contra*-Psicologia, *contra*-Sociologia, *contra*-Razão, *contra*-Educação. Isso quer dizer que, em contradição com a fusão capitalista da cultura material com a intelectual, da razão com a ideologia, aplica-se agora a palavra de ordem da libertação do trabalho intelectual para sua própria autonomia: inteligência na contradição. (MARCUSE, 2004b, p. 156)

O marxismo, nesse quadro, parecia dar um passo atrás e interverter-se de materialismo histórico em idealismo, ao defender a autonomia e a libertação do trabalho intelectual perante as necessidades e possibilidades da práxis. Não fortuitamente, justamente a 11ª tese de Marx contra Feuerbach, que havia sido formulada para criticar o idealismo da ideologia alemã e eleita como epígrafe por Lukács para definir o que era o marxismo, foi colocada novamente sob escrutínio por Marcuse.

Marcuse inicia sua comunicação de 1974 em Frankfurt alertando já para o fato de que a teoria e a práxis nunca formaram uma unidade imediata. Caso contrário, teoria e estratégia coincidiriam e seriam simplesmente a mesma coisa. Segundo Marcuse, uma tensão, e até mesmo certo conflito com a práxis sempre estiveram na essência da teoria marxista. Esse conflito apareceria na dialética na forma de tendências fundamentais e contra-tendências, que nunca poderiam ser absolutizadas teoricamente na forma de leis necessárias[92].

Não obstante essa relação inerentemente tensa entre teoria e prática, a configuração apresentada pelo capitalismo tardio dos países centrais era diversa e impunha outra camada de dificuldades. A sociedade industrial avançada, afirmou Marcuse, espaçava consideravelmente a distância entre ambas, não mais como uma característica dinâmica e intrínseca à sua própria relação conflituosa, mas sim como um desenvolvimento de uma totalidade social nova, que aburguesou o proletariado do primeiro mundo e afastou-o de outros grupos potencialmente revolucionários, seja dos assim considerados "párias sociais" no próprio norte global, seja dos povos oprimidos e dos movimentos de libertação no terceiro mundo. Não foi por outro motivo que Marcuse

[92] Assim deve ser lida corretamente a tese da integração do proletariado: como tendência.

questionava uma interpretação reificada de "classe trabalhadora" como agente histórico inequívoco e lançou-se à busca por outros grupos sociais capazes de levar adiante a missão histórica do proletariado de liquidar a dominação dos seres humanos por seres humanos. Um isolamento completo, um fosso entre teoria e prática era assim cavado:

> O isolamento da práxis e a condução das massas (até a integração) são (como buscaremos mostrar) a consequência *e* a condição do próprio modo de produção capitalista, não apenas um fenômeno secundário. Desse modo, a tensão entre teoria e práxis torna-se mais forte do que aquela já inerente à teoria: a tradicional unidade com as massas, tal qual existiu no período pré-fascista, está, nesse estágio do capitalismo tardio, "suspensa" [93]. (MARCUSE, 2004b, p. 147)

Segundo Marcuse, a 11ª tese de Marx contra Feuerbach havia tornado-se vítima de si mesma quando interpretada de modo ossificado, isto é, como se houvesse uma sequência temporal que levasse, em primeiro lugar, da interpretação, para a transformação do mundo apenas posteriormente, que, por sua vez, excluiria terminantemente sua "fase" predecessora.

Em "A relevância da realidade" (MARCUSE, 2011b), uma versão estendida da comunicação de Marcuse na 43ª reunião anual da divisão do Pacífico da Associação Filosófica Americana, proferida em Portland em 28 de março de 1969, Marcuse havia proposto o mesmo argumento:

> A Filosofia estava na origem do esforço histórico radical para "transformar o mundo" na imagem da Liberdade e da Razão; o esforço ainda não atingiu seu fim. A famosa tese de Feuerbach nunca significou que agora não é mais necessário interpretar o mundo – nós podemos ir por aí transformando-o. Esse empreendimento é mais difícil hoje do que antes: o mundo deve ser interpretado novamente para ser transformado; e uma boa parte dessa interpretação requer pensamento crítico, pensamento filosófico. *Pro domo* ou não – eu acredito que nós ainda temos um trabalho a ser feito – um trabalho cada vez mais grave, e, eu espero, cada vez mais ARRISCADO. (MARCUSE, 2011b, p. 182)

---

[93] Note-se bem que Marcuse falava em uma "suspensão" ("*suspendieren*" é o verbo utilizado por ele, mas não "*aufheben*", que poderia dar margem a outro caminho de interpretação), e não em uma liquidação definitiva dessa unidade. Novamente a noção de "tendência" desempenha aqui um papel fundamental para compreender a tese de Marcuse.

A despeito de ter sido alçado para a posteridade como o pensador que filosofava com coquetéis molotov (a mais recente versão dessa designação pode ser encontrada em JEFFRIES, 2017), Marcuse tomava o partido da teoria, da interpretação e do pensamento como elementos (cada vez mais) necessários da transformação radical do mundo. Parecia evidente a Marcuse que os novos desdobramentos capitalistas que ampliavam a distância entre teoria e práxis exigiam que "[...] a filosofia crítica permanece[sse] elemento da transformação (como no próprio Marx), e até mesmo um elemento tanto mais forte, quanto mais *regressivo* é o desenvolvimento social, visto a partir da transição para o socialismo" (MARCUSE, 2004b, p. 147–8). Quando a práxis não resguardava a possibilidade da emancipação humana na Europa e nos EUA, a despeito de sua necessidade premente, a teoria e a filosofia continuariam a resguardar a tarefa da crítica.

Na conferência de rádio "Resignação", pronunciada na emissora *Freies Berlin* em 9 de fevereiro de 1969, Adorno aludiu à mesma questão. Atacando as ações consideradas por ele tentativas desesperadas de ativismo político sem base de classe, e apontando incisivamente contra a submissão da teoria à práxis, ele afirmou: "Mas já em Marx se esconde aí uma ferida. Ele conseguiu expor a décima primeira tese de Feuerbach tão autoritariamente porque sabia não estar totalmente seguro dela. Na juventude tinha exigido a 'crítica implacável de tudo que existe'. Agora, troçava da crítica" (ADORNO, 2003b, p. 192).

Ora, mas não teria o neoliberalismo "solucionado" ao menos parcialmente essa questão? Sua obstinação em cindir a sociedade novamente em dois campos visivelmente demarcados e apartados; em tornar supérfluas populações inteiras que tentam mas sequer conseguem vender a única mercadoria que lhes resta e sem a qual o sistema não pode viver, a saber aquilo que se denomina (e se comporta como) "capital humano" e nada mais é do que a força de trabalho nua; em forjar crises sistemáticas e oportunas para destruições criadoras sem as quais não pode se reproduzir, mesmo que à custa das vidas de milhões de pessoas; em suma, em promover a precarização ubíqua da vida como técnica sistemática de governo, não teria (re)aproximado a Economia Política e sua crítica do marxismo e da Teoria Crítica? Se a correspondência entre o nível empírico da cisão da sociedade em duas classes e o nível da determinação social completa pelo capital enquanto agende fundamental das relações sociais havia sido desarranjada na sociedade industrial tardia, após quatro décadas e meio de avanço hegemônico neoliberal, pode-se afirmar que essa correlação, ao menos em termos econômicos e sociais, volta a encontrar

sua confirmação concreta. “Nessas condições”, conforme afirmou Terry Eagleton (EAGLETON, 2011, p. 7–8), “alegar que o marxismo está acabado seria como alegar que o combate a incêndios está fora de moda porque os incendiários estão se tornando mais astutos e engenhosos que nunca”.

Os teóricos críticos jamais afirmaram que o marxismo havia sido superado; muito pelo contrário, sustentaram de modo não ortodoxo essa tradição radical mesmo perante os grandes desafios erigidos pelo capitalismo tardio. O capitalismo, entretanto, em sua versão neoliberal, (novamente) apresenta uma discrepância gritante entre sua realidade efetiva e suas categorias dinâmicas imanentes. Não seria possível, assim, realizar uma crítica da ideologia como Marx havia levado a cabo? Como formulou Adorno, “o próprio modelo capitalista nunca teve uma vigência tão pura quanto a apologia liberal o supõe. Em Marx, isso já era crítica à ideologia: devia expor quão pouco o conceito que a sociedade burguesa tecia sobre si mesma coincidia com a realidade” (ADORNO, 1986, p. 73).

Ao longo de suas obras do pós-Segunda Guerra, uma das teses mais proeminentes defendidas por Marcuse era a de que a relação entre ideologia e realidade havia sido qualitativamente alterada na sociedade industrial avançada, de modo que a ideologia havia sido incorporada ao processo produtivo. Em palestra de 1974, Marcuse defendia que

> O capitalismo tardio transformou a relação entre base e superestrutura, porém não na direção de um “fim da ideologia”, mas sim, ao contrário, em vista de uma institucionalização, uma “corporificação” da ideologia na conduta cotidiana, no funcionar da sociedade e dos indivíduos. A fartura avassaladora de mercadorias, a produtividade controlada do trabalho e a satisfação controlada das necessidades não mobilizam somente a consciência, mas também a estrutura pulsional para a reprodução do existente dentro e fora do mundo do trabalho. A socialização repressiva da consciência e da estrutura pulsional é, hoje, uma parte do *processo de reprodução material*. (MARCUSE, 2004b, p. 148)

Marcuse tentava lidar, desse modo, com a o espinhoso problema da ideologia. Se a ideologia havia sido concebida por Marx e pela geração de marxistas posteriores a trabalhar com o conceito como uma relação problemática, como certa defasagem entre as condições objetivas e as subjetivas, entre o existente e a consciência, Marcuse afirmou

que um dos feitos da sociedade industrial avançada foi justamente o de reduzir esse descompasso, quando se compara essa formação social com suas variantes capitalistas anteriores. À medida que essa sociedade conferia à sua ideologia uma camada de materialidade, a adesão política e a conformidade subjetiva ao sistema tendiam a tornar-se cada vez menos uma questão de concepção falsa da realidade por parte do indivíduo e a cada vez mais ganhar ares de racionalidade – muito embora essa sociedade continuasse a ser fundamentalmente irracional. Em outras palavras, nesse momento, as condições objetivas tendiam não a contrariar as subjetivas, mas sim a ir em seu encontro. Fazia sentido por parte dos agentes sociais apoiar um sistema que entregava mercadorias, elevava o padrão de vida, fornecia assistência social, benefícios corporativos, etc. Trata-se do argumento, citado anteriormente, contido na carta de Marcuse a Adorno em 1949: "É claro que tudo poderia ser muito melhor e muito mais – mas isso não é uma objeção muito convincente: no fim das contas – diria o opositor – compare com aquilo que era antes" (MARCUSE, 1949).

No neoliberalismo, a estabilização do capitalismo, que sempre foi considerada como tendencial pela Escola de Frankfurt, isto é, como possivelmente provisória, potencialmente implosiva e imanentemente contraditória, é de fato desestabilizada: fartura de mercadorias e satisfação das necessidades são luxos cada vez menos partilhados pela enorme maioria da população. O Estado assistencial que buscava remediar as desigualdades econômicas mesmo que minimamente é cada vez mais substituído por um Estado prisional e policialesco, garantindo taxas de juros e impostos regressivos desfavoráveis para a maioria da população ao mesmo tempo em que, à forma e semelhança da empresa capitalista, busca maximizar lucros cortando benefícios sociais. O neoliberalismo, nesse sentido, regride[94], mesmo nos países do capitalismo central, a uma forma de capitalismo que puxa a si mesmo pelos cabelos, cuja ideologia tende a se tornar novamente oca. Como formulou Marcuse em sua supracitada frase retirada de "Reflexões sobre a revolução francesa", "O sistema rompe seu próprio véu, sua própria verificação. Em seu próprio comportamento ele demonstra diariamente a verdade da teoria marxista" (MARCUSE, 1998d, p. 176).

[94] "Regredir" é um verbo que se aplica tão somente aos poucos e esparsos países e momentos nos quais de fato o capitalismo encobriu sua ideologia com um véu material. Na grande maioria do sul global, no entanto, não se pode falar propriamente da regressão de algo que nunca existiu. O termo, entretanto, continua sendo apropriado para falar de uma regressão vista da perspectiva da transformação radical do mundo e da realização de uma sociedade emancipada.

Nesse sentido, se Marcuse pôde afirmar no auge dos anos 1960 e no início dos anos 1970 que a ideologia havia se tornado real, materializada no aliviamento tecnológico do trabalho e no aburguesamento e integração da classe trabalhadora no norte global, em certo sentido é como se a ideologia tivesse se des-realizado, abandonado sua corporificação econômica e social para escancarar a velha barbárie e violência do sistema capitalista por quase todo o globo terrestre. De fato, parece ser difícil afirmar hoje, como fizera Marcuse em 1964, que a ideologia se realizou – ao menos não no sentido econômico e social aqui discutido. Pelo contrário, a nua realidade cotidiana capitalista parece fazer-se sentir em cada vez mais esferas da vida, e em cada vez mais regiões do globo.

Fredric Jameson apontava para o mesmo processo, conforme podemos notar na seguinte citação:

> Com o fim dos anos 60, com a crise econômica mundial, todas as velhas contas infra-estruturais voltam então lentamente a pesar; e os anos 80 se caracterizarão por um esforço, em escala mundial para proletarizar todas essas forças sociais liberadas que deram aos anos 60 sua energia, por uma extensão da luta de classes, em outras palavras, aos mais remotos rincões do globo, assim como às mais minúsculas configurações de instituições locais (tais como o sistema universitário). [...] E esta, por fim, é também a solução para a assim chamada "crise" do marxismo e para a amplamente apontada inaplicabilidade de suas formas de análise de classes às novas realidades sociais com que os anos 60 nos confrontaram: o marxismo "tradicional", se foi "falso" durante esse período de uma proliferação de novos sujeitos da história, deve necessariamente tornar-se de novo verdadeiro quando as sombrias realidades da exploração, da extração de mais-valia, da proletarização, e a resistência que a isso se opõe sob a forma da luta de classes, lentamente se reafirmam numa nova e ampliada escala mundial como a que parece hoje estar em processo. (JAMESON, 1991, p. 126)

A Teoria Crítica do neoliberalismo tem de prestar contas desse fenômeno de proletarização da sociedade como um todo. Talvez o termo "proletarizar" não seja exatamente o mais apropriado, não porque o proletariado salariado tradicional gozaria de benefícios seguros e certos imanentes à relação salarial em si (como defendem Standing e Castel, afinal esses "privilégios" sempre foram confinados ao proletariado do norte global, e mesmo assim a certos locais, gêneros, raças e sexualidades), mas sim porque

uma das características que definiu o proletariado em meados do século XIX e início do XX foi sua atuação política organizada e *efetiva* enquanto classe, oposição ao sistema essa que ainda é largamente frágil quando comparada às dificuldades e aos avanços impostos pelo capitalismo neoliberal em escala global. De qualquer maneira, o quadro da estratificação social e econômica esboçado por Marcuse e Adorno e incluído na configuração mais ampla do "capitalismo tardio" teve curta duração na história do capitalismo e deve ser revisto tendo em vista seus últimos desdobramentos neoliberais.

Este é um desenvolvimento do capitalismo não totalmente previsto pela Escola de Frankfurt: a tendência observada por Marcuse e por Adorno, previa uma consolidação e ampliação do capitalismo em sua variante encontrada no norte global nos *trente glorieuses*, mas o que observamos foi, ao contrário, que uma contra-tendência impôs-se de modo acachapante, a saber, o do espraiamento do capitalismo em sua forma mais extrema no sentido Sul-Norte, e não Norte-Sul[95].

Muito embora os teóricos críticos não tenham jamais abandonado a crítica da Economia Política em nome de uma crítica estritamente filosófica, hoje parece ser claro que ambas devem andar de mãos dadas para a crítica da presente neoliberal.

Isso não implica, evidentemente, que a teoria possa ser preterida em nome de qualquer práxis política, como ela de fato nunca pôde. Apenas que a crise do marxismo enquanto teoria adequada à crítica de uma realidade econômica e social, tão alardeada durante decênios e que exigiu refinadas operações teóricas e reflexivas por parte da Escola de Frankfurt, pode encontrar novamente na realidade efetiva uma aliada.

Mas isso nos leva ao segundo ponto na relação do neoliberalismo com a ideologia e na compreensão da adesão ao *Establishment* hoje, a saber, o fato de que a oposição ao *status quo*, que atualmente poderia ser corporificada por uma classe trabalhadora em sentido *lato*, que constitui a esmagadora maioria da população mundial que em algum grau padece sob os infortúnios de algum tipo de precarização, (ainda) não foi capaz de impor desafios efetivos ao estabelecimento e desenvolvimento da ordem neoliberal. Na realidade, consideradas as árduas condições e regressões econômicas, laborais e sociais

[95] Deve-se proceder com cautela quanto à nomenclatura norte e sul globais para que elas não essencializem certas experiências nacionais de modo ossificado, negligenciando experiências de classe determinantes mesmo dentro dos respectivos contextos nacionais e geográficos. Cabe não esquecer que, a cidade de São Paulo, por exemplo, que abriga Heliópolis e seus mais de cem mil habitantes, também concentra a maior frota de helicópteros do mundo (cf. MENDONÇA, 2016). Assim, norte e sul globais são tomados aqui também como tendências.

atuais, a oposição política ao sistema como um todo é espantosamente frágil[96]. Para compreender tal fenômeno, temos de dar conta de outra faceta da teoria da integração, que não somente a econômica e laboral: a integração política e subjetiva, que continua a operar de modo franco.

O termo unidimensional, empregado por Marcuse para designar o capitalismo tardio, além de fazer referência à integração laboral e econômica das classes em uma totalidade relativamente harmônica (e não agonística), contém também esta segunda faceta, a saber, a redução da relação tensa e conflituosa entre realidade e potencialidade ao existente, que se apresenta como a única possibilidade de materialização e organização da sociedade. Aquilo que é contingente é tornado necessário pelos feitos da sociedade industrial avançada; o inteiramente outro é atrofiado e a empiria fornece a última palavra, proclamando sua vitória e calando suas alternativas históricas.

Quanto a isso, o neoliberalismo parece dispor de uma fonte abundante de capacidade de manutenção e reprodução do existente. A ideologia atual é capaz de um poder de capilarização e de autopropulsão incrível, capaz de transformar pessoas que não são senão vida nua (AGAMBEN, 2010) em empresários de si. A ideologia continua a ser corporificada materialmente na conduta cotidiana e no funcionar dos indivíduos, tal qual propunha Marcuse, mas por meio de outros mecanismos e assumindo novas formas. A subordinação e a aquiescência ao sistema são cada vez mais tema de escrutínio psicanalítico e inconsciente, uma vez que perde sua fina camada de racionalidade conquistada nas três décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial e explodida de fato nos anos 1990, quando o capitalismo não precisa mais competir com nada e ninguém para se provar como a melhor forma de organização da economia, da política e da sociedade.

As crises econômicas, por exemplo, outrora vistas como a abertura de um evento político singular para a contestação do sistema a partir da explicitação das trincas e rachaduras em seu *modus operandi*, não apenas não são mais temidas pelas classes dominantes, como até mesmo incentivadas e vistas como janelas de oportunidade essenciais para a imposição de modelos neoliberais cada vez mais radicais de privatização, de desbravamento de mercados, de instituição de novas leis favoráveis às corporações e aos mais ricos, etc. Assim, conforme afirmou Lemke,

---

[96] Aqui a noção de Toni Negri e Michael Hardt de "multidão" parece mostrar sua debilidade teórica. Embora o Império neoliberal de fato crie todas as condições objetivas para que uma assembleia mundial em luta seja reunida, temos de reconhecer que tal congregação (ainda) não foi *efetivamente* realizada (cf. HARDT; NEGRI, 2005, 2006).

> Práticas neoliberais não estão necessariamente instáveis ou em crise quando elas se apoiam em clivagens sociais cada vez maiores ou quando se relacionam com um programa político incoerente. O neoliberalismo pode funcionar não ao invés de exclusão social e de processos de marginalização ou de "deficiências" políticas; ao contrário, a renúncia a seguridades sociais e a direitos políticos pode muito bem demonstrar ser sua *raison d'être*. (LEMKE, 2017, p. 204)

A crise tornou-se o modo de operação normal do sistema, o que apenas comprova como ele conseguiu impor-se de modo totalitário sem rivais à altura na esfera política.

Em suma, o neoliberalismo parece realizar um movimento duplo: ao mesmo tempo em que, por um lado, ele opera uma des-realização da ideologia em termos econômicos, laborais e sociais nas múltiplas e profundas formas de precarização da vida em jogo atualmente, espraiando pelo globo formas de dominação e espoliação que pareciam ter sido superadas em certas regiões e classes sociais, por outro lado, ele também realiza sua ideologia em escala exponencial, afirmando o positivo e hipostasiando o existente como a única forma de vida existente, à qual não há alternativa. Desse modo, embora não tenha vivenciado plenamente o neoliberalismo, Marcuse e sua obra continuam fundamentais para explicar a expulsão da transcendência e da negatividade na sociedade neoliberal.

Mas quem não quer falar do capitalismo deveria também silenciar-se quanto ao neoliberalismo

Embora grande parte dessa tese tenha sido dedicada a uma tentativa de atualizar a Teoria Crítica, em especial aquela produzida por Herbert Marcuse, tendo em vista os desdobramentos políticos, econômicos e sociais impostos pelas últimas quatro décadas e meia de hegemonia neoliberal mais ou menos vitoriosa ao redor do globo, deve-se ressaltar que o intuito não é, de modo algum, criticar o capitalismo somente em seus excessos, como se o funcionamento normal e otimizado do *business as usual* (aquilo que Anselm Jappe denominou "barbárie em fogo baixo" – JAPPE, 2013, p. 61) não encerasse toda uma série de violências cometidas de novo e de novo em nome do progresso capitalista. Hoje, quando a precarização total da vida bate na porta de diversos países, classes sociais, gêneros e sexualidades que estiveram historicamente resguardados de seus efeitos mais nefastos, toda uma gama de críticas levanta-se contra suas

consequências sociais e individuais que tornam a vida inóspita, subitamente redescobrindo uma questão social que nunca abandonou os rincões desprivilegiados da maioria da população terrestre.

Nesse momento, devemos nos lembrar da advertência de Marx: devemos levar a cabo a "crítica implacável de tudo o que existe" (MARX; ENGELS, 1976, p. 344). Tal advertência foi seguida à risca pela Escola de Frankfurt e por Herbert Marcuse que, mesmo diante da sociedade da afluência representada pelo capitalismo tardio estadunidense, após ter fugido da Alemanha nazista e ter encontrado morada na América, não se deteve perante a tarefa da crítica e continuou a exercê-la incansavelmente contra uma sociedade que se apresentava como a "própria corporificação da Razão" (MARCUSE, 2002, p. xl).

Na verdade, uma das teses mais ousadas e radicais defendida de modo praticamente uníssono pelos maiores representantes da Teoria Crítica era justamente a de que o liberalismo e o capitalismo não constituíam antídotos para o fascismo, mas sim suas formas embrionárias e latentes. Isto é, o nazi-fascismo que se espalhava pela Europa e ameaçava grande parte do mundo não deveria ser visto, de acordo com Marcuse, Adorno e Horkheimer, como uma forma aberrante e excepcional em relação à normalidade capitalista, mas sim como sua explicitação cabal. Nas palavras de Horkheimer, "o butim que cai no colo do fascista pertence a ele por direito, ele é o filho legítimo do liberalismo" (HORKHEIMER, 1938, p. 384).

Este é um ensinamento que a Escola de Frankfurt como um todo nos legou e que mostra-se mais urgente do que nunca: mesmo em sua versão mais "democrática" e "inclusiva", experimentada nos países do Norte Global nos trinta anos gloriosos entre 1945 e 1973, com um Estado social-assistencialista austero e um pacto de classes relativamente durável, o capitalismo nunca foi capaz de oferecer uma vida igualitária, plena e livre para as pessoas que vivem sob sua égide. É fato que, durante esse período, a luta pela existência de muitos pôde ser atenuada – geralmente às custas de outrem. Mas mesmo essa vida sempre se constituiu como uma vida lesada (cf. ADORNO, 2008) e unidimensional.

Conforme já afirmado acima, Marcuse não caiu nas armadilhas apologéticas do capitalismo tardio. Isso está relacionado com a posição sustentada pela Teoria Crítica de atacar os pontos altos do capitalismo mesmo nos momentos em que tal sistema parece ser capaz de se apresentar como feito derradeiro da Razão. Nas palavras de Lima,

> Um dos traços distintivos da Teoria Crítica [...] é a crítica do capitalismo que se detém nos seus pontos altos e mais fortes. Isto é, esses autores não se conformaram em repetir Marx e o marxismo posterior a ele ressaltando apenas como o capitalismo é baseado na exploração, como o modo de produção baseado no lucro produz desigualdades, etc., embora fossem plenamente conscientes disso. Um bom exemplo é a análise que os autores fazem do capitalismo norte-americano. Assim, por exemplo, no aumento da participação social por via do consumo e do Estado de Bem-Estar Social, até hoje visto como um modelo de reformismo por parte da esquerda e como um resultado importante da luta dos trabalhadores, os autores enxergaram um processo de integração do proletariado. E não o faziam porque eram contra a distribuição de renda e de direitos sociais, mas porque viam esse processo como algo dialético, em que o ganho econômico estava aliado a uma perda política. (LIMA, 2017, p. 15)

Logo, não é possível afirmar, como muitos críticos o fazem, que Marcuse teria "abandonado a classe trabalhadora como sujeito" (ANDERSON, 1990, p. 99) ou que ele teria endossado o discurso do fim da história e da vitória triunfante do capitalismo. Marcuse, Adorno e a Escola de Frankfurt em geral sabiam muito bem que esse sistema continuava a ser um modo de organização bárbaro da vida, impregnado de violências, desmedidas, miséria, exploração brutal e desigualdades em diversos âmbitos da sociedade. Como asseverou Paulo Arantes,

> A esta altura, podemos economizar a recapitulação das ultimas três décadas de colapso administrado, que não devemos confundir com a sociedade 'totalmente administrada', como os frankfurtianos denominavam os míticos trinta anos gloriosos da ordem fordista do pós-guerra, cujo caráter de saída de emergência e fuga para a frente, rumo ao cataclismo nuclear que animava a 'correria' das sociedades afluentes, *jamais os enganou*, dois desastres administrados emendando um no outro, porém distintos, e responsável tal diferença no tempo do mundo pelas narrativas estilizadas em alternância, ora sobre as ruinas do futuro que não chegou, ora em torno da restauração da saída de emergência de anteontem, em que todos os embarcados pareciam se dar bem. (ARANTES, 2014, p. 441, grifo nosso)

Se Horkheimer pôde afirmar, com todas as implicações decorrentes, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, que "quem não quer falar do capitalismo, deveria também

silenciar-se quanto ao fascismo" (HORKHEIMER, 1939, p. 115), não podemos temer hoje afirmar algo análogo, para não cairmos em uma crítica estéril das formas mais extremas do capitalismo, afinal, o capital é sempre já uma forma extrema. A solução para os problemas do capitalismo não se encontra em domar nostalgicamente suas formas mais aberrantes, atreladas a um capital financeiro sem lastro e a uma elite sem escrúpulos que opera cada vez mais na forma de *rackets* e bandos armados em nome de uma suposta era de ouro do capitalismo em que todos pareciam sair ganhando, em que a indústria produzia coisas palpáveis e o mundo estava em ordem simplesmente porque tinha conseguido empurrar a miséria socialmente produzida para locais em que ninguém a enxergava.

Essa constituiu de fato a agenda da Escola de Frankfurt por décadas a fio: não permitir que a crítica seja esquecida mesmo nos momentos em que a indústria cultural transmitisse a mensagem secreta do capital de modo confortável e agradável; continuar a crítica mesmo que sejamos obrigados a fazê-lo na forma de "mensagens numa garrafa" (ADORNO, 1996); examinar a domesticação de Eros perpetrada por uma liberalização sexual afeita aos novos mecanismos de valorização do valor; insistir no pensamento crítico mesmo que sem uma base social capaz de levar a cabo sua realização histórica; enfim, dissecar a destruição da negação e a aquiescência exigidas por uma sociedade dita livre e distinguida por uma quantidade assombrosa de mercadorias disponíveis para setores cada vez maiores da população.

Essa continua a ser nossa tarefa hoje, mesmo que em contexto sensivelmente diverso: persistir com radicalidade na crítica do capitalismo.

Referências

ABROMEIT, J.; W. MARK, C. Introduction. In: **Herbert Marcuse - a critical reader**. New York; London: Routledge, 2004, p. 1–40.

ADORNO, T. W. [Carta] 05 fev. 1949, [para] MARCUSE, H. **Pauperização, repressão e abundância de mercadorias**, 5 fev. 1949.

_____. Scientific experiences of a European scholar in America. In: FLEMING, D.; BAILYN, B. (Eds.). **The intellectual migration: Europe and America, 1930-1960**. Massachusetts: Harvard University Press, 1969, p. 338–70.

_____. Reflexionen zur Klassentheorie. In: **Soziologische Schriften II**. Gesammelte Schriften. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1972a, p. 373–91.

_____. Über Tradition. In: **Kulturkritik und Gesellschaft. Prismen. Ohne**

Leitbild. Gesammelte Schriften 10.1. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1972b, p. 310–20.

_____. Capitalismo Tardio ou Sociedade Industrial? In: COHN, G. (org.). **Sociologia: Theodor W. Adorno**. Grandes cientistas sociais. São Paulo: Ática, 1986, p. 62–75.

_____. Mensagens numa garrafa. In: ZIZEK, S. (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 39–50.

_____. Tempo livre. In: ALMEIDA, J. M. B. De (org.). **Indústria cultural e sociedade**. Tradução Maria Helena Ruschel. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 103-17.

_____. Cultura e Administração. In: RIBEIRO, A. S. (org.). **Sobre a indústria da cultura**. Coimbra: Angelus Novus, 2003a, p. 107–32.

_____. Resignação. In: **Sobre a indústria da cultura**. Coimbra: Angelus Novus, 2003b, p. 191–6.

_____. **Minima Moralia: reflexões a partir da vida lesada**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2008.

_____. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

ADORNO, T. W. et al. **The authoritarian personality**. New York: Harper & Brothers, 1950.

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Tradução Guido Antônio De Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ALTHUSSER, L. **On the reproduction of capitalism: ideology and ideological state apparatuses**. London; New York: Verso, 2014.

ALVAREDO, F. et al. **World Inequality Report**. Berlim: [s.n.].

ALVAREZ, M. C. Michel Foucault e a Sociologia: aproximações e tensões. **Estudos de Sociologia**, v. 20, n. 38, p. 15–33, jun. 2015.

ALVES, G. **O novo e precário mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: FAPESP; Boitempo Editorial, 2000.

ANDERSON, K. The Marcuse: Dunayevskaya Dialogue, 1954-1979. **Studies in Soviet Thought**, v. 39, n. 2, p. 89–109, 1990.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a**

centralidade do mundo do trabalho. São Paulo; Campinas: Cortez; Editora da Unicamp, 2006.

ARANTES, P. E. Recordações da recepção brasileira de Herbert Marcuse. In: **Zero à esquerda**. São Paulo: Conrad, 2004, p. 149–53.

_____. **O novo tempo do mundo e outros estudos sobre a era da emergência**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ARONOWITZ, S. **False promises: the shaping of American working class consciousness**. Durham: Duke University Press, 1992.

_____. **The death and life of American labor: toward a new worker's movement**. London; New York: Verso, 2014.

ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro; São Paulo: Contraponto; Ed. UNESP, 2006.

BARBIER, J. **Self-driving cars will disrupt 10 industries**. Disponível em: <https://www.cnbc.com/2017/05/03/self-driving-cars-will-disrupt-10-industries-commentary.html>. Acesso em: 9 jan. 2018.

BARRY, A.; OSBORNE, T.; ROSE, N. Introduction. In: **Foucault and political reason: liberalism, neo-liberalism and rationalities of government**. Chicago: The University of Chicago Press, 1996, p. 1–18.

BBC. **Entenda a polêmica que levou Chirac a revogar lei**. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2006/04/060410_francaleientendanovocg.shtml>. Acesso em: 9 jan. 2018.

BECKER, G.; EWALD, F.; HARCOURT, B. Becker on Ewald on Foucault on Becker: American Neoliberalism and Michel Foucault's 1979 "Birth of Biopolitics" Lectures. **Coase-Sandor Institute for Law and Economics Working Paper** no. 614, University of Chicago Law School, 2012.

BELL, D. **O fim da ideologia**. Tradução Sérgio Bath. Brasília, DF: Editora da UnB, 1980.

BENJAMIN, W. Teses sobre o conceito da história. In: **Walter Benjamin - Obras escolhidas**. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222–32.

_____. **O capitalismo como religião**. Tradução Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.

BENSAÏD, D. **Marx l'intempestif: grandeurs et misères d'une aventure critique (XIXe-XXe siècles)**. Paris: Fayard, 1995.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo; Porto Alegre: EdUSP; Zouk, 2008.

BRAGA, R. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. Precariado e sindicalismo no Sul global. **Outubro**, v. 22, p. 35–61, 2014.

BRÖCKLING, U. **The entrepreneurial self: fabricating a new type of subject**. Los Angeles: SAGE, 2016.

BUTLER, J. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição**. Tradução Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CAMPOS, A. **De terno e gravata, vendedor de doces conquista motoristas em Sorocaba**. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/noticia/2016/07/de-terno-e-gravata-vendedor-de-doces-conquista-motoristas-em-sorocaba.html>. Acesso em: 20 mar. 2018.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Tradução Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 2008.

CLAUSSEN, D. The American experience of the critical theorists. In: ABROMEIT, J.; W. MARK, C. (Eds.). **Herbert Marcuse - a critical reader**. London; New York: Routledge, 2004, p. 51–66.

_____. Conversation with Peter-Erwin Jansen. In: JANSEN, P.-E.; REITZ, C. (Eds.). **Paris lectures at Vincennes University, 1974: from the Marcuse archives: global capitalism and radical opposition**. Tradução Charles Reitz. Charleston: CreateSpace, 2015, p. 71–80.

DAL-ROSSO, S. **O ardil da flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo - ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, M. **Planeta favela**. Tradução Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2007.

DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: **Conversações: 1972-1990**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992, p. 219–26.

DILTS, A. From ‘Entrepreneur of the Self’ to ‘Care of the Self’: Neo-liberal Governmentality and Foucault’s Ethics. **Foucault Studies**, n. 12, p. 130-46, 12 set. 2011.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **Capital resurgent: roots of the neoliberal**

revolution. Cambridge: Harvard University Press, 2004.

EAGLETON, T. **Why Marx was right**. New Haven: Yale University Press, 2011.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra segundo as observações do autor e fontes autênticas**. Tradução B. A Schumann. São Paulo: Boitempo, 2008.

FANON, F. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FEENBERG, A. **The philosophy of praxis: Marx, Lukács, and the Frankfurt School**. Brooklyn: Verso, 2014.

FOUCAULT, M. What is Enlightenment? In: RABINOW, P. (Ed.). **The Foucault reader**. New York: Pantheon Books, 1984, p. 32–50.

_____. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. (orgs.). **Michel Foucault: uma trajetória filosófica - para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231–49.

_____. La technologie politique des individus. In: DEFERT, D.; EWALD, F. (Eds.). **Dits et écrits IV 1980-1988**. Paris: Éditions Gallimard, 2001a, p. 813–28.

_____. Entretien avec Michel Foucault. In: DEFERT, D.; EWALD, F. (Eds.). . **Dits et écrits IV, 1980-1988**. Paris: Éditions Gallimard, 2001b, p. 41–95.

_____. **Dits et écrits II 1976 - 1988**. Paris: Éditions Gallimard, 2001c.

_____. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FRANK, A. G. Economic Genocide in Chile: Open Letter to Milton Friedman and Arnold Harberger. **Economic and Political Weekly**, v. 11, n. 24, p. 880–888, 1976.

FREITAG, B. **A teoria crítica: ontem e hoje**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

GALBRAITH, J. K. **A sociedade afluente**. São Paulo: Editora Pioneira, 1987.

GORDON, C. Governmental rationality: an introduction. In: GORDON, C.; MILLER, P. (Eds.). **The Foucault effect: studies in governmentality: with two lectures by and an interview with Michel Foucault**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991, p. 1–51.

HABERMAS, J. Mit dem Pfeil ins Herz der Gegenwart - Zu Foucaults Vorlesungen über Kants Was ist Aufklärung. In: **Die neue Unübersichtlichkeit**. Kleine

Politische Schriften V. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1985, p. 126–31.

HABERMAS, J. O centenário de Marcuse e os ritmos diversos da filosofia e da política. **Folha de São Paulo**, 9 ago. 1998.

HAN, B.-C. **Psychopolitics: neoliberalism and new technologies of power**. London; New York: Verso, 2017a.

_____. **Sociedade do cansaço**. Tradução Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017b.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Multidão: guerra e democracia na era do império**. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2005.

_____. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Ed. Loyola, 1998.

_____. **O neoliberalismo: história e implicações**. Tradução Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2008.

HASELER, S. **The Gaitskellites: revisionism in the British Labour Party, 1951-64.** London: Macmillan, 1969.

HORKHEIMER, M. Die Philosophie der absoluten Konzentration. **Zeitschrift für Sozialforschung**, no. 3. v. 7, p. 376–387, 1938.

_____. Die Juden und Europa. **Zeitschrift für Sozialforschung**, v. 8, p. 115–37, 1939.

_____. Art and Mass Culture. In: **Critical Theory: Selected Essays**. New York: Continuum Pub. Corp, 1975, p. 273–90.

_____. **Eclipse da razão**. Tradução Carlos Pissardo. São Paulo: Editora da Unesp, 2015.

HUWS, U. A construção de um cibertariado? Trabalho virtual num mundo real. In: ANTUNES, R.; BRAGA, R. (orgs.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 37–58.

ILO. **World Employment and Social Outlook: Trends 2017.** Geneva: ILO, 2017.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **Employment by sector -- ILO modelled estimates, May 2017**, maio 2017. Disponível em: <http://www.ilo.org/ilostat/faces/oracle/webcenter/portalapp/pagehierarchy/Page3.jspx?MBI_ID=33&_afrLoop=440925110570979&_afrWindowMode=0&_afrWindowId=53

2c6ex4d_1#!%40%40%3F_afrWindowId%3D532c6ex4d_1%26_afrLoop%3D440925110570979%26MBI_ID%3D33%26_afrWindowMode%3D0%26_adf.ctrl-state%3D3nkyemrq8_44>. Acesso em: 8 jan. 2018

JAMESON, F. Periodizando os anos 60. In: HOLLANDA, H. B. De (org.). **Pós-Modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991, p. 81–126.

_____. **Late Marxism: Adorno, or, The persistence of the dialectic**. London: Verso, 2007.

JAPPE, A. **Crédito à morte – a decomposição do capitalismo e suas críticas**. Tradução Robson Zannetti. São Paulo: Hedra, 2013.

JAY, M. **A imaginação dialética: História da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais, 1923-1950**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

JEFFRIES, S. **Grand Hotel Abyss: the lives of the Frankfurt School**. London; Brooklyn: Verso, 2017.

KELLNER, D. **Herbert Marcuse and the crisis of Marxism**. Berkeley: University of California Press, 1984.

_____. Afterword to Marcuse's 1974 Paris Lectures. In: JANSEN, P.-E.; REITZ, C. (Eds.). **Paris lectures at Vincennes University, 1974: from the Marcuse archives: global capitalism and radical opposition**. Charleston: CreateSpace, 2015. p. 115–22.

KELLNER, D.; PIERCE, C. Marcuse's Adventures in Marxism. In: KELLNER, D.; PIERCE, C. (Eds.). **Marxism, Revolution and Utopia**. Collected papers of Herbert Marcuse 6. London; New York: Routledge, 2014. p. 1–68.

KLEIN, N. **The shock doctrine: the rise of disaster capitalism**. New York: Picador/H. Holt and Co., 2008.

LAGASNERIE, G. De. **A Última Lição de Michel Foucault**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LAUDANI, R. The Relevance of an Untimely Book. **Radical Philosophy Review**, v. 19, n. 1, p. 63–84, 2016.

LAZZARATO, M. **O governo das desigualdades: crítica da insegurança neoliberal**. São Carlos: EdUFSCar, 2011.

_____. **Trabalho imaterial - formas de vida e produção de subjetividade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.

LEMKE, T. "The birth of bio-politics": Michel Foucault's lecture at the Collège de France on neo-liberal governmentality. **Economy and Society**, v. 30, n. 2, p. 190–207,

1 jan. 2001.

_____. «Marx sans guillemets»: Foucault, la gouvernementalité et la critique du néolibéralisme: Traduit de l'anglais par Marc Chemali. **Actuel Marx**, v. 36, n. 2, p. 13, 2004.

_____. Foucault, governamentalidade e crítica. **Plural (São Paulo. Online)**, v. 24, n. 1, p. 194–213, 2017.

LIMA, B. D. T. De C. **Adorno, crítico dialético da cultura**. Doutorado em Sociologia — São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017.

LOREY, I. **State of insecurity: government of the precarious**. London; New York: Verso, 2015.

LOUREIRO, I. Herbert Marcuse - anticapitalismo e emancipação. **Trans/Form/Ação**, v. 28, n. 2, p. 7–20, 2005.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. Tradução Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003a.

_____. **A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica**. Tradução José M. M. De Macedo. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 2003b.

_____. **Lenin: um estudo sobre a unidade de seu pensamento**. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

MAAR, W. L. A produção da 'sociedade'pela indústria cultural. **Olhar (UFSCar)**, v. 1, n. 3, p. 83–106, 2000.

_____. Notas sobre la Teoría Crítica en Brasil. **Revista Internacional de Filosofia Política**, v. 26, p. 45–51, 2005.

MARCHESAN, R. **Desempregado, ex-gerente vende água na rua de bandeja e vestido como garçom**. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2015/10/24/desempregado-ex-gerente-vende-agua-na-rua-de-bandeja-e-vestido-como-garcom.htm>. Acesso em: 20 mar. 2018.

MARCUSE, H. [Carta] 28 jan. 1949 [para] ADORNO, T. W. **Indústria cultural, gadgets e Huxley**.

_____. Trieblehre und Freiheit. In: ADORNO, T. W.; DIRKS, W. (Hrsg.) **Freud in der Gegenwart - Ein Vortragszyklus**. Frankfurter Beiträge zur Soziologie. Frankfurt a. M.: Europäische Verlagsanstalt, Band 6, 1957, p. 401–24.

_____. **Neue Quellen zur Grundlegung des historischen Materialismus. Erste Interpretation der Pariser Manuskripte von Karl Marx**. Berlin: Underground

Press Syndicate, 1958.

_____. Industrialisierung und Kapitalismus im Werk Max Webers. In: STAMMER, O.; DEUTSCHE GESELLSCHAFT FÜR SOZIOLOGIE (Hrsg.). **Max Weber und die Soziologie heute: Verhandlungen des 15. Deutschen Soziologentages in Heidelberg 1964**. Tübingen: Mohr Siebeck, 1965a, p. 161–80.

_____. [Carta] 28 out. 1965b [para] ADORNO, T. W. **SPD**.

_____. **Counterrevolution and revolt**. Boston: Beacon Press, 1972.

_____. On the Philosophical Foundation of the Concept of Labor in Economics. **Telos**, v. 1973, n. 16, p. 9–37, 1 jul. 1973.

_____. **Hegels Ontologie und die Theorie der Geschichtlichkeit**. Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 1989.

_____. Para a crítica do hedonismo. In: **Cultura e Sociedade**. Tradução Isabel Maria F. R. Loureiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 1, 1997, p. 161–200.

_____. **Cultura e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1998a.

_____. The Containment of Social Change in Industrial Society. In: KELLNER, D. (Ed.) **Towards a Critical Theory of Society**. Collected papers of Herbert Marcuse 2. London; New York: Routledge, 1998b, p. 81–93.

_____. The problem of social change in the technological society. In: KELLNER, D. (Ed.) **Towards a Critical Theory of Society**. Collected papers of Herbert Marcuse 2. London; New York: Routledge, 1998c, p. 35–57.

_____. The Historical Fate of Bourgeois Democracy. In: KELLNER, D. (Ed.) **Towards a Critical Theory of Society**. Collected papers of Herbert Marcuse 2. London; New York: Routledge, 1998d, p. 164–186.

_____. Reflections on the French Revolution. In: KELLNER, D. (Ed.). **The New Left and the 1960s**. Collected papers of Herbert Marcuse 3. London; New York: Routledge, 1998e, p. 40–6.

_____. The Movement in a New Era of Repression. In: KELLNER, D. (Ed.) **The New Left and the 1960s**. Collected papers of Herbert Marcuse 3. London; New York: Routledge, 1998f, p. 142–53.

_____. **Towards a critical theory of society**. London; New York: Routledge, 1998g.

_____. Watergate: When Law and Morality Stand in the Way. In: KELLNER, D. (Ed.) **Towards a Critical Theory of Society**. Collected papers of Herbert Marcuse 2. London; New York: Routledge, 1998h, p. 187–92.

_____. The individual in the Great Society. In: KELLNER, D. (Ed.) **Towards a Critical Theory of Society**. Collected papers of Herbert Marcuse 2. London; New York: Routledge, 1998i, p. 60–80.

_____. Some social implications of modern technology. In: KELLNER, D. (Ed.) **Technology, war and fascism**. Collected papers of Herbert Marcuse 1. London; New York: Routledge, 1998j, p. 39–66.

_____. The Problem of Violence and the Radical Opposition. In: KELLNER, D. (Ed.) **The New Left and the 1960s**. Collected papers of Herbert Marcuse 3. London; New York: Routledge, 1998k, p. 57–75.

_____. The Failure of the New Left? In: KELLNER, D. (Ed.) **The New Left and the 1960s**. Collected papers of Herbert Marcuse 3. London; New York: Routledge, 1998l, p. 183–91.

_____. **An essay on liberation**. Boston: Beacon Press, 2000a.

_____. **Reason and revolution: Hegel and the rise of social theory**. London: Routledge, 2000b.

_____. Beyond One-Dimensional Man. In: KELLNER, D. (Ed.) **Towards a Critical Theory of Society**. Collected papers of Herbert Marcuse 2. London; New York: Routledge, 2001, p. 107-20.

_____. **One-Dimensional Man: Studies in the Ideology of Advanced Industrial Society**. London: Routledge, 2002.

_____. **Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social**. Tradução Marília Barroso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004a.

_____. Theorie und Praxis. In: **Schriften Bd. 9**. Springe: zu Klampen, 2004b, p. 143–58.

_____. Letters to the Chicago Surrealists. In: KELLNER, D. (Ed.). **Art and Liberation**. Collected papers of Herbert Marcuse 4. London; New York: Routledge, 2007, p. 178–93.

_____. Obsolescence of Psychoanalysis. In: KELLNER, D.; PIERCE, C. (Eds.) **Philosophy, psychoanalysis and emancipation**. Collected papers of Herbert Marcuse 5. London: Routledge, 2011a, p. 109–22.

_____. The Relevance of Reality. In: KELLNER, D.; PIERCE, C. (Eds.). **Philosophy, Psychoanalysis, Emancipation**. Collected papers of Herbert Marcuse 5. London; New York: Routledge, 2011b, p. 172–81.

_____. Obsolescence of socialism. In: KELLNER, D.; PIERCE, C. (Eds.)

Marxism, Revolution and Utopia. Collected papers of Herbert Marcuse 6. London; New York: Routledge, 2014a, p. 235–48.

_____. The Obsolescence of Marxism. In: KELLNER, D.; PIERCE, C. (Eds.) **Marxism, revolution and utopia**. Collected papers of Herbert Marcuse 6. London; New York: Routledge, 2014b, p. 188–95.

_____. Revolutionary Subject and Self-Government. In: KELLNER, D.; PIERCE, C. (Eds.) **Marxism, revolution and utopia**. Collected papers of Herbert Marcuse 6. London; New York: Routledge, 2014c, p. 196–9.

_____. Marxism Confronts Advanced Industrial Society. In: KELLNER, D.; PIERCE, C. (Eds.) **Marxism, revolution and utopia**. Collected papers of Herbert Marcuse 6. London; New York: Routledge, 2014d, p. 222–35.

_____. Socialism in the Developed Countries. In: KELLNER, D.; PIERCE, C. (Eds.). **Marxism, Revolution and Utopia**. Collected papers of Herbert Marcuse 6. London; New York: Routledge, 2014e, p. 169–80.

_____. Herbert Marcuse Lead by Bill Ritter. In: KELLNER, D.; PIERCE, C. (Eds.) **Marxism, revolution and utopia**. Collected papers of Herbert Marcuse 6. London; New York: Routledge, 2014f, p. 422–31.

_____. Interview with Street Journal & San Diego Free Press. In: KELLNER, D.; PIERCE, C. (Eds.) **Marxism, revolution and utopia**. Collected papers of Herbert Marcuse 6. London; New York: Routledge, 2014g, p. 346–54.

_____. An Interview with Herbert Marcuse by Gianguido Piani, April 1978. In: KELLNER, D.; PIERCE, C. (Eds.) **Marxism, revolution and utopia**. Collected papers of Herbert Marcuse 6. London; New York: Routledge, 2014h, p. 362–8.

_____. The Reification of the Proletariat. In: KELLNER, D.; PIERCE, C. (Eds.) **Marxism, revolution and utopia**. Collected papers of Herbert Marcuse 6. London; New York: Routledge, 2014i, p. 392–5.

_____. **Paris lectures at Vincennes University, 1974: from the Marcuse archives: global capitalism and radical opposition**. Charleston: CreateSpace, 2015a.

_____. **Eros and civilization: a philosophical inquiry into Freud**. Boston: Beacon Press, 2015b.

_____. Herbert Marcuse's Identity. In: ABROMEIT, J.; W. MARK, C. (Eds.). **Herbert Marcuse - a critical reader**. New York; London: Routledge, 2004c, p. 249–52.

MARTINEAU, A. **Herbert Marcuse's utopia**. Montreal: Harvest House, 1986.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858; esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O capital: crítica da economia política; livro primeiro - o processo de produção do capital**. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O capital: crítica da economia política; livro II - o processo de circulação do capital**. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, K.; ENGELS, F. Briefe aus den Deutsch-Französischen Jahrbüchern. In: **Marx Engels Werke**. Berlin: Dietz Verlag, 1976, p. 337–46.

_____. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Manifest der kommunistischen Partei**. Köln: Anaconda, 2009.

MARX, K.; GRESPAN, J. L. Da S. **A mercadoria**. São Paulo: Ática, 2006.

MATTICK, P. The Limits of Integration. In: WOLFF, K.; MOORE JR., B. (Eds.). **The Critical Spirit - essays in honor of Herbert Marcuse**. Boston: Beacon Press, 1968, p. 374–400.

MCFARLAND, M. **Amazon only needs a minute of human labor to ship your next package**. Disponível em: <http://money.cnn.com/2016/10/06/technology/amazon-warehouse-robots/index.html>. Acesso em: 8 jan. 2018.

MENDONÇA, H. **São Paulo: a metrópole dos helicópteros**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/14/politica/1468519702_827813.html>. Acesso em: 28 abr. 2018.

MESSENGER, J. et al. **Working anytime, anywhere: the effects on the world of work**. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2017.

MUSSE, R. A administração do tempo livre. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 99, p. 107–134, dez. 2016.

NEWCOMER, E.; ZALESKI, O. When Their Shifts End, Uber Drivers Set Up Camp in Parking Lots Across the U.S. **Bloomberg**, 23 jan. 2017.

OLIVEIRA, F. DE. Vanguarda do atraso e atraso da vanguarda: globalização e neoliberalismo na América Latina. **Praga**, n. 4, p. 31–42, 1997.

OLIVEIRA, F. DE; BRAGA, R.; RIZEK, C. S. (orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ŌNO, T. **Toyota production system: beyond large-scale production**. Cambridge, Mass: Productivity Press, 1988.

PAULANI, L. **Modernidade e discurso econômico**. São Paulo: Boitempo, 2005.

PERSEU ABRAMO, F. **Percepções e valores políticos nas periferias de São Paulo**, 2017. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/publicacao/percepcoes-e-valores-politicos-nas-periferias-de-sao-paulo/>. Acesso em: 18 jan. 2018.

PERSKY, J. Retrospectives: The Ethology of Homo Economicus. **The Journal of Economic Perspectives**, v. 9, n. 2, p. 221–231, 1995.

POSTONE, M. Lukács and the Dialectical Critique of Capitalism. In: ALBRITTON, R.; SIMOULIDIS, J. (Eds.). **New Dialectics and Political Economy**. London: Palgrave Macmillan, 2003, p. 78–100.

_____. **Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx**. Tradução Amilton Reis; Paulo Cézar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.

PUZONE, V. F. **Capitalismo perene: reflexões sobre a estabilização do capitalismo a partir de Lukács e da Teoria Crítica**. São Paulo: Alameda, 2016.

REGATIERI, R. P. **Do capitalismo monopolista ao processo civilizatório : a crítica da dominação nos debates no Instituto de Pesquisa Social no início da década de 40 e na elaboração da Dialética do esclarecimento**. Tese de doutorado — São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.

REITZ, C. Critical Education and Political Economy: Decommodification of Labor, Leadership and Learning. In: JANSEN, P.-E.; REITZ, C. (Eds.). **Paris lectures at Vincennes University, 1974: from the Marcuse archives: global capitalism and radical opposition**. Charleston: CreateSpace, 2015, p. 95–114.

ROUANET, S. P. **Teoria Crítica e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001.

ROUDINESCO, E. **Sigmund Freud na sua época e em nosso tempo**. Tradução André Telles; Renata Dias Mundt. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

SENELLART, M. Situação do curso. In: FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 441–6.

SILVA, J. P. Da. Marcuse e o conceito de trabalho. **Idéias**, v. 8, n. 1, p. 21, 3 ago. 2017.

SINGER, A. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 97, p. 23–40, nov. 2013.

SOARES, J. C. **Marcuse: uma trajetória**. Londrina: Editora da Universidade de Londrina, 1999.

SRNICEK, N. **Platform capitalism**. Cambridge, UK; Malden, MA: Polity, 2017.

STANDING, G. **The precariat: the new dangerous class**. London; New York: Bloomsbury, 2014.

SURAK, S. Introduction to Marcuse's 1974 Paris Lectures. In: JANSEN, P.-E.; REITZ, C. (Eds.). **Paris lectures at Vincennes University, 1974: from the Marcuse archives: global capitalism and radical opposition**. Charleston: CreateSpace, 2015, p. vii–xvi.

TEIXEIRA, F. J. S. **Pensando com Marx - uma leitura crítico-comentada de O Capital**. São Paulo: Ensaio, 1995.

THATCHER, M. Interview for Sunday Times. **Sunday Times**, 3 maio 1981.

TÖNNIES, F. **Gemeinschaft und Gesellschaft: Grundbegriffe der reinen Soziologie**. Darmstadt: Wiss. Buchges, 2005.

TÜRCKE, C. **Sociedade excitada: filosofia da sensação**. São Paulo: Ed. da UNICAMP, 2010.

VOIGTS, H. Kritische Theorie und studentische Revolte. In: ROSA LUXEMBURG INITIATIVE BREMEN; ASSOCIAZIONE DELLE TALPE (Eds.) **Maulwurfsarbeit II: Kritik in Zeiten zerstörter Illusionen**. Berlin: 2012, p. 13–35.

WEBER, M. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

WEISENTHAL, J. **Davos: The Crisis Is Over**. Disponível em: <http://www.businessinsider.com/davos-the-crisis-is-over-2013-1>. Acesso em: 9 jan. 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Depression and other common mental disorders: global health estimates**. Geneva: World Health Organization, 2017. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/handle/10665/254610>.

WRIGHT, E. O. (Ed.). **The Debate on Classes**. London; New York: Verso, 1989.

YAMAKAWA, M. **Em tempos de crise, vendedores ambulantes apostam na criatividade e capacitação**. Disponível em: <http://www.cartazdacidade.com.br/noticias/2987,em-tempos-de-crise-vendedores-ambulantes-apostam-na-criatividade-e-capacita-o.html>. Acesso em: 20 mar. 2018.

ZAMORA, D. **Foucault and neoliberalism**. Cambridge, UK; Malden, MA: Polity, 2016.